

Rosana Maria Badalotti

***A invenção do município : o jogo das
identidades locais e regionais***

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de Mestre
Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Orientadora : Profa. Dra. Ilka Boaventura Leite


Florianópolis, SC
Novembro 1996

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

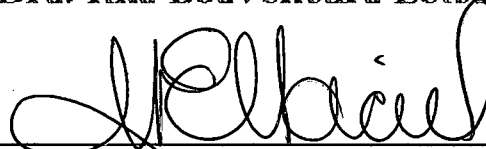
“A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais”

Rosana Maria Badalotti

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social. Aprovado pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Dra. Ilka Boaventura Leite (Orientadora)



Dra. Maria Eunice Maciel (Membro, UFRGS)



Dr. Silvio Coelho dos Santos (Membro)

11 de novembro 1996

*A memória de Claudino Badalotti,
meu pai.*

Agradecimentos

Durante a minha trajetória na UFSC, muitas pessoas participaram deste processo de diferentes formas.

Eu gostaria de agradecer em especial, à minha mãe, Isolda Martini Badalotti, mulher batalhadora e repleta de luminosidade; ao meu irmão Reinaldo, pelo silêncio e humildade ...

Ao Beto Motta, companheiro e crítico incansável ...

Aos colegas da UFSC, Ciências Sociais, NUER e Antropologia: Verinha, Cátia Weber, Gisela Batistela, João Tadeu Weck, Raquel Mombelli, Alotsio dos Reis, Adiles Savoldi, Angela Sacchi, Andréia Boeira, Joatan, Ricardo Vieira, Eduardo e Márcia Lobo.

A todos os informantes de Cordilheira Alta, pela atenção dispensada...

A Ilka Boaventura Leite, que me “iniciou” nos caminhos da pesquisa, ainda no Curso de Ciências Sociais..

Aos professores do Pós-Graduação, Hélio R.S. Silva e em especial ao Prof. Sílvio Coelho dos Santos.

À CAPES, cuja bolsa de estudos foi crucial para os meus estudos.

Ao NUER (Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas) - UFSC, que também me concedeu durante um período uma bolsa de estudos.

Ao Carlos Alberto da Silva Teixeira da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul - Gerência de Cartografia, do Estado de SC, que gentilmente forneceu alguns mapas deste trabalho.

Resumo

O objeto de estudo desta dissertação trata da "invenção" do município. Através dele procuro mostrar que a formação de um município envolve múltiplas relações e interesses que ultrapassam a problemática dos limites territoriais.

A "onda" de emancipações político-administrativas desencadeada nestes últimos anos, corresponde a uma nova reordenação da representatividade política nos governos locais, possibilitada pela lei, mas principalmente viabilizada através das alianças políticas estabelecidas entre o poder local e as demais instâncias governamentais.

Um novo modelo de município tem sido inventado e busca inserir-se em um contexto político e econômico recente e de múltiplas articulações que ora se apresenta.

A partir da emancipação político-administrativa de Cordilheira Alta, - ex-distrito do município de Chapecó, região oeste de Santa Catarina - busco demonstrar como a formação do município corresponde a uma história regional específica, que tem na ocupação do território, na economia e na questão étnica as bases para a constituição do poder local.

Ao tratar da formação do poder local em um contexto específico - um estudo de caso - procuro não perder de vista a relação entre o governo local e as demais instâncias, bem como a inserção do município dentro de um universo econômico ligado à cultura da globalização e os limites que esta "nova ordem" estabelece.

Abstract

The study object of this research deals with the municipal district "invention". In this work it is tried to show that the formation of a city involves multiple relationships and interests which are more relevant than the matter of territorial limits.

The political-administrative emancipation "wave" given in the latest years, corresponds to a new ordination of the political representativity in the local governments, allowed by the law, but mainly made feasible through the political accords between the local administration and the other governmental jurisdictions.

A new model of municipal district has been invented and seeks to insert itself in a recent political and economical context, having several articulations.

From the political-administrative emancipation of Cordilheira Alta, - ex-district of Chapecó city, west region of Santa Catarina state - it is tried to show how the municipal district formation is related to a regional specific history, which has in the land occupation, in the economy and in the ethnic matter, basis for the local power constitution.

When dealing with the local power in a specific context - a case study - it is observed the relationship between the local government and the other jurisdictions, as well the insertion of the new municipal district in the economic universe related to the culture of globalization and to the new limits this new order has been establishing.

LISTA DE QUADROS

Quadro n.1 - Criação de municípios em SC

(Capítulo III, p. 54)

Fonte: BADALOTTI, Rosana M. 1996

Quadro n.2 - Criação de municípios nas regiões do estado.

(Capítulo III, p. 55)

Fonte: BADALOTTI, Rosana. 1996.

Quadro n.3 - Divisão Político-Administrativa de Chapecó na década de 40

(Capítulo III, p. 62)

Fonte: IBGE - Agência Municipal de Xapecó, 1940

Quadro n.4 - Municípios e grupos étnicos em SC

(Capítulo III, p. 64)

Fonte: BADALOTTI, Rosana M. 1996.

LISTA DE MAPAS

Mapa n.1 - Santa Catarina - Divisão Administrativa 1996

(Cap. III , p. 57)

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Científico e Tecnológico. Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

Mapa n.2 - Santa Catarina - Divisão Administrativa 1872

(Cap. IV, p.70)

Fonte: PLAZZA, Walter. Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1970.

Mapa n.3 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1907

(Cap. IV, p. 72)

Fonte: idem, ibidem.

Mapa n.4 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1920

(Cap IV, p. 73)

Fonte: idem ,ibidem.

Mapa n.5. Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1930

(Cap IV, p. 75)

Fonte: idem, ibidem.

- Mapa n.6 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1939
(Cap. IV, p. 76)
Fonte: idem, ibidem
- Mapa n.7 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1944
(Cap IV, p. 77)
Fonte: idem, ibidem
- Mapa n.8 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1954
(Cap IV, p. 78)
Fonte: idem, ibidem.
- Mapa n.9 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1958
(Cap. IV , p. 79)
Fonte: idem, ibidem.
- Mapa n.10 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1970
(Cap. IV, p. 80)
Fonte: idem, ibidem.
- Mapa n.11 - Criação das Colônias Militares no Território do Contestado
(Cap IV, p. 86)
Fonte: IBGE, 1970.
- Mapa n.12 - Atuação das empresas colonizadoras
(cap. IV, p. 97)
Fonte: PIAZZA, Walter. Atlas Histórico de SC. Florianópolis, 1970
- Mapa n.13 - Mapa do Município de Cordilheira Alta
(Cap V , p. 116)
Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Científico e Tecnológico. Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

LISTA DE FOTOS

- Foto n.1 - "Cordilheira Alta" - Cartão Postal
(Cap V, p. 115)
Fonte: Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta - SC - Gestão "Administrar para Desenvolver" 93/96.
- Foto n.2 - "Família Petrolí" - Linha Fernando Machado
(Cap V, p. 119)
autora: BADALOTTI, Rosana M. março 1995. Arquivo da autora .
- Foto n.3 - " Placa padrão da SADIA" *sinaliza a existência de um produtor integrado em propriedade próxima à igreja da Linha Fernando Machado.*

(Cap. V, p. 121)

autor: MOTTA, Gilberto da. outubro 1994. Arquivo da autora.

Foto n.4 - " Grupo de Dança *Il Tramonto* "

(Cap V, p. 122)

autor: SILVA, Wilson da. março 1995. Arquivo Prefeitura Municipal. Cordilheira Alta.

Foto n.5 - "Telefonia Rural" - Linha Campina do Gregório.

(Cap. V, p. 123)

autor: SILVA, Wilson da. março 1995. Arquivo Prefeitura Municipal. Cordilheira Alta.

Foto n.6 - "Campo Bilhar Esporte Clube - Prefeito cumprimenta empresário" - Linha Três Irmãos .

(Cap. V, p. 124)

autor : SILVA, Wilson da . março de 1995 . Arquivo Prefeitura Municipal. Cordilheira Alta.

Foto n.7 - "Olga - Migrante de Garibaldi - RS" - Linha Fernando Machado

(Cap. V, p. 127)

autora: BADALOTTI, Rosana. março 1995. Arquivo da autora.

Foto n.8 - " Seja Bem-vindo à Cordilheira Alta" - Trevo de acesso ao município

(Cap. V, p. 133)

autor: MOTTA, Gilberto da. outubro 1994. Arquivo da autora.

Foto n.9 - "O local, o estadual e o nacional " - Sessão solene de inauguração do Centro Integrado de Educação Ludovico Júlio Tozzo.

(Cap VI, p. 150)

autor: SILVA, Wilson da . março de 1995. Arquivo Prefeitura Municipal. Cordilheira Alta.

Foto n.10 - "Presidente da Câmara de Vereadores realiza seu discurso" - Sessão solene de entrega da Lei orgânica Municipal.

(Cap. VI, p. 151)

autor: SILVA, Wilson da. março de 1995. Arquivo Prefeitura Municipal. Cordilheira Alta.

Foto n.11 - " Vereadores Municipais" - Sessão Solene Lei Orgânica

(Cap. VI, p. 154)

autor: SILVA, Wilson da . março de 1995. Arquivo Prefeitura Municipal. Cordilheira Alta.

Foto n.12 - "Prefeito Municipal e Pequeno Produtor inauguram ponte de concreto" - Linha Fernando Machado

(Cap. VI, p. 158)

autor: SILVA, Wilson da . março de 1995 . Arquivo Prefeitura Municipal.
Cordilheira Alta.

Foto n.13 - **"Recursos Próprios" - Pavimentação Asfáltica da Av. Fermino Tozzo**
(Cap. VI, p. 162)

autor : MOTTA, Gilberto da. outubro 1994. Arquivo da autora.

Foto n.14 - **"Recursos Próprios" - Centro Integrado de Educação**
(Cap. VI, p. 164)

autor : MOTTA, Gilberto da . outubro 1994. Arquivo da autora.

Foto n.15 - **"Inauguração - Centro Integrado Ludovico Júlio Tozzo"**
(Cap. VI, p. 165)

autor: SILVA, Wilson da. março de 1995. Arquivo Prefeitura Municipal.
Cordilheira Alta.

Foto n.16 - **"Pequena Propriedade Rural" - Linha Savaris**
(Cap. VI, p. 169)

autor: MOTTA, Gilberto da. março 1995. Arquivo da autora.

Foto n.17 - **"Carro de boi" - Linha Dianista**
(Cap. VI, p. 172)

autor: MOTTA, Gilberto da. março 1995. Arquivo da autora.

Foto n.18 - **"Cerealista Tozzo"**
(Cap. VI, p. 174)

autor: MOTTA, Gilberto da. março 1995. Arquivo da autora.

Foto n.19 - **"Casa pequeno produtor não-integrado" - Linha Dianista**
(Cap. VI, p. 175)

autora: BADALOTTI, Rosana M. março 1995. Arquivo da autora.

Foto n.20 - **"A modernidade "integra" - Propriedade de um pequeno produtor vinculado à agroindústria.**
(Cap. VI, p. 176)

autor: MOTTA, Gilberto da. março 1995. Arquivo da autora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. A Teoria.....	07
2. A Pesquisa.....	12
 I - PODER LOCAL X NACIONAL : a invenção do município.....	 21
1. O governo representativo no Brasil - O município da Colônia ao Império.....	22
2. O município no Período Republicano.....	29
3. A Constituição de 1988.....	35
 II - AUTONOMIA MUNICIPAL : descentralização ou "crise" do Estado - Nação ?	 39
1. Descentralização ou não-centralização ?	41
2. Democratização ou "desresponsabilização" do Estado ?.....	46
 III - A ATUAL REORDENAÇÃO POLÍTICA : as emancipações municipais	
1. As emancipações no Brasil	50
2. As emancipações em Santa Catarina	53
2.1. Os discursos sobre a emancipação	58
3. As emancipações no Oeste Catarinense	60
 IV - A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA NO ESTADO DE SC	
1. A Estrutura política em Santa Catarina	66
2. A ocupação do Oeste Catarinense e sua formação político-administrativa	68
2.1. <i>O Antes e o Depois da Colonização</i>	83
2.2. <i>A criação dos primeiros municípios no Oeste Catarinense</i>	88
2.3. <i>A criação do município de Chapecó.</i>	90
3. As empresas Colonizadoras	94
3.1. <i>A Empresa Colonizadora Ernesto Bertaso e Cia</i>	98
4. A construção do poder local	99
5. A economia e a história política	109

V - CORDILHEIRA ALTA: a formação do poder local.....	116
1. O Universo pesquisado.....	120
2. O Mito do pioneiro-desbravador : representação simbólica do poder	125
3. A emancipação de Cordilheira Alta	134
4. As primeiras eleições municipais	143
5. A Estrutura político-administrativa.....	146
VI - IDENTIDADE MUNICIPAL: a "nova ordem" local e regional	149
1. A Visibilidade Oficial	149
2. Os "sentidos e os significados" do poder local	157
3. "Integrados" e Excluídos	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
ANEXOS	199
ANEXO 1 - Propaganda da venda de lotes em novas colônias	
ANEXO 2 - Empresários apoiam a emancipação de Cordilheira Alta	
ANEXO 3 - Emancipação demorou e foi difícil	

...o cerne do problema não é mais a questão da evolução ou regressão de sistemas mundiais, mas uma integração contínua e tensa entre as forças que promovem a integração global e as forças que criam uma autonomia local. O que se faz prioritário é uma formulação tanto política como intelectual nesse momento, pois envolve a reavaliação crítica da prática do globalismo. (MARCUS, 1991, p.197)

INTRODUÇÃO

Para alguns pode parecer estranho ou mesmo paradoxal, que ao final de um século em que o homem "conquistou" e "universalizou" o território mundial, cada vez mais se volte a "reinventar a tradição" (HOBBSAWN, 1989) e reafirmar as questões regionais.

O mapa mundial não apresenta a mesma configuração de uma década atrás. Transformações apontam para conflitos organizados em todas as partes tendo como fio condutor a diversidade regional e étnica.

Os desdobramentos envolvem conflitos dramáticos e violentos (Sérvios, Bósnios e Croatas) ou multi-mediáticos (as campanhas mundiais da Coca-Cola - os albaneses famintos no poster da campanha mundial da Benetton, 1992).

Segundo FORTUNA (1991), o século XX está definitivamente incompleto. Faltam soluções políticas e culturais pois estamos carentes de auto-reflexão. As filosofias e os modelos desmoronam.

De acordo com GUBER (1995, p.67-68), alguns autores já começaram a refletir sobre a "gênese histórica das nações, a nacionalidade e o nacionalismo como novas formas de organização político-cultural", porém estes teóricos não se aprofundaram em uma reflexão sobre "a presença (ou aparente permanência) de agrupamentos 'étnicos' ou culturalmente diversos no interior dos novos estados-nação".¹

A partir dos anos 80, mais precisamente através da Constituição de 1988, os *projetos emancipatórios*² cresceram intensamente no Brasil, o que têm possibilitado a criação de novos municípios no País e uma reodenação de papéis políticos.

¹ De acordo com GUBER, R. (idem, ibidem), os autores que têm refletido sobre esta questão: Richard Fox et al (1981), Imanuel Wallerstein (1982), Benedict Anderson (1983), Ernest Gellner (1983), Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1983). Segundo a autora eles "concordam com o caráter recente da constituição do estado-nação como forma de organização política, econômica e social dominante no mundo moderno" (traduzido do espanhol para o português pela autora). O caráter recente a que se refere a autora diz respeito ao século 19. Eric Hobsbawn em *Nações e Nacionalismo desde 1870. Programa, mito e realidade* procura demonstrar que o Estado-Nação, tal qual o concebemos atualmente, tem a sua invenção somente no século 19.

² *Projetos emancipatórios*: o termo é assim utilizado nos processos arquivados na Assembleia Legislativa de SC, termo este também adotado pelos representantes locais através de uma Comissão Pró-Emancipação.

Parto do pressuposto de que um novo modelo de município têm sido "inventado" em um momento político e econômico diferenciado dos demais, e que visa atender as necessidades de um contexto pautado sobre a cultura da globalização.

Vivemos em uma época onde a tendência é a mundialização e a transnacionalização da economia e de valores culturais.³ Porém é justamente neste momento de mundialização e de globalização que as identidades locais e regionais têm se evidenciado através de discursos e representações construídas e imaginadas a partir de relações diferenciadas entre diversas instâncias - políticas e econômicas - que compõem o Estado-Nação.⁴

De acordo com PRÉTECEILLE (1994, p.77), a globalização não é uma realidade pré-definida, mas uma construção social e política que emerge, em relações de forças e conflitos, a partir da diversidade de situações e de economias locais, marcada pela diversidade e até pela concorrência entre várias vias possíveis.⁵

A partir de um contexto regional específico - o Oeste Catarinense - e mais precisamente através de um estudo de caso, a emancipação de Cordilheira Alta, procuro mostrar como um atual modelo de município tem sido "inventado". Por um lado, busco mostrar de maneira mais geral como o município - enquanto unidade jurídica e política - foi sendo estruturado no Brasil em diferentes momentos. A formação do município brasileiro corresponde a formas de ocupação do território nacional, que representam diferentes estratégias geo-políticas, interesses políticos e econômicos. A invenção do município no oeste catarinense, responde a uma ocupação territorial diferenciada - repleta de conflitos interétnicos - na qual a etnia tem sido usada como pretexto para consolidar sua posição sobre outras. Esta ocupação diferenciada tem apresentado, nos diferentes momentos da história do oeste catarinense, interesses políticos e econômicos que buscam dar conta de uma unidade nacional imaginária.

³ Nesta dissertação utilizei especificamente as reflexões em vários artigos de um trabalho organizado por FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global - Nacionalismo, Globalização e Modernidade* (1994). Além destes, existem outros estudos sobre Pós-Modernidade, teoria da comunicação e globalização, os quais cito como referência: ORTIZ (1994), HARVEY (1992), ECO (1989), RIAL (1992).

⁴ Sobre a discussão local, nacional, global, tenho o conhecimento de alguns trabalhos que enfatizam a questão de diferentes maneiras - embora um não exclua o outro -, MARCUS (1991), FORTUNA (1991), ECKERT & RIAL (1992), OLIVEN (1992), SANTOS et alli (1994), RIBEIRO (1991), QUEIROZ RIBEIRO (1994).

⁵ Segundo PRÉTECEILLE (idem, p.88) "no caso do Brasil, não podemos ter como parâmetro de globalização Rio ou São Paulo, mas sim levar em conta os diferentes processos de globalização, que dependem "de fatores nacionais e regionais das evoluções diferenciais de suas economias, que aliás dependem tanto ou mais dos efeitos das estruturas político-estatais e de sua crise do que de fatores internacionais".

Cordilheira Alta tem apenas 4 anos de existência legal sendo que anteriormente era um Distrito do Município de Chapecó.⁶ Nestes últimos quatro anos, Chapecó teve três distritos emancipados à município: Nova Itaberaba, Guatambu e Cordilheira Alta, o último a se emancipar, em 30 de março de 1992.

Assim como grande parte dos municípios do oeste catarinense, Cordilheira Alta tem sua economia baseada na Agroindústria, que tornou a região conhecida como "Pólo Econômico", com ênfase à criação de aves e suínos integradas às grandes indústrias frigoríficas (Sadia, Frigorífico Chapecó, etc).

A Região Oeste é conhecida oficialmente através de sua economia (agroindústria), impulsionada pelos empresários e colonos migrantes descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul à partir da década de 20, incentivados por Empresas Colonizadoras.

A busca de novas e "boas terras" foi atraindo cada vez mais os migrantes, que no Rio Grande do Sul já faziam parte das 3a e 4a gerações dos imigrantes europeus. A migração ocorreu, principalmente porque no RS as terras eram escassas para todos os herdeiros dos primeiros imigrantes. A ocupação de terras, incentivada pelas empresas colonizadoras, teve um período significativo principalmente a partir da década de 40 e que perdurou com bastante força até os anos 60.⁷

Cordilheira Alta assim como os demais municípios, em especial o ex-município-mãe, Chapecó, não ficaram e não pretendem ficar de fora do contexto econômico regional, nacional e mundial. O "pioneirismo" dos colonos descendentes de italianos que povoaram a região é reinventado nesta luta pela diferença e autonomia: a emancipação.

A situação de autonomia e poder nestes casos de emancipação reforça os valores tradicionais, como por exemplo, a origem cultural e étnica. Passa-se a estabelecer uma classificação através de estratégias de inclusão e exclusão.

Os interesses políticos e econômicos que se estabelecem no jogo entre o local, o regional e o nacional são investigadas nos discursos e representações de algumas categorias sociais e políticas de Cordilheira Alta que à partir do processo de emancipação vêm reconstruindo sua identidade local. A emancipação trata, portanto, de uma *luta classificatória* (BOURDIEU, 1989, p. 115) que define a identidade da população à partir de sua história, de suas origens étnicas e, principalmente, à partir de uma nova história, que passa a ser (re) construída com a criação do município.

⁶ Em 1991, Chapecó possuía uma população total de 122.889 ha e uma área territorial de 990 Km². Hoje, o município possui uma população de 112.000 ha e uma área territorial de 615,5 Km². Estes números indicam a fragmentação ocorrida nestes últimos anos no território de Chapecó.

⁷ Muito tempo antes do oeste catarinense ser povoado por migrantes italianos e alemães, outras regiões do estado foram ocupadas por italianos, alemães, poloneses, etc vindos da Europa ou até mesmo do Rio Grande do Sul, como é o caso de Nova Teutônia, que antes dos anos 20 atraiu migrantes em uma frente pioneira agrícola.

A identidade local e regional diz respeito à vários aspectos que norteiam o pertencimento. A economia e a questão político-administrativa definem o poder político já estabelecido e emergente, isto tudo em função do status e da etnicidade.

Produz-se também uma ideologia que é institucional e que colabora grandemente para a diferenciação. O IBGE (1991, p. 17) refere-se aos pequenos municípios do oeste e às relações estabelecidas dentro de um contexto regional:

A pequena população urbana e a frágil estrutura de serviços que oferecem esses centros não diminuem o comando que desempenham nas relações regionais. Ao contrário revelam a especificidade de uma rede urbana estruturando-se em uma região agrícola, cuja produção transforma-se cada vez mais em matéria-prima industrial. A ruptura da auto-suficiência e a crescente especialização alcançadas pela pequena unidade produtiva na sua inserção no mercado via agroindústria formaram no oeste catarinense um espaço produtivo fortemente regionalizado, no qual as relações do trabalho familiar com o grande capital se recolocam, contemporaneamente, a questão camponesa

Para OLIVEN (1992), nos contextos regionais, o culto da tradição é articulado com a modernidade e o progresso. A modernidade não elimina a tradição, pois esta última não se trata de algo descontextualizado no tempo e espaço, porque se trata de uma *tradição inventada*, e representada de várias formas no contexto atual.

O Rio Grande do Sul, assim como o Oeste Catarinense, possui uma posição singular em relação ao Brasil, em função de vários aspectos: geográficos, econômicos, culturais, históricos e políticos.

No que diz respeito à questão política, no decurso da história do RS e do Oeste Catarinense, sempre houve uma tensão entre autonomia e integração. A integração à Nação Brasileira destes territórios se deu muito mais tarde do que no resto do país.

A formação do município no oeste catarinense tem, à partir dos anos 20, com a atuação das empresas colonizadoras - estas respaldadas pelo governo estadual e federal - a representação de uma cultura específica a dos migrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul. A partir de 1917, com a criação dos primeiros municípios, o oeste catarinense passa a manter relações mais diretas com o governo do estado, principalmente a partir de lideranças locais vinculadas às empresas colonizadoras. A formação das primeiras vilas tem nas pequenas propriedades familiares a base de sua economia, bem como os limites territoriais que compõem a ocupação do espaço. É portanto, a partir deste contexto que um discurso regional passa a ser construído, tendo como base o mito do pioneiro/desbravador que "faz com as próprias mãos".

Nocões como "progresso e desenvolvimento", base da política de colonização oficial, passam a ser incorporadas ao discurso dos políticos locais, comerciantes, pequenos produtores e industriais, que justificam a sua identidade local e regional a partir de valores relacionados ao "trabalho", "à

luta", "ao sacrifício", simbolicamente diferenciadores das demais regiões do Estado. Este discurso é reforçado primeiramente pelos políticos locais, que sentem-se "distanciados" do governo estadual e também é justificado pelo governo estadual e federal, que através de uma política agrícola desenvolvimentista têm como objetivo estender oficialmente os domínios territoriais.

Antes da colonização ser *reconhecidamente oficializada* pelo governo do estado a região era vista, especialmente pelos políticos estaduais, como uma região de banditismo, uma terra onde "a lei era o trabuco"... aspectos que contribuíram para a construção deste discurso. Os constantes conflitos existentes entre os políticos locais reforçaram a construção desta imagem. De acordo com um relato de BREVES:

" Em meados de 1920, era eu auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras, quando esta recebeu instruções para se transferir para Chapecó, a fim de demarcar as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. O chefe da Comissão, engenheiro Eurico Borges dos Reis, disse então: - Não vou. Tenho mulher e filhos e essa é uma região onde se mata um homem por simples divertimento ". (1985, p.7)

Em seus registros sobre a região no período de 1920 a 1924, BREVES (idem, 14-16) descreve situações de conflito entre os colonizadores e outras lideranças locais, no que diz respeito à ocupação das terras. Segundo o autor, o colonizador Passos Maia, em uma primeira tentativa para conhecer as terras do velho Chapecó, através da criação da Sociedade Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, encontrou em Passo Bormann (então sede do município), impedimentos à sua entrada (por parte de Fidêncio Mello e João Pequeno), sob o pretexto de que as terras pertenciam a seus moradores e que ali não havia terras para colonizar.

Fidêncio (comerciante local) e João Pequeno (delegado) procuravam defender o seu poderio político e econômico ameaçando os "gringos", incitando os moradores, em sua maioria caboclos, através de argumentos segundo os quais os estrangeiros pretendiam expulsá-los das terras. Passos Maia ao se defrontar com as dificuldades viajou à Florianópolis com o objetivo de buscar garantias com o governador Hercílio Luz para a realização do empreendimento da colonizadora. O governador além de conceder as *terras devolutas* para a colonização, nomeou Passos Maia delegado especial do município. A partir deste momento inicia-se uma "sólida aliança política" entre Passos Maia e o governo do estado.⁸

Com certeza, as alianças políticas passaram a se consolidar, pois o governador encontrou nos colonizadores um meio de oficializar a ocupação do oeste catarinense, através da migração dos

⁸ As *terras devolutas* na verdade eram terras que antes da colonização estavam ocupadas pelos caboclos. A lei de terras de 1850, passou a impor uma série de exigências das quais os caboclos não tinham condições de cumprir. A regularização das terras custava caro para esta população, que aos poucos foi perdendo suas terras para os colonos, impulsionados pelas empresas colonizadoras.

colonos vindos do Rio Grande do Sul. Foi somente em 1929, que o governo do estado, através do governador Adolfo Konder, organizou uma comitiva de políticos e funcionários estaduais para fazer o reconhecimento da nova área, agora pertencente ao estado catarinense. Othon D'Eça - amigo íntimo de Konder - ficou encarregado de tomar notas e elaborar um diário de viagem sucinto sobre a "bandeira de Konder", que iniciou em 24 de abril e terminou em 16 de maio de 1929, período em que a comitiva percorreu desde Passo Bormann (hoje Marechal Bormann) até São João (atual Matos Costa). As notas deste diário transformaram-se em um livro, *Aos Espanhóis Confinantes*, onde Othon D'Eça descreve a região desconhecida a partir de uma perspectiva autobiográfica, em que detalhes mínimos são enfatizados sob um ponto de vista subjetivo, ou seja, o de um escritor erudito, que se depara com uma região "hostil e desconhecida". Fazendo uso de preceitos literários, o escritor do litoral descreve o oeste - agora catarinense - à partir de uma aura poética onde o "exótico" mistura-se com o "oficial".

Descreverei algumas passagens deste diário, que ao meu ver, contribuíram no sentido de oficializar o mito do desbravador/pioneiro tão presente no discurso dos oestinos, imagem esta não somente criada pelo colono mas também reforçada pelo litoral, principalmente, à partir dos governantes que desejavam (ainda desejam) reificar uma imagem positiva do estado catarinense baseada em valores como o trabalho, o progresso e o desenvolvimento.

ATHANÁSIO, no prefácio - *Vencer e Voltar* - comenta a obra :

Acolhido com festas e discursos em todos os rincões por onde passou, sentiu o presidente (sic) Konder a alegria e o entusiasmo provocado por sua presença. Ela reforçava nos corações a esperança de melhores dias e a afeição pela terra catarinense naquele povo solitário e isolado na distância. Sua visita era um acontecimento raro, talvez inédito em muitos lugares, ainda mais quando levava na caravana homens do governo, autoridades e auxiliares, tomando providências e iniciativa, numa espécie precursora de administração itinerante que só muito mais tarde se tornaria comum. (...) Todo seu livro é repassado de um sentimento de autêntico nacionalismo, de amor pelo país e pelo Estado, valorizando sempre sua gente e suas coisas (...) Mostra como foi penosa a conquista de nosso pequeno território e a exploração de suas riquezas ... (1992, p.15-16)

D' EÇA, inicia seu diário descrevendo a paisagem do lugarejo, com olhos de estrangeiro fascinado com a exótica e entrépida região:

" Passo Bormann me lembrou um grande quadro à espátula, à maneira de Zuloaga, batido a tintas vivas e brilhantes. (...) a vilazinha tinha ontem uma forte expressão de vida, um poderoso prestígio de beleza que, por ser original e próprio, fascinava e prendia. Principalmente para mim, homem do litoral, Passo Bormann (...) terá sempre um sabor novo de uvaia, de resina de pinheiro e de chimarrão " (1992, p. 21-22)

Em uma outra localidade chamada Goio-En continua a descrever as belezas naturais, sempre entrecortando o relato com a presença oficial da "bandeira", destemida diante dos perigos e agruras do "velho oeste" :

" A " bandeira" iniciou a sua " entrada" no sertão bruto, sob um signo propício. Vamos é certo, para o desconhecido, rolando rio abaixo (...) Há perigos ? Há desconfortos ? Há escolhos a vencer que importa ? (idem, p. 23)

Após descrever os perigos vivenciados nas corredeiras de um rio, a aventura já não se traduz somente em belas paisagens :

"Não vejo o motivo por que ele (o guia) não nos conduz a um bom hotel, com lumes civilizados e um jantarzinho fumegante e cheiroso" (idem, p. 25)

O poeta da comitiva prossegue em seu diário, descrevendo em detalhes os atos públicos realizados nas pequenas localidades, pelas quais o governador passava, ressaltando o "espírito cívico" de Adolfo Konder em relação aquelas " gentes desejadas" :

" ... junto a uma igreja em construção, cercado pelos diretores da Companhia Colonizadora Sul Brasil e por inúmeros colonos e suas famílias, o presidente agradece uma saudação de boas vindas. São ensinamentos cívicos; apelos à energia dos colonos para o arroteio da gleba feracíssima. E , por sobre esses belos motivos, como um pálio aberto, a exaltação eternecida da terra brasileira, o amor pelo Brasil " (idem, p.32)

A minha intensão ao citar estes relatos , é a de tentar contextualizar um momento histórico e político específico que muito contribuiu para a construção de um discurso regional, que ainda hoje têm se reproduzido sob novas estratégias políticas e econômicas. Também procuro chamar a atenção para as estratégias políticas oficiais utilizadas pelos governantes, no sentido de "integrar" a região oeste ao território estadual e nacional.

Estou buscando formas de entender , como diz ANDERSON (1989, p. 63), "de que modo organizações administrativas criam significado". A partir destas primeiras reflexões percebo a necessidade de inteirar-me de algumas noções centrais para avançar rumo ao entendimento da problemática: a invenção do município.

1. A Teoria

Estou tratando ao mesmo tempo de várias noções, e pelo fato de estarem contidas historicamente e teoricamente uma nas outras, faz-se necessário uma definição para que possamos entender onde pretendo chegar.

De acordo com ANDERSON (idem, p.28) na concepção moderna a soberania do Estado é plena, categórica e uniformemente atuante sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. A minha intenção é justamente refletir sobre os limites desta concepção de "unidade política territorial" que tem sido atribuída ao Estado-Nação e que juridicamente é atribuída tanto aos estados quanto aos municípios.

Interessa-me mostrar, em especial, as especificidades da formação do município no oeste catarinense. Estas especificidades estão pautadas sob práticas e discursos que têm sido construídos através de representações políticas, econômicas e étnicas. As possibilidades da diversidade dentro do Estado-Nação devem ser entendidas, segundo RIBEIRO, G. (1991, p.16) através da "complexidade da organização institucional e das intrincadas e múltiplas articulações de grupos de poder".

Neste sentido a noção de território a que me refiro, deve-se ligar sempre a idéia de poder, "quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais ..." (ANDRADE, 1994, p.213)

De acordo com FOUCAULT (1985, p. 221) a questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado. Não se pode entender o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo, nem imaginar seu desenvolvimento tecnológico sem a existência, ao mesmo tempo, dos aparelhos de poder.

No que diz respeito à criação de novos municípios - estes inseridos portanto, juridicamente no território do Estado-Nação, o que temos que levar em consideração, são as forças políticas estabelecidas. Isto porque de acordo com ANDRADE (1994, p. 215) "a sobrevivência do estado depende do equilíbrio que possa estabelecer entre o Poder central, os poderes locais e regionais".

No estudo de caso específico procurei identificar a construção das "categorias nativas" sobre *espaço e territórios vividos*,⁹ representação e identidades municipais/regionais, antes e depois da emancipação do município de Cordilheira Alta.

O pertencer à determinado território trata-se, portanto, de um processo simbólico de classificação. A identidade local através da emancipação passa a reafirmar seus limites, não somente político-administrativo, no sentido geográfico, mas também os seus limites culturais.

Uma contribuição interessante de SILVA (1992), é a oposição que o autor estabelece entre *nação e território diferencial*. A Nação é um território que se apresenta como uma unidade e extensão geográfica empírica, com um mapa respectivo. No território diferencial as diferenças não

⁹ Tomo as noções de território e espaço no sentido de SILVA (1992), BOURDIEU (1986), RAFFESTIN (1993) e FRÉMONT (1980). Espaço e Território enquanto espaço vivido de representações, coletivas e individuais, onde papéis e posições sociais são acionados estabelecendo redes de relações sociais.

são representadas por mapas mas marca os limites através de operações simbólicas. O próprio limite pode ser visual mas é também simbólico.

" El territorio en su manifestación diferencial es un espacio vivido, marcado y reconocido así en su variada e rica simbología. El uso social de un espacio marca los bordes dentro de los cuales los usuarios "familiarizados" se autorreconocen y por fuera de los cuales se ubica al extranjero o, en otras palabras, al que no pertenece al territorio " (idem, p. 52-3).

Para SILVA, os mapas representam a visão territorial oficial e não o território imaginado e representado pela população que o habita. O mapa representa uma unidade e não um território diferenciado (pela tradição, língua, memória coletiva, etc). Diferencia mapa de croqui, dizendo que o território é um croqui. No croqui está representada a dinâmica cultural, já o mapa é estático.

Para BETTANINI (1982, p.118), "estudar o espaço vivido significa superar a dimensão do espaço-extensão, ou suporte das atividades, para acolher a noção de *representação do espaço*, como espaço construído através do olhar das pessoas que o vivem-habitam".

A representação do espaço é geralmente produzida pelas ações, valores e ideologias. É a partir das relações que se estabelecem entre os indivíduos e grupos entre territórios é que podemos verificar os seus significados.

No estudo de caso específico três momentos foram fundamentais para pensar as identidades em Cordilheira: o momento anterior a emancipação (o projeto reivindicatório), a emancipação em si (a legalização) e o mais importante, o momento presente desde a emancipação efetivada.

É através das *representações coletivas e individuais* (cf. BOURDIEU) que a identidade se manifesta, tanto nos discursos ideológicos, como nas práticas do cotidiano - relações de trabalho, de vizinhança e parentesco, de lazer, etc.

Estas representações não acontecem por acaso. Elas são pensadas e planejadas pelos atores políticos e sociais. O Projeto emancipatório é antes de mais nada um *projeto político* (idem) que tem por objetivo conquistar e garantir um espaço de representação, ou seja, a unidade que é o município.

A etnicidade é a base que fundamenta estas representações. A origem étnica é a constituidora da história passada e presente de Cordilheira. A população em sua maioria (descendentes de italianos) formam uma unidade étnica que estabelece todas as demais relações (econômicas, religiosas, morais, políticas, sociais, etc).

Para BARTH (1976), somente o isolamento geográfico e cultural não são fatores suficientes para explicar as diferenças, pois mesmo em situações de contato interétnico e de interdependência entre grupos distintos as diferenças persistem.

A partir disto BARTH vai definir grupo étnico enquanto um *tipo organizacional*, procurando verificar os diferentes processos que geraram a conservação destes grupos, centrando a investigação nos limites étnicos e sua persistência (idem, p. 10- 11).

Para o autor, as diferenças somente são percebidas em situações de *relações sociais e de conduta* (idem, p. 17) . Nestas relações as diferenças são representadas através de sinais e emblemas , mas principalmente por *juízos de valor e de conduta*, ou seja, "o aspecto organizacional é um conjunto de regras que regula os encontros sociais interétnicos" (idem, p. 18)

Não são somente limites geográficos e muito menos aspectos culturais isolados (língua, religião, etc) que definem a identidade de um grupo ou de uma sociedade. Na maior parte das vezes a identidade não é visível. Nós temos que buscá-la nas representações.

Segundo BOURDIEU (1989, p. 112), é na prática social - o que ele chama também de realidade objetiva- é que devemos buscar as representações coletivas e individuais. O autor refere-se a dois tipos de representações: *as representações mentais* (língua, dialetos, ideologias, etc) e *as representações objetais* (emblemas, bandeiras, insígnias, etc); ou também em atos que seriam estratégias interessadas em manipular símbolos que tem em vista a representação mental.

A realidade e a representação não estão separadas. Uma contém a outra. É preciso romper com a noção que separa uma da outra. É através das classificações destas representações que teremos uma noção à cerca do que quer dizer as lutas e reivindicações regionais. Para BOURDIEU, lutas regionais ou lutas de identidade étnica são duas questões interrelacionadas. Para percebermos estas lutas na prática social devemos verificar os *Princípios de di-visão* (idem, p.113), que ao mesmo tempo que deixam claros os limites do pertencimento, deixam claras as visões de mundo que possibilitam essa divisão. São estes princípios, portanto, que "realizam o sentido e o consenso sobre a identidade e a unidade".

Neste sentido, segundo RAFFESTIN (1993, p.153), "definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir, implicam a noção de limite: é preciso delimitar. Falar de território é falar de uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato a delimitação".

Desta forma, as identidades locais e regionais representam não apenas uma delimitação territorial física mas sim uma delimitação simbólica e ideológica. No caso dos municípios, o território delimitado se torna simbólico e ideológico. De acordo com RAFFESTIN (idem, p. 165), "o limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder".

Diante do fato jurídico da unidade estatal e da centralidade da política econômica e financeira do estado, os municípios reivindicam tratamentos especiais ou para as suas dificuldades econômicas e políticas ou como reconhecimento para a sua visibilidade. No caso do oeste catarinense, as reivindicações políticas sempre foram justificadas em função do "isolamento" da região em relação aos demais centros de decisão. O discurso oficial construído reivindica, politicamente, um maior espaço de decisão para uma região, considerada - pelos políticos locais, empresários, agricultores - pólo econômico do estado e do país.

Por outro lado, o governo federal e estadual não se isentam totalmente desta imagem que é construída da região. Para RAFFESTIN (idem, p. 182), é inteiramente da lógica do Estado construir uma imagem da diversidade que ele assenta sobre a uniformidade. A região não está ausente das preocupações do estado, ao contrário : ele corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra (...) o mapa, mas não o território que deve permanecer essa cera, prestes a receber todos os selos conforme as necessidades do poder central.

O ato de traçar fronteiras, de separar e de estabelecer limites é um *ato de direito* (BOURDIEU, 1989, p.114). Essas delimitações não são naturais, nem tampouco é natural o ato jurídico. A diferença cultural é produto deste ato, como também o contrário é verdadeiro. Para o mesmo autor " o que faz a região não é o espaço , mas sim o tempo, a história" (idem, 115).

De acordo com IZARD (1981, p. 341), "todo grupo tem uma espacialidade e uma temporalidade, em outros termos uma territorialidade e uma segmentaridade, que constituem a dimensão de sua história ". Para o autor, a constituição de um território está diretamente relacionado à questões étnicas, linguísticas e políticas. Ele chama a atenção para as relações de poder que se estabelecem em função das hierarquias de parentesco do reino africano yatênga. A identidade grupal deste reino está, portanto, ligada à forma pela qual este Estado se estabeleceu espacialmente através do tempo histórico. A organização social e política deste reino, pautada em uma diferenciação hierárquica é que define a identidade que os diferencia de outros grupos.

O contexto histórico de delimitação de territórios no oeste catarinense -e mais especificamente da micro-região de Chapecó- , é um processo histórico permeado de lutas entre etnias distintas. Muito antes da Guerra do Contestado, a região era basicamente ocupada em sua maioria por índios da Nação Kaingang , que foram praticamente dizimados pelas frentes pioneiras vindas de São Paulo. Durante o Contestado, confrontaram-se indígenas, os " caboclos" e fazendeiros (em sua maioria paulistanos e paranaenses, descendentes de portugueses). Na 2ª frente colonizadora (anos 30 e 40), muitos confrontos étnicos aconteceram entre "caboclos", indígenas e os migrantes vindos do Rio Grande do Sul.

Cordilheira Alta através da emancipação cria novas formas de luta e classificação para marcar os limites de sua identidade étnica. Através de um projeto político - representado principalmente por agentes sociais reconhecidos em função de suas posições sociais e econômicas - uma nova ordem é instaurada: a reivindicação à diferença, onde forças político-partidárias são representadas através de plebiscitos, alianças políticas e eleições municipais.

Os estudos sobre etnicidade estão pautados sobre a noção de direito à diferença - ou seja, etnicidade pressupõe lutas e classificações. As marcas de visibilidade de uma identidade surgem em situações diversas que contém discursos ideológicos portadores de diferenciações. As ações e representações que definem a identidade de um grupo social se apresentam de formas diferentes em épocas e espaços distintos. A identidade social não representa um período histórico específico e muito

menos marcas e símbolos definitivos. A construção de uma identidade é fundamentada em um processo dinâmico que a todo instante está redefinindo os critérios desta identidade.

BOURDIEU refere-se à um *sistema simbólico* construído objetiva e subjetivamente à partir de discursos, juízos de valor, palavras, etc, que dão suporte às relações sociais. Quando fala em *poder simbólico*, ele está querendo romper com a visão dualista do dominante e do dominado. Segundo ele, tanto o agente dominante como o agente dominado "estão sempre envolvidos em lutas de diferentes formas, sem por isso, serem antagonistas" (1989, p.153)

O espaço de representação - o distrito - transformou-se em um novo espaço construído, sendo que o velho espaço assume novas dimensões de significados. A representação coletiva, através dos líderes locais "é o produto do código geral da cultura administrada pela ordem institucional" (BETTANINI, 1982, p.97).

A expressão espaço de representação é emprestada do historiador alemão Mosse, que identifica nos símbolos, nas cerimônias e nos monumentos da Alemanha pré-nazista e nazista "meios de auto-expressão nacional" através dos quais, justamente o conceito de pátria se representa. (idem, ibidem).

"O espaço de representação, próprio da sociedade no statu nascenti, é portanto reapropriação. É a partir da institucionalização desta nova ordem que o espaço de representação se objetiva em novas construções " (idem, ibidem, 1982, p. 99)

A nova ordem municipal, como elemento de legitimação, produz novos significados, em relação aqueles já existentes. Os processos institucionais se constituem a partir de símbolos resgatados da história cultural e social, e constantemente transformados nas relações e jogos de identidade e poder.

2. A Pesquisa

A partir do momento em que defini a problemática, por razões metodológicas resolvi escolher um município que recentemente tivesse se emancipado no oeste catarinense. Centrei a pesquisa na micro-região de Chapecó e escolhi um, entre os três distritos que se desmembraram de Chapecó; o município escolhido foi o de Cordilheira Alta, pois dentre os municípios que foram emancipados recentemente este possuía algumas particularidades culturais, sociais e econômicas, as quais responderam as questões inicialmente levantadas por mim no projeto.

As particularidades a que me refiro dizem respeito, em especial, a algumas características básicas de seu perfil: o município é um dos menores (entre os recém-emancipados) quanto à extensão territorial (74,7 Km); não apresenta grande índice de pobreza; sua economia está centrada na agroindústria; a população é em grande maioria descendente de italianos (99%); ou seja, a questão étnica é fundamental neste contexto, definindo a maioria das relações entre o "nós" e os "outros".

Quando escrevia o projeto de pesquisa, alguns comentários de meu pai fragmentados em minha infância/adolescência vieram à memória; ora ou outra ele dizia que essa "raça" é "avarenta" e "louca por dinheiro" mas, por outro lado, lembro-me de ter ouvido diversas vezes que "o pessoal do litoral não trabalha, eles só pescam e comem peixe".

Pessoalmente tive algumas razões para a escolha: eu já tinha o mínimo de conhecimento sobre o município em função das poucas vezes em que lá estive em minha adolescência. Somente após ter realizado a pesquisa de campo é que percebi o significado de alguns comentários emitidos por descendentes de italianos e conhecidos de minha família no município vizinho, Chapecó. Segundo eles, a Cordilheira Alta se emancipou porque tem a força dos "Tozzo". Inclusive, o município é ironicamente chamado de "Tozzolândia", em função da posição política e econômica da família na região. Estas e outras questões - que foram sendo definidas no decorrer da elaboração do projeto - foram solidificando e definindo a minha disposição de planejar e executar o presente estudo de caso.

Por estas razões - e outras mais diretamente ligadas à metodologia - escolhi Cordilheira Alta. Já conhecia alguns moradores e de certa forma venho mantendo algum contato com a região, através da ligação desenvolvida por minha mãe em seu trabalho como professora de duas escolas do município (uma na sede e outra na linha Fernando Machado) o que, sem dúvida, poderia contribuir e enriquecer a minha tarefa. Este fato, na prática, foi de grande importância se levarmos em consideração os laços afetivos presentes no próprio contexto subjetivo da minha pesquisa; creio que isto também colaborou para a determinação de critérios rígidos quanto à minha disciplina e o meu envolvimento com o universo observado - e vivido em parceria com os habitantes de lá - enquanto pesquisadora. Entre as dificuldades encontradas, o deslocamento pelas comunidades do interior do novo município (já que não circulam ônibus nessas estradas vicinais) merece destaque. Somente em Fernando Machado e na sede do município encontrei algumas facilidades no tocante a esse tema, já que os meios de transportes coletivos chegam nestes lugares em função das rodovias que ligam estas localidades à outros municípios. A maior parte das entrevistas foram realizadas na sede do município, com políticos, comerciantes, empresários, professores, líderes comunitários, funcionários municipais e outros moradores em geral.

A pesquisa dividiu-se em duas etapas principais. Elas envolveram alguns recursos metodológicos diferenciados. O primeiro momento foi uma visita rápida em outubro de 94 a Cordilheira. Na oportunidade realizei uma primeira entrevista com o prefeito do município que me falou do processo de emancipação e as suas diferentes etapas. Estes esclarecimentos me ajudaram posteriormente na consulta do projeto pró-emancipação arquivado na Assembléia Legislativa. Nesta mesma ocasião visitei, em Chapecó, a AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste Catarinense), a Biblioteca Municipal e a UNOESC (Universidade do Oeste Catarinense). Nestas visitas realizei o que classifico como uma "pesquisa documental", na qual recolhi dados sobre o novo município, matérias em jornais e revistas, além de uma bibliografia básica, que chamo de "literatura regional", sobre o

município-mãe, Chapecó, e outras referentes ao oeste catarinense. Tive a oportunidade de tirar várias fotografias no município, tanto na sede como em Fernando Machado.

O segundo momento da pesquisa abrange cerca de dois meses consecutivos (de março a maio de 1995), durante os quais realizei entrevistas no município de Cordilheira e em Chapecó. Além disso participei de alguns eventos culturais e solenidades comemorativas ao terceiro aniversário de Cordilheira Alta, em março de 1995.

A minha primeira experiência visual (no início das observações), pode ser inserida apenas como um despretençioso exercício; uma tentativa de mapear alguns espaços de forma fragmentada. A fotografia trata-se de um recurso metodológico bastante importante, desde que o pesquisador tenha um roteiro a fotografar e que esteja, de certa forma, ligado ao contexto da problemática.

ROLNIK realiza uma reflexão que diferencia o método cartográfico e o mapear. Para a autora "cartografar é fuçar, espiar, sondar, prescrutar o mundo que se vai inventando". "A cartografia se distingue do mapa. É que o mapa delinea os contornos do território tais como foram estabelecidos (...) o mapa só cobre o visível (...) A cartografia se faz ao mesmo tempo que o território". (1987, p.12)

Através da pesquisa documental histórica, eu selecionei alguns mapas geográficos que colados ao texto histórico nos dão a dimensão do visível, ou seja, transformação/fragmentação político-administrativa ocorrida no oeste catarinense. Estes métodos dão conta do "visível", como diz ROLNIK, mas não do "invisível", do ideológico e da representação.

Neste sentido, passei a refletir sobre aspectos que envolvem a metodologia e a subjetividade do pesquisador. Passa um pouco pela reflexão de DA MATTA (1978), sobre "transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico".

Acredito que no meu caso específico, vivi muitos momentos ambíguos pois tive que me esforçar para ultrapassar as "primeiras impressões". Esta discussão passa principalmente pelas mudanças teórico-metodológicas que vem acontecendo na Antropologia, sobretudo nos estudos de sociedades complexas. Eu, enquanto pesquisadora, estudei um universo do qual já vivi momentos específicos. Foram momentos de passagem, que se prolongam em função da relação que membros da minha família, especificamente minha mãe, estabelecem enquanto professora, neste universo. O antropólogo, portanto, passa a estudar a sua própria cultura.

Durante todo o trabalho de campo me questioneei constantemente se o fato de eu ser descendente de italianos e a minha família morar no município vizinho, Chapecó, poderia estabelecer um nível maior de subjetividade ou menor de objetividade ao trabalho realizado. Estas questões estão sendo discutidas pela antropologia e em nenhum momento se tem negado um grau de envolvimento em pesquisas deste gênero.

Por saber que transitava em um "campo minado", tive que ser prudente em muitas ocasiões, pois percebi que a minha presença naquele território poderia suscitar muitas interpretações. Houve

instantes em que senti que os entrevistados evitavam falar sobre as "richas políticas" existentes no município - embora eu não tivesse insistido neste assunto. Somente o fato da grande maioria dos entrevistados falar que estava tudo maravilhosamente bem no novo município, reflete o caráter conflituoso destas relações. Em uma determinada ocasião, encontrei por acaso o prefeito saindo do prédio da prefeitura e ele me indagou : "Você sabe se existe outra mocinha fazendo pesquisa no município ? ". Eu achei que ele estava brincando e respondi que não sabia. Em seguida lhe perguntei o porque da preocupação. Ele me respondeu com um certo tom de brincadeira : " É que me contaram que andam perguntando por aí se o prefeito tá fazendo as coisas direitinho no município".

Creio ter estabelecido um "diálogo - não somente enquanto algo verbal através de uma conversa ao acaso, por exemplo - e sim no sentido de CRAPANZANO, (1991), que está preocupado com o diálogo e suas representações:

"Diálogo é um método cultural e historicamente definido de conceber certas transações verbais e tem, enquanto tal, uma força retórica considerável. Nas discussões antropológicas mais recentes, "diálogo" parece às vezes substituir "observação participante".

Este "diálogo" de que fala Crapanzano, pode ser um diálogo entre somente duas pessoas, mas não é somente isso. Trata-se de uma relação dialógica. A relação dialógica no campo está repleta de relações de poder de ambas as partes.

"O nativo cede ou parece ceder , ao gênero em que insiste o etnógrafo... não se deve supor, contudo que mesmo quando o nativo parece ter concordado com as convenções da entrevista, ele as tenha entendido como o antropólogo as estude e as tenha aceitado como este deseja" (1991, p. 69)

Nesta relação dialógica, o antropólogo tem poder para direcionar o que lhe interessa, assim como os entrevistados possuem seus próprios métodos para fugir das "xereticas" do etnólogo, como nos relatou Pritchard em sua experiência com os Nuer.

Desde o início da pesquisa percebi, que uma maneira estratégica para chegar à questões como relações interétnicas, relações de poder, e etc seria partir inicialmente da história pessoal dos entrevistados. Isto me possibilitou, em determinados momentos, direcionar a entrevista para questões mais delicadas às quais eu percebi que não deveria tocar diretamente.

De acordo com CAMARGO et alii (1983) , as histórias de vida, podem ser categorizadas em alguns modelos de análise. A análise irá variar em função da problemática de pesquisa e a maneira como o método será utilizado nas diferentes situações do trabalho de pesquisa.¹⁰ Neste sentido, eu

¹⁰ Os modelos de análise citados por CAMARGO et alii (1983, p.11-12) são: *autobiografia; entrevistas biográficas; histórias de vida como fonte complementar de pesquisa e histórias de vida como suporte da pesquisa.*

utilizei como método a *entrevista aberta*, dando ênfase em alguns casos à *história de vida* como suporte da pesquisa.¹¹ Para CAMARGO et alii (idem, p. 13) :

Uma entrevista de tipo aberto tende a coletar dados utilizando a experiência dos atores especialmente comprometidos com o objeto de estudo, mas se define como *história de vida* na medida em que utiliza a experiência do ator de maneira *longitudinal*, buscando encontrar padrões universais de relações humanas e percepções individuais, além de interpretações sobre a origem e funcionamento dos fenômenos sociais, através das articulações temporais fornecidas pelas entrevistas.

Com os mais idosos , procurei priorizar a história de vida, dando ênfase à aspectos como a migração, as origens, os "primeiros tempos", o trabalho, as relações de parentesco e vizinhança, a política, as mudanças que foram ocorrendo até o momento da emancipação do município. Percebi que este tipo de abordagem é muito gratificante para o entrevistado, pois eles sentiam-se "orgulhosos" em poder falar sobre as "lutas" enfrentadas durante as suas vidas. Em meu segundo dia de campo tive a oportunidade de participar de uma reunião do grupo de idosos na Linha Fernando Machado. A reunião é realizada quinzenalmente e dela participam idosos de várias localidades que pertencem ao município. Eles se encontram em Fernando Machado pelo fato de que esta localidade é o centro das atividades religiosas e de lazer, e os espaços para estas atividades já são tradicionais, como a igreja, o salão paroquial e escola estadual. Nesta ocasião , conversei com a coordenadora e expliquei o meu objetivo de pesquisa. Ela explicou ao grupo o porque da minha visita e solicitou que alguns deles se dispusessem a conversar comigo. Consegui agendar 15 entrevistas em três localidades: Fernando Machado, Linha Savaris, e Linha Dianista.¹²

Nas demais entrevistas, inicialmente adotei a técnica da *história de vida* sendo que posteriormente procurei priorizar as questões relativas ao processo de emancipação, à criação do município, às pessoas envolvidas, às mudanças ocorridas a partir da emancipação, o que foi realizado no município, quais os projetos futuros, as prioridades, etc..

Na segunda etapa da pesquisa eu havia definido, de início, um roteiro de entrevistas e alguns caminhos metodológicos que em sua maioria foram seguidos durante os dois meses de campo. Como meta, procurei seguir o esquema inicial, porém em alguns momentos as entrevistas foram sendo agendadas conforme a dinâmica e logicamente os contratempos encontrados em campo.

¹¹ Neste caso, as histórias de vida, são utilizadas como suporte principal, pois revelam a rede de relações sociais. "As experiências humanas são descritas em sua dimensão temporal e permitem alcançar os mecanismos de funcionamento da estrutura social que as contém. Isto é, em um momento decisivo da análise, o discurso do ator - com sua individualidade e especificidade - é decomposto, reagrupado e interpretado, e pode ainda diluir-se na trama social que integra o conjunto de atores. Muitas vezes esses discursos são interpretados segundo a posição funcional ou de classe que cada ator ocupa no interior da estrutura social ". (CAMARGO et alii, 1983, p. 12)

Na primeira semana em campo, eu procurei entrevistar pessoas que pudessem me abrir outros caminhos, em função de suas posições, enquanto lideranças no município. Realizei então uma primeira entrevista com a secretaria de Educação, Cultura e Esportes, que me forneceu dados sobre os membros da Comissão Pró-emancipação, nomes das escolas municipais e suas localizações, nomes dos presidentes das APPs (Associação de Pais e Professores), bem como dados referentes à Programação da semana em comemoração ao III aniversário de emancipação político-administrativa de Cordilheira, que aconteceu de 25 a 30 de março de 1995. Tive a oportunidade de participar de diversas solenidades públicas nesta semana de aniversário: sessão solene da entrega da lei orgânica, inauguração do Centro Integrado de Educação Ludovico Júlio Tozzo (o "grande" acontecimento da semana), Jantar Típico Italiano organizado pela prefeitura e grupos de idosos do município, inauguração de campos de futebol nas linhas do interior, campeonato municipal de futebol suíço, etc.

Através de pessoas estratégicas, tive facilidade em entrevistar as diretoras, alguns professores e também zeladoras das escolas estaduais. Sempre que senti necessidade, utilizei o nome e a posição de minha mãe para me aproximar dos entrevistados. Este fato porém, não deixou de despertar dúvidas e questionamentos por parte dos informantes sobre o objetivo do meu trabalho. Muitos deles perguntavam se era "pesquisa encomendada pelo prefeito?", ou então, se era alguma coisa do governo (estadual) já que eu morava em Florianópolis. Confesso que foi muito difícil encontrar palavras, para lhes explicar sobre o que tratava o meu trabalho, embora eu nunca tenha entrado em detalhes. Em praticamente todas as entrevistas, eu lhes dizia que havia interesse da Universidade Federal, em estudar sobre esse fenômeno que estava acontecendo em todo o Brasil, e em Santa Catarina, especialmente no oeste onde muitos municípios estavam se emancipando. Dependendo do entrevistado, este esclarecimento, lhes motivava a falar sobre diversas questões. Por um lado, principalmente por parte dos políticos, funcionários municipais, alguns comerciantes, empresários, etc, justificaram que a emancipação trouxe melhorias, mais facilidades, um centro de decisão mais próximo, mais autonomia, desenvolvimento, etc; por outro, alguns entrevistados não ligados diretamente à estrutura de poder local, apontaram os "limites", pois nem todas as pessoas estão sendo "beneficiadas" com a criação do município.

No segundo período, eu realizei entrevistas abertas com diferentes categorias de informantes, pesquisa documental no decorrer de todo o trabalho de campo, além de um trabalho de documentação visual, que buscou registrar os lugares e espaços visitados (como a prefeitura, o comércio, as empresas, as pequenas propriedades, as escolas, as residências, as obras realizadas, os eventos e etc), bem como registrar os sujeitos da pesquisa, em alguns momentos com a pesquisadora, em outros sem a presença da pesquisadora. Este exercício de antropologia visual, foi uma experiência principiante, já que a pesquisadora não é fotógrafa profissional e se deparou com algumas dificuldades técnicas. Em determinados momentos da pesquisa eu tive a valiosa colaboração do meu companheiro, Gilberto Motta, que com sua criatividade, registrou fotograficamente momentos

importantes da pesquisa. Na verdade, neste exercício fotográfico eu não me preocupei em que fossem registrados momentos diretamente relacionados à problemática, embora algumas fotografias revelem situações significativas no que diz respeito à diferentes representações da identidade local.

A seguir vou sistematizar os procedimentos de pesquisa adotados e as fontes utilizadas:

1- Pesquisa documental em: jornais, revistas, livros, mapas, atas de assembléias, documentos oficiais (processo da emancipação, constituição federal, constituição estadual, lei orgânica, relatórios da AMOSC, da Prefeitura Municipal, folders, etc). Além disso, considero material etnográfico importante: fotografias (muitas delas fornecidas pelo setor de documentação da prefeitura)

2- Entrevistas abertas:

1. com 13 idosos (homens e mulheres), primeiros moradores ou filhos dos primeiros moradores;

2. com 29 membros de algumas famílias de cada localidade (área urbana e área rural. Nestas entrevistas, a maioria (23) eram pequenos proprietários rurais, e 6 eram diaristas e agregados não-proprietários;

3. com 10 membros do movimento pró-emancipatório, as quais objetivaram resgatar esse processo;

4. com as autoridades municipais (prefeito, vice-prefeito, 12 vereadores - 9 titulares e 3 suplentes), 4 secretários municipais, funcionários públicos municipais e estaduais (1 assistente administrativa, diretor de educação (cargo de confiança), diretor de tributos (cargo de confiança), secretária da Câmara de vereadores, operador de máquinas, técnico agrícola, agrônomo, funcionário do posto do BESC, auxiliar de enfermagem e auxiliar administrativa do posto de saúde de FM, 2 funcionários da polícia militar, 7 funcionários das Organizações Tozzo, funcionário de uma empresa britadora, 5 comerciantes, 5 empresários, autônomos (farmacêutico, cabelereiro, funcionário do posto Bamerindus, dono do cartório, mecânico, etc)

5. com 7 lideranças das escolas e igrejas, como por exemplo: diretores, professores, zeladores, grupos de mães, grupos de jovens, associação de pais e professores, etc;

6. com 8 pessoas do Município vizinho, Chapecó (realizei uma entrevista com o prefeito municipal, com a assessora jurídica da ALMOC (Associação dos Legisladores Municipais do Oeste Catarinense), com o acessor de imprensa da prefeitura, com uma funcionária da AMOSC, funcionários da SADIA e Frigorífico Chapecó (responsáveis pelo setor de integração agroindustrial) e 1 empresário e médio produtor.

3. Observação Participante : Paralelamente a estas entrevistas participei de alguns eventos culturais e solenidades públicas municipais (inaugurações, atividades cívicas, pronunciamento de autoridades, etc);

* * * * *

Nesta Introdução procuro dar conta das diversas questões relacionadas à problemática e a fundamentação teórica e metodológica deste trabalho. Busco relacionar as principais questões que envolvem a formação do município brasileiro e as suas relações com as demais instâncias governamentais, bem como os jogos políticos e econômicos que se estabelecem entre uma cultura regional específica e o contexto nacional.

O primeiro capítulo trata da *"invenção do município"* em um contexto mais amplo : o nacional. A partir de uma reconstituição histórica, objetivo mostrar de que maneira o município têm sido "inventado" à partir da ocupação do território e suas relações com a história econômica e política , constantemente permeada por determinações jurídicas constitucionais.

O segundo capítulo, *"Autonomia Municipal" : descentralização ou crise do Estado-Nação ?* , busco sistematizar sobre várias opiniões teóricas à cerca do lugar do município no Estado-Nação, chamando a atenção para um novo contexto em que ocorre um reordenamento dos papéis políticos e econômicos. A partir deste novo quadro político-administrativo proporcionado pela lei e - como defendem alguns autores , por um processo de redemocratização que surge no país principalmente através da constituição de 1988 -reflito sobre os limites desta reordenação e sobre as complexas relações que envolvem o poder local, estadual e nacional.

O terceiro capítulo, *"A atual reordenação política e econômica do Estado-Nação: as emancipações político-administrativas"*, têm como objetivo caracterizar e contextualizar , a atual reordenação política do País, tendo como base as emancipações de novos municípios. Inicialmente, apresento um quadro geral da criação de municípios atualmente no Brasil. Em seguida, pretendo contextualizar através de quadros demonstrativos da criação de municípios no estado de Santa Catarina e suas várias formas de desmembramento em diferentes momentos históricos. Finalmente procuro mostrar a singularidade do oeste catarinense dentro deste atual quadro político-administrativo em função de uma cultura regional específica; busco demonstrar que 60% dos municípios emancipados no estado de 88 para cá estão em uma região colonizada principalmente por imigrantes italianos.

O quarto capítulo, *"Contextualização Histórica do Oeste Catarinense"* , visa caracterizar a especificidade de uma região no que diz respeito à ocupação do território, os conflitos étnicos estabelecidos em função da atuação das empresas colonizadoras que estimularam a formação de um poder local caracterizado principalmente a partir das atividades econômicas instituídas pelas empresas agroindustriais. Esta contextualização procura não perder de vista as relações políticas e econômicas estabelecidas em nível estadual e nacional, através das alianças político-partidárias que contribuíram

decisivamente para a concretização de um projeto desenvolvimentista cujo principal objetivo foi a expansão territorial e econômica do Estado Nacional.

O quinto capítulo "*Cordilheira Alta: a formação do poder local*", objetiva mostrar como um novo modelo de município têm sido inventado no oeste catarinense, chamando a atenção sobre um discurso oficial que vêm sendo (re) inventado através de novas roupagens, diferentes do período de colonização, estimulada com a vinda de migrantes italianos do Rio Grande do Sul a partir da década de 20. Este capítulo busca mostrar de que maneira o poder local se estruturou a partir da representação política e econômica de membros de algumas famílias que se consideram "pioneiras" no município. O discurso do pioneiro/desbravador têm sido reafirmado atualmente a partir do processo de emancipação e estruturação do novo município que busca neste discurso viabilizar um espaço político e econômico para a unidade político-administrativa diante de um contexto regional, estadual e nacional.

No sexto capítulo, "*Identidade municipal: a "nova ordem" local e regional*", procuro mostrar de que maneira o poder público tem buscado uma visibilidade diante da nova reordenação política e econômica a que está inserido. A partir de um discurso oficial - as diversas categorias envolvidas (políticos, funcionários municipais, comerciantes, empresários, agricultores, etc) - têm, por um lado reproduzido o discurso do pioneiro/desbravador - que é justificado em função de valores como a autonomia, o desenvolvimento, o progresso, valores estes que têm fundamentado uma identidade local. Por outro lado, o poder municipal se vê diante de questões mais complexas que não dependem somente das ações municipais, como por exemplo, as mudanças impostas por um sistema econômico global que cada vez mais tem excluído os pequenos produtores rurais deste sistema. O município de Cordilheira Alta se vê diante de uma nova realidade que apenas está iniciando e neste sentido, finalizo o capítulo levantando algumas reflexões sobre o lugar do pequeno produtor rural diante de um novo contexto de mercado e de uma nova lógica de organização do capital.

"....o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência ele inventa nações onde ela não existem" (in, GELLNER, apud, Anderson, 1989, p. 14)

I - PODER LOCAL X NACIONAL : A INVENÇÃO DO MUNICÍPIO

A "invenção" do município no Brasil traz em sua formação noções que integram, por um lado, a construção de um espaço geográfico e, por outro, as diversas categorias que são estabelecidas a partir desta delimitação tais como: área territorial, poder político, poder econômico e outras. Para entendermos as implicações de limitações desta natureza faz-se necessário uma análise criteriosa capaz de dar conta das relações existentes entre as diversas estruturas envolvidas nesse "jogo", além das possíveis dimensões do fenômeno no âmbito nacional, regional e local.

A constituição do que chamamos hoje de "município" tem sido (re) inventado desde a época da Colônia. Desde então a criação do município brasileiro têm como base determinações legais relativas primeiramente à Constituição Federal e posteriormente à Constituição Estadual. Cabe ressaltar, entretanto, que historicamente, o município tal como o conhecemos atualmente é decorrência de várias mudanças que dizem respeito não somente aos aspectos legais, mas principalmente à interesses políticos e econômicos nos diversos momentos históricos vivenciados no país.

A "invenção" do município corresponde à diversas tentativas do governo brasileiro em "ordenar" e "conquistar" o território nacional. Através de projetos administrativos e jurídicos as unidades político-administrativas foram sendo criadas a partir de contextos econômicos-políticos e sócio-culturais, que respondem até hoje a diferentes interesses. Neste sentido, o município brasileiro faz parte de um universo configurado "sob e entre" infindáveis jogos que têm buscado "imaginariamente" dar conta de uma unidade nacional.

Esta busca incessante para configurar o território nacional têm consequentemente gerado conflitos e adequações de todas as ordens. Se por uma lado, os municípios vêm sendo criados para responder a uma suposta unidade, por outro, o estado brasileiro, em determinados momentos têm sentido a necessidade de se adequar aos diferentes contextos regionais para assegurar esta unidade "imaginária".

As maneiras como esta fundamentação geo-política tem sido (re) inventada apontam para os contrastes existentes em todo o "território" nacional, ou seja, as diferenças regionais. Cordilheira

Alta é apenas um exemplo de como o processo de colonização ocorrido na região - oeste catarinense - fundamentou a divisão político-administrativa e definiu os rumos da economia. Estes fatores têm influenciado significativamente o atual contexto onde as emancipações representam uma das estratégias legitimadoras de identidades locais e regionais.

1. O governo representativo no Brasil - o município da Colônia ao Império

Realizarei uma breve reconstituição sobre a formação do município no Brasil buscando demonstrar quais os principais aspectos envolvidos na criação deste poder representativo. A atual configuração político administrativa do país tem sido influenciada por esse processo histórico de forma decisiva. De acordo com MELLO (1965, p. 35-38)

As instituições de governo local foram trazidas de Portugal para o Brasil nos primeiros anos do século XVI pelos colonizadores portugueses, juntamente com outras instituições jurídicas e sociais. O velho conceito do *municipium* romano atravessou a Idade Média, na Península Ibérica, e, depois de ter sofrido modificações importantes, sob os godos e o feudalismo, evoluiu em Portugal nos chamados *concelhos* (do latim *concilium*). O concelho, que a princípio designava apenas o órgão governamental, passou depois a designar o próprio território do município (...) O ambiente colonial era totalmente diverso do metropolitano. A imensidão do país e a natureza rural da população cedo começaram a operar uma mudança radical no sistema importado (...) Era a propriedade rural, não as cidades, que formava a base do município colonial. Havia poucos centros urbanos naqueles tempos e geralmente serviam de sede para os governos regionais. O governo colonial tornou-se centralizado apenas geograficamente.

No sistema das capitanias hereditárias implantado no Brasil, o rei doava as terras para o donatário administrá-la como província ao invés de propriedade privada. O governo era portanto centralizado na coroa, sendo que o governador hereditário não podia lesar os interesses da mesma. Os direitos políticos dos colonos haviam sido salvaguardados, equiparados aos que os portugueses usufruíam na metrópole, embora as regalias municipais fossem restringidas pela intervenção da autoridade do donatário. (HOLANDA, 1985, p. 99)

A costa brasileira foi portanto dividida em capitanias hereditárias, às quais dependiam da coroa portuguesa. Segundo HOLANDA, por este motivo, a categorização dos espaços delimitados e seus ocupantes foram diferentes em outras épocas. Não mencionavam por exemplo o termo "colônia", nem tampouco "colono" e "colonização", nas relações administrativas e outras empregadas no tempo.

(idem, p. 100)

A maneira como o sistema colonial organizou o espaço inicialmente não fixou o donatário à terra, pois os interesses eram imediatos e destinados à exploração dos produtos naturais, visando o mercado europeu. Os espaços ocupados, correspondiam às áreas litorâneas onde estes produtos eram

encontrados em abundância. De acordo com ANDRADE (1995), os espaços eram povoados de acordo com o interesse econômico, e consequentemente a formação de vilas correspondia à estes interesses. A restrição ao litoral, também correspondia a outros fatores, por exemplo, a defesa do território em relação aos ataques de outros concorrentes europeus, como os franceses, holandeses e espanhóis.¹

A formação político-administrativa do Brasil, tem, portanto, na questão econômica um aspecto extremamente importante. Os colonizadores portugueses procuraram conciliar por um lado, os domínios territoriais, através da ação do Estado, e por outro, a exploração econômica, ligada, primeiramente, ao comércio.²

Nesta época houveram muitas dificuldades de centralização administrativa e este era sem dúvida o objetivo do governo geral. Pelo desconhecimento do vasto território e principalmente de sua população, "erguiam-se obstáculos talvez ignorados em Portugal quando se elaborou o Regimento de Tomé de Souza. O mais importante estava na dificuldade das comunicações entre as diferentes capitanias, o que não lhe dava, nem aos seus colaboradores, meios de ação eficaz ao longo de toda a costa" (HOLANDA, 1985, p. 122).

No período colonial, as câmaras coloniais constituíam a única forma representativa. Todas as demais manifestações à margem das leis não eram reconhecidas. As câmaras coloniais eram consideradas meras "corporações administrativas" (IBAM, 1982, p.8)

O regime centralista, defendia a unidade nacional e o governo "achava conveniente subtrair às províncias maior poder sobre os municípios e, com isto, encontrou um pretexto para mantê-los sob o controle do poder central, como simples dependências administrativas" (idem, p.8)

Com o sistema de capitanias hereditárias o governo não conseguiu instituir um regime centralizado. Em função disso, outros poderes paralelos foram se estabelecendo no interior das capitanias, bem como nas regiões conhecidas como "sertão", que até então não haviam sido dominadas pelo governo central.

¹ De acordo com ANDRADE, M. C. "Pernambuco foi uma capitania que se desenvolveu devido a expansão da cultura da cana-de-açúcar, e logo teve povoações elevadas à categoria de vilas, como Sirinháem (1614), Porto Calvo (1615) e Alagoas (1624)" (1995, p. 35). Já na segunda metade do século XVIII, os interesses econômicos do governo português, ocasionaram a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro, pois a mineração neste momento era mais lucrativa do que a cana-de-açúcar. (idem, p.37)

² PADRO JÚNIOR, C. em *a Formação do Brasil Contemporâneo*, salientou que a colonização do Brasil foi um empreendimento econômico típico de domínio do capitalismo mercantil. Durante o período colonial-1500 a 1822 - a história econômica do Brasil foi marcada pelos produtos de exportação de maior importância, o pau-brasil, o açúcar, o ouro e os diamantes, o algodão, etc. (apud, ANDRADE, 1995, p.43)

Menos do que uma perfeita, e inexecuível unidade administrativa, o que a um governo central compete empreender no Brasil, desde que se instituiu, em meados do século XVI, é corrigir os excessos de dispersão que se tinham introduzido com o regime das capitanias, suprir ordem jurídica onde quase sempre tinham prevalecido arbítrios, desmazelos e irresponsabilidades, combater inimigos externos e locais, prover, enfim, os legítimos interesses da Fazenda Real, o que significava não só melhorar e unificar a arrecadação, como animar e amparar a exploração das riquezas da terra (HOLANDA, 1985, p. 137)

A organização dos serviços públicos no período colonial eram de responsabilidade dos portugueses, como por exemplo os capitães-mor, governantes subordinados ao Governador-Geral do Brasil. A estes governantes cabiam as funções de "criar núcleos de povoamento, prover cargos, construir embarcações, organizar as forças militares, conceder sesmarias..." (idem, p. 266)

As especificidades de cada região, afastadas do Estado do Brasil, devido as dificuldades de comunicação, e mais do que isso em função das diferenças sócio-culturais foram aos poucos delimitando uma certa autonomia político-administrativa.

A colonização portuguesa somente passou a se efetivar a partir do momento em que o governo local foi instituído. As leis que passaram a vigorar eram as da metrópole que constantemente entravam em contradição com a cultura local das vilas e povoados. Elaboradas por pessoas que desconheciam as vilas e povoados no Brasil, tornaram-se por muitas vezes inadequadas e inaplicáveis, pois eram divididas em várias instâncias, de acordo com os vários poderes (direito público, direito civil, poder judicial, eclesiástico, militar, etc). De acordo com BANDECCHI (1983, p.20) "as instituições, como idéias, flutuavam indecisas, lutavam, completavam-se".

Os *concelhos* ou municípios obedeciam à planos políticos e alianças, organizando-se de acordo com os *forais* e o *direito local*, fortalecendo assim a Coroa, passando o município a ter mais liberdade e poder.³

A lei neste sentido era flexível e se adequava às circunstâncias locais. De acordo com BANDECCHI (idem, p.27) isto fica claro nas Atas da Câmara Municipal de São Paulo, onde os vereadores diziam ter cumprido ao que mandava Sua Majestade em suas leis, para em seguida concluírem que procederam como era *uso e costume*.⁴

De acordo com a lei *costumeira* definiam-se as eleições, quem seriam os eleitos e principalmente quem os escolheria. Esta última função era delegada para os *homens bons*, homens da

³ De acordo com BANDECCHI, o *Concelho* tinha a seu encargo não a proteção de uma classe mas de toda a população que estivesse no seu termo. O Livro Primeiro das Ordenações Filipinas, título 66 estabelece que "aos vereadores pertence ter carrego de todo o regimento da terras das obras do Concelho e de tudo que podem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar". Daí a idéia de democracia ligada intimamente ao poder local. (1983, p.22)

⁴ Neste caso, costume, segundo a definição de CRUZ, B da, "era a fonte de direito formada por qualquer outro modo menos pelo processo legislativo". (apud, BANDECCHI, idem, p.29)

terra, possuidores de bens e que tinham o direito aos votos que definiriam os representantes políticos, como os juizes e vereadores. A escolha dos eleitos tinha que respeitar alguns critérios que diziam respeito aos usos e costumes que neste caso fundamentou a lei.⁵

Em função da distância e do isolamento do governo central em relação às vilas e povoados - fato este que por si só delegava mais autonomia aos representantes locais -, o sistema colonial necessitou estender os seus domínios territoriais e políticos, já que o sistema de sesmarias não estava correspondendo totalmente aos interesses. Como estratégia política e econômica, se desenvolveu como excessão, em algumas áreas do território nacional, a concessão de pequenos lotes de terra a estrangeiros para a formação de colônias.⁶

Em nome das tradições e costumes muitos privilégios eram transformados em leis bem objetivas. "Na inscrição dos pelouros, para votarem e serem votados nos cargos do *Concelho*, só entravam o homens limpos e de boa geração, nobres, fidalgos da Casa Real, infanções e descendentes dos conquistadores, ou povoadores, que haviam ocupado empregos públicos". (BANDECCHI, idem, p.35)

BANDECCHI, procura demonstrar através de uma contextualização histórica, a posição do município, ou melhor, a constituição deste poder representativo vinculado a todas as esferas que envolveram a formação da sociedade brasileira. Neste sentido afirma que para se compreender o município brasileiro é preciso ir além do sistema jurídico e administrativo. Para o autor, a conquista ou formação do direito através dos usos e costumes, iam sendo reconhecidos pela Corte e pelos governadores, devido aos interesses tanto da *Métropole* como da *Côlônia*, esta última, representada pelas Câmaras Municipais.

As câmaras municipais diferentemente de hoje, eram órgãos reconhecidamente "democráticos", no sentido de que representavam a "população" de uma vila ou povoado, mesmo que esta representatividade fosse limitada à poucos. A representatividade esteve sempre associada ao voto, símbolo de um *direito político*. Este direito tem se modificado em função das particularidades e interesses dos sistemas eleitorais de cada época. Sendo a base da democracia o voto, então ela sempre existiu - pelo menos desde a Grécia Antiga - porém de forma diferenciada em todos os períodos

⁵ "O Alvará de 12 de novembro de 1611, em que se declara a forma de fazer eleições dos juizes e vereadores, determinava que os eleitos fossem pessoas naturais da terra, e da governança dela, ou houvessem sido seus pais e avós, de idade conveniente, sem raça alguma, e se viesse a escolher pessoa que não fosse natural da terra, que tivesse ela qualidade exigidas". (idem, ibidem)

⁶ Em 17 de julho de 1822, o governo pôs fim ao sistema de sesmarias e estabeleceu a aquisição da propriedade pelo reconhecimento da posse da terra. Famílias de italianos e alemães se instalaram no Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, em áreas isoladas e muitas vezes localizadas nas proximidades de terras indígenas, para garantir a ocupação portuguesa. (ANDRADE, 1995, p.55)

históricos. Este direito político, pelo menos no Brasil, foi construído a partir de um sistema político e social baseado em princípios de inclusão e exclusão.

A relação dos municípios -através de seus representantes - com o sistema político e social mais amplo do Brasil, se deu a partir de 1808 com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. A Corte até então, sempre esteve distanciada administrativamente, politicamente e geograficamente do Brasil, já que a Metrópole ficava em Portugal.

De acordo com ANDRADE (1995, p.95), no período colonial, apesar de haver uma administração centralizada em Salvador (1549-1763) e no Rio de Janeiro (1763-1822), as capitânias (atuais estados) se formaram isoladas umas das outras e criaram um sentimento regional bem superior ao sentimento nacional. Os movimentos favoráveis à independência foram regionais, como ocorreu com a Inconfidência Mineira (1789) que almejava a formação de um estado nas capitânias ligadas a Minas Gerais, a Revolução dos Alfaiates (1798), que procurava libertar a Bahia, e a própria Revolução Pernambucana de 1817 que procurou fazer a independência das províncias do Nordeste do Brasil (...) Durante o período regencial, quando o poder foi enfraquecido, o país tornou-se um vasto campo de batalha com revoluções populares no Pará (Cabanagem), no Maranhão e Piauí (Balaiada), no Ceará (Revolta de Pinto Madeira) em Pernambuco e Alagoas (Guerra dos Cabanos), na Bahia (Sabinada, com a Proclamação da República Baiense) e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina com as Repúblicas de Piratini e Juliana.

Na luta pela Independência, as Câmaras Municipais desempenharam papel importante, pois eram os órgãos que representavam o Brasil, já que o município foi "inventado" antes do Estado e da Federação.

COLLAÇO (1983, p.49), partindo de uma análise jurídica defende o município enquanto *ente federado*, argumentando que não justifica os municípios não serem entes federados o fato de não possuírem representação no Senado. De acordo com o autor:

"O problema da composição das casas legislativas nada tem a ver com o princípio federativo. Diz respeito única e exclusivamente, ao princípio da participação do povo no poder, previsto no artigo 1. da Constituição ... princípio este que caracteriza a nossa república como democrática, não autocrática empregada essas palavras em sentido jurídico" (idem, ibidem)

Para justificar sua idéia reporta-se ao período Colonial, onde a presença dos municípios foi marcante, "embora submetidos à ordem jurídica portuguesa, já vestiam a roupagem de pessoas políticas" (idem, p.51).

Em função destes aspectos COLLAÇO defende que a Federação Brasileira é peculiar e singular, diferindo das demais existentes no mundo devido a presença de três pessoas políticas internas, dotadas de igual poder legiferante, na medida em que o espaço normativo que a uma delas ficou reservado é indisponível pelas demais. (idem, p.52)

A primeira Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, criada em 1822 era composta por deputados das províncias eleitos pelas Câmaras Municipais, ou seja, os eleitores eram pessoas escolhidas entre os "homens bons", representantes do "povo". De acordo com BANDECCHI (1983, p. 56) "no momento em que o Brasil devia constituir-se em nação independente, a única força política estruturada e representativa era o Município".

Em função da distância que separava o Brasil de Portugal, as aspirações políticas e orientações vivenciadas na Metrópole, chegavam sempre com considerável atraso, além do que, os interesses da Metrópole e da Colônia, faziam com que houvessem dubiedades nas medidas a serem tomadas no Brasil. As idéias do momento giravam em torno da Constituição, do Constitucionalismo e do Liberalismo. (idem, ibidem, p.57)

A Constituição Espanhola de 1812 foi a base da Constituição Portuguesa, já o Projeto de Constituição para o Império do Brasil de 1823, se diferenciava tanto da espanhola como da portuguesa⁷. Com a Proclamação da Independência a primeira medida a ser tomada foi a elaboração da Constituição do Império, a de 1824. A Assembléia Constituinte reuniu "o que havia de melhor nas Províncias, pois que a compunham 48 bacharéis, 19 padres, 7 militares, funcionários e comerciantes" (idem, ibidem, p. 62). "Era um projeto de feição tipicamente liberal, com 272 artigos e a matéria dividia-se em 15 títulos" (idem, ibidem, p. 63).

Considerada falha em muitos aspectos, por exemplo no que diz respeito ao Poder Legislativo, a Assembléia dissolveu-se em função das divergências existentes entre D. Pedro e a Assembléia. O Imperador incumbiu o Conselho de Estado responsável para redigir a nova Constituição, que ficou pronta e impressa em dezembro de 1823. As Câmaras Municipais receberam cópias para que se manifestassem a respeito, porém nenhuma sugestão foi acolhida. A Constituição foi outorgada pelo Imperador no dia 25 de março de 1824, "legitimada" e "aprovada" pela Nação através de seus representantes, as Câmaras Municipais.⁸ O artigo 169 da Constituição, no que diz respeito a "lei

⁷ Os artigos 209-214, estatuiam sobre o Título *Da Administração*. "Em cada Comarca haverá um presidente nomeado pelo Imperador, e por ele amovível *ad nutum*, e um conselho presidencial coletivo que o auxilie. Em cada distrito haverá um sub-presidente, e um conselho de distrito eletivo. Em cada termo haverá um administrador executor, denominado decurião, o qual será presidente da municipalidade, ou câmara do termo, na qual residirá todo o governo econômico municipal. O decurião não terá parte no Poder Judiciário, que fica reservado aos juizes eletivos do termo. A lei designará as atribuições, competência, e gradativa subordinação das autoridades não eletivas, e os tempos de reunião, maneira de eleição, gradação, funções e competência das eletivas. Estas disposições não excluem a criação de direções gerais para tratarem de objetos privativos de administração" (BANDECCHI, 1983, p. 61-62)

⁸ No que tange às Câmaras Municipais, a Constituição de 1824 foi mais simples e mais prática do que o Projeto e trata da matéria em seu Título VII, Capítulo II, (artigos 167, 168 e 169) que assim estatui: "Em todas as Cidades e Vilas ora existentes e nas mais que para o futuro se criarem haverá Câmaras, as quais compete o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas". "As Câmaras serão eletivas e

regulamentar", estabelece a Lei Orgânica dos Municípios ou Lei de 1. de outubro de 1828. Era uma lei centralizadora que dava uniformidade às Câmaras estabelecendo a forma de eleição dos vereadores, fixando as suas funções e a de seus empregados. Esta uniformização das Câmaras, estabelecia um laço de subordinação entre elas e o poder central, laço que sempre existiu, porém não se tratava de autonomia e sim de soberania. (idem, ibidem, p.69)

A subordinação era somente de ordem da hierarquia político-administrativa, não impendendo os municípios de intervirem conforme os seus interesses. O artigo 167 emprega a palavra *governo*, quando estatui que compete às Câmaras o governo econômico e municipal das Cidades e Vilas. Salienta porém que estes princípios ficaram somente "na letra da lei escrita, tornando-se letra morta na realidade, no que tangia as relações dos municípios com os governos geral e provinciais" (idem, ibidem, p. 71)

A Lei de 1. de outubro de 1828 segundo os defensores da municipalidade era contraditória pois feriam os artigos constitucionais que em nenhum momento afirmaram serem as Câmaras administrativamente subalternas às Províncias. Neste sentido a autonomia municipal se alterou pela Lei de 1. de outubro de 1828. Tentando "reformular" as contradições da Lei de 1828, a Câmara dos Deputados enviou ao Senado um projeto que emendado veio a ser a Lei de 12 de outubro de 1832, da qual resultou dois anos depois o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.⁹

O Ato Adicional suscitou muitas dúvidas e conflitos entre as diferentes instâncias, pois os legisladores não conseguiam estabelecer limites "entre a competência do Poder Central e as atribuições provinciais ou locais" (idem, ibidem, p.94)

Novamente a Constituição procurou amenizar os conflitos e dúvidas a partir de mais uma reforma que culminou em uma Lei de Interpretação do Ato Adicional¹⁰. Assim como tantas outras

compostas de número de vereadores que a lei designar, e o que obtiver maior número de votos será Presidente" - "O exercício de suas funções municipais, formação das posturas policiais, aplicação das suas rendas, e todas as suas particulares e úteis atribuições serão decretadas por uma lei regulamentar". (idem, ibidem, p. 65)

⁹ "No Ato Adicional foi excluído, o que consubstanciava o projeto anterior, ou seja, a faculdade que tinha o Presidente da Província de nomear delegados junto aos Municípios, incumbidos de aprovar provisoriamente as posturas das Câmaras Municipais, promover sua observância e executar as ordens do referido Presidente. Mesmo assim ficavam as Câmaras sob o controle dos Presidentes das Províncias, pois o artigo 78 da Lei de 1. de outubro não fora revogado". (idem, ibidem, p.82)

¹⁰ A Lei Interpretativa de 12 de maio de 1840, faz referência a palavra Municipal - que consta do parágrafo 4 do artigo 10 do Ato Adicional. O artigo 1 diz: "A palavra municipal - compreende ambas as anteriores - polícia e economia - e a ambas estas se refere a cláusula final do mesmo artigo - precedendo propostas das Câmaras. A palavra - polícia - compreende a polícia municipal e administrativa somente, e não a polícia judiciária" (idem, ibidem, p. 97)

reformas o Ato Adicional representou uma medida constitucional que buscava amenizar os conflitos existentes entre as diferentes facções políticas da época. Por exemplo, os conservadores defendiam o município, atacando o Ato Adicional para esconderem a crise do Poder Legislativo Provincial. Por outro lado, os liberais de tendências federalistas o defendiam, pois o Ato deveria consagrar a autonomia local. Porém, não foi isto que aconteceu, e a descentralização beneficiou as províncias e não os municípios. (idem, ibidem, p.85-88)

Neste sentido a Lei de 12 de maio, foi mais um reflexo dos interesses e da nova estrutura político administrativa que se iniciava com a formação do Império.

Antes do período republicano se iniciar efetivamente, outros projetos foram elaborados na tentativa de reorganizar as Câmaras Municipais e procurar emancipá-las. Porém, ao invés de alterar as leis efetivamente, elas eram apenas "retocadas" em função dos interesses momentâneos.¹¹

Em 1870, o Manifesto Republicano também defendia a autonomia municipal. Pelos mesmos motivos que os "criadores" do Império foram buscar nas corporações democráticas e tradicionais o embasamento popular que necessitavam os "inventores" da República agiram de igual forma.

Os mesmos "homens bons" das Câmaras Municipais inventaram o Governo Provisório da República, dissolvendo as Câmaras, e criando os Conselhos de Intendência Municipal. A primeira Câmara a ser dissolvida foi a do Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1889 e posteriormente a de São Paulo em 15 de janeiro de 1890.¹²

2. O município no período republicano

O novo contexto político que se estabeleceu a partir da Proclamação da República, exigiu do governo brasileiro uma série de modificações econômicas e políticas no País. As antigas províncias,

¹¹ "O projeto de 1862 criava um administrador municipal escolhido pelo governo, investido de tantas atribuições que se transformaria no próprio Poder Municipal. O de 1869, era também arma de dois gumes, pois se de um lado procurava dar autonomia ao município, de outro criava uma Assembléia Municipal com membros não eletivos". (idem, ibidem, p.100)

¹² O Decreto n. 13, de 15 de janeiro de 1890, do governo de São Paulo em seu artigo 1 diz: "Até a definitiva constituição dos Estados Unidos do Brasil, ou antes, se assim convier, o poder ou governo dos municípios do Estado de São Paulo será exercido por conselhos de intendência municipal nomeados pelo Governador". E o § 1 do artigo 2- "Os Conselhos de Intendência deliberarão sobre todos os assuntos de competência, das Câmaras municipais, segundo a lei de 1 de outubro de 1828 e mais leis em vigor". E o artigo 7 - "O Governador do Estado reserva-se o direito de cassar ou anular as deliberações ou posturas municipais, que forem contrárias às leis do Estado ou da Nação, ou prejudiciais ao interesse do município, do Estado ou da Nação". Este estado de coisas durou até a promulgação da Constituição de 1891, cujo artigo 68 rezava - "Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse" (idem, ibidem, p.103)

transformadas em estados passaram a garantir autonomia através de empreendimentos econômicos e novas relações políticas, que estavam nas mãos principalmente, dos coronéis.

A República Velha têm no coronelismo a base da política municipal. As oligarquias estaduais eram representadas pelos governadores ou presidentes estaduais que juntamente com o coronelismo local caracterizavam as principais forças políticas.

De acordo com LEAL, V. N. (1975) a "política dos coronéis", consistia precisamente numa reciprocidade entre o Estado e os chefes políticos locais, que recebiam carta branca no município em troca de apoio aos candidatos do Governador. (apud, IBAM, 1982, p.9)

As novas medidas constitucionais adotadas pelo governo, atendiam aos interesses políticos e econômicos dos grandes proprietários de terras e dos grandes comerciantes dos novos estados criados. A Primeira República foi um período onde predominou principalmente a economia do café, onde os coronéis dominavam o cenário político brasileiro.¹³

A economia cafeeira predominou principalmente no Estado de São Paulo, que foi beneficiado por um lado pela distribuição de terras devolutas e por outro pela política de colonização - de responsabilidade dos estados -, que intensificou a imigração estrangeira, principal força de trabalho das fazendas de café.¹⁴

Havia uma grande diferença entre os imigrantes que vinham ser pequenos proprietários e os que vinham ser utilizados como mão-de-obra nos cafezais. Os pequenos proprietários eram donos de suas terras, ao contrário dos trabalhadores dos cafezais que também trabalhavam a terra mas não eram donos. No caso dos pequenos proprietários, a propriedade da terra fixou melhor o colono a ela, ao passo que os colonos das fazendas de café, ou se transformaram em assalariados agrícolas ou migraram para a cidade. (ANDRADE, 1995)¹⁵

¹³ De acordo com ANDRADE, (1995, p.57) "a constituição republicana de 1891, em seu artigo 64, estabeleceu que as terras públicas passariam à propriedade dos estados em que estivessem situadas, contribuindo assim para a sua apropriação pelos coronéis que com os seus currais eleitorais, elegiam os deputados, os senadores e os governadores"

¹⁴ No sul do Brasil, a ocupação da terra aconteceu de forma diferenciada. No RS, a partir do século XVII a terra foi ocupada pela pecuária, iniciada pelos jesuítas nas missões e depois com os bandeirantes nos planaltos do Paraná e Santa Catarina. Nas áreas montanhosas os colonizadores portugueses introduziram inicialmente os açorianos no litoral - século XVIII - e posteriormente os alemães e italianos no interior - séculos XIX e XX -, a fim de garantirem a integração do sul do país ao governo português. (idem, ibidem, p.63) (O processo de colonização ocorrido no oeste catarinense foi diferenciado, devido à atuação das empresas colonizadoras. Descreverei este processo posteriormente)

¹⁵ No caso específico de Santa Catarina, muitos conflitos aconteceram entre os chamados "posseiros", em sua maioria "brasileiros" ou caboclos, que não possuíam condições de regularizar as terras das quais tinham posse e que há muito ocupavam. O Contestado é um exemplo de como o Estado ignorou a reforma agrária, estabelecendo diferenças econômicas e sociais evidentes até hoje (grifo meu)

Do ponto de vista formal, o direito de posse que substituiu o sistema de sesmarias, possibilitava a exploração da terra apenas aos grandes proprietários que detinham o poder político e econômico. Porém o direito de posse do ponto de vista legal gerou muitos conflitos. Mais tarde foi aprovado a lei de acesso à propriedade pelo sistema de compra e venda. (idem, ibidem, p.79)

A lei de acesso à propriedade pouco mudou a situação das famílias que não tinham condições de comprar as terras. Para efetivar esta nova determinação legal, o governo brasileiro instituiu projetos que visavam uma maior seguridade territorial e econômica, criando os chamados projetos de colonização agrícola, objetivando com esta medida, isso diminuir o poder dos estados. Segundo ANDRADE, (idem, p.25), no período do Estado Novo o governo criou a Fundação Brasil Central, objetivando a colonização em áreas de fronteira.

Nesta época o chefe do Executivo municipal, também chamado de prefeito, intendente ou presidente municipal - era eleito em 8 Estados e nomeado nos demais. Os movimentos políticos ocorridos na década de 20, no chamado "tenentismo", propiciaram a revolução de 1930 que tinha como um dos seus principais objetivos "reduzir o poder dos Estados e fortalecer o da União e dos municípios, subtraindo estes ao excesso de controle estadual". Entretanto após vitoriosa, a Revolução estabeleceu a mais completa centralização, que durou até 1934. (idem, ibidem, p.9)

Na constituição de 34 a autonomia municipal foi reforçada pela eleição do prefeito e não apenas da Câmara, como antes prevalecia em alguns estados; pela reserva de certos atributos aos municípios possibilitando a estes organizarem e dirigirem seus serviços. (BRASILEIRO, 1973, p.7)

A Constituição de 1934 - embora de curta duração - foi importante pois reconheceu o município como parte legítima do sistema governamental brasileiro, entretanto as *minúcias constitucionais* não eram claras e tampouco se adequavam ao período político vigente. Segundo MELLO (1965, p.40)

Com a Constituição de 16 de julho de 1934 o país voltou a normalidade constitucional. Foi mantida a Federação, mas a autonomia dos Estados-membros foi reduzida, inclusive o que se referia às suas relações com os municípios. A estrutura básica do governo municipal foi, portanto, estabelecida pela Constituição Federal, mas as minúcias foram deixadas para as Constituições Estaduais Todavia, o país mal teve tempo de experimentar o novo plano de revitalização das instituições municipais: o *intermezzo constitucional* durou apenas três anos. A 10 de novembro de 1937 o Presidente Getúlio Vargas tornou-se novamente chefe absoluto do Governo.

No período ditatorial de 1937-1945, desapareceram a autonomia ("política") estadual e a municipal. Entretanto, no que dizia respeito a discriminação de rendas estabelecida pela Constituição de 34, não houve alteração. Seguindo os mesmos caminhos de 1934, a autonomia municipal assegurada pela Constituição de 1946, dizia respeito somente a questão financeira, ou seja, reconhecia-se a autonomia administrativa e financeira dos municípios na "decretação e arrecadação

dos tributos de sua competência, na aplicação de suas rendas e na organização dos serviços públicos locais" (IBAM, 1982, p. 12)

Segundo BRASILEIRO, (1973, p.9-10), assegurou-se a eleição do prefeito e da Câmara, com excessão dos prefeitos das capitais e de áreas estratégicas para a segurança nacional. Mais uma vez, a lei optou por tratar os municípios como se fossem iguais, sem levar em conta as diferenças de capacidades para desempenharem os poderes. Pouco foi feito no sentido de o município participar realmente de uma política de modernização orientada pelo governo central. A constituição de 1946 durou 20 anos e não acompanhou as mudanças políticas e econômicas ocorridas no País.

Esta suposta autonomia e "solidariedade nacional" à favor dos municípios, não impediram as insatisfações de algumas bancadas estaduais, principalmente no que se referia à distribuição em cotas iguais, de 10% da arrecadação do imposto de renda dos municípios. Por exemplo, São Paulo e o Distrito Federal, considerados os maiores contribuintes, reclamavam do critério ameaçando retirar-se da Constituinte. Por outro lado, existiam constantes conflitos entre os municípios e seus Estados pelos mesmos motivos. Os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, praticamente não tomavam conhecimento do art. 20 da constituição de 1946, que determinava a entrega aos municípios do excedente da arrecadação estadual dos impostos sobre as rendas municipais. (idem, ibidem, p.12)

Os recursos financeiros federais destinados aos municípios, estimularam nos Estados um processo de multiplicação de suas unidades municipais, porém esse processo se deu de maneira diferente nos diversos Estados. Por exemplo, foram os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Paraná que inicialmente embarcaram nesta política. Somente mais tarde os demais adotaram a mesma estratégia. Com excessão do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e do Acre que passaram em pouco tempo de 44 para 296 municípios. No Estado de Santa Catarina e mais especificamente, o Oeste Catarinense (veja dados, cap.3) teve um aumento das unidades administrativas somente no final dos anos 50 e durante o decorrer dos anos 60.

Em 1961, o Congresso Nacional votou a emenda constitucional n.5, de 21 de novembro que ampliava a participação dos municípios nas rendas públicas. A emenda instituía que "a parte dos municípios no imposto de renda se elevaria de dez para 15%, e o princípio da partilha foi estendido ao imposto federal de consumo, então o mais produtivo e do qual 10% passaram a pertencer também aos municípios, exceto o das capitais". E ainda, "transferiram-se da competência estadual para a municipal os impostos territorial rural e de transmissão inter vivos..." (idem, ibidem, p.13). É interessante a coincidência do aumento das unidades municipais no oeste catarinense, região basicamente agrícola, neste período em que a lei beneficia os municípios através do imposto territorial rural.

Através da emenda constitucional n.18 de 1 de janeiro de 1967, seguida da lei federal n. 5.172 de 25 de outubro de 1966, foi criado o Código Tributário Nacional que reduzia os impostos

municipais de 7 para 2 (o predial e territorial urbano, e o imposto sobre serviços de qualquer natureza). Outra reforma, foi a redução da participação dos municípios no imposto de renda, de 15 % para 10%. Ao mesmo tempo, a parte desse imposto bem como a do imposto sobre produtos industrializados, que veio substituir o imposto de consumo, passaram a constituir o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). (IBAM, 1982, p.14-15)

As alterações constitucionais relativas a substituição de impostos, em um sistema de tributos partilhados, sempre gerou conflitos políticos em função das diferenças regionais tanto em nível econômico, social e cultural. Estas diferenças ao mesmo tempo em que geram benefícios, geram também insatisfações por parte de Estados e municípios em relação ao governo federal.

A união ao alterar e substituir os impostos de acordo com os interesses políticos, limitava-se às transferências negociadas (auxílios e subvenções) e as cotas dos impostos únicos, não alterando as formas de fiscalização destas finanças, delegando ao próprio poder local esta responsabilidade.

Esta situação mudou a partir de 1967. As Câmaras de Vereadores continuaram controlando as finanças, mas agora sob a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado. A constituição de 1967 estendeu aos municípios as mesmas normas de elaboração do orçamento estabelecidas para a União e os Estados, numa ansia de simetria e hipercorreção incompreensíveis para um país com desigualdades tão gritantes no grau de desenvolvimento econômico e social. (idem, ibidem, p.19)

Procurando uniformizar e regularizar os dispositivos legais da federação, o governo brasileiro, não levava em conta as diferenças regionais no que diz respeito à forma de ocupação do território, às diferenças econômicas, sociais e culturais. A partir de 1964, dispondo de poder militar e de apoio internacional econômico, o governo instituiu uma lei - que de forma conservadora - visava transformar a realidade agrária brasileira.¹⁶

Com a criação do INCRA, as diferenças entre reforma agrária e colonização ficam prejudicadas, e novamente a lei beneficia os grandes produtores rurais, o empresários, comerciantes e de certa forma todos os possuidores de propriedade, como os pequenos produtores rurais buscavam (e ainda buscam) uma sustentação em leis contraditórias que lhes garantam no mínimo a posse da terra. O mito socialista divulgado de forma exagerada e errônea, amedrontava os proprietários receosos em "perderem" suas terras.

Assim, o movimento de reforma agrária é prejudicado em virtude dos interesses regionais e das grandes diferenças existentes entre proprietários e não-proprietários. Embora existam muitas

¹⁶ Esta Lei foi o Estatuto da Terra - lei n.4504, de 30 de novembro de 1964, que buscava diferenciar reforma agrária de colonização. Neste sentido a lei provocou a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário), responsável pela política de colonização. Porém em 1969, os dois institutos foram integrados em um único, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (ANDRADE, 1985, p.85-86).

diferenças entre grandes, médios e pequenos proprietários, não somente em função do tamanho das propriedades mas principalmente em função dos lucros econômicos existentes entre eles, as políticas agrárias tanto federais como estaduais criam estratégias ilusórias que visam beneficiar o pequeno produtor, se eximindo das responsabilidades políticas frente aos não-proprietários.¹⁷

Retornando a questão político-administrativa, no que diz respeito a criação de municípios, a constituição de 1967 transferiu do âmbito estadual para o federal os requisitos mínimos da população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de municípios, continuando porém, com o Estado a criação propriamente dita de novas unidades municipais e a sua divisão em distritos.

A lei complementar n.1, de 09 de novembro de 1967 passou a determinar os requisitos necessários para a criação de municípios.¹⁸

Não satisfeito com essas medidas, o governo federal baixou o Ato Complementar n.46, de 7 de fevereiro de 1969, determinando que nenhuma alteração no quadro territorial do Estado (criação de municípios e Comarcas) poderia ser feita sem a prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça. Esse Ato que perdurou até a extinção do AI-5, pela emenda constitucional n.11, de 13 de outubro de 1979, congelou por mais de dez anos a divisão territorial brasileira. Posteriormente a lei complementar n.1 mais três leis complementares foram instituídas.¹⁹

¹⁷ Neste sentido, o movimento de reforma agrária fica prejudicado, diante das facilidades econômicas e políticas que os grandes e médios proprietários, bem como dos empresários em subordinar os pequenos proprietários aos seus interesses. Segundo ANDRADE, M., no período militar o governo determinou a elaboração de planos nacionais e regionais de reforma agrária, incentivando o cooperativismo mediante a criação de cooperativas integrais (Cira) e uma política nacional de cooperativismo (decreto lei n.59 de 21 de novembro de 1966) estimulando os serviços de extensão rural. (idem, p.86). (No oeste catarinense temos exemplos muito claros deste tipo de política incentivada fielmente pelo estado e municípios. O setor privado se apropria destas chamadas políticas públicas, para o seu próprio benefício. Temos como exemplo as cooperativas e o sistema agroindustrial - sistema conhecido por "integrado", pois congrega os grandes frigoríficos aos pequenos produtores. Por outro lado, temos a intervenção estatal, através da antiga ACARESC, atual EPAGRI, com o serviços de extensão rural. Voltarei a esta questão no capítulo 4 - grifo meu)

¹⁸ "a) população mínima (dez mil habitantes ou não menos que 5 milésimos da população estadual); b) eleitorado não inferior a 10 % da população; c) centro urbano já constituído, com números de casas superior a duzentos (o que equivale geralmente a uma população urbana superior a mil habitantes); d) arrecadação, no último exercício de cinco milésimos da receita estadual de impostos, além de outras normas geralmente encontradas, nas leis estaduais de organização municipal". (IBAM, 1982, p.20)

¹⁹ A lei de n. 28, de 18 de novembro de 1975, a lei n.32, de 26 de dezembro de 1977, e a lei n. 39, de 10 de dezembro de 1980, introduziram modificações na lei n.1, alterando matérias referentes a plebiscito, ano de criação do município, e mais importante devolvendo ao Estado algumas atribuições na matéria e tornando obrigatória a aprovação, pelas Câmaras Municipais, da criação ou supressão de Distritos e sub-distritos, bem como o desmembramento do território municipal para anexação a outro município. (idem, ibidem)

De acordo com o IBAM (1982, p.20), o objetivo da lei complementar n.1, era quebrar a excessiva simetria na organização municipal brasileira, especialmente no que se refere à atribuição de competência aos municípios para a prestação de serviços públicos e à competência de seus órgãos de governo, ajustando-as as características do desenvolvimento, grau de urbanização e outros fatores distintivos dos municípios. Infelizmente, a redação (a intenção, melhor dizendo) do texto constitucional foi tão sucinta que não deixou perceber-se facilmente o seu alcance.²⁰

3. A Constituição de 1988

A constituição de 1988 não difere em grau e em gênero da constituição de 1967. Neste aspecto, a suposta "autonomia" municipal ainda se reflete nas transferências financeiras (auxílios e subvenções).²¹ Pouco se fez no sentido de viabilizar condições e recursos mais condizentes à realidade de cada região. Os auxílios e subvenções (FPM, ICMS, etc), por um lado eximem de certa forma o governo federal de certas responsabilidades, mas por outro, atribuem competências irreais aos municípios, das quais a soluções não dependem exclusivamente do governo local. No caso do oeste catarinense, a política agrícola é um exemplo claro, que não depende somente do governo local e das organizações não-governamentais, pois ambos estão, de formas diferenciadas atrelados a interesses muito mais amplos, que dizem respeito principalmente, a interesses políticos e econômicos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

No que diz respeito à política agrícola pouco ou nada mudou no que se refere a reforma agrária e ao incentivo aos pequenos produtores. Na constituinte de 1988, deputados ligados ao meio rural, com o objetivo de impedir a reforma agrária justificaram a propriedade produtiva, sob critérios bastante duvidosos. De acordo com ANDRADE, (1995, p.88) "é difícil estabelecer quando uma

²⁰ Diz o artigo 15 da Constituição de 1967: "Art. 15. A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos dependem de lei estadual. A organização municipal poderá variar segundo as peculiaridades locais". A emenda constitucional n.1 de 1969, repetiu a disposição com ligeira mudança de redação. (IBAM, 1982, p. 21)

²¹ A Constituição de 1988 atribui aos municípios: "1) 44% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre produtos industrializados vai para o FPE (Fundo de Participação dos Estados) e para o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) dividido da seguinte forma: 21,5% para Estados e Distrito Federal e 22,5% para municípios; 2) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): 10% da arrecadação do IPI vai para os Estados, proporcionalmente às exportações de produtos industrializados de cada um. Desse total 25% são repassados pelos Estados aos municípios. 3) Imposto sobre a Propriedade Rural (ITR); os municípios ficam com 50% do ITR cobrado pela União, das propriedades neles localizadas. 4) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA): 50% da arrecadação do IPVA de veículos licenciados em seus territórios; 5) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): Os Estados são obrigados a repassar aos municípios 25% do que arrecadam com ICMS". (Folha de São Paulo, 14 de agosto de 1995)

propriedade é produtiva nesta situação, quando o proprietário caracteriza a utilização de suas terras apenas usando pequena parte dela para colocar alguns animais a pastar".

Tanto os estados como os municípios algumas vezes ficam de mãos "atadas" diante da política agrícola federal, porém na maioria das vezes as políticas agrárias destas instâncias respondem tão somente a interesses de uma minoria. O discurso oficial pouco mudou e continua respondendo à políticas desenvolvimentistas, atualmente vestidas de "roupagens ideológicas travestidas" em um discurso modernizador e globalizante.²²

A partir desta caracterização histórica sobre a "invenção" do município no Brasil procurei mostrar que a tentativa dos colonizadores portugueses foi a de estabelecer uma estrutura burocrática e jurídico-legalista para a administração pública brasileira, estrutura esta que efetivamente não condiz aos interesses e diferenças econômico-políticas e sócio-culturais existentes no território brasileiro.

De acordo com FAORO, o sistema político-administrativo brasileiro se originou de um sistema o qual ele denominou *Estamento Burocrático*, nascido do patrimonialismo e oposto a burocracia (esta como expressão do domínio racional, no sentido em que emprega Weber em *Economia e Sociedad* - grifo meu)²³ própria ao Estado e a empresa moderna. A burocracia patrimonial a que se refere FAORO sempre esteve assentada sobre um estamento político poderoso que exercia supremacia sobre os aspectos econômicos. Porém, o patrimonialismo dos colonizadores portugueses não conseguiu moldar por inteiro o caráter brasileiro que, de alguma forma impõe a sua própria cultura na formação social e política do país ... (apud, SILVA, 1990, p.106-107)

²² No que se refere à política agrícola, a constituição estadual catarinense em seu capítulo III, "*Do Desenvolvimento Rural*", em seu art. 144, determina: "A política de desenvolvimento rural será planejada, executada e avaliada na forma da lei, observada a legislação federal, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento e transportes ..."

²³ No capítulo em que se refere aos três tipos puros de dominação legítima, WEBER, se referiu a *burocracia* : "...constitui o tipo tecnicamente mais puro da dominação legal. Nenhuma dominação, todavia, é *exclusivamente* burocrática, já que nenhuma é exercida unicamente por funcionários contratados". "Toda a história do desenvolvimento do Estado moderno, particularmente, identifica-se com a da moderna burocracia e da empresa burocrática, da mesma forma que toda a evolução do grande capitalismo moderno se identifica com a burocratização crescente das empresas econômicas" (in, COHN, 1991, p.130). Não podemos esquecer que a burocracia a que se refere Weber diz respeito à sua época, de uma Alemanha em pleno desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade* (1911-1913) foi redigido antes da Primeira Guerra. "Faoro se refere a uma burocracia patrimonial, pois no Brasil os tipos de dominação se confundiam e se complementavam. Neste sentido, refere-se aos tipos de dominação legal e dominação tradicional. Para Weber na dominação tradicional a administração está baseada em uma estrutura patriarcal". (idem, ibidem, p.132)

SILVA (1990), procura demonstrar como a Administração Pública se estrutura nos diferentes períodos da história brasileira. Para o autor, até 1930 a administração pública se baseava apenas no trabalho administrativo-legal, não havendo uma relação mais ampla entre as diferentes regiões. Somente na época do Estado Novo é que se inicia uma tentativa de racionalização burocrática na administração.²⁴

A administração pública a partir de 1960 passou a ser agrupada entre as Ciências Sociais, diferindo da concepção clássica, fundada por WILSON (1887), que estabelecia uma distinção entre administração e política. Para SILVA, (1982, p.69-70) :

"... a administração pública é entendida como uma burocracia (grupo social e estrutura de recursos e poder), e como um fato constitucional orgânico de poderes políticos. (...) A administração pública é definida como uma estrutura sócio-técnico-política que, sob o comando de uma elite dirigente, a burocracia, governa a sociedade".

A participação do Estado na economia até os anos 30 foi insignificante. Somente no período de 1964 a 1967, a reforma administrativa brasileira toma ares de discussão política, econômica e social, e os governos da época pareciam estar apenas preocupados com a desburocratização do setor e a desestatização de algumas empresas públicas.²⁵

Para SILVA, (idem, p.98-99) no período de 64 a 80 há um inusitado avanço do governo sobre a economia, em grande parte devido às reformas administrativa bancária, tributária e na área de produção de bens, visando dotar o Executivo de uma máquina administrativa mais adaptada aos seus objetivos desenvolvimentistas. A perspectiva para o início da década de 80 apontou para uma tendência governamental na redução da presença do Estado na economia, por exemplo, com a criação do Ministério Extraordinário para a Desburocratização e da Secretaria de Controle das Estatais.

Diante desta reconstituição histórica sobre a formação do município no Brasil e de maneira mais ampla a estruturação da administração pública - as instâncias estadual e federal - procurei mostrar a partir de que aspectos as unidades político-administrativas municipais têm sido "inventadas" desde o período colonial.

²⁴ Somente a partir de 1936 a 1945, começou a surgir um plano formal baseado nas teorias administrativas predominantes nas nações ocidentais. Era o início da burocracia na administração pública e, consequentemente, o surgimento formalístico nessas instituições. (SILVA, E. 1990, p.108)

²⁵ Para WARLICH (1984, p.57), "a administração pública brasileira beneficiou-se do desenvolvimento do País e, ao mesmo tempo desempenhou nesse desenvolvimento importante papel, contudo a necessidade de um programa de desestatização indica que, na questão de organização para o desenvolvimento, a administração pública ultrapassou suas metas, e chegou a hora de corrigir a disfunção existente, de modo a atender a opção constitucional do País por uma economia de mercado" (apud, SILVA, E. 1990, p.109)

No capítulo seguinte, busco refletir mais profundamente sobre questões como a autonomia, descentralização, centralização e democracia. Estas questões, já apontadas neste primeiro capítulo, mostram que a "invenção" do município brasileiro tem em sua estrutura, contradições que até hoje suscitam discussões no que diz respeito ao lugar do poder local diante do Estado-Nação.

"Dois palhaços se olham através de um grande espelho. Um é exatamente a réplica do outro pelo tamanho, pela roupa e pela maquiagem. O primeiro está bêbado e o segundo imita com cuidado todos os seus gestos [...] O primeiro palhaço é o Capital, na embriaguez e na cegueira de seu crescimento; o palhaço imitador e lúcido é o Estado" (in, GUILLAUME, apud, RAFFESTIN, 1993, p. 176)

II - AUTONOMIA MUNICIPAL : DESCENTRALIZAÇÃO OU "CRISE" DO ESTADO-NAÇÃO ?

O contexto político e econômico nacional atualmente tem se caracterizado por apresentar transformações que dizem respeito a uma reorganização política-institucional e à uma reordenação do capital econômico, que evidenciam uma nova ordem no Estado-Nação.

O cenário político e econômico brasileiro condensa sintomas de transformações de uma nova ordem mundial como também as mudanças de um padrão de acumulação no país. Este processo de transição envolve uma reorganização política-institucional, mudanças no bloco histórico de alianças, redefinição do papel do estado, reestruturação das forças produtivas, visando abrir caminho para um novo ciclo de acumulação. (BITTAR & COELHO, 1994, p.329)

As emancipações político-administrativas são exemplos de uma "nova ordem", instituída pelo Estado e possibilitada, por um lado, pela lei - mais precisamente pelas constituições federal e estaduais - e por outro, pelas diversas relações políticas e econômicas estabelecidas a partir desta nova configuração.

As mudanças contidas na Constituição de 1988, sem dúvida, determinaram mudanças políticas e econômicas na estrutura do Estado-Nação, até mesmo porque as reformas constitucionais dizem respeito não somente à alterações formais na lei, mas sim a exigências advindas dos processos de mudanças que têm redefinido os níveis de poder governamental no País.

A possibilidade de reordenação nos papéis e representações políticas, bem como a divisão de funções político-administrativas em âmbito nacional têm suscitado uma série de questionamentos dentro do meio político e acadêmico. As discussões giram em torno de velhas temáticas que surgem com roupagens novas, e que buscam dar conta de questões como a democracia, novos direitos políticos, autonomia, descentralização, questões que têm se apresentado de maneira diferenciada em diversos momentos históricos e políticos.

Se por um lado as determinações legais buscam a unidade dentro da diversidade, por outro, elas se apresentam de forma ambígua em função dos interesses políticos e econômicos que têm configurado as relações de força experimentadas nas diferentes instâncias do local ao internacional.

Para DANIEL, (1994, p.294) a lei é marcada pela ambiguidade, pois ela é referência crucial no processo de criação de novos direitos; é também com frequência, aquilo que nivela por baixo, excluindo, ou um instrumento ideológico usado para manter o *status quo*. Quando interessa a setores dominantes - e na ausência de contestação dos dominados -, a lei se torna letra morta, de modo que o discurso "progressista" legitima a exclusão social real. Sua probabilidade parece ainda maior quando se trata das leis mais gerais - Constituições, Leis Orgânicas e mesmo Planos Diretores - cuja aplicação exija a aprovação de outras leis.

Esta nova configuração busca reordenar o espaço de uma das mais modernas "invenções" no mundo ocidental - o Estado - que se encontra em crise, dentro de seus "limites soberanos", a nação.¹ Embora "limitado e soberano", juridicamente e geograficamente, o Estado-Nação, sente a necessidade de "dividir para unir", isto em função, das limitações e possibilidades estabelecidas por uma conjuntura de alianças políticas e econômicas. Dentro deste contexto, os Estados e municípios são os interlocutores políticos e administrativos, que contrabalançam a imaginada unidade nacional, isto porque no Brasil, estas instâncias governamentais foram "inventadas" antes do Estado-Nação.

Procuo mostrar neste capítulo, reflexões levantadas por diferentes autores que dizem respeito à questões como a autonomia municipal, a descentralização, a não-centralização e as implicações destas

¹ Para ANDERSON (1989, p.14) "a nação é uma comunidade política imaginada, e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão".

no âmbito das relações - como nas transfêrencias de recursos, bem como na reordenação de representatividade política - entre o governo nacional, os estados e, principalmente os municípios.²

1. Descentralização ou não-centralização ?

As principais teses defendidas pelos municipalistas brasileiros e estudiosos de Administração Pública, dizem respeito principalmente, a autonomia municipal ou local.³ Baseados geralmente em princípios jurídico-legais e político-administrativos, os municipalistas, buscam situar o município em sua relação com os governos estadual e federal. Defendem enfaticamente a importância dos municípios baseando-se na história político-administrativa do Brasil, da qual o município se originou como sendo a primeira e única unidade de governo local.

O município no Brasil difere dos outros países onde existem diversas formas de governo local, como por exemplo, o condado, a cidade, o distrito escolar e os distritos especiais. Já o município brasileiro engloba tanto áreas urbanas como rurais. (BRASILEIRO, 1973, p.3)

Para os municipalistas o processo político-administrativo brasileiro sempre esteve baseado em uma centralização excessiva, faltando aos planos de organização nacional definir o papel dos municípios no que diz respeito à Constituição e também ao processo de desenvolvimento do País.

De acordo com BRASILEIRO, (1973, p.2), "o mesmo tipo de organização política prevalece para os diferentes níveis da Federação, as mesmas leis aplicam-se, a todos os rincões do País". Neste sentido, afirma que existe uma "discrepância entre o legal e o real " e também "uma preocupação excessiva com o planejamento sem a correspondente preocupação com a implantação dos planos".

Para MARICATO, (1994, p.319) do ponto de vista do uso e da ocupação do solo, há contradições profundas na administração municipal. Existe uma inadequação da legislação urbanística em relação às cidades cujo desenvolvimento ela pretende normatizar, pois é dado um tratamento genérico às cidades brasileiras, que apresentam ocupação bastante fragmentada e diferenciada na ocupação do solo.

Existem diferenças regionais significativas no que diz respeito à formação dos municípios atualmente no Brasil. A maioria dos municípios recém-emancipados possuem uma caracterização

² No capítulo 5, através do caso de Cordilheira Alta, procuro mostrar de que maneira esta reordenação têm se configurado em uma região onde as relações políticas e econômicas apresentam uma particularidade no que diz respeito as relações entre o poder local e as demais instâncias governamentais.

³ ROCHA, B. define autonomia local "a autonomia consiste, no município brasileiro, na capacidade para eleger o prefeito e os vereadores, bem como na administração própria no que concerne a decretação e arrecadação dos tributos de sua competência, a aplicação de sua renda, a organização dos serviços que a Constituição do Estado ou a Lei Orgânica por este promulgada defina como seu peculiar interesse" (apud, BRASILEIRO, 1973, p.19)

muito distinta das grandes cidades. A formação histórica, política e econômica destes novos municípios traz uma relação muito significativa entre o urbano e o rural. Na verdade, a formação destas pequenas cidades têm dependido exclusivamente das atividades desenvolvidas nas comunidades rurais. Com a criação dos novos municípios, estas comunidades passam a estabelecer relações mais próximas aos centros de decisão, no caso a prefeitura e a Câmara de Vereadores. Cabe ao governo federal e estadual, dar condições - seja através de recursos e deliberações legais - aos representantes locais, para que estes possam atuar de forma mais direta no que diz respeito às necessidades da população rural.

Para modificar estas contradições, os municipalistas ressaltam a importância da descentralização. DOWBOR, defende uma descentralização baseada no Planejamento Municipal. Segundo o autor, os municípios não possuem autonomia no que diz respeito à intervenções na política de crédito, de preços, de câmbio, etc; dificultando com isso o desenvolvimento local. Todas estas decisões ficam a cargo do planejamento central, que geralmente tem mais função de promoção política do governo, do que de ordenamento das atividades econômicas. (1987, p.30-31)

Tanto a centralização econômica como a administrativa são incompatíveis com a realidade dos municípios, pois estes através de seus representantes políticos e da população interessada intervêm decisivamente nas questões econômicas e sociais.

DOMBOR cita, por exemplo, as dificuldades que uma empresa privada tem para se instalar numa localidade sem a aprovação formal dos seus habitantes. O planejamento municipal, diz respeito particularmente a "participação comunitária". Para ele "a participação comunitária e o planejamento descentralizado permitem assegurar a racionalidade de um conjunto de atividades econômicas que estão diretamente ligadas ao espaço de vida do habitante", e para isso, "a articulação dos diversos mecanismos obedece frequentemente mais a interesses políticos do que a escolhas de adequação técnica" (idem, ibidem, p.32)

Para que todas estas questões sejam viáveis, é necessário uma definição dos limites da intervenção municipal, frente aos outros mecanismos de regulação. ⁴

De acordo com ALMEIDA, (1995, p.88), no Brasil, a questão da redefinição de competências entre as esferas de governo refere-se centralmente - ainda que não exclusivamente - à políticas e programas da área social, como exemplo mais geral, as áreas da saúde, educação e transporte.

⁴ Os outros níveis de regulação: Mercado, Política de Conjuntura do Estado, Intervenção Reguladora sobre a Área Financeira: política de preços, política salarial, política fiscal, política cambial, política de crédito e política monetária. Neste sentido o planejamento central, deve articular os esforços de crescimento da economia para assegurar a harmonia do conjunto. Em termos práticos, um país utiliza planejamento para definir a sua vocação geo econômica, as estratégias de desenvolvimento de longo prazo com seus componentes setoriais (agricultura, indústria, infra-estruturas econômicas e sociais) (DOWBOR, 1987, p. 32)

Os teóricos municipalistas quando falam em "descentralização" estão se referindo mais precisamente a reformas no âmbito do poder central, as quais possibilitariam maior autonomia para os governos locais decidirem sobre seus programas, do que simplesmente o repasse de recursos, que geralmente são aplicados em políticas assistencialistas, destinadas ao "bem estar social".

Para BITTAR; COELHO (1994, p.338), uma reforma administrativa, além da materialização de rotinas administrativas, exige a concretização de mudança de estrutura com a implementação de processos de descentralização e desconcentração funcional e de descentralização territorial.

De acordo com ARRETCHE, a descentralização é um mito, que tem no debate sobre a reforma do Estado um de seus pontos centrais. Neste sentido, diferentes correntes de orientação política têm articulado propostas de descentralização com diversas expectativas de superação de problemas identificados no Estado e nos sistemas políticos nacionais. Principalmente na década de 80 ocorreram reformas de tipo descentralizador em um número expressivo de países.⁵ Passou-se a associar centralização a práticas não democráticas de decisão, à ausência de transparência das decisões, à impossibilidade de controle sobre as ações do governo e a ineficácia das políticas públicas. (1996, p.44)

Sem dúvida a Assembléia Nacional Constituinte em 88, foi um marco das correntes geradas na luta pela democratização. A constituição de 88 definiu um novo arranjo federativo, através de transferências de capacidade decisória, funções e recursos do governo nacional para os estados e, especialmente para os municípios. Porém estas mudanças não significam necessariamente descentralização e tampouco o governo central perdeu seu poder de comando. Pelo contrário, o governo federal se fortalece por um lado, através das alianças políticas com as demais instâncias, e por outro se "desresponsabiliza" das políticas públicas sociais, desafogando a máquina do Estado.

De acordo com ALMEIDA, (1995, p.95) a reforma da saúde implantada em todo o país através do SUS (Sistema Único de Saúde) é um exemplo de um novo arranjo político estabelecido entre o governo central e os municípios. Porém o futuro do SUS, vai depender da disposição, e especialmente, da capacidade dos municípios de assumir a plenitude das funções que lhe cabem no sistema.

Os novos municípios emancipados estão inseridos neste novo contexto político-administrativo, que tem na Constituição, a sua base jurídica, porém, esta nova configuração diz respeito a um quadro

⁵ De 75 países considerados em via de desenvolvimento ou em economia de transição, 63 teriam implementado reformas nas quais teria ocorrido um processo de transferência de poder político para os governos locais. Tais reformas foram realizadas segundo estratégias distintas, sendo as mais conhecidas a desconcentração, a delegação, a transferência de atribuições e a privatização ou desregulação. (DILLINGER, 1995, p. 1, apud, ARRETCHE, 1996, p. 63)

mais amplo de articulações políticas entre os governos locais, em relação ao governo estadual e federal.

Neste aspecto os municipalistas não estão se referindo simplesmente à uma autonomia política que têm como base a transferência de recursos, mas sim a uma nova redefinição do papel estratégico do governo federal em um novo arranjo federativo, que assegure, por um lado, condições aos municípios de gerir sua própria política local, e que por outro, faça uso dos mesmos dispositivos legais, para redefinir as competências e funções dos municípios diante de interesses tão complexos.

Ao contrário, portanto, das teses que defendem uma perda de atuação do governo federal, as redefinições político-administrativas, devem ser pensadas a partir das articulações históricas entre as elites do governo central de um lado, e elites locais e regionais de outro, em um determinado modelo de Estado. É precisamente esse processo histórico, pelo qual as elites de diferentes instâncias se integram (ou não) no interior das instituições políticas, que explica a natureza das reformas descentralizadoras ocorridas e o discurso político que lhes serve de sustentação. (ARRETCHE, 1996, p.45)

Para ALMEIDA, (1995, p.89), o federalismo é um sistema baseado na distribuição territorial - constitucionalmente definida e assegurada - de poder e autoridade entre instâncias de governo, de tal forma que os governos nacionais e subnacionais são independentes em sua forma de ação.

O federalismo se caracteriza pela não centralização, isto é, pela difusão dos poderes de governo entre muitos centros. Neste sentido "não-centralização não é o mesmo que descentralização (...). Em um sistema político não-centralizado, o poder é difuso e não pode ser legitimamente centralizado ou concentrado sem romper a estrutura e o espírito da Constituição. (...) Todos têm um governo geral, ou nacional, que dispõe de poder em muitas áreas e para muitos propósitos, mas não um governo central que controle todas as linhas de comunicação e decisão políticas. (...) A não-centralização é melhor conceptualizada como uma matriz de governos com poderes distribuídos de tal forma que a ordenação dos governos não é fixa."⁶

A atuação do poder local corresponde a articulações entre as dimensões econômico-financeira, tecnológica, administrativa e sobretudo sócio-políticas. Nos planos financeiro-administrativo, por exemplo, as decisões tomadas geralmente dizem respeito ao proveito das elites ou da população em geral, decisões estas nos âmbitos da propriedade privada ou social.

Estas decisões se estendem para todas as demais dimensões, onde interesses políticos e econômicos estão em jogo. A centralização ou a descentralização geralmente corresponde a uma faca de dois gumes, dependendo das mudanças e necessidades do sistema político e econômico.⁷

⁶ A idéia de que o federalismo constitui uma estrutura não-centralizada é defendida por ELAZAR (1987), (apud, ALMEIDA, 1995, p. 89)

⁷ De acordo com BRASILEIRO, os municípios se caracterizam como sendo *sistemas e subsistemas*. Utiliza a noção de sistema aplicado ao estudo dos processos políticos, desenvolvido por David Easton e

Para ALMEIDA, (1995, p.90), o federalismo fiscal é a espinha dorsal destas relações. A maneira como são gerados e distribuídos entre as esferas de governo os recursos fiscais, define em boa medida, as características próprias dos diferentes arranjos federativos. Todavia, suas feições e sua operação efetiva são também fortemente condicionadas pelas características de instituições políticas, especialmente os sistemas partidários e eleitorais e as organizações de interesse.

Os processos de descentralização político-administrativo tem sua base nas mudanças históricas ocorridas à nível político e econômico. ARRETCHE (1996) aponta estes aspectos como definidores para o surgimento dos processos descentralizadores no Brasil.⁸

A forma de expansão do Estado realizada durante o regime militar, por exemplo, implicou a criação de capacidades institucionais e administrativas nos estados e municípios, capacidades estas que explicam em parte a natureza do processo de descentralização hoje em curso. Com as transferências de recursos realizadas após 64, os municípios se fortaleceram administrativamente, ocorrendo com isto uma queda significativa no que diz respeito aos estados.⁹

Após este período ocorreu também um processo de fortalecimento das capacidades administrativas de estados e municípios, com a criação de empresas públicas estimuladas pelas políticas emanadas do centro. Sob o controle principalmente dos governos estaduais foram criadas empresas públicas nos setores de energia elétrica, de saneamento, de telecomunicações, de habitação, etc

No que diz respeito a política urbana, a constituição de 1988, introduziu novos conceitos e instrumentos no tratamento institucional do problema das cidades brasileiras, em direção aos ideais defendidos pelo movimento da reforma urbana. Em primeiro lugar introduziram-se algumas mudanças na visão jurídica do conceito de propriedade, em particular da propriedade urbana, embora tenha sido mantido o princípio de direito à propriedade (CAVALIERI, 1994, p.373)

Gabriel Almond, que a partir de uma análise estrutural/funcional, consideram o sistema político, como um tipo de sistema social. Neste sentido, o município como subsistema é "uma das agências por meio da qual os sistemas políticos estadual e nacional procuram atingir suas finalidades, dentro do princípio da descentralização político-administrativa. No sentido de fazer com que cada um dos municípios contribua realmente para os objetivos do sistema global, tem-se desenvolvido a tendência de restringir o grau de autonomia do sistema local" (1973, p.25)

⁸ Aponta como propulsores do processo de descentralização dois aspectos: " a) crise do Estado Desenvolvimentista e de suas bases de sustentação - especialmente do papel de planejador, financiador e propulsor do desenvolvimento desempenhado até muito recentemente pelo governo federal; b) o processo de consolidação democrática, no qual novos atores políticos, dotados de recursos políticos e institucionais relevantes, disputam com as instituições federais o papel de condução do processo político". (idem, p.45-46)

⁹ De 34 % do total da receita tributária em 1960, para 26% em 1988 em relação aos estados, e no que diz respeito aos municípios, houve elevação, de 6,5% do total da receita tributária em 1960, para 11,4% em 1988. (AFONSO, 1993, *apud*, ARRETCHE, 1996, p. 52)

Apesar das mudanças jurídicas, o autor (idem, p.375) questiona a aplicabilidade destas mudanças, pois o problema habitacional se apresenta como um problema maior, em nível nacional, que não se traduz simplesmente como consequência de um atendimento deficitário ligado à questões técnicas ou financeiras. Muito mais do que isso, suas razões se remetem a forma como se articulam os modelos econômicos adotados e a identificação e complementariedade entre Estados e capital privado. O que se constata na realidade é que o regime de mercado que orienta a oferta habitacional privilegia o atendimento à população de maior poder aquisitivo, não só no tocante a moradia em si, mas também quanto à disponibilidade de infra-estrutura, equipamentos e serviços. Às populações mais pobres restam soluções espontâneas.

2. Democratização ou "desresponsabilização" do Estado ?

A solução destas questões não devem ser medidas apenas a partir de definições jurídicas. A relação entre descentralização e democratização deve ser buscada nos processos políticos específicos de cada instância governamental, bem como nas relações entre elas. Por exemplo, como estabelecer critérios para uma política habitacional em um município, onde a propriedade privada têm determinado todas as relações políticas e econômicas ? Diante destas reordenações político-administrativas, torna-se fundamental nos perguntarmos de que maneira estas questões - democracia, descentralização, autonomia - juridicamente generalizadas, se apresentam em contextos regionais políticos e econômicos tão diversificados.

As tendências teóricas utilizadas por ARRETCHÉ, para pensar a democratização vão desde um ideário da radicalização democrática, até um modelo político norte americano, baseado nos princípios do liberalismo político.¹⁰

A partir dos casos espanhol e francês a autora procura mostra qual a relação entre centralismo e autoritarismo e descentralização e democracia. Porém estas associações somente ganham sentido a partir das circunstâncias históricas específicas de cada caso.¹¹

¹⁰ Para BORJA, J. (1988, p.9-10, apud, ARRETCHÉ, 1996, p. 46), " (...) La única forma de superar las tendencias a la sectorialización, al burocratismo del Estado, a la distancia con los actores sociales, etc. consiste en crear instituciones que tengan una capacidad de actuación global, que sean representativas, pero que correspondan a sujetos sociales, a ciudadanos que de alguna forma se sientan identificados entre ellos, que tienen una identidad comunitaria. En resumen : la democracia se expandirá únicamente si se desarrollan las instituciones políticas locales ". Já para o modelo norte-americano, a descentralização seria a condição para o rompimento com as estruturas políticas tradicionais.

¹¹ Por exemplo, na França, por uma espécie de adaptação ao ambiente político local, os "prefeitos" integraram os valores e interesses das elites locais, às quais deveriam controlar; estas, por sua vez legitimavam sua representatividade junto à população, validando desse modo as regras de funcionamento do sistema. Neste caso, o poder foi redistribuído entre aqueles que já tinham acesso a ele" (D'ARCY ; BAENA DEL ALCAZAR, 1986, apud, ARRETCHÉ, 1996, p.50). A associação - entre centralismo e autoritarismo

No caso brasileiro, por um lado a consolidação democrática trouxe à arena política um conjunto de atores que hoje atuam reduzindo o poder de comando anteriormente exercido inteiramente pelo Executivo federal: governadores, prefeitos, parlamentares, movimentos populares e sindicatos consolidam seu poder político ao longo do processo de redemocratização e reduzem o poder de mando do governo central. Por outro lado, um conjunto de fatores esgarça as bases de sustentação do Estado desenvolvimentista e do pacto federativo que o sustentou. Nas últimas décadas, ocorreu um efetivo processo de desconcentração produtiva, com a emergência de novas elites regionais modernas que, conectadas diretamente com o exterior, questionam o poder de regulação do Estado nacional e de sua expressão política, o governo federal. (idem, p.53)

Para ALMEIDA, (1995, p.97) a perda de rumos políticos e, sobretudo, a crise financeira do governo federal, estão transformando a política descentralizadora em descentralização caótica. Esta progride ao sabor da capacidade de demanda das clientelas, da disponibilidade de recursos e do engajamento político dos executivos estaduais e municipais e do ainda complicado jogo de alianças e oposições entre governadores e prefeitos eleitos em um sistema pluripartidário.

Pressionados pela crise econômica e pela redemocratização (mais especificamente pela retomada do mecanismo eleitoral), governadores e prefeitos (especialmente estes últimos) têm sido responsáveis por uma elevação na despesa pública em programas assistenciais e pela formulação e implementação de uma miríade de novos programas de âmbito exclusivamente local, frequentemente associados à gestão que os criou. (ARRETCHE, 1996, p.55)

No caso do Brasil, a democratização trouxe mais crise a nosso país, em vez de diminuí-la. Ela trouxe mais crise, porque para as elites políticas e para a burocracia estatal, a democratização, colocou pela primeira vez sua subordinação real às estruturas de limitação do Estado e do mercado criadas pela modernidade (AVRITZER, 1995, p.118)

A redemocratização por um lado, redefiniu os papéis políticos, estes representados por prefeitos, governadores, técnicos de agências estatais e especialistas em questões de políticas públicas, o que têm gerado uma disputa de poder por parte de elites políticas de âmbito local. Porém, por outro, estes mesmos representantes locais estão atrelados a uma estrutura política e econômica mais globalizante que envolve interesses do capital nacional e internacional.

"é típica do caso espanhol e somente ganha sentido no exame das circunstâncias históricas concretas daquele país, mais particularmente do grau de controle das elites regionais sobre as estruturas políticas locais e seu grau de integração com as elites políticas do nível central " (idem, ibidem). Foi esta transição que influenciou as elites intelectuais brasileiras. Nos dois casos "as demandas por descentralização estão associadas à existência prévia de um regime ditatorial (e a uma história de regimes autoritários), de outro, historicamente as elites políticas regionais detêm desde a Primeira República o controle das máquinas políticas e eleitorais no plano local , bem como seu grau de interação com as elites políticas do estado central parece estar mais próximo do caso francês que do caso espanhol. (ARRETCHE, 1996, p. 51)

Os governos locais estão, portanto, inseridos neste quadro de reordenação política e econômica. A autonomia administrativa reforça a economia local e a recuperação da autoridade dos representantes políticos, dos comerciantes, industriais, etc. Trata-se de assegurar o lugar destas elites diante de um contexto mais amplo.

A representatividade desta elite é determinada e construída pela própria população que legitima, e mais do que isso escolhe e define através do voto, os seus representantes políticos, ou seja, a quem "compete" e quem é "competente".

A reordenação dos espaços de representação local, significa um aumento de decisões, as quais os representantes políticos sabem do que se trata e a quem interessa, quem é responsável e quais os interesses em jogo. Os representantes locais encontram neste espaço de poder, condições para organizar estrategicamente formas de manter o poder e se inserir em um contexto político e econômico mais amplo, do qual dependem diretamente.

Neste sentido, cabe refletirmos sobre os limites da autonomia municipal e de que maneira as máquinas administrativas municipais estão sendo utilizadas. Até que ponto os municípios possuem efetivamente autonomia para decidirem sobre seus destinos e a quem, esta "autonomia" têm beneficiado.

Para DANIEL, (1994, p.301) o Estado precisaria centralizar certas normas estratégicas para a nação, certos fundos de investimento (como para habitação) ou custeio (para saúde). Porém, uma alteração como essa exige que o nível local passe também por uma profunda reforma do Estado, sob pena de a descentralização significar apenas a municipalização do fisiologismo e da ineficiência.

De acordo com RIBEIRO, (1994, p.284) vários autores têm mencionado as contradições entre, de um lado, a concentração cada vez maior do capital global, do seu poder econômico e político, e, de outro, a proposta de desconcentração do sistema público de proteção social. A municipalização da política social visa resolver de maneira conservadora a crise do Bem-Estar Social, seja pela desoneração fiscal do governo central, seja pela introdução do princípio da seletividade na distribuição dos serviços. Num país como o Brasil, marcado por profundas diferenças regionais, tal perigo é maior, já que o federalismo comporta fortes contrastes econômicos, sociais, políticos e institucionais entre os municípios.

No Brasil, a partir dos anos 80, e principalmente agora no início dos anos 90, tem se questionado por um lado, o papel do Estado-Nação e de uma suposta crise que este vem passando em função de um paradigma neo-liberal, pautado em princípios tal como a intervenção mínima do Estado diante da economia. Por outro, criam-se paradigmas calcados em princípios como a democracia, os direitos e a cidadania.

Neste sentido, busco levantar questões no que diz respeito ao lugar do município diante desta complexa reordenação política e econômica, que por um lado, "tende a considerar que o processo de globalização é aquele em que o mercado privado supera o Estado, onde as estruturas dos estados-

nações esmaecem" (...) e por outro, questionar até que ponto "o neoliberalismo, enquanto regulador integral do mercado, subestima totalmente o papel político do estado". (PRÉTECELLE, 1994, p.72-73)

Neste contexto atual, não seriam os estados e municípios, instrumentos político-administrativos "demarcados" através da Constituição Federal pelo Estado-Nação, onde segundo RAFFESTIN (1993, p. 167-168) "a função legal delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política".

III - A ATUAL REORDENAÇÃO POLÍTICA NACIONAL : as emancipações municipais

1. As emancipações políticas no Brasil

Nos últimos anos tem ocorrido um intenso processo de emancipação política de municípios no Brasil, propiciados pela lei e pela possibilidade de reordenação das representações e níveis de participação política.

Segundo dados do IBGE (1995), os municípios com menos de 5.000 habitantes já representam 21,45% do total no país. Dos 4.974 municípios existentes no País, 1067 possuem menos de 5.000 habitantes e desses, 109 não chegam a 2000 e 8 estão abaixo de 1000 habitantes. Entre 1980 e 1993, o total de cidades passou de 3.974 para 4.974, significando um salto de 25%. Na década de 70 a criação de novos municípios foi insignificante, de 3.952 para 3.974, ou seja 0,55%.¹

O IBGE não consegue mais radiografar este quadro, pois se todos os projetos fossem aprovados, daria mais de uma prefeitura extra para cada dia do ano. Município é o que os políticos mais fazem no Brasil atualmente. Inauguraram-se 794 prefeituras só nos primeiros quatro anos desta década. Em meio século, o número de prefeituras brasileiras triplicou. E isso não ocorreu por crescimento gradual. Foi em espasmos. Entre 1940 e 1950, nasceram 315 municípios. De 1970 a 1980, anos do chamado Brasil Grande, só 22.²

A Lei complementar de 1967 exigia que uma vila tivesse no mínimo 10.000 habitantes para se emancipar. A constituição de 1988, mudou muito pouco o seu conteúdo, alterando apenas a exigência de um plebiscito, requisito por si só contraditório, pois a consulta plebiscitária é realizada apenas na comunidade que deseja se emancipar e não o contrário. Por outro lado, a constituição federal se isenta

¹ Estes dados foram subtraídos de TREVISAN, C. Plebiscitos espalham cidades "nanicas". *Folha de São Paulo*, 14 agos. 1995.

² O Anuário Estatístico do Brasil 1994, saiu no mês de julho de 1995, com oito municípios em atraso. Registrava um total de 4974 prefeituras, sendo que elas já eram em n. de 4982. (*Revista Veja*, 16 de agosto de 1995, p.69)

³ *Mapa em Mutação. Revista Veja*, 16 de agosto de 1995, p. 69.

juridicamente e politicamente conferindo às Assembléias Legislativas dos Estados o poder para delegar sobre a matéria.³

MARTINS (1992), faz comentários a este artigo da constituição, apontando algumas ambiguidades da lei que pouco têm se adaptado às mudanças políticas e culturais ocorridas no país. Segundo o autor os termos jurídicos deste artigo são praticamente os mesmos que regem o & 3 - do mesmo artigo 18 que trata *Da Organização Político-Administrativa*⁴ - sobre a criação de Estados.

Para MARTINS, (idem,p.27), a utilização de certas expressões que tratam da criação de municípios são desnecessárias e incompatíveis, como por exemplo, os termos "criação e desmembramento". Para o autor não é possível visualizar como um município possa ser criado sem que resulte do desmembramento de outro. Isto nos termos atuais da lei, pois, todas as regiões do país hoje são divididas politicamente e administrativamente em municípios, com excessão do Distrito Federal.

Somente incorporação e fusão é que se distinguem nos termos da lei. Na incorporação, um município recebe espaço territorial pertencente a outro, que perde sua autonomia, sem que o município receptor desapareça. Na fusão, os dois municípios que se unem perdem sua identidade e se transformam em um terceiro. Fusão e incorporação no direito constitucional têm o mesmo perfil do direito mercantil. (idem, ibidem)

Além destas ambiguidades aponta outra que não corresponde às mudanças políticas e culturais ocorridas no país. Por exemplo, no que diz respeito a "unidade e continuidade histórico-cultural do ambiente urbano", nada tem de novo no texto constitucional, pois segundo MARTINS, a colocação objetiva manter o município fiel ao papel histórico desempenhado no Brasil colônia, em que tais estruturas locais representavam a verdadeira força da nascente nacionalidade. Neste sentido, a expressão "histórico-cultural" é demasiadamente desnecessária pois a formação dos municípios é necessariamente cultural. (idem, ibidem)

Os dispositivos constitucionais neste sentido, embora contraditórios, têm sem dúvida nenhuma possibilitado uma reordenação política no país. Se por um lado, as emancipações político-administrativas representam uma reordenação política e econômica no estado nacional, por outro, elas contribuem para o reforço do poder local que através de alianças político-partidárias garantem um

⁴ A Constituição do Brasil em seu artigo 18, & 4 diz: "A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas ". (MARTINS, 1992)

⁵ O art. 18. "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição" (MARTINS, 1992)

espaço de reivindicação em relação as demais instâncias governamentais, seja através de recursos ou de favores eleitorais.

Porém estes aspectos por si só, não são suficientes para explicar esta nova reordenação. O que realmente estimula um prefeito, a governar um município com 30.000 em caixa. É o caso do prefeito do município de Alfredo Vasconcelos, a menor das 33 cidades mineiras criadas em 1992. O estado de Minas Gerais em 1960 possuía 483 municípios, já em 1995 possuía 756 e ainda tramitam na Assembléia Legislativa Mineira mais 192 pedidos.⁵

Os pontos de vista e discursos construídos, por políticos, pela mídia, por intelectuais municipalistas, pelas categorias interessadas como empresários e comerciantes, bem como pela população em geral - geralmente a que menos é consultada - são diferentes, convergentes e divergentes entre si. Por exemplo, políticos contrários as emancipações, afirmam ser a Constituição de 1988 a responsável pela criação indiscriminada de novos municípios.⁶

Por outro lado, um dos acesores técnicos do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) diz que "essa onda de emancipações não resultou do excesso de liberalidade da Constituição de 1988. Segundo ele, o crescimento do número de municípios começou em 1985, com a redemocratização".⁷

Os dados estatísticos e opiniões são importantes na medida em que nos dão a dimensão de um processo histórico e político, que têm se transformado e redimensionado as leis e regras que regem um sistema de governo que envolve, principalmente, diferentes interesses políticos e econômicos. Em Santa Catarina, atualmente os processos de emancipações político-administrativas também têm respondido a uma nova reordenação política e econômica pela qual vem passando o país. Porém, especificidades históricas e culturais contribuíram significativamente na formação político-administrativa do Estado.

6 *Mapa em mutação*. Revista Veja, 16 de agosto de 1995, p. 71.

7 Estes argumentam que "A constituição não estabelece requisitos para a criação de municípios e dá aos Estados poder para legislar sobre o assunto" e ainda "O Ministro do Planejamento, José Serra, é um dos maiores críticos. Em sua opinião, o processo atende, na maioria das vezes, a interesses políticos de grupos locais". Segundo os técnicos do ministério do planejamento, "essa infra-estrutura política custa caro para o contribuinte" (Folha de São Paulo, 14 de agosto de 1995)

8 Idem, ibidem.

2. As emancipações em Santa Catarina.

Atualmente o Estado de Santa Catarina possui 293 municípios, dos quais 33 foram emancipados nos últimos dois anos.⁸

Em diferentes momentos da história catarinense, a criação de municípios têm respondido por um lado, à interesses políticos e econômicos mais amplos que objetivaram a expansão política e territorial do estado nacional. Na colônia e no Império, foram criados cerca de 23 municípios no estado. Como aconteceu em praticamente todo o território nacional, as primeiras unidades-administrativas foram formadas inicialmente no litoral e posteriormente foram oficialmente criadas nas demais regiões do Estado. A criação de municípios no Estado têm sido realizada, portanto, de acordo com os diferentes momentos políticos e econômicos nacionais e também têm respondido à diferentes interesses regionais e locais.

A formação de municípios em Santa Catarina corresponde também à diferentes formas jurídicas de desmembramento nos vários períodos da história do Estado. Para diferenciar a criação de municípios tal como vêm acontecendo de 1988 até hoje, eu utilizei o termo emancipação político-administrativa para este período específico.⁹ De acordo com o quadro n.1, é possível termos uma idéia das formas jurídicas de formação de municípios e o número correspondente em cada período histórico.¹⁰

9 O número de 293 municípios foi divulgado pela mídia catarinense nas eleições municipais de 1996. Como não encontrei dados referentes à diferentes períodos e o número de municípios criados em cada um deles, eu mesma realizei um levantamento, me baseando em diferentes fontes: Dados do Palácio do Governo de 1993, dados de um suplemento especial sobre os municípios catarinenses do Jornal Diário Catarinense de 1993, e dados da Assembléia Legislativa do Estado, sobre os municípios emancipados de 1988 até 1996. De acordo com este levantamento, o número de municípios catarinenses até 1995 era de 288. Foram emancipados de julho até outubro de 1996 mais 5 municípios.

10 As formas oficiais de desmembramento utilizadas pelo palácio do governo desde a formação do primeiro município (1720) até hoje, em um documento organizado por esta instituição são: criação, fundação, elevação, instalação.

11 Esta divisão histórica foi elaborada pela autora. Procurei levar em consideração diferentes períodos históricos e políticos do Brasil: 1600-1800 (Colônia); 1800-1890 (Império); 1890-1930 (Primeira República); 1930-1970 (Estado Novo- Segunda República - Regime Militar); 1970-1988 (Regime Militar-Período Democrático); 1988 -1996 (Constituinte de 1988-Redemocratização). Os quadros 1, 2 e 4 apresentados neste capítulo foram elaborados pela autora, tendo como base, as fontes já citadas na nota n. 9.

Quadro 1 - Criação de municípios em SC

<i>Período</i>	1600	1800	1890	1930	1970	1988
<i>Forma Jurídica</i>	a	a	a	a	a	a
	1800	1890	1930	1970	1988	1996
Criação	2	11	12	122	2	-
Fundação	2	6	1	5	-	-
Elevação	-	1	-	-	-	-
Instalação	-	1	1	26	-	-
Emancipação	-	-	-	-	-	96
total municípios	4	19	14	153	2	96

Entre a Colônia e o Império tivemos a formação de 23 municípios, tendo como a forma jurídica mais comum, a criação e a fundação. Na Primeira República, tivemos a formação de 14 municípios, tendo como forma jurídica a criação. No período do Estado Novo até 1970, tivemos a criação de 153 municípios, prevalecendo como forma jurídica a criação e a instalação. Entre 1970 e 1988, tivemos a criação de somente 2 municípios. E finalmente entre 1988 e 1996 tivemos um total de 96 emancipações político-administrativas. No total tivemos a a formação de 288 municípios.

No que diz respeito a formação de municípios nas diferentes regiões do estado¹¹, houve uma incidência maior em dois períodos específicos: entre 1930 e 1970, todas as regiões do estado criaram municípios, sendo que 4 tiveram um número mais representativo (Vale do Itajaí, Sul, Vale do Rio do Peixe e Oeste Catarinense). Entre 1988 e 1996, todas as regiões tiveram emancipações, porém houve uma maior incidência na região sul, no Planalto, no Vale do Rio do Peixe e no Oeste Catarinense

12 O Estado de Santa Catarina em termos de divisão oficial possui 20 microrregiões. Por outro lado, as regiões maiores (7) são formadas por um número específico de micro-regiões. A região conhecida como oeste catarinense, abrange na verdade três regiões menores (o Vale do Rio do Peixe, o Meio-Oeste e o Extremo-Oeste), que foram categorizadas oficialmente desta maneira por terem sido colonizadas principalmente por italianos e alemães. Compreende um total de 5 microrregiões (São Miguel d' Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia). As demais regiões: Norte (Microrregião de Canoinhas, São Bento do Sul e Joinville); Planalto (Microrregião de Curitiba e Campos de Lages); Vale do Itajaí (Microrregião de Rio do Sul e Blumenau); Alto Vale (Microrregião de Itajaí e Ituporanga); Litoral (Microrregião de Tijucas e Florianópolis) e Região Sul (Microrregião do Tabuleiro, Tubarão, Criciúma e Araranguá). O estudo de caso a que me refiro, Cordilheira Alta, é um município situado portanto na micro região de Chapecó e no meio oeste. No entanto esta subdivisão é oficial e normalmente refere-se a região oeste, em função da atividade agroindustrial muito desenvolvida em 4 microrregiões principalmente (São Miguel d' Oeste, Chapecó, Xanxerê e Concórdia). Quando me referir a região oeste estarei me reportando mais especificamente a estas micro-regiões que compreendem o meio-oeste e o extremo-oeste.

(compreenda-se meio-oeste e extremo-oeste) que se diferenciou significativamente, no que diz respeito à emancipações de distritos. O quadro n.2 nos dá uma idéia do número de municípios criados nas diversas regiões e nos períodos histórico-políticos já apontados no quadro anterior (número 1)

Quadro n. 2. Criação de municípios nas regiões do Estado

Período	1600	1800	1890	1930	1970	1988	Total
	a	a	a	a	a	a	por
Região	1800	1890	1930	1970	1988	1996	região
<i>Litoral</i>	2	4	-	11	-	2	19
<i>Vale Itajaí</i>	-	3	1	21	-	2	27
<i>Alto Vale</i>	-	-	-	17	-	5	22
<i>Norte</i>	-	6	6	10	-	6	28
<i>Sul</i>	1	4	2	25	-	11	43
<i>Planalto</i>	1	1	1	10	2	13	28
<i>Rio Peixe</i>	-	1	2	20	-	9	32
<i>M. Oeste</i>	-	-	2	24	-	28	54
<i>E. Oeste</i>	-	-	-	15	-	20	35
	4	19	14	153	2	96	288

No período colonial, o número de municípios criados em Santa Catarina, ficou limitado principalmente ao litoral. Temos que levar em consideração os interesses políticos e econômicos que motivavam o governo na época. A colonização realizada neste período pela colônia portuguesa objetivava, portanto, garantir a expansão territorial. A ocupação do Litoral Catarinense e do Rio Grande do Sul, inicialmente aconteceu através da vinda de imigrantes das Ilhas dos Açores e da Madeira, que em função de problemas sócio-econômicos, obrigaram o rei de Portugal a ocupar outros territórios.

No período do império, houve a formação de 19 municípios, sendo que a maior incidência se deu na região Litorânea, no Vale do Itajaí, no Norte e no Sul, isto principalmente em função de empreendimentos particulares impulsionados por colonizadores europeus que trouxeram para esta região inicialmente, imigrantes de origem alemã em sua maioria, e posteriormente italianos e poloneses. O governo imperial a partir de 1860, passa a apoiar estes empreendimentos, pois passou a ver na colonização, um meio de expandir e assegurar o território nacional. Embora sob a jurisdição do governo imperial, os colonizadores continuavam a dirigir estes empreendimentos.

No período em que ocorreu a proclamação da República até os anos 30, período este conhecido como primeira república, Santa Catarina teve a formação de 14 municípios, sendo que a região norte se destacou com a criação de 6 municípios. Estas criações já eram decorrência de desmembramentos de distritos que até então pertenciam às primeiras vilas fundadas na época da primeira colonização, embora no norte do estado a colonização polonesa tenha se estendido até o ano

de 1948, impulsionando a criação de novas unidades político-administrativas. Com a resolução da questão do Contestado, no ano de 1917 foram criados 4 municípios em Santa Catarina em áreas que faziam parte do território contestado.¹²

No período de 1930 a 1970, houve um número bastante significativo de criação de municípios, sendo que as regiões que mais se destacaram foram, o Vale (21), a região Sul (25), o Vale do Rio do Peixe (20) e o Meio-Oeste (24). Neste período em Santa Catarina, novas forças político-partidárias se formam no Estado, sendo que o Litoral e o Norte, até então detentores do poder político estadual, representando o Partido Republicano Catarinense, passam a dividir espaço com o Partido Liberal Catarinense que têm como líder um político de Lages: Nereu Ramos. Estas duas forças políticas tiveram que se adequar ao novo regime instalado a partir da Revolução de 1930. Consequentemente, este quadro político nacional buscou uma nova reordenação de forças políticas que se efetivou a partir da criação de novos municípios. Após a revolução de 30 temos a partir de 1945 até 1964, o chamado período de "redemocratização", onde surgem novos partidos políticos, e consequentemente uma nova reordenação político-administrativa que passa a se refletir no âmbito do poder local. Em Santa Catarina neste período de 20 anos tivemos a criação de 128 municípios. Já no período da ditadura militar (1964 a 1982), tivemos a criação de somente 18 municípios no estado catarinense. A criação destes 18 municípios não aconteceu em todo o período. De 1964 a 1969 foram criados 16, havendo inexistência de criação entre 1970 e 1981. Em 1982, foram criados somente dois municípios na região do planalto. A partir do quadro n.2 percebemos que em todas as regiões do estado aconteceram criações de municípios, porém a região litorânea e o Norte tiveram um número reduzido de municípios, em relação aos demais períodos. Já nas regiões do Planalto, do Vale do Rio do Peixe, do Meio Oeste e do Extremo-Oeste percebemos que houve um aumento significativo em relação aos demais períodos.

No período de 1988 a 1996, através da constituição de 1988, temos um novo quadro político que se instaura a partir das emancipações políticas de novos municípios. Novas alianças político-partidárias se estabeleceram em decorrência de coligações e reestruturação de alguns partidos políticos. A criação de municípios neste período se diferencia pois têm possibilitado as lideranças locais se articularem diretamente com as demais instâncias governamentais a partir das comissões pró-emancipações que através de plebiscitos realizados nos distritos interessados, buscam definir espaços políticos locais e regionais. Os governos estadual e federal, encontram nestas emancipações formas de garantir alianças políticas e bases para a solidificação geo-política e econômica do Estado-Nação. Neste período foram criados em Santa Catarina cerca de 96 municípios, sendo que as regiões do meio-oeste e extremo oeste se destacaram com um número de 48 emancipações.

13 No Norte foram criados os municípios de Porto União e Mafra; no Vale do Rio do Peixe, o município de Cruzeiro (atual Joaçaba) e no Meio-Oeste o município de Chapecó.

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIVISÃO MUNICIPAL
1996

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
 CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
 DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E GEOPROCESSAMENTO
 GERÊNCIA DE CARTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

57

2.1. Os discursos sobre a emancipação

Este novo período em que as emancipações se intensificaram significativamente, têm suscitado diferentes opiniões por parte da mídia catarinense, de políticos estaduais e locais, bem como da população em geral.

A mídia catarinense tem procurado dar um caráter "neutro" em suas informações, críticas e opiniões, tratando das emancipações nas páginas destinadas à "política estadual", onde os diversos argumentos e discursos sobre a questão são colocados em cena.¹³

Vários aspectos são ressaltados tanto por políticos como pela população dos municípios interessados ou já emancipados legalmente. Os discursos dizem respeito tanto às estatísticas, quanto aos interesses políticos e econômicos em jogo, interesses estes que se dividem entre os "contrários" e os "à favor" das emancipações.

De acordo com a "manifestação contrária", representada principalmente pelo PT na Assembleia Legislativa Estadual, o aumento "desordenado" das emancipações reflete "falta de políticas públicas regionais e microregionais aliada à habilidade de políticos oportunistas". Baseiam-se também em pesquisa realizada pelo IBGE, apontando as "desvantagens" destas emancipações.¹⁴

O movimento contrário se apoia na legislação para criticar as emancipações: "A Lei Estadual 135/95 diz que a menor distância permitida entre a rodovia principal e o limite urbano da sede deve ser de 5 quilômetros. Em alguns casos a distância não ultrapassa quatro". Para o deputado petista Carlito Merss as atuais discussões no legislativo são contrárias a criação de novos municípios. Para ele a solução está na "criação de regiões metropolitanas".¹⁵

14 Os dados a que me reporteí dizem respeito, ao ano de 1995. Ano no qual defendi o projeto e realizei o trabalho de campo. Estive atenta aos dados veiculados pela mídia durante 1996, porém este assunto praticamente não foi tratado. Lembro-me de ter assistido a um debate jornalístico na RBS TV, onde o assunto foi abordado mas não com exclusividade. Um deputado se referiu ao assunto, ressaltando especificamente uma alteração realizada em julho de 1995 na lei complementar estadual n.135, que determina no art. 9, a formação de uma Comissão de Constituição e Justiça, responsável por uma vistoria *in loco* nos municípios a serem emancipados. Esta alteração, segundo o representante da Assembleia Legislativa, constitui um "avanço", pois a lei passa a ser mais rigorosa e criteriosa no que diz respeito aos requisitos necessários para a criação de um novo município.

15 Segundo os dados, dos 260 municípios catarinenses, 73 apresentam estagnação ou crescimento negativo e 118 crescem abaixo da média nacional. As migrações são de acordo com as estatísticas, as responsáveis por esses resultados. Oito são as cidades catarinenses que mais perdem população: Lages (950 ao ano); Concórdia (410/ano); Canoinhas (320/ano); São Miguel do Oeste (180/ano); Maíra (320/ano); Curitiba (379/ano) e Campos Novos (370/ano). Entre os municípios que mais recebem migrantes estão Joinville (5685 pessoas /ano); São José (3.400/ano); Palhoça (2.600 /ano); Florianópolis (2170/ano) e Balneário Camboriú (1650/ano). (Diário Catarinense, Política, 25 de junho de 1995.)

16 *idem*, *ibidem*, p. 8.

O deputado petista argumenta que há uma febre "divisionista" e não emancipacionista, e que as pessoas confundem emancipação com descentralização. Para ele, a insatisfação das populações com as prefeituras - que não conseguem prestar os serviços básicos - serve como argumento para emancipar distritos.¹⁶

Por outro lado, a manifestação "à favor", argumenta o contrário utilizando os mesmos referenciais. Por exemplo, o deputado estadual Onofre Agostini (PFL), defende que a emancipação desmotiva a migração criando melhores perspectivas de vida. Este discurso aponta para as questões econômicas como as mais importantes, como por exemplo a arrecadação, fonte do "desenvolvimento" municipal. No entanto, as questões econômicas não são as únicas a serem levantadas. Um membro da comissão pró-emancipação de Pirabeiraba, distrito pertencente a Joinville, utilizou em seu discurso as questões culturais como base para a luta política: "Para o ex-intendente do distrito, Paulo Schulz, financeiramente não haveria problemas, em razão do volume de arrecadação do distrito. "Até a questão cultural serve de incentivo para a emancipação. A cultura da região está completamente descaracterizada em função da falta de incentivos por parte da prefeitura de Joinville, que em outros tempos dava maior atenção para este setor".¹⁷

O município de Mirim Doce emancipado em 1991 de Taió, tem seus argumentos à favor baseados em uma autonomia política-representativa que tem gerado benefícios para a população. O município utiliza como sistema de governo, o Sistema Misto Parlamentar, assumidamente copiado da Inglaterra, onde os líderes das comunidades levam as prioridades ao Executivo Municipal. A prefeitura paga hoje um dos maiores pisos salariais do Estado aos professores e também custeia 50% das mensalidades de alunos que cursam faculdades em qualquer ponto do país. O prefeito Wilson Vanelli não vacila em afirmar para os distritos que estão dentro das condições exigidas por lei, se elevarem à condição de município.¹⁸

O Diário Catarinense deu ampla cobertura jornalística em março de 1995, na ocasião em que 20 municípios utilizaram o voto eletrônico para escolher o destino de seus distritos. O Jornal refere-se à estes plebiscitos computadorizados, como um sinal de "Tempos Modernos", isto em função da participação quase que total dos eleitores, a rapidez na votação, e a agitação e movimentação causada nos distritos onde aconteceram as votações.

Na ocasião, os moradores de 20 localidades, perfazendo um total de 38.465 eleitores estavam aptos para as votações. Houve plebiscito para emancipação em 20 distritos e consultas sobre

17 Idem, 14 de junho de 1995.

18 Idem, 25 de junho de 1995, p. 8.

19 Idem, 09 de julho de 1995, p.53.

anexações em 13 localidades. Em março de 1995 o Estado contava com 260 municípios, e a partir deste plebiscito passaria a contar com 284.¹⁹

As manifestações em prol das emancipações envolvem as pessoas das comunidades em vários aspectos. E em sua maioria, as argumentações e justificativas apontam para um único discurso, que se remete a valores tais como: crescimento, desenvolvimento, progresso, etc.

"Princesa, início de um novo progresso. Vote sim".

"Desejo de progresso mobiliza milhares de catarinenses"

"Quer agora uma administração municipal mais próxima dos trabalhadores rurais, que são o suporte da economia de Santa Terezinha do Progresso".

"Para a agente administrativa da Prefeitura de Otacilio Costa, Soni Paim, o desmembramento é "passo importante para o desenvolvimento".²⁰

Nas comunidades de Tigrinhos e Flor do Sertão, em Maravilha, Oeste do Estado, uma pesquisa feita pelos alunos das escolas básicas Tigrinhos e Osvaldo de Melo em Linha Tigre, apontou 85,7 % pela emancipação, 12,6 % contrários e 1,7 % brancos. Em Vila Nova, à margem da BR 282, na comunidade de Flor do Sertão, o agricultor Arlindo Barbieri posou ao lado do trator, para fotografias assinalando "sim" pela emancipação.

O Prefeito de Siderópolis, Lucio Ubiali, natural de Treviso, não escondeu um certo constrangimento ao perceber que seu município está perdendo um distrito responsável por mais de 60% da arrecadação do município. Ele disse ser favorável à emancipação, mas admitiu que houve pressão por parte de empresários para que o processo não fosse deflagrado. "Mesmo assim, será melhor para Treviso, que vai crescer mais".²¹

3. As emancipações no Oeste Catarinense

O oeste catarinense atualmente faz parte de um contexto no qual novas reordenações políticas e econômicas o inserem em relação as demais regiões do Estado e até do país. As divisões político-administrativas em uma região considerada "pólo econômico", vem transformando as relações econômicas e políticas. Em função da representatividade de lideranças locais e regionais o oeste vem sofrendo um processo de multiplicação territorial e político-administrativo.

²⁰ Idem, 20 de março de 1995, p.4. (das 20 emancipações, 16 foram do oeste catarinense, 2 do Planalto, 1 do Vale do Itajaí e 1 do Sul - grifo meu)

²¹ Diário Catarinense, 20 de março de 1995, p.7.

²² Idem, ibidem.

O oeste catarinense está inserido em um contexto econômico que visa a globalização do capital internacional com ênfase para a formação de megablocos (áreas/territórios delimitados na nova ordenação dos mercados mundiais) denominado na América Latina como Mercosul. A realidade social e econômica da região atualmente se apresenta de forma bem diferente que há dez anos atrás.²²

A micro-região de Chapecó possui uma área de 6.077,7 Km²²³ e o município de Chapecó possui hoje uma área de 615,5 Km². Em 1990 possuía uma área de 990 Km², dos quais 175 Km² pertencem hoje aos 3 novos municípios emancipados: Nova Itaberaba, Guatambu e Cordilheira Alta.

Desde a criação do município de Chapecó e de Joaçaba, em 1917, e posteriormente de Concórdia em 1934, estes foram os únicos municípios criados no oeste catarinense até os anos 40. O município de Chapecó possuía em seu território municipal muitas vilas que posteriormente foram elevadas à categoria de distrito e mais tarde se desmembraram do município-mãe. Ainda nos anos 40, outros municípios que não pertenciam à Chapecó, foram criados: Videira (Vale do Rio do Peixe - 1943), Capinzal (Rio do Peixe - 1947), Piratuba (Meio.Oeste - 1949) e Herval d' Oeste (Rio do Peixe - 1949).

As informações estatísticas do Município de Chapecó (Xapecó) relativas ao ano de 1940, apresentam dados sobre o número de distritos, área e população. Os dados do quadro apontam a dependência de 13 distritos em relação ao município-mãe. Estes distritos se desmembraram e no decorrer dos anos 50 e 60 novos distritos foram criados e muitos deles se desmembraram ainda na década de 60.

²³ A região oeste (Rio do Peixe, Meio-Oeste e Extremo-Oeste), possui uma superfície territorial de 25.338 Km² correspondendo a 26,4%, abriga 121 municípios e uma população total de 1,1 milhão de habitantes. Desses, 55% vivem no meio rural, embora o grau de urbanização da região tenha se elevado a partir da década de 60. A predominância da população rural é um dado importante, pois diferencia a região do restante do Estado e país, onde esta proporção é de 29% e 25%. (PRIM, 1996, p.11)

²⁴ Fonte: IBGE, 1990.

Quadro n. 3 - Divisão político-administrativa de Chapecó na década de 40

DISTRITOS	Área		População		
	Absoluta Km2	Relativa %	Absoluta	Relativa %	Por Km2
Xapecó	1.328	9,01	5.771	12,92	4
Abelardo Luz	860	5,83	4.241	9,50	5
Campo Erê	2.434	16,51	2.136	4,78	1
Caxambu	449	3,05	2.876	6,44	6
Dionísio Cerqueira	1221	8,28	912	2,04	1
Faxinal dos Guedes	341	2,31	1964	4,40	6
Guatambu	586	3,98	3.230	7,23	6
Itapiranga	1.493	10,13	4.852	10,86	3
Mondaí	777	5,27	3.334	7,47	4
Passarinhos	2.132	14,46	3.605	8,07	2
São Carlos	640	4,34	3.697	8,28	6
São Domingos	1.693	11,49	2.649	5,93	2
Xanxerê	425	2,88	3.216	7,20	8
Xaxim	362	2,46	2.177	4,88	6
Município	14.741	100,00	44.660	100,00	3

Fonte: IBGE - Departamento Estadual de Estatística - Agência Municipal de Xapecó, 1940

No recenseamento dos anos 50²⁴, o município de Chapecó era composto pelos distritos de Abelardo Luz, Campo Erê, Caxambu, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Guatambu, Itapiranga, Mondaí, Palmitos (ex-Passarinhos), São Carlos, São Domingos, Xanxerê, Xaxim.

Em 30/12/53, Chapecó perdeu os distritos de Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, São Domingos, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Xaxim. Ainda por lei municipal de 9/8/54, foi criado o Distrito de Águas de Chapecó, instalado somente anos mais tarde. Em 1955, contava com 7 distritos: Chapecó, Campo Erê, Guatambu, Caxambu, São Lourenço, Abelardo Luz e Coronel Freitas. A população do município após os vários desmembramentos era de cerca de 30 mil habitantes.

Entre 1954 e 1958 Chapecó perdeu os distritos de São Lourenço e Abelardo Luz. Outros municípios que não pertenciam à Chapecó foram criados no oeste catarinense (meio-oeste e extremo-oeste): Seara (1954), Itá (1956), Descanso (1956), Cunha Porã (1958), Faxinal dos Guedes (1958), Maravilha (1958), Ponte Serrada (1958) e São José do Cedro (1958).

No final da década de 50 e início dos anos 60 o município sofreu reformulação administrativa, da qual surgiram os distritos de Marechal Bormann, Quilombo e Serrinha. Após o ano de 1960 foram desmembrados territórios para formarem os municípios de Coronel Freitas e Quilombo, criados pela

²⁵ Dados IBGE - 31 de outubro de 1955

resolução n.5, de 10 de junho de 1959 da Câmara Municipal e homologados pela Assembléia Legislativa do Estado, através da lei estadual n.763, de 06 de outubro de 1961. Em 20 de novembro de 1962 foram desmembrados os municípios de Águas de Chapecó e Caxambu do Sul. Em 05/04/63 Cordilheira Alta, foi elevada a categoria de Distrito através da lei municipal n.881.²⁵

Entre 1961 e 1965 foram criados 8 municípios no meio-oeste e mais 8 no extremo-oeste, que não eram distritos de Chapecó. Em 1967, o município de Chapecó, estava constituído dos seguintes distritos: Chapecó (sede), Cordilheira Alta, Figueira, Goio-En (ex-Serrinha), Guatambu, Itaberaba e Marechal Bormann.

Portanto até o ano de 1967, o censo estatístico não se referia à Cordilheira Alta, ainda como distrito. Os mesmos censos não trazem informações à respeito das linhas ou colônias, mas somente dos distritos.

Entre 1965 e 1988, o município de Chapecó não criou nenhum distrito e também não foram criados novos municípios no oeste neste período.

Através do quadro n.2 percebemos que a partir de 1988 o número de emancipações de municípios cresceu significativamente em relação a outros períodos. De um total de 96 municípios emancipados (de 88 até 95)²⁶, 57 são da região Oeste (Vale do Rio do Peixe, Meio-Oeste e Extremo-Oeste), ou seja mais ou menos 70%, sendo que os demais 39 municípios são das outras regiões do Estado: Planalto, Norte, Vale do Itajaí, Alto Vale, Litoral e Sul.

Ao realizar este levantamento das emancipações por região e mesmo observando o mapa de Santa Catarina, percebi um fato interessante no que diz respeito à questão étnica. São as regiões principalmente de colonização italiana, alemã e gaúcha que mais vêm reivindicando emancipações. As áreas territoriais mais fragmentadas são a região oeste, o planalto e a região sul.

Os dados referentes às diversas etnias existentes no estado, principalmente no que diz respeito aos períodos de colonização, apontam o predomínio de algumas etnias em relação a outras, embora eu não tenha me preocupado com estatísticas e percentuais, mesmo porque a sistematização destes dados é praticamente inexistente. As diferenças étnicas e culturais se acentuam mais nas regiões onde uma política de colonização oficial foi fortemente instituída pelo governo estadual e federal em momentos específicos em que questões econômicas definiram decisivamente o interesse destes por determinadas regiões. Além de interesses geo-políticos, o governo federal e suas instâncias estaduais definiram uma estratégica política que visava principalmente o desenvolvimento econômico, já que isto também atendia a seus interesses. Por exemplo, no oeste catarinense este projeto

26 AMOSC, Chapecó - 1993.

27 Dados atualizados em junho de 1996 na Assembléia Legislativa do Estado. Em março de 1995, ocasião em que conclui o projeto de dissertação os números totais no Estado eram de 63 municípios emancipados, sendo 34 na região oeste e 29 nas demais regiões.

desenvolvimentista, embora incipiente no início dos anos 20, já buscava através de uma reordenação político-administrativa garantias futuras. A partir dos anos 60, este projeto se intensificou significativamente, pois com o surgimento das empresas agroindustriais instaurou-se na região, no estado e no país uma expectativa muito forte de desenvolvimento econômico.

Através do quadro n.4, eu busco demonstrar a incidência de diferentes etnias, nas diversas regiões catarinenses. O que me interessa demonstrar é que nas regiões onde a colonização italiana aconteceu existe uma maior incidência na criação de unidades político-administrativas, e também, que em praticamente todas as regiões do estado há um predomínio de municípios que possuem descendentes de italianos. O quadro irá demonstrar o número de municípios em cada região onde cada etnia específica poderá estar presente em mais de um município.²⁷

Quadro n. 4 . Municípios e Grupos Étnicos em SC

Etnia	Açori- anos	Portu- gueses	Espa- nhóis	Italia- nos	Ale- mães	Polo- neses	Cabo- clos	Indí- genas	Ne - gros	Ou- tras
Região										
Litoral	15	1	-	2	5	1	-	-	-	-
Norte	3	5	1	13	18	14	2	1	-	14
Vale Itajaí	5	-	-	12	14	2	-	-	-	2
Alto Vale	1	1	-	16	24	3	-	-	-	1
Planalto	6	9	5	18	16	8	5	-	-	8
Sul	14	3	1	27	13	1	-	-	-	1
Vale do R. do Peixe	-	3	-	29	10	2	3	-	-	1
M.Oeste	-	-	-	47	27	7	14	4	3	-
E.Oeste	-	-	-	34	28	5	-	-	-	1

Os números apresentados no quadro 4, correspondem, portanto, à presença das etnias existentes em vários municípios ao mesmo tempo. Os dados evidenciam uma visão oficial, que por

²⁸ Os dados deste quadro foram retirados de um Encarte especial sobre os municípios catarinenses, no Jornal Diário Catarinense de dezembro de 1993. O encarte traz dados básicos de caracterização sócio econômica, dos 260 municípios (na época) existentes em Santa Catarina. Os dados se dividem em: (nome do município, região, área, colonização, data de fundação, população, número de eleitores, número de escolas, número de indústrias, número de casas de comércio e data festiva). A partir destes dados selecionei as etnias mais citadas em todos os municípios (açorianos, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, poloneses, caboclos, indígenas e negros), e considereei em um item as demais etnias menos incidentes, a partir do número de municípios: nipônica (região do planalto em dois municípios), japonesa (na região norte em 3 municípios e na região do planalto, também em 3 municípios), belga (região norte em um município e na região do Vale do Itajaí em 1 município), húngara (na região norte em 1 município), suíça (na região norte em 1 município e na região do Alto Vale, em 1 município), norueguesa (na região norte em um município), tcheca (na região norte em 1 município), austríaca (na região do Vale do Itajaí em 1 município e no Vale do Rio do Peixe em 1 município), letos (na região do planalto em 2 municípios), russa (no extremo-oeste em 1 município) e ucraniana (na região norte em 6 municípios).

um lado, refletem uma caracterização histórica sobre a política de colonização realizada no estado, e por outro, representam o discurso de categorias sociais e políticas dominantes nas diversas regiões, que buscam negar a presença de determinadas etnias existentes no estado.²⁸

A inexistência de dados sobre a etnia negra, bem como dos "caboclos" e indígenas, em praticamente todas as regiões, corresponde a uma visão oficial, reforçada e reificada pelo governo estadual e pelos municípios, através de discursos e propagandas veiculadas pela mídia que buscam caracterizar Santa Catarina como um estado "europeu" no qual predominam as etnias alemã, italiana e luso-açoriana.

Neste sentido, procurarei no próximo capítulo mostrar como se deu a ocupação territorial do estado de Santa Catarina - em especial a do oeste catarinense - que se caracterizou a partir de um processo de colonização pautado em valores tais como o "progresso", o "desenvolvimento", a "autonomia", discursos estes reforçados pelo governo do estado e principalmente por lideranças políticas locais, representantes de uma etnia específica - os italianos - e de que maneira este processo contribuiu para a formação político administrativa desta região.

29 Este quadro foi estruturado a partir de dados sobre a colonização em cada município, apresentados em um encarte especial, sobre os 260 municípios catarinenses, do Jornal Diário Catarinense (1993). Os dados deste encarte foram apurados por uma equipe do referido jornal, através de questionários aplicados diretamente nas prefeituras. Estes dados constituem portanto uma visão oficial e relativa, principalmente no que diz respeito à questão étnica, que não pode ser pensada através de números, mas sim a partir de representações e discursos. Outras fontes (citadas nas referências bibliográficas) se referem as etnias presentes nas diferentes regiões do Estado. Embora predominem, quantitativamente alguns grupos sobre outros, Santa Catarina apresenta em todos os seus municípios, a existência de diferentes grupos étnicos.

IV - A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A ocupação do território catarinense teve o seu início no litoral. De acordo com SANTOS (1977, p. 39), os portugueses tinham como objetivo conquistar e expandir o território sob o domínio da coroa portuguesa. Essa conquista não era de terras para serem utilizadas em atividades econômicas, como a criação de gado ou a agricultura. O que interessava era a conquista de riquezas naturais, como por exemplo, os metais preciosos.

Na época da colônia, portanto, não houve nenhuma povoação efetiva na Ilha de Santa Catarina. Os paulistas, por exemplo, desceram ao sul com o objetivo de caçar índios para vendê-los nos mercados de São Vicente e Bahia, e poucos se fixaram no litoral de Santa Catarina.

Os primeiros povoados que serviram como base para a conquista portuguesa foram os de São Francisco, Desterro e Laguna. Estas povoações, juntamente com o forte Jesus, Maria, José representaram pontos estratégicos que passaram a sustentar os projetos de fixação portuguesa na Bacia do Prata. Estes povoamentos foram estruturados no sentido de servir como base para as atividades militares. Estes projetos iniciaram em 1739 com a vinda do Brigadeiro Silva Paes. (SANTOS, 1977, p.47)

Em função de estratégias militares e posteriormente de definições de ordem político-administrativa e econômica, novos povoados e vilas foram se formando em Santa Catarina. Foi a partir do comércio de gado, que os campos de Lages foram incorporados ao território catarinense. Este comércio que tinha por objetivo transportar o gado do Rio Grande até São Paulo, encontrou nos campos lageanos, locais de pouso e de descanso, o que possibilitou a permanência de moradores fixos naquela área. Apesar de interesses econômicos comuns, as províncias envolvidas nesta atividade econômica, tinham problemas de ordem política, pois careciam de decisões quanto à oficialização da vila de Lages.¹

Entre 1748 a 1756, cerca de 5.000 pessoas migraram do Arquipélago dos Açores para Santa Catarina. Estas imigrações ocorreram principalmente em função de problemas que as ilhas

¹ De acordo com SANTOS, S.C. (1977, p. 53-54), em 1771 Correa Pinto finalmente lavrou o termo de fundação da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Entretanto, esta iniciativa causou protestos do governador do Rio Grande. Este alegava que o lugar onde se situava a vila não pertencia a província de São Paulo. Somente no século seguinte, em 1820, o rei de Portugal determinou a incorporação de Lages ao território catarinense.

apresentavam. De acordo com SANTOS (1977, p.58) os problemas mais comuns eram decorrentes de uma densidade demográfica elevada, havia escassez de terras agriculturáveis e de criação e a miséria era vivida por muita gente.

Os primeiros açorianos vieram inicialmente para Santa Catarina, para atender as necessidades de defesa militar determinadas pela coroa portuguesa. Sujeitos as decisões dos governadores militares e as contingências de momentâneos interesses políticos, os açorianos na realidade passaram a servir de infra-estrutura aos projetos expansionistas portugueses. (idem, p. 60)

A formação político-administrativa na província de Santa Catarina, passou a se definir mais claramente, na medida em que se intensificavam os interesses de conquista e expansão do governo imperial. Juntamente com as determinações jurídicas (as primeiras constituições) que norteavam o processo de consolidação política, empreendimentos particulares, impulsionavam a colonização, inicialmente de imigrantes alemães, no estado de Santa Catarina. Segundo SANTOS (1977, p.80), os primeiros imigrantes alemães chegaram em SC em 1829. Esses imigrantes ocuparam São Pedro de Alcântara, que era uma colônia do governo. Posteriormente outras colônias foram instaladas no Vale do Itajaí e no Norte. À medida que as colônias iam se desenvolvendo economicamente, recebiam apoio do governo imperial que as reconhecia oficialmente transformando-as em vilas.²

A estrutura político-administrativa durante o governo Imperial (de 1822 a 1889), tinha suas bases principalmente nas províncias. Os municípios ou *concelhos* já existiam porém tinham pouca atuação política e ficavam restritos as suas regiões. De acordo com PIAZZA (1970), a maioria dos presidentes da Província de Santa Catarina foi de bacharéis de outras províncias, e o tempo que governavam, geralmente era efêmero. O governo mais longo foi o do Bacharel João José Coutinho. Em seu governo foram fundadas as colônias de Dona Francisca (Joinville) e a Colônia Militar Santa Tereza (Catuíra).

A colonização do Vale do Itajaí e do Norte, aconteceu através de empreendimentos particulares estrangeiros que faziam contratos com o governo imperial, onde concessões de terras, chamadas de *territórios dotais* (terras dadas em dote) eram administradas por essas empresas. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo criada em 1848, trouxe imigrantes para a colônia Dona Francisca.³

A colônia de Blumenau também foi criada a partir de empreendimento particular, do qual participou Hermann Bruno Otto Blumenau, apoiado pela "Sociedade de Proteção dos Migrantes

² Segundo PIAZZA (1970) em 1869 a colônia Santa Isabel, já possuía 1268 hab. e foi emancipada pelo governo que a transformou em freguesia (paróquia).

³ Em 1849 é assinado um contrato entre os príncipes de Joinville, representados por Leonce Aubé, e o senador Christian Mathias Schroeder, de Hamburgo, sobre oito léguas quadradas de terras, a serem escolhidas com a introdução de pelo menos, 1500 pessoas em 5 anos, ficando acertada uma futura concessão de mais doze léguas quadradas de terras para a introdução, nos anos seguintes de mais 2.500 pessoas. Em 1866 é criado o município de Joinville, no qual é incorporado a colônia Dona Francisca.(idem, ibidem)

Alemães", de Hamburgo. Dos primeiros imigrantes, fixaram-se em Blumenau 17, entre os quais, somente 3 eram lavradores, os demais eram artesãos, o que justifica a tradição industrial de Blumenau. Em 1860, a colônia passa ao domínio do governo imperial, mas continua sob a direção de seu fundador.⁴

De acordo com PIAZZA (1970), a partir de 1875 ocorre a chamada "Grande Imigração". Ela é decorrência de um decreto, autorizando o Governo Imperial a contratar a introdução de 100.000 imigrantes europeus.⁵ Nesta grande imigração, além de imigrantes alemães, vieram para o Estado de Santa Catarina, principalmente imigrantes italianos, poloneses e austríacos. Os imigrantes italianos inicialmente ocuparam os vales do Rio Tijucas e Tubarão, e posteriormente também formaram colônias no Vale do Itajaí e no Norte do Estado. A ocupação do oeste catarinense, como veremos posteriormente, ocorreu somente a partir de 1920.

Esta breve reconstituição histórica, procura mostrar que os primeiros municípios criados em Santa Catarina, responderam a uma política de colonização específica que iniciou no Brasil Império e se estendeu para outras regiões em décadas posteriores. O que interessa ressaltar é que a formação destas freguesias e colônias que posteriormente se emanciparam, tinham como objetivo atender interesses políticos e econômicos em uma determinada época. Atualmente a "invenção" de municípios, também têm como objetivo atender a estes interesses, porém o contexto político e econômico é outro. A configuração política de Santa Catarina tem em suas diferentes regiões, núcleos de poder local que dizem respeito a uma nova reordenação política, porém isto não significa independência do governo central.

1. A estrutura político-administrativa em Santa Catarina

No período do Império, Santa Catarina assim como as demais províncias tinham representantes políticos no Senado do Império e em outras instâncias no plano nacional. As províncias tinham como representantes os presidentes, nomeados pelo imperador, (hoje governadores) e os procuradores (deputados). Estes representantes em sua maioria eram da Ilha de Santa Catarina (Desterro), São Francisco e Laguna. Somente mais tarde as demais regiões do Estado passaram a participar efetivamente da vida política estadual e nacional.

Em 1822, surge o Conselho de Procuradores das Províncias, onde políticos representariam as suas províncias em âmbito nacional. Esta reordenação surgiu a partir da independência política do

⁴ Esta colônia foi emancipada em 1883, quando já possuía 16.380 habitantes e um comércio e indústria desenvolvidos.

⁵ Decreto 5.663 de 17 de junho de 1874.

Brasil em relação a Portugal. De acordo com PIAZZA (1984, p. 9), o decreto de 16 de fevereiro de 1822, que criou o Conselho, visava "criar um centro de união e de força que impedisse o desmembramento do país, mantendo a sua unidade política, na iminência de fracionar-se em virtude do estabelecimento de juntas governativas regionais, independentes entre si e subordinados diretamente ao Governo de Lisboa".

Porém este Conselho durou pouco e foi substituído pela Constituição de 1823, que previa a representação das províncias através de deputados, na forma de um artigo em 20 de outubro de 1823. A Constituição Política do Império, promulgada em 1824, criou os "Conselhos Gerais da Província" (idem, ibidem). Posteriormente, em 1828, os representantes, passaram a ser eleitos.⁶ Para Santa Catarina, foram designadas como "cabeças de distritos", a cidade do Desterro e as vilas de São Francisco e Laguna.

O Conselho Geral da Província (hoje Poder Legislativo Estadual), tinha como objetivo examinar as posturas municipais, bem como as contas dos municípios, além de propor a criação de escolas, etc. De acordo com PIAZZA (idem, p. 11), até 1928 não havia nenhuma referência a vila de Lages. Em Santa Catarina, o Conselho Geral da Província foi instalado em 1 de dezembro de 1930.

A estrutura político-administrativa de Santa Catarina esteve restrita por muito tempo ao litoral. Este isolamento, se justifica em função de algumas questões, como as distâncias geográficas entre uma região e outra, mas principalmente porque na época não havia interesse do governo central em explorar outras regiões pouco habitadas e desenvolvidas. A vila de Lages, através do comércio de gado foi se estruturando economicamente e se estabelecendo enquanto um núcleo de poder local e mais tarde passou a disputar o poder político estadual com o litoral. Em 1834, através de um "Ato Adicional", a Constituição substituiu o Conselho pela Assembléia Legislativa Provincial. Até 1876, a Província de Santa Catarina já havia tido 21 legislaturas. Neste período a província já apresentava um novo quadro eleitoral.⁷

Neste período, o quadro político-administrativo de Santa Catarina apresentava, portanto, 12 municípios e suas respectivas freguesias. Uma nova configuração política se faz presente, abrangendo

⁶ Para isso foi criada em 1 de outubro de 1828, a Lei das Câmaras, que se dividia em 4 títulos: "*Forma da eleição das Câmaras*", "*Posturas Policiais*", "*Aplicação das Rendas*" e dos "*empregados*". Esta lei permaneceu em vigor até 1891. (PIAZZA, 1984, p. 10)

⁷ Eram dez colégios eleitorais abrangendo um ou mais municípios com as suas respectivas freguesias: Colégio da Capital, incluía somente o município da capital com sete freguesias e possuía 62 eleitores; o Colégio de São José, constituído por 6 freguesias e 53 eleitores; Laguna abrangendo 2 freguesias e 46 eleitores; Tubarão com 2 freguesias e 32 eleitores; Lages abrangendo os municípios de Lages e Curitiba, compreendendo 5 freguesias e 35 eleitores; São Francisco com duas freguesias e 23 eleitores; Joinville, abrangendo dois municípios, Joinville e Parati, com 3 freguesias e 25 eleitores; Itajaí com 4 freguesias e 37 eleitores; Tijucas com 3 freguesias e 26 eleitores; São Miguel com uma freguesia e 25 eleitores. (idem, p. 193-194)

não somente mais o litoral, mas também o norte, o planalto e o sul do estado. Porém estes municípios permaneciam ainda subjugados à Província cuja sede ficava na cidade de Desterro.

Mapa n. 2 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1872



Fonte: PIAZZA, Walter. Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1970

Em 1881, a Constituição estabelecia no Brasil a eleição direta, proposta pelos liberais. O artigo 17, definia a forma de divisão das Províncias em "distritos eleitorais". Assim, a província de Santa Catarina foi dividida em dois "distritos eleitorais", o da capital com 11 municípios e 21 paróquias, e o da Laguna, com 7 municípios e 17 paróquias, sendo que cada um deles elegeria um deputado geral, por maioria absoluta de votos. (PIAZZA, 1984, p. 200-201)

Neste período Santa Catarina já contava, portanto, com 18 municípios, oficialmente reconhecidos pela província, e que em última instância constituíam as bases eleitorais do Estado.⁸ Em 1889, com a Proclamação da República, as Províncias foram convertidas em Estados. Em 7 de janeiro de 1890, o governador Lauro Muller, baixava uma resolução dissolvendo as Câmaras Municipais, criando Conselhos constituídos por intendentes municipais.⁹ As intendenções municipais existem até hoje em muitos distritos em todo o Estado. (idem, p.308)¹⁰

Em 1891, a Assembléia Constituinte elaborou a 1ª Carta Constitucional de Santa Catarina. Em 1892, realizaram-se eleições para uma nova Assembléia Legislativa e Constituinte. O Legislativo passou a ser denominado de Assembléia Legislativa, durando cerca de 3 anos cada legislatura.¹¹ Para PIAZZA (1984, p. 326) "a história política catarinense na 1ª República, tem desde a proclamação da república 3 vértices: o Partido Republicano, e as lideranças de Lauro Muller e Hercílio Luz." Agora já estamos falando do período entre 1890 e 1930, e o Estado Catarinense, conta com a criação de mais 14 municípios.

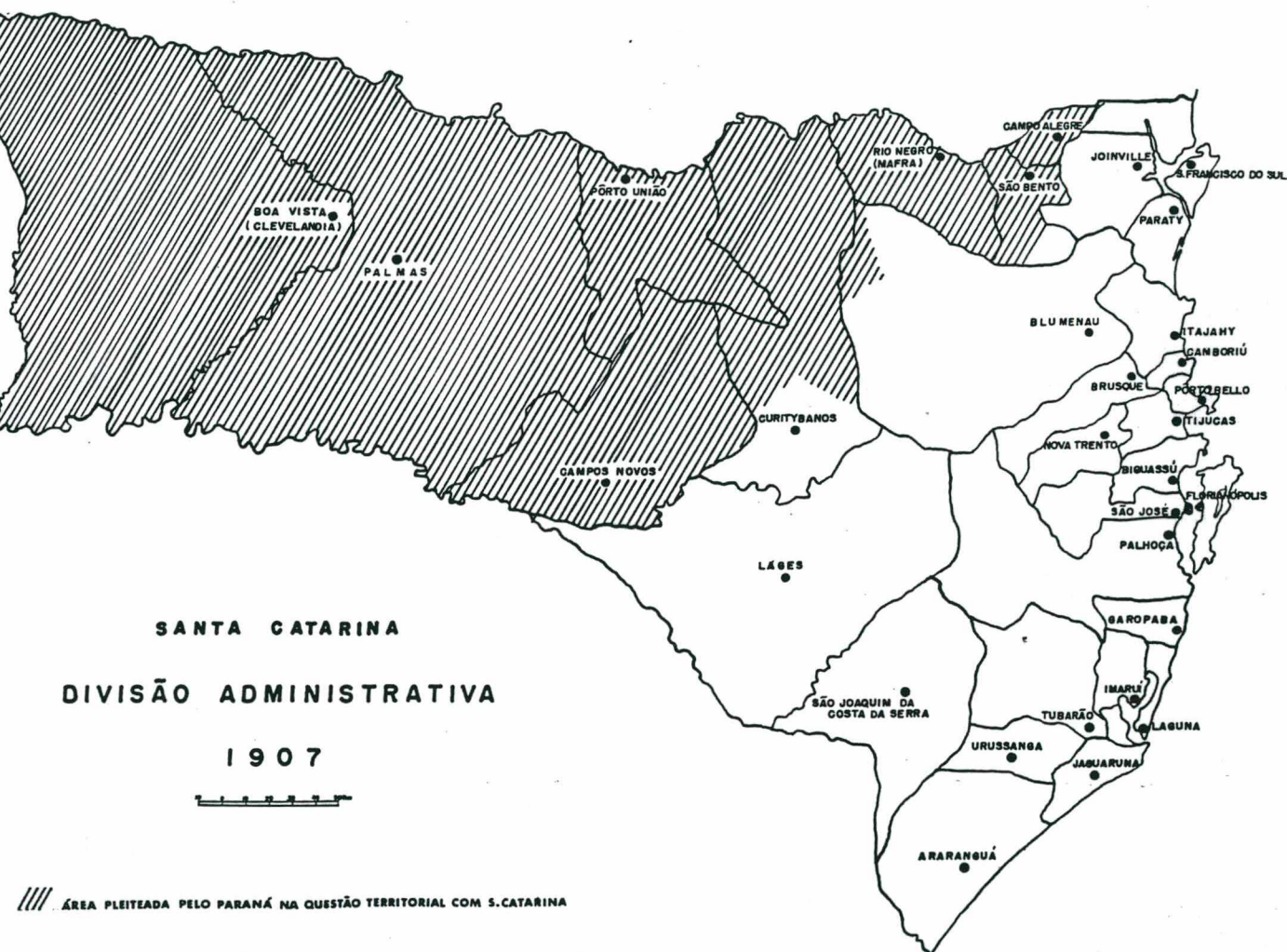
⁸ De acordo com um levantamento realizado pela autora, até 1890, Santa Catarina possuía 23 municípios. As datas encontradas em alguns casos podem corresponder à fundação de uma vila e não necessariamente à criação oficial do município.

⁹ O período a que PIAZZA está se referindo, "o *intendente* era geralmente o nome dado ao chefe do poder municipal" (in MEIRINHO, 1991, apud, FRANZONI, 1993, p. 127). (Nos municípios do oeste catarinense, o intendente também se faz presente nos distritos. Até 1992, Cordilheira Alta possuía uma intendência municipal, onde hoje está instalada a prefeitura - grifo meu)

¹⁰ De acordo com FRANZONI (1993, p.127) em um estudo realizado sobre o poder local na Ilha de Santa Catarina, "as intendenções são representações da prefeitura em povoados do interior da Ilha - antigas freguesias - e o intendente é um dos moradores locais escolhido pelo prefeito para administrar a intendência e servir como mediador entre prefeitura e moradores".

¹¹ "A eleição dos deputados seria por distrito e o número dos deputados não seria inferior a 24" (PIAZZA, 1984, p.317)

Mapa n. 3 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1907



Fonte : PLAZZA, Walter. Atlas Histórico do Estado de SC. Florianópolis , 1970

Mapa n. 4. Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1920



Fonte : Idem, ibidem.

O Oeste Catarinense e o Planalto passam a atuar mais decisivamente na política catarinense através de suas representações locais, embora as decisões políticas estivessem concentradas no litoral catarinense e no norte do estado sob a hegemonia do Partido Republicano .

Em 1929, o Estado totalizava 243 secções eleitorais, com 75.351 eleitores em 35 municípios. O município de Chapecó contava com 14 secções e 2850 eleitores . Em 3 de agosto de 1930, aconteceram as últimas eleições para o governo do estado na chamada "República Velha".

De acordo com (PIAZZA, 1984, p.407) os políticos catarinenses da Primeira República tinham ligações profundas com o "coronelismo urbano" fundamentado no comércio e na indústria. Entretanto, a morte de Hercílio Luz, vai enfraquecer o pacto, inicialmente abalado parcialmente, em 1920, através do político representante do Planalto, Vidal Ramos, que passa a projetar uma grande corrente latifundiarista pecuarista, levantando a bandeira da "Aliança Liberal" e aglutinando forças para a Revolução de 1930.¹²

A partir de 1930, as disputas eleitorais em Santa Catarina passam a girar em torno do Partido Liberal Catarinense, tendo como seu líder principal, Nereu Ramos, e o Partido Republicano que formou uma união com a Legião Republicana Catarinense, instituindo assim a Coligação por Santa Catarina. Neste período foram criados 7 municípios no Estado.¹³

O período entre 1937-1945 conhecido por Estado Novo, foi implantado a partir da Constituição de 1937. Neste período o Poder Legislativo foi afastado do centro decisório, tanto na esfera nacional, como na estadual e municipal. As bases para o Partido Social Democrático (PSD) surgem neste período em que as interventorias foram instaladas no Estado. Neste período foram criados no Estado apenas 3 municípios.¹⁴

¹² A Aliança Liberal tinha como objetivo acabar com o velho sistema das oligarquias que desengravam a nação. Iniciou a substituição de prefeitos municipais, de delegados e suplentes de delegado. A "nova ordem" instituída determinou a instauração de Comissões de Sindicância em todos os municípios catarinenses. Por outro lado, o general Ptolomeu de Assis Brasil, iniciou uma política de conciliação, visitando Blumenau, onde acreditava ele centralizar-se o maior foco de resistência a Revolução por ali estar a base eleitoral do Dr. Victor Konder, ex-ministro da Viação do Governo Washington Luís. O General Ptolomeu de Assis voltando ao Rio de Janeiro, declara que em Santa Catarina "reina a ordem e o trabalho" . (PIAZZA, 1984, p. 411-412)

¹³ Foram criados 5 no Vale do Itajaí, 1 no Sul, e 1 no Oeste.

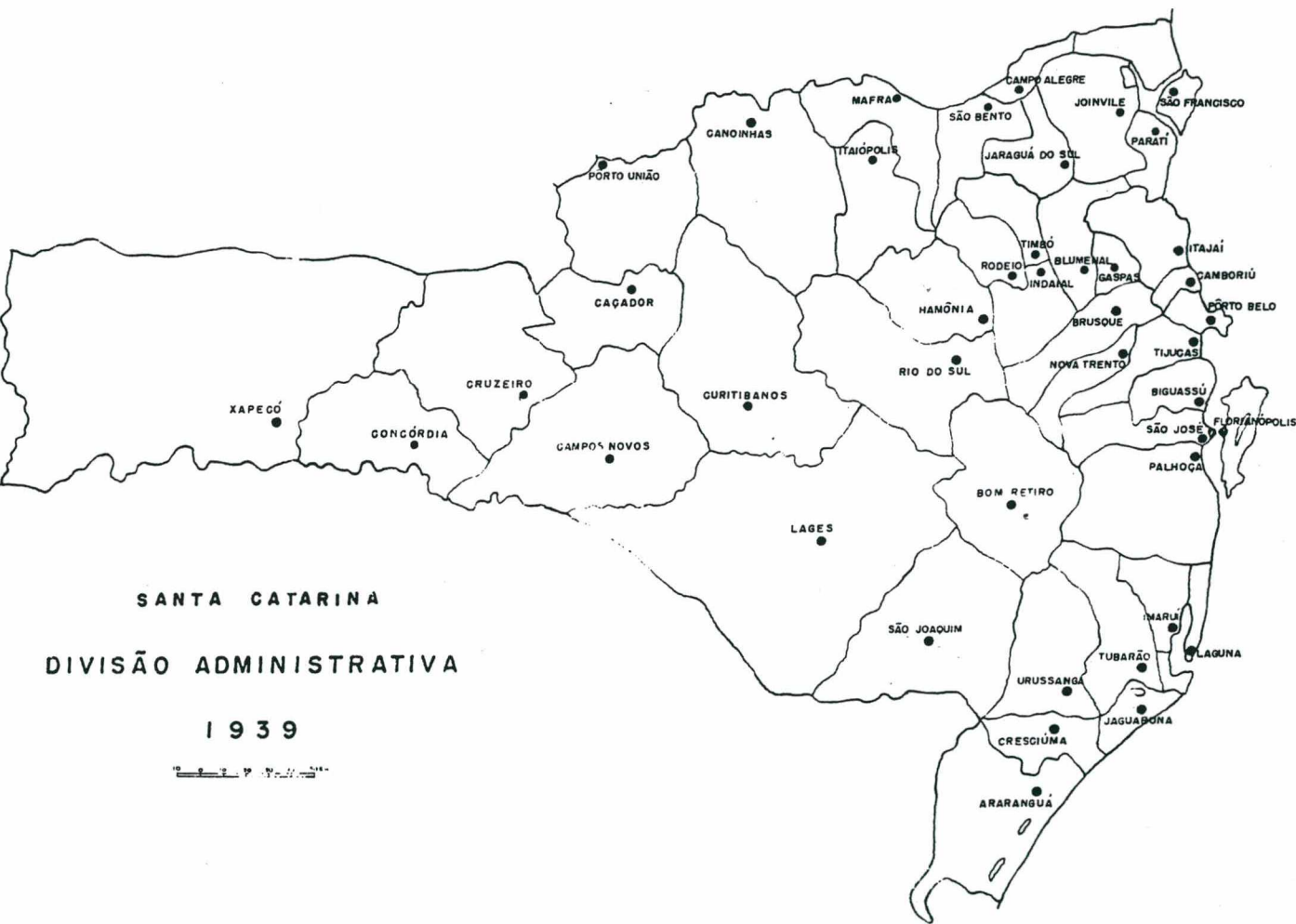
¹⁴ Foram criados 1 município no Vale do Itajaí e 2 no Vale do Rio do Peixe.

Mapa n. 5 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1930



Fonte: PIZZA, Walter. Atlas Histórico do Estado de SC. Florianópolis, 1970

Mapa n. 6 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1939



Fonte: idem, ibidem.

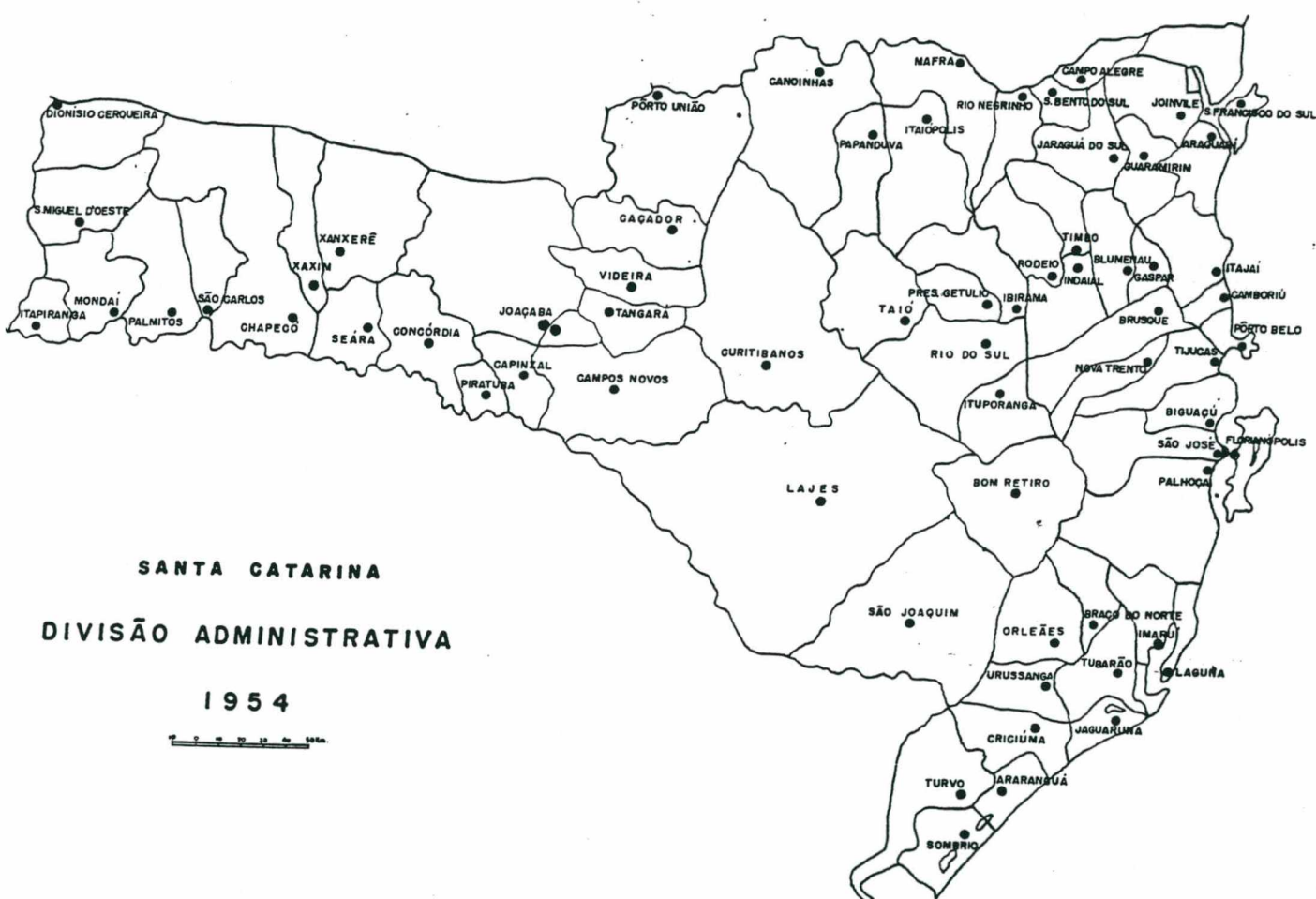
Mapa n. 7 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1944



Fonte: idem, ibidem.

No período entre 1945 e 1964 , conhecido como redemocratização, são criados em Santa Catarina 128 municípios. E entre 1965 e 1988 , período conhecido como militar, foram criados 7 municípios apenas.¹⁵

Mapa n. 8 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1954



Fonte: PIAZZA, W. Atlas Histórico do Estado de SC . Florianópolis, 1970

¹⁵ Entre 1945 e 1964, foram criados no Litoral 11 municípios, no Vale do Itajaí (15), no Alto Vale (17) , no Norte (10), no Planalto (9), no Sul (22), no Vale do Rio do Peixe (17), no Meio -Oeste (22) e no Extremo-Oeste (14). Entre 1965 e 1988, foram criados no extremo-oeste (1), no Planalto (3) e no Sul (2).

Mapa n. 9 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1958



Fonte : Idem, ibidem.

De acordo com PIAZZA (1984, p. 450), em 1964, o poder está nas mãos do Presidente João Goulart que a 31 de março é deposto por um golpe militar. Neste período inicia-se o trabalho de sindicância em todo o território nacional. A partir de 1965 dois partidos políticos, dissidências dos antigos partidos, dominam o cenário político nacional: a ARENA, onde se aglutinavam aqueles que apoiaram a revolução de 64 e o MDB, onde se inseriam as oposições ao sistema vigente.

Mapa n. 10 - Santa Catarina - Divisão Administrativa - 1970



Fonte: idem, ibidem

Em 1982, período conhecido como pluripartidário, surgem novos partidos e os antigos se coligam formando novas siglas partidárias. Temos no cenário político nacional e catarinense dois partidos mais tradicionais o PDS (Partido Democrático Nacional) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Surgem o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Ainda nas eleições para prefeitos e vereadores em 1982, o PDS e o PMDB foram os partidos que se destacaram. Embora o PDS tenha feito um número maior de prefeitos (133) e o PMDB (53), este partido ficou com as prefeituras das cidades mais importantes economicamente no Estado: Joinville, Blumenau, Criciúma, Itajaí, Tubarão, Chapecó e Concórdia.

Como vimos no capítulo anterior o número de municípios cresceu significativamente entre 1988 e 1996. Neste período novos partidos surgiram a partir de dissidências de outros, como é o caso do PPB (Partido Popular Brasileiro), partido dissidente do antigo PDS. Parte do PDS se transformou em PFL (Partido da Frente Liberal). O PMDB, o PT, o PTB, o PDT, o PSDB, o PCB e tantos outros partidos menores considerados de esquerda surgiram no cenário político nacional de maneira mais expressiva a partir dos anos 80. Além disso temos uma infinidade de siglas partidárias, as quais não cabe uma análise neste momento. Esta contextualização tem como objetivo, tentar mostrar que novas forças políticas têm se formado no Estado, embora três partidos ainda dominem o cenário político estadual: o PMDB, o PPB e o PFL.¹⁶

Este quadro político responde não somente à uma reordenação política estadual, mas também a um processo mais amplo que está ocorrendo no país. Em diferentes municípios catarinenses, os arranjos políticos partidários são os mais interessantes - tanto por parte do executivo, quanto das câmaras municipais - já que destas diversas forças políticas depende a sobrevivência dos governos locais, diante das demais instâncias governamentais.¹⁷

¹⁶ Nas últimas eleições municipais ocorridas em Santa Catarina nós tivemos o seguinte quadro: PMDB (126 prefeitos); PPB (63); PFL (52); PDT (29); PSDB (11); PT (7) e PTB (3). (*Diário Catarinense*, 6 de outubro de 1996). Cabe ressaltar que a maior parte destes partidos formaram coligações as mais diversas, o que têm possibilitado uma nova reordenação política no estado.

¹⁷ No município de Cordilheira Alta nestas últimas eleições formou-se uma chapa única onde coligou-se o PMDB e o PFL, ou seja, o poder local está dando continuidade ao governo anterior através de uma coligação, que reúne os dois partidos mais representativos no município.

2. A Ocupação do Oeste Catarinense e sua formação político-administrativa

Para entendermos a formação político administrativa no oeste catarinense faz-se necessário uma contextualização histórica que dê conta, dos principais aspectos que contribuíram para a constituição dos municípios nesta região. Neste sentido, procuro mostrar as relações que se estabeleceram ao longo da história do oeste catarinense, principalmente no que diz respeito à ocupação do território e as relações políticas e econômicas.

A história do oeste catarinense têm como base um processo conflitivo entre as etnias que ocupam esta região, processo este que culminou na exclusão, principalmente de duas etnias que inicialmente ocuparam o oeste catarinense. Este processo de exclusão, não somente expropriou os indígenas e caboclos - chamados também de "brasileiros" (RENK, 1990) - das terras que ocupavam, mas também os impossibilitou de desenvolver suas atividades de subsistência e consequentemente de participar ativamente dos processos políticos e administrativos.

O processo de expropriação ocorreu principalmente através da atuação das empresas colonizadoras que detinham as áreas de terras destinadas a colonização. A partir deste empreendimento particular, que tinha o apoio do governo estadual - através das *terras devolutas* bem como de alianças políticas que atendiam interesses de ambos os lados - os agentes sociais e políticos, representantes dos migrantes italianos e alemães vindos do RS, passaram a dividir o espaço político e administrativo com membros de outras etnias, principalmente os luso-brasileiros. Os agricultores que não tinham condições financeiras de regularizar as terras que ocupavam passaram a vender as suas terras por preços irrisórios ou então eram expropriados por não terem como provar a posse da terra.

Inicialmente, descreverei como se configurou a ocupação do oeste catarinense a partir das diferentes etnias bem como a relação desta ocupação com as atividades econômicas e políticas que passaram a definir a estrutura de poder local em dois diferentes momentos: o antes e depois da colonização.

2.1. "O Antes e o Depois da Colonização" ¹⁸

Antes da chegada dos colonizadores e dos migrantes gaúchos vindos do Rio Grande do Sul, outros grupos étnicos ocupavam o território catarinense de forma diferenciada dos colonos migrantes. De acordo com POLI (1991, p. 48), a ocupação do oeste catarinense se deu em três fases diferenciadas, cada uma com atividades econômicas específicas: a fase da ocupação indígena, a fase cabocla e a fase da colonização, com a vinda de migrantes vindos do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Esta diferenciação é tratada por RENK, A. (1991).

Até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território ocupado pelos índios Kaingang. A população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul pelos desenvolvimentos dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terras das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando, aos poucos, o caboclo.

Antes da colonização realizada pelas empresas colonizadoras, ocupavam a região, portanto, os indígenas e os luso-brasileiros - ou caboclos - que aos poucos foram perdendo espaço. A convivência entre índios e luso-brasileiros não foi pacífica. De acordo com SANTOS, nas primeiras incursões dos brancos (inicialmente os lusos) os atritos tiveram como razão imediata o medo e o desconhecimento de uma etnia sobre a outra. Porém os imigrantes não estavam dispostos a tal tipo de contato. Para eles, a floresta já apresentava mil problemas a vencer, e a existência de índios só podia significar perigo e insegurança. Daí a utilização de armas de fogo para afugentar os índios, dentro de um quadro em que o índio aparecia como um selvagem em quem não se podia confiar. (1995, p. 85)

A colonização entretanto, pouco a pouco foi aumentando em força e agressividade. A cada dia mais terras eram solicitadas, e mais floresta era conquistada. O território que os índios podiam utilizar foi diminuindo e, com ele, as possibilidades de o índio prover suas necessidades alimentares através da caça e da coleta. Assaltos começaram a ser cometidos contra a propriedade do colono. O gado era morto pelos índios ou as roças eram atacadas (idem, ibidem)

Inicialmente, a povoação na região sul não tinha como objetivo a colonização pacífica. Tendo como primeiros povoadores, os vicentistas no século XVII e posteriormente os açorianos no século XVIII, a povoação se destinava aos interesses da exploração de metais preciosos e principalmente para a defesa das possessões portuguesas. O governo colonial não tinha como objetivo a colonização, mas sim a defesa de mais uma área territorial pouco habitada e distante dos domínios da coroa.

De acordo com PAULO (1994, p. 4), é somente no século XIX que a colonização passa a se efetivar no sul, com a vinda de imigrantes alemães, italianos e poloneses. Este processo se deu em função de uma política de colonização baseada em pressupostos racistas, que caracterizavam um período histórico, onde se acreditava na superioridade natural da "raça branca". Junto a política de colonização outros fatos históricos e políticos agitavam o período. A Independência, a República, a Abolição da Escravatura, a Guerra Cisplatina, a Guerra do Paraguai, as Guerras Provinciais e a Revolução Federalista, contribuíram efetivamente na definição do quadro político e econômico da região.

O povoamento no interior do sul do país, iniciou com a criação de gado, nos campos do Rio Grande do Sul, nos campos de Guarapuava, de Lages e de Palmas (RENK, 1990, p. 24). Nesta época, início do século passado, o território do oeste catarinense, não fazia parte de Santa Catarina em função das indefinições geo-políticas do Governo Imperial e dos conflitos entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Estas indefinições políticas eram permeadas também pela concorrência acirrada entre as empresas colonizadoras particulares que disputavam a área em litígio. Todos estes aspectos culminaram em um movimento, conhecido como a Guerra do Contestado. De acordo com alguns autores, o Contestado teria retardado o processo de colonização.¹⁹

Todas essas áreas, a partir de 1854 até 1917, foram administradas pelo Paraná, o que suscitou diversos conflitos na área contestada. De um lado, o confronto entre índios e fazendeiros; de outro, a divisão interna entre os fazendeiros na ocupação dos campos (RENK, 1990, p.26).

A região do "velho Chapecó" foi uma entre as disputadas. As principais atividades econômicas desenvolvidas no período eram a agricultura e a indústria extrativista da erva-mate, que surgiu como atividade economicamente rentável após 1850. A atividade agrícola era basicamente de subsistência, e os agricultores, em sua maioria, os caboclos careciam de terras para cultivar, já que por um lado as áreas estavam ocupadas basicamente pelos grandes fazendeiros, e por outro, a colonização tinha como objetivo ocupar as áreas "vazias" com imigrantes europeus.

"Os colonos europeus ocuparam as áreas florestais e os lusos com as fazendas de criar nos campos. A bibliografia clássica silencia a respeito dos brasileiros vivendo nas áreas de matas."
(RENK, 1990, p. 23-24)

De acordo com PAULILO (1994, p.11-13) os trabalhadores nacionais eram descartados, criando-se assim um discurso ambíguo a respeito deles. Além do preconceito contra os não-brancos, os brancos que para cá vieram eram considerados "bandidos" na Europa. A migração européia foi um processo de mão dupla, pois no Brasil se incentivava a vinda dos imigrantes e a Europa os expulsava.²⁰

¹⁹ De acordo com PELUSO (1983, p. 370), a questão de limites entre Paraná-Santa Catarina impedira as atividades colonizadoras no território contestado. O autor cita CABRAL, O.R. na busca de uma caracterização para o conflito: "não havia justiça e os criminosos que delinquiavam num Estado, passavam as linhas mal definidas e se acolhiam no outro, onde as autoridades, nas rivalidades que a questão de limites suscitavam, os açoitavam. Não havia instrução, não havia sequer assistência religiosa. Nenhum dos estados contestantes se animavam em promover o adiantamento da região que de uma ora para outra, poderia passar a integrar o território da parte oposta".

²⁰ "Darcy Ribeiro cita o escritor e educador brasileiro José Veríssimo, que se perguntava: "o que se pode esperar de um povo feito do conluio de selvagens inferiores, indolentes e grosseiros, de colonizadores oriundos da gente mais vil da metrópole - calcetas, assassinos, barregões - e de negros locais e degenerados?" (apud, PAULILO, 1994, p. 12)

À medida em que o país descobria a sua "vocação agrícola", os fazendeiros da região, com a pecuária decadente, justificavam não ser os campos férteis, nem os caboclos se prestarem a agricultura (WACHOWICZ, 1984, apud RENK 1990, p.33). Segundo PAULO (1994, p.5), na época da independência as terras do sul encontravam-se pouco delimitadas e como a riqueza era o gado, e não a área possuída, pouco interesse tinham as cercas. O poder estava nas mãos do estancieiro que dominava grandes extensões de terra. A terra era um privilégio dos brancos, sendo que aos mestiços restava a posse de uma pequena área devoluta, até ser expulso.

A próxima tentativa de domínio do governo central da área contestada é a funda o em 1859 de colônias militares. Nos campos de Palmas foram criadas duas colônias: a de Chopim, ao norte, e a de Chapecó, ao sul. ²¹

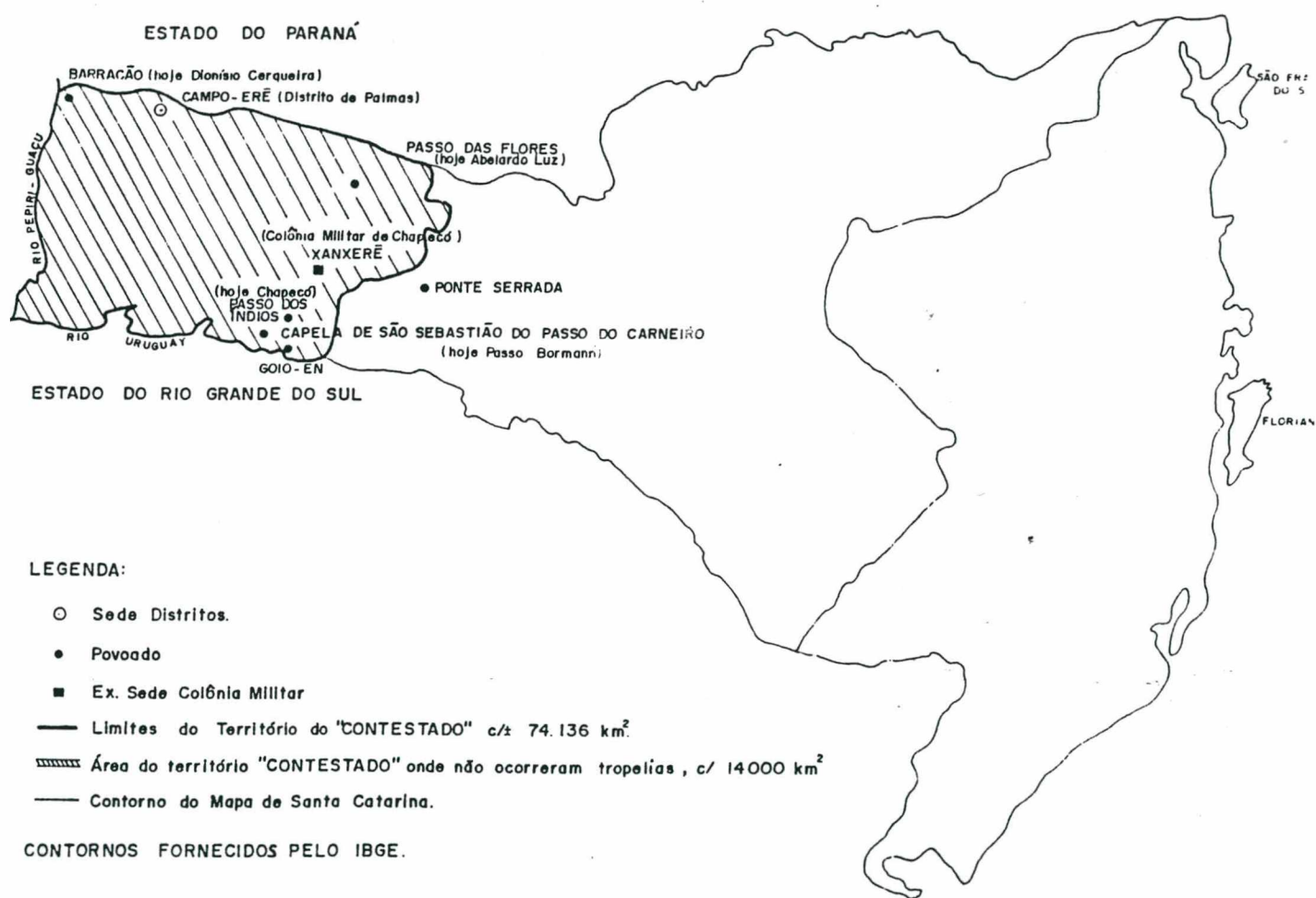
De acordo com POLI (1991, p. 56-7), "não conseguindo produzir efeitos de coloniza o suficientes para assegurar os domínios brasileiros, o governo brasileiro resolveu fundar as colônias militares. A a o governamental brasileira preocupou-se somente em promover a es necessárias para garantir a posse do território, sem preocupar-se muito com o desenvolvimento econômico e social do oeste catarinense".

No mapa (a seguir), têm-se uma idéia da área geográfica do Contestado e das marcas e limites que foram estabelecidos para tentar definir territorialmente a região a partir das colônias militares.

²¹ A Colônia Militar de Chapecó foi criada em 1859 pelo Governo Imperial. Esta foi uma decisão que suscitou conflitos no que diz respeito   política internacional, pois a Argentina protestou contra a funda o do núcleo que foi criado em terreno que se achava em litígio entre os dois países. A colônia militar foi instalada somente em 1882, pelo Capitão José Bernardino Bormann. (CABRAL, 1986, p.137, apud, RENK, 1990)

Mapa n. 11

Criação das Colônias Militares no Território do Contestado



Fonte : IBGE

Segundo o artigo 3º do decreto nº 2.052/1859, que previa a criação dessas colônias o principal objetivo:

"A defesa da fronteira, a proteção dos habitantes dos campos, contra a incursão dos índios e a chamar os ditos índios com auxílio de catequese à civilização" (RENK, 1990, p. 36).

A produção agrícola das colônias era milho, feijão, batatas e hortaliças e tinha como consumidor o próprio exército. A população recrutada para a ocupação das colônias era de povoadores nacionais e estrangeiros. A sua grande maioria era composta de "nacionais" e "mestiços". Por ocasião da Revolução Federalista (1892 a 1895), a população da colônia teve um acréscimo daquela vinda do Rio Grande do Sul. O fluxo migratório obedecia aos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul. (RENK, 1990, p. 37/8)

A ocupação destes territórios ocorreu, ou por concessões de sesmarias ou por aquisição de *terras devolutas*, através de compra. Basicamente todas as terras ocupadas, seja obtidas por concessão ou por compra foram registradas. Estes registros deveriam ser feitos nas freguesias pelos vigários. Na freguesia de Palmas, nos anos de 1855/6, foram realizados 89 registros. Segundo SANTOS, "a Colônia Militar de Chapecó, no período compreendido entre 1882 a 1910, distribuiu 255 títulos de propriedades aos agricultores ..." (apud, POLI, 1991, p. 58)

A instalação da colônia militar foi um fator importante para a divulgação econômica do Oeste, que tinha na extração da erva-mate sua atividade principal. Segundo POLI (1991, p. 58-9) em 1895, ocasião do julgamento da questão de limites, houve um estudo aprofundado sobre os redutos povoados, com mapeamento de toda a área, buscando argumentação suficiente para convencer os intermediadores de que esta região deveria ser brasileira.

A condição básica para que o título de propriedade fosse definitivo era a de que os donos promovessem a exploração das riquezas e se comprometessem com os custos das demarcações. De acordo com POLI (idem, p. 62) o colono caboclo foi afastado de suas terras, pois não possuía recursos suficientes para produzir os excedentes que os colonizadores queriam. Os "grandes" provinham do RS e exerciam uma pressão muito forte, para que esses colonos vendessem as terras ou os pinhais.

As concessões eram feitas pelo Estado às companhias colonizadoras que se comprometiam em beneficiar a região, e por outro lado, as compras de terras eram realizadas principalmente pelos migrantes italianos e alemães vindos do RS. ²²

²² De acordo com PELUSO (1983, p. 372) "O governos estaduais não auxiliaram a colonização e com suas rivalidades perturbaram um processo que teria desenvolvimento rápido, sem sacrifício para a população. Mas outras injustiças foram também cometidas pelos homens de governo, realizando as concessões de terras com absoluto desprezo pelos direitos dos posseiros. Esta gente passou, mercê da omissão dos governos que tinham o dever de lhes dar proteção, a intrusos em suas próprias terras. (...) Contudo, os choques entre

Segundo GIRON (1990, p. 483- 494), o processo de colonização se insere no período em que o Estado do RS não poderia suportar as pressões sociais decorrentes do esgotamento das terras destinadas à ocupação colonial, bem como dos limites impostos a fragmentação das mesmas nos antigos lotes coloniais. Para se ter uma idéia, o movimento das famílias dos travessões Cavour e Alfredo, em Caxias do Sul, foi de 67,31% para o Oeste de SC e PR, sendo que somente 32,69 permaneceram nas colônias antigas.

Para o preenchimento do "vazio" demográfico a solução foi a venda de pequenas áreas para a colonização, que inicialmente passa a ser um "empreendimento particular" (RENK, 1990, p. 45/7). Desde 1889 empresas colonizadoras particulares tentaram colonizar as áreas do ex-contestado. Os empreendimentos consistiam desde a instalação de colônias, construção de ferrovias e exploração da madeira. Todos esses empreendimentos tiveram pouco sucesso em função da Guerra do Contestado.²³

2.2. A criação dos primeiros municípios no oeste catarinense.

Após o acordo dos Limites em 1917, Santa Catarina passou a assegurar parte ²⁴ da área do ex-contestado (as antigas fazendas de Goio-En, Campina do Gregório - atual cidade de Chapecó - e Rodeio do Erval), através da criação de quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó.

Somente após a guerra, fixados os limites e criados os municípios de Cruzeiro e Chapecó é que o empreendimento de colonização inicia efetivamente. Por um lado o governo do Estado estava interessado em ocupar estas áreas. O lucro seria através da cobrança de impostos sobre as áreas registradas. Por outro lado, as empresas colonizadoras lucrariam com a abertura de estradas e vendas de áreas para a colonização.

De acordo com SANTOS (1995, p. 103-7), "a instalação das sedes municipais, com as consequentes presenças das comarcas judiciárias, paróquias e unidades escolares foi a base que passou a fundamentar a conquista do Oeste. Assim se estabeleceram as bases para o surgimento das comunidades que desempenhavam o papel de pólos de desenvolvimento da região a partir das sedes municipais".

colonizadores e posseiros não foram muito frequentes. Mesmo quando a posse, antiga, era legítima, o morador era tentado a vendê-la por preço irrisório, porque não estava habituado a transação monetária".

²³ Outras referências sobre o Contestado: AURAS, Marli (1984) e THOMÉ, Nilson (1984).

²⁴ De acordo com SANTOS (1974, p. 103), a região do Contestado possuía 48.000 Km² em disputa, sendo que o Paraná ficou com 20.000 Km² e Santa Catarina com 28.000 Km².

Resolvida a questão do Contestado, a primeira providência do governo do estado de SC, foi confirmar sua posse sobre a área conquistada através da criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro, no oeste e de Mafra e de Porto União no norte. As empresas colonizadoras passam agora a atuar juntamente com o governo do Estado, a partir de um processo de colonização que tinha como objetivos principais o povoamento e o desenvolvimento econômico.

De acordo com PELUSO (1983, p. 372-3), a colonização impulsionada pelas empresas colonizadoras foi um empreendimento econômico, "em que empresários do Rio Grande do Sul, baseados na experiência da expansão dos núcleos coloniais em seu Estado, investiram vultuosos capitais em Santa Catarina. Era inteiramente diferente das colônias militares do século anterior, em que o objetivo fundamental, de natureza política, foi o de posse da terra."

O autor se refere especificamente a questão política, enquanto uma determinação oficial no que diz respeito a efetivação legal dos limites territoriais. Na verdade, a estruturação política no oeste catarinense foi sendo definida em função das questões econômicas e vice-versa. Desde então, a representatividade política local, tem correspondido diretamente ou senão indiretamente ao desenvolvimento econômico na região oeste.

De acordo com CAMPOS (1987, p. 98-9), com a gestação de uma forte demanda por terras por parte dos pequenos produtores do RS, logo surgiram empresas que viram na colonização uma lucrativa atividade. Por outro lado, havia por parte do governo do Estado de SC interesse na consolidação de sua soberania sobre os Campos de Palmas. A ocupação daquele enorme vazio selaria por fim quaisquer divergências e proporcionaria ao estado novas fontes de recursos (...) Desta forma tivemos a conjugação de dois processos históricos - o primeiro relacionado com a evolução econômica das colônias rio-grandenses e o segundo ligado a questão do contestado - com os interesses da acumulação de capitais. Reuniram-se numa grande empreitada o governo estadual, o grande capital multinacional e o capital nacional.

A ocupação do oeste catarinense têm, portanto, nestas particularidades históricas, a conjugação de um sistema econômico e político diferenciado das demais regiões. No oeste não se consolidou uma burguesia agrária com interesses na manutenção de grandes territórios como em outras regiões, pelo contrário, a economia esteve inicialmente baseada na pequena produção familiar. Este sistema necessitou de uma expansão geográfica para a formação de novas unidades familiares. A formação das colônias e posteriormente das vilas, que conjugavam várias unidades familiares, tinham nas atividades agrícolas as bases que sustentaram o surgimento de atividades comerciais e industriais que hoje caracterizam economicamente a região.

Para CAMPOS (1987, p. 114-115), "os colonos que migraram para o oeste catarinense já haviam tido contato com atividades comerciais nas antigas colônias. Já tinham demandas por determinados produtos e geravam excedentes que, caso houvessem condições seriam

comercializados. Não tardaram a surgir casas comerciais na região, varejistas e atacadistas que mantinham ligações comerciais com as antigas colônias no RS"

A formação político-administrativa do oeste catarinense têm na ocupação do território e nas atividades econômicas a base para a sua consolidação. A criação dos primeiros municípios, significou a construção de uma estrutura político-administrativa que através da atuação das empresas colonizadoras, possibilitou a expansão política e econômica do governo estadual.

2.3. A criação do município de Chapecó.

Me deterei especificamente na criação do município de Chapecó por se tratar de um fato político determinante na criação das demais unidades administrativas do oeste, e hoje, mais precisamente da micro-região de Chapecó, universo no qual está inserido o município de Cordilheira Alta, estudo de caso desta dissertação.

O Município de Chapecó criado em 25 de agosto de 1917, compunha o que hoje diz respeito à três micro-regiões do Oeste Catarinense : Oeste, Extremo-Oeste e Alto Vale do Itari. O município nesta época compreendia uma área territorial de 14.000 Km². A partir da década de 50, esta área territorial sofreu diversos desmembramentos com a criação de novas unidades político-administrativas.

Segundo RENK (1990, p.92) com a implantação dos municípios e comarcas, uma série de mudanças ocorreram em nível político-administrativo e físico-territorial. Estas mudanças ocorreram principalmente em decorrência de disputas políticas locais .

"O município de Chapecó instalado em 1917, com sede em Passo Bormann, em 1919, mudou a sede para a vila de Xanxerê; em 1923 retornou ao Passo Bormann e em 1929 voltou a Xanxerê para , em 1931 ser instalado definitivamente na localidade de Passo dos Índios, que estava situada entre Xanxerê e Passo Bomann, onde estava situada a sede da Colonizadora Bertaso, responsável pela colonização dessa área."

A partir, portanto, da criação do município de Chapecó inicia-se a colonização com a vinda dos migrantes italianos e alemães do RS. Estes contingentes se deparavam com grupos de indígenas e de luso-açorianos que ocupavam as terras, as quais as empresas colonizadoras tinham domínio. Inicia-se novamente uma dizimação e "varrimento" para áreas periféricas de uma população que era considerada "posseira" .

Segundo D' ANGELIS (1986, p.62), a partir desta nova frente pioneira e a intensificação da extração madeireira, inicia-se a expulsão dos posseiros.

"O que vai ocorrer, então, no Oeste Catarinense, é a expulsão sistemática dos caboclos de suas terras, para dar lugar à entrada dos imigrantes e descendentes, que recebiam das colonizadoras títulos da terra adquirida"

Juntamente a este processo o SPI não regularizava a situação das terras indígenas, e o Estado atendia aos pedidos das companhias colonizadoras destituindo assim os indígenas de seus territórios.

"O caboclo e o índio saíam das terras em que as companhias colonizadoras tinham interesse, pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia constantemente manipulados pelos empresários, ou pela aquisição de benfeitorias pelos empresários" (SANTOS, 1970: 29-30).

O processo de ocupação do oeste catarinense teve em seu conjunto muitos conflitos interétnicos, dos quais resultaram a resistência das populações caboclas e indígenas que foram praticamente dizimadas pela força física e econômica das empresas colonizadoras. Junto a atuação das empresas colonizadoras, o governo do estado criava as condições administrativas e políticas que possibilitariam a "segurança" de posse da área conquistada a partir da definição dos limites. Esperava-se que através da regularização das propriedades, definidas pelo empreendimento comercial das empresas colonizadoras, se instala-se um estado de "ordem", ou seja, oficialmente reconhecido, diferente dos tempos do caudilhismo.²⁵

Inicialmente a criação dos municípios na região oeste, no que diz respeito a participação do governo estadual e federal tinha um caráter meramente jurídico e administrativo que visava regularizar e controlar os domínios territoriais. O governo do estado atuava decisivamente na regulamentação da lei, principalmente quando esta não atendia aos interesses dos governos centrais.
26

²⁵ Um jornal da época (O Dia - 1916), relata as intenções do governo estadual no que diz respeito à área contestada no acordo entre Paraná e Santa Catarina. "O governo do Estado tem estudo e planos de ação para a próxima investidura de posse na extensa área que vai ser incorporada ao patrimônio territorial do estado" (O Dia, 10 de out. de 1916) e ainda "O governo tem informes das condições, a produção, a divisão municipal, judiciária e policial, tudo enfim, que se faz preciso para implantar ali, com nossa jurisdição, um regime de ordem, de paz, de trabalho e de justiça" (BELLANI, 1989, p. 13)

²⁶ A partir da transcrição de um ofício do Superintendente Municipal Cel. Manoel dos Santos Marinho, em resposta à solicitação feita pelo Ministério da Agricultura, podemos perceber que a relação que se estabelece é meramente jurídica e administrativa. "1. A Sede deste município é Vila ou Cidade? Vila. 2. Qual é o nome e qual a lei que levou a essa categoria? Passo Bormann, antigo Distrito de Paz, foi elevado à categoria de Vila pela Lei Estadual n. 1.147 de 25 de agosto de 1917. 3. Quantos distritos de paz existem nesse município? Cinco. 4. Qual são os seus nomes, na ordem numérica, e qual a lei que criou cada um deles? Os nomes dos distritos de paz na ordem numérica são: 1. Vila (sede governo municipal); 2. Xanxerê; 3. São Domingos (antigo Antas); 4. Campo-Erê; 5. Barracão, criados pela resolução municipal n. 1 de 2 de dezembro de 1917." (BELLANI, 1989, p. 15-6)

As disputas pelo poder local caracterizaram por um longo período conflitos não somente entre os representantes locais, mas também entre os governo municipal e o estadual que se mostrava indiferente quanto aos rumos do município. Geralmente os conflitos e disputas locais aconteciam entre os representantes da sede municipal e dos distritos, que buscavam direcionar as ações administrativas para interesses particulares. A relação estabelecida entre o governo local e o estadual se deu durante 10 anos somente através de cartas. ²⁷

Oficialmente foi sendo criado um discurso de insatisfação por parte dos representantes locais em relação ao governo estadual e federal. Os locais argumentavam haver descaso por parte das instâncias centrais no que diz respeito ao futuro do município.²⁸

As diversas mudanças no lugar da sede municipal, demonstram que a disputa pelo poder se dava em várias instâncias e envolvia as lideranças políticas de algumas localidades que buscavam um novo espaço político através do poder executivo. A mudança na superintendência do município não diminuiu as disputas locais e tampouco a insatisfação dos representantes políticos em relação ao governo estadual. ²⁹

²⁷ “ No final de 1918, em carta dirigida ao Sr. Governador do Estado, Santos Marinho fez um veemente apelo de ajuda para o município, conforme o contido no ofício n.62 : *Dados as muitas despesas que está fazendo o município, com sérios sacrifícios é de justiça que o governador do estado, preste o seu valioso concurso, voltendo suas vistas para esta zona, digo para esta futura zona, do ex-contestado, até esta data quase abandonada pelos governos estaduais.* (BELLANI, 1989, p. 28)

²⁸ Antes de entregar o cargo de superintendente ao substituto, em função de conflitos políticos entre a sede e o distrito de Xanxerê, o Cel. Santos Marinho, tentou ajuda junto ao Dr. José Boiteux, Secretário do Governo Estadual, através de uma carta, demonstrou sua insatisfação: Transcreverei as partes que considero mais significativas: “ *E de fato quando esta zona foi entregue à Santa Catarina, nada mais era do que um matão bruto e si hoje existem alguns melhoramentos custaram o sacrifício do poder executivo municipal e mesmo do povo (...) Chapecó no momento difícil teve ao seu lado pessoas não deste estado e sim do Rio Grande, e este povo constitui hoje a população catarinense deste município, logo é necessário que o governo olhe para esta zona com mais carinho para não desgostar este povo que sempre esteve ao lado de Santa Catarina, no momento da luta e que de fato é catarinense de coração. Aqui eles tem propriedades e aqui constituíram famílias. Alguns funcionários entretanto, vindo daí sem ter o mínimo conhecimento dos sacrifícios deste povo à Santa Catarina, o trata com o maior desprezo, exercendo contra eles atos de mesquinha vingança.* (Bellani, 1989, p. 30-1)

²⁹ Em 1920, o novo superintendente municipal, João Simões Cavalheiro, escreveu uma carta ao chefe de polícia em Florianópolis, manifestando a sua indignação frente aos conflitos e disputas de poder que estavam ocorrendo no município. Transcreverei as partes que considero mais significativas: “ *De tempos a esta parte o Sr. Davino Arantes, Coletor Estadual, ao em vez de cuidar os interesses de sua repartição tem intervindo na política e administração local, dando maus conselhos aos pacatos caboclos para não obedecerem minha orientação, mandando demolir propriedade alheia como fez com uma casa de meu finado irmão. Idêntico procedimento tem o Sr. Delegado Tenente Romeu Coelho que exorbitando suas atribuições, resolve casos que somente ao Superintendente, baseado nas posturas do município, cabe resolvê-los. (...) O tenente delegado só apoia aos nossos adversários, fazendo toda a sorte de chicanas e perseguições junto com o Coletor no exercício de suas atribuições e fora delas, chegando a declarar em*

Além das disputas políticas existentes entre as lideranças locais, existiam também conflitos entre os locais e os "de fora", ou seja, funcionários públicos enviados pelo governo estadual, estes, juntamente com os adversários políticos, responsáveis segundo o poder executivo, pela desordem e atraso no "progresso e engrandecimento" do município. A busca por autonomia e visibilidade por parte do executivo local, reflete um apelo quase que desesperado nestes trechos da mesma carta enviada ao chefe de polícia de Florianópolis pelo superintendente João Simões Cavalheiro :

V. Excia estudando bem isso verá que temos urgente necessidade que isso se moralize, que acabem essas perseguições por parte desses funcionários para que o nosso município progrida e marche tranquilamente, desaparecendo essas ambições e vaidades de pessoas alheias à política local (...) Se V. Excia. viesse aqui e escutasse esse povo, julgaria minhas justas reclamações. Se esses funcionários vivessem em harmonia conosco, isto traria como é lógico o bem estar do Estado e Município. Se eles se julgam com direito a administrar a política do mesmo, aguardem as eleições e disputem essas posições nas urnas. É mais prático e mais decente. (BELLANI, 1989, p. 40)

Além destas questões de ordem política, o superintendente do município reclama ajuda ao governador do Estado no que diz respeito aos problemas agrícolas que a população local vinha enfrentando. Neste período, no início dos anos 20, a atuação das empresas colonizadoras ainda não era significativa em Chapecó. Somente a partir de 1926 é que a empresa colonizadora Bertaso passou a atuar definitivamente na região.³⁰

O mandato de Cavalheiro durou pouco e em 1920 o Coronel Manoel dos Santos Marinho reassumiu a Superintendência Municipal, líder local da vila de Passo Bormann, ao contrário de Cavalheiro que era da vila de Xanxerê. Com a morte de Santos Marinho, seu filho, Armando Marinho, o substituiu até 1922, quando realizou-se a 2ª eleição municipal. Armando concorreu para

público que tem eles /Tenente e Coletor /instruções reservadas do governo para nos perseguir...
(BELLANI, 1989p.39)

³⁰ Alguns trechos da carta enviada ao governador Hercílio Luz pelo superintendente Simões Cavalheiro, referem-se a um período em que as pequenas propriedades ainda não estavam oficialmente legalizadas, e os poucos colonos existentes eram "caboclos" e "sertanejos", "pouco dedicados" ao trabalho agrícola. *"As terras deste município são fertilíssimas, como oportunamente poderei confirmar a V. Excia. com amostras de produtos locais. Os lavradores apenas o são quando oficialmente tem de declarar sua profissão, pois habituaram-se à caça, outros unicamente criam ou compram diminuta quantidade de porcos que trocam no comércio, por mantimentos que eles próprios podiam plantar em suas terras que vivem entregues ao abandono. É justo que o pobre caboclo se entregue aos misteres de hervateiro, cuja indústria é de fato muito rendosa, mas o que é de lastimar é que os proprietários de terras e cultura, as deixam em completo abandono (...) Achei de bom alvitre expor a V. Excia. a necessidade de uma lei obrigatória nesse sentido, estendendo-se sua obrigatoriedade somente aos lavradores proprietários de terras. Só desta forma Chapecó será o celeiro de enorme quantidade de cereais e a crise será esmagada"* (BELLANI, 1989, p. 41-42)

o cargo mais foi derrotado pelo Coronel Manoel dos Passos Maia. Passos Maia era sócio da Colonizadora Bertaso e Cia. O Coronel pouco atuou na função de superintendente, transferindo o cargo à vários substitutos, no período entre 1923 e 1929. De acordo com BELLANI (1989, p. 48-49), o governo municipal era formado por um Conselho, formado na maioria por comerciantes, madeireiros e diretores de colonizadoras.

Muitos conflitos entre lideranças locais ocorreram neste período pois, com a ausência de Passos Maia, que passou a se dedicar aos assuntos da colonizadora, os substitutos não conseguiram conter as forças políticas opostas. Neste período surgiu um grupo de oposição ao governo do Estado e aos candidatos à Presidência da República. O grupo era chamado de "Aliança Liberal em favor de Getúlio". Novamente em 1929 a sede da superintendência municipal é transferida para Xanxerê, onde situavam-se os líderes locais da oposição. Esta determinação foi autorizada pelo governo estadual.

Com a Revolução de 1930, a administração municipal eleita em 1929 durou somente um ano. De acordo com BELLANI (1989, p. 53), uma série de mudanças ocorridas no país tiveram reflexos nos governos locais. O Gal. Luiz Carlos de Moraes, interventor federal interino no estado de Santa Catarina, decretou a última transferência da sede administrativa do município de Chapecó para a vila de Passo dos Índios que localizava-se entre as vilas de Passo Bormann e Xanxerê. ³¹

Estas determinações políticas refletem o interesse do governo federal e estadual em uma região - que através das empresas colonizadoras - objetivavam a expansão política e econômica .

3. As empresas colonizadoras

Na literatura sobre a colonização do oeste catarinense há uma concordância de que o impulso ao projeto colonizador ocorreu após o ingresso de empresas rio-grandenses voltadas para o recrutamento de colonos nas áreas ocupadas pela imigração nas colônias velhas do Rio Grande do Sul. A carência de terras no RS - deixando intocada a grande propriedade - o excedente de braços e a migração para as frentes, permitiram o impulso colonizador.³²

A primeira zona pioneira em SC ocorreu na região de Florianópolis com os luso-açorianos e timidamente com descendentes de alemães e italianos e no Vale do Itajaí, principalmente com os

³¹ Dando cumprimento ao decreto estadual n.100, em 2 de maio de 1931, a sede do município de Chapecó, passou a ser a Vila Passos dos Índios. Referindo-se a essa determinação, Artur Lajús (Conselheiro Municipal na época) diz: "Era o ponto mais central, porque já havia mesmo uma colonização de Ernesto Bertaso. Era um lugar mais progressista da colonização no Oeste, e, encontraram mais vantagens por ser mais centro e aí ficou estabelecido e nunca mais saiu" (BELLANI, *idem*, p. 55)

³² Veja RENK (1990), BELLANI (1990 e 1991) e WERLANG (1992).

teuto-brasileiros. A segunda ocorreu no Vale do Rio do Peixe e na Região Colonial de Chapecó um pouco mais tarde com os colonos descendentes de italianos em sua grande maioria.

De acordo com BELLANI (1991, p.43), para a questão da concessão de terras, o governo criou uma Agência com sede no município de Cruzeiro (Joaçaba) cuja jurisdição abrangia o de Chapecó. O critério para as concessões feito pelo Governo de Felipe Schmidt no ano de 1918, era o de que a concessão seria feita em lotes de 30 hec. para terra de cultura e 90 hec. para a criação.

O governo nesta época mantinha pouquíssimo contato com o Oeste do Estado em função da distância da capital, bem como de todas as outras dificuldades de transporte e deslocamento. As leis de concessão de terras geralmente não eram seguidas criteriosamente, e muitos conflitos aconteceram entre as empresas colonizadoras. O Estado assim como o Governo Federal não eram imparciais e muitas questões políticas estavam em jogo.³³

Até a década de 20, as terras do Contestado ainda continuavam irregulares. Antes da chegada das "gentes desejadas" para a colonização foi necessário vencer obstáculos. O primeiro foi o fim do Contestado e o segundo foi o "caudilhismo", o *faroeste* associado ao oeste catarinense, segundo funcionário do Governo do Estado em uma primeira visita a região em 1929 (BREVES, 1985, p. 50) e ainda presente hoje no imaginário da população litorânea .

Em 1929 o governo do Estado procedeu ao reconhecimento da área, na chamada "Bandeira de Konder". A Bandeira tinha por objetivo a conquista territorial e política :

"... senão de terras, pelo menos de populações brasileiras que se estavam desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria, e totalmente alheias da comunidade nacional" (COSTA FERREIRA, 1929, p.7, apud RENK, 1990, p. 57).

As colônias recém implantadas e povoadas por descendentes de italianos e alemães, foram apontadas pela "Bandeira" como amostragem do "futuro promissor".

Segundo BELLANI (1991, p. 49), as empresas que atuaram no Oeste Catarinense no período de 1920 até os anos 50 foram as seguintes: Luce Rosa e Cia, Colonizadora Capelli, Territorial Mosele, Anrons e Cia, Colonizadora Brum, Ernesto Bertaso e Cia, Companhia Territorial Sul Brasil, Barth & Benetti, Irmãos Lunardi, etc. ³⁴

³³ Sobre esta questão ver WERLANG, A. (idem)

³⁴ Para maiores detalhes sobre esta questão, ver WERLANG, A.A. "Política de Colonização do Oeste" in: A Colonização às margens do Rio Uruguai no Extremo Oeste Catarinense (1992)

A atuação das empresas colonizadoras, de certa forma, desresponsabilizou o governo federal e estadual de realizar efetivamente uma política de colonização, porém estas instâncias continuavam a exercer o seu poder através de leis e decretos. ³⁵

A partir de 1937 com o Estado Novo, o governo interessado em industrializar o país, passou a exigir que as empresas colonizadoras se transformassem em empresas industriais. A solução encontrada para as companhias foi bastante simples: nas terras a serem colonizadas era aberta uma serraria, e após o corte das árvores, vendiam-se as terras desmatadas. As madeiras proliferaram e seus lucros passaram a atrair novos investidores. (GIRON, 1990, p. 496) ³⁶

Segundo RENK (1990, p. 61), nas décadas de 40 a 60 o movimento colonizador cresceu significativamente. O oeste catarinense era apontado como "Celeiro do Brasil". Antes da colonização era o tempo onde "a lei era o tabaco" e depois a "civilização e progresso", "a lei e a justiça". A "civilização e progresso", a "lei e a justiça" estão associadas a uma representação política oficial e legal.

A área territorial que hoje constitui o município de Cordilheira Alta fazia parte da área disputada pelo Contestado, ou seja, área militar, assim como toda a área territorial do atual município de Chapecó pertenceu durante muitos anos a Fazenda Rodeio Bonito, localizada ao norte com Irmãos Lunardi (município de Xaxim), e ao sul com a Fazenda Campina do Gregório (parte atual do município de Chapecó e Cordilheira Alta). ³⁷

A partir das terras devolutas do Contestado, o Governo do Estado concedeu a Empresa Colonizadora Bertaso o território no qual hoje fazem parte os municípios de Chapecó e Cordilheira Alta.

Conforme o mapa (a seguir), tem-se uma idéia da atuação das empresas colonizadoras no oeste catarinense.

³⁵ Foi editada a lei n. 1511 de 26 de outubro de 1925 que autorizava o Poder Executivo (municipal e estadual) a regularizar o domínio sobre os lotes, mediante a apresentação do título expedido pelo diretor da respectiva colônia, bem como dos documentos oficiais de medição e demarcação que deveriam ser previamente aprovados pelo governo. (WERLANG, 1992, p. 25)

³⁶ Na área onde situa-se o estudo de caso desta dissertação, "coube à Empresa Bertaso, que em 1934 passou a denominar-se Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Bertaso S/A, promover a instalação de diversas indústrias cerâmicas, moinho de trigo, frigorífico, energia elétrica, etc, que imprimiram os primeiros passos ao processo de industrialização" (ROSSETO, apud WERLANG, idem, p. 43)

³⁷ A partir da localização atual de Cordilheira Alta e comparações com mapas da época da atuação das empresas colonizadoras, bem como a partir dos dados de Bellani, cheguei a esta conclusão.

Atuação das empresas colonizadoras



Fonte: PIAZZA, Walter. Atlas Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, 1970

3.1. A empresa colonizadora Ernesto Bertaso e Cia

Segundo BELLANI (1991, p.20) "a empresa colonizadora Bertaso & Maia assentou o primeiro marco do "Povoado Chapecó" e da sede da referida empresa em 1922". A empresa foi criada pelos migrantes gaúchos Ernesto Bertaso e Passos Maia. Esta sociedade durou apenas 1 ano. A empresa só se estabeleceu efetivamente no ano de 1926, passando a se chamar apenas Empresa Colonizadora Bertaso e Cia. De acordo com WERLANG (1992, p. 43),

"o que distingue esta empresa das demais é o fato dos proprietários terem transferido sua sede para a área de colonização, ou seja, Chapecó. A aplicação dos lucros da empresa na região contribuiu no desenvolvimento industrial de Chapecó"

Segundo WERLANG, a primeira sede da empresa foi em Passo Fundo e em 26 de junho de 1920, recebeu a primeira concessão de terras. Geralmente as concessões de terras eram feitas em troca de benfeitorias que as empresas realizavam para o Estado, como estradas, escolas, etc.

" A segunda concessão conseguiu em troca da construção da Estrada do Passo do Goio-En à Passo dos Índios em 04 de outubro de 1921" (idem, p. 44)

O Processo de colonização teve o seu ponto forte na década de 40, pois durante 20 anos, foi bastante lento e conflituoso. De acordo com BELLANI (1991, p. 54), fazia-se uma propaganda negativa da região em função da falta de segurança que aquele "sertão virgem" apresentava. A guerra do Contestado ainda era motivo para inseguranças por parte dos migrantes. Por outro lado, a deflagração da Segunda Guerra Mundial e a criação dos Territórios Federais em 1943, criaram também uma situação de instabilidade administrativa para a região.³⁸

A colonizadora Bertaso influenciou nos traçados de várias cidades e vilas, atuando principalmente na região do ex-contestado. Eu não localizei em nenhum momento nas obras que consultei, referência à Cordilheira Alta. Somente a Vila de Fernando Machado, hoje Distrito de Cordilheira, é apontado por BELLANI (1991, p.57), como uma das áreas onde a colonizadora atuou.

Esta reconstituição histórica é importante, pois aponta diversos aspectos que contribuíram decisivamente para a formação dos municípios no oeste catarinense. A atuação das empresas colonizadoras, a partir de uma política de exclusão baseada na propriedade da terra, expulsou os posseiros e inseriu no oeste catarinense os migrantes vindos do Rio Grande do Sul. Toda a história política do oeste catarinense, e mais especificamente do município de Chapecó, foi construída, por

³⁸ Em 1943, houve a instalação do território do Iguaçu, que durou até 1946. Neste período a atuação das empresas colonizadoras sofreu uma interrupção, pois os governos centrais sabiam da intenção da região em participar da nova unidade federativa.

um lado, a partir de conflitos entre líderes locais, e por outro, através de um jogo de alianças político-partidárias e interesses econômicos que passaram a inserir a região em um contexto mais amplo.

4. A Construção do poder local

HASS (1993) parte da premissa de que a ação político-partidária reflete as relações de poder local e enfoca a formação dos partidos políticos no município de Chapecó na fase pluripartidária pós-45 e a dinâmica dos processos eleitorais de 1945 a 1965. A autora defende que o processo de urbanização e as transformações econômicas que ocorreram na região a partir de 1940, bem como a nova conjuntura política que surgiu após o Estado Novo, ocasionaram mudanças na estrutura política chapecoense.

Este estudo é importante na medida em que contextualiza historicamente a formação político-partidária no município de Chapecó e enfoca alguns fatores essenciais para entendermos a estrutura política das administrações municipais atualmente, principalmente na região oeste. A história política e econômica do município de Chapecó definiu a formação político-administrativa dos demais municípios desmembrados.

Segundo a autora (1993, p. 2) a política do município desde a sua criação até a década de 40, se identifica com aspectos do coronelismo brasileiro. A dominação tinha por base a supremacia econômica, as ligações de parentesco e os laços de dependência. O poder local chapecoense durante muito tempo foi definido pela questão econômica, como por exemplo, a força política representada por colonizadores e industriais madeireiros, que foi perdendo espaço no governo Vargas entre 1930 a 1945.

Se por um lado, a dominação tinha por base a questão econômica, este aspecto era mais significativo na esfera local, pois como ressalta QUEIROZ (1977, p. 171) a posição econômica do chefe político local dava-lhe condições de fazer favores. Porém, é deste poder econômico que advém o seu prestígio que é muito mais político do que econômico. (apud, MARQUES, 1995, p. 88-89).

A força econômica do líder local não é suficiente para solidificar o seu prestígio político. Através das relações que os líderes locais estabelecem com as demais instâncias governamentais é definida a sua posição política. Esta posição é resultado das alianças que ele será capaz de fazer. Neste sentido, os "coronéis" jamais gozaram de total liberdade e autonomia em seus redutos econômicos e eleitorais. A reflexão que VILLELA (1995) faz sobre o sistema eleitoral na colônia e no império, é passível de entendimento atualmente, embora eles se apresentem com uma "nova roupagem". Segundo o autor, os pequenos coronéis eram as parceiras dos votos para os políticos dos escalões mais elevados (...) O que não implica diretamente, alguma suposta independência política do município, por exemplo, diante do estado ou deste perante o governo federal. Se os estados estão

entregues a si mesmos e se esta autonomia estava, como diz Faoro (1957), na essência do 15 de novembro, mais uma vez autonomia não significa independência, muito pelo contrário. (idem, p. 145)

Os municípios, assim como os estados, mantêm uma relação de obediência ao governo federal, em função de dispositivos constitucionais, que embora delegem uma suposta autonomia, não significa necessariamente descentralização. O poder local "inventa" uma certa autonomia na medida em que consegue estabelecer alianças políticas, como por exemplo, através de composições partidárias.

A partir de 1955 as alianças políticas que ocorrem em nível estadual e federal passam a definir os arranjos políticos da região oeste. A linha teórica adotada por HASS, baseada nos "estudos políticos", é importante para o enfoque desta pesquisa, pois faz uma análise do poder político em pequenas comunidades. "De maneira geral, são descrições de como ocorrem as disputas políticas entre as famílias em cidades muito pequenas do interior brasileiro. Quando consideram os partidos políticos focalizam-nos como instrumentos dos quais se servem estas famílias poderosas para a manutenção do poder local sob sua tutela" (CESÁRIO, 1986, p.41, apud, HASS, 1993, p. 22)

Segundo HASS, (idem, p. 28), Cesário (1986, p.67) comenta que os trabalhos sobre poder local no Brasil partiram, na maioria das vezes, do pressuposto de que o sistema partidário brasileiro era "amorfo". Por outro lado, as análises em Ciência Política admitem a "diferenciação ideológica" dos partidos e consideram que esta diferenciação somente é possível de ser captada nas grandes cidades das regiões desenvolvidas do País ou nos níveis estadual e nacional. Sendo assim, até hoje, não se conferiu o devido valor aos partidos políticos como um recurso teórico explicativo para o poder local.

A reflexão de HASS é interessante pois trata da formação dos partidos políticos em Chapecó em relação a política estadual e nacional. A partir desta questão específica, busco dados para situar as emancipações político-administrativas e de que forma, estes processos definem o poder local e sua relação com os interesses políticos regionais, estaduais e nacionais.

A formação político-partidária do município de Chapecó tem sido definida ao longo dos anos por diretrizes estaduais e nacionais, porém os aspectos históricos, econômicos e culturais da região oeste contribuíram significativamente para a formação ideológica e político-administrativa dos municípios.

Se pensarmos historicamente a formação do poder local em Chapecó até a década de 30, teremos um sistema que a autora chama de "mandonismo local", equivalente ao coronelismo nordestino. Até então as relações políticas com o governo do estado eram incipientes, mesmo porque os interesses do Estado eram os interesses das empresas colonizadoras. Havia um acordo entre estes dois "poderes", já que o Estado não tinha condições de controlar o "oeste selvagem". Os donos de empresas colonizadoras e madeireiras adquiriram o poder político por possuírem também o poder econômico. De acordo com HASS (1993: 58):

...no oeste catarinense, o coronel Bertaso era um colonizador, que utilizava a maior parte de suas terras para comercialização, existindo uma relação de paternalismo entre ele e os migrantes que incentivou a explorarem a região. Na verdade, os colonos, apesar de serem donos de suas terras, acabam subordinados a uma classe possuidora, legitimando mais tarde sua ação política. Vários autores, entre eles, Maria Isaura de Queiroz (1976, p. 170), admitem que o coronel não é necessariamente um latifundiário. A simples posse de fortuna é o principal requisito para o mandonismo local. A estrutura coronelística de uma região é profundamente influenciada pela própria estrutura sócio-econômica ali existente.

Para justificar a teoria sobre a existência do mandonismo no oeste catarinense, HASS (idem, p.65) tomou por base o conceito de coronelismo de Barbosa Lima Sobrinho :

"No sistema de coronelismo o que se traduzia era uma hegemonia econômica, social e política, que acarretava por sua vez, o filhotismo, expresso num regime de favores aos amigos e perseguições aos adversários".

Como a representação política oestina praticamente inexistia estadualmente, de 1917 a 1945, os coróneis divididos em diferentes facções políticas, degladiavam-se em torno da sede do município recém-criado. As administrações municipais neste período rolavam de mão-em -mão conforme os interesses. Segundo HASS (1993, p. 81)

...através da relação dos prefeitos chapecoenses de 1931 a 1945, percebe-se que no governo de Getúlio Vargas os responsáveis pelo governo municipal sofriam nomeações e exonerações com tanta frequência, que as repetidas sucessões tornaram-se fatos corriqueiros. Nesses 14 anos, Chapecó teve 10 prefeitos nomeados. A grande maioria deles não tinha maior ligação com o lugar e muitos deles pertenciam a Força Pública do Estado. O único eleito, não tomou posse. Apesar do município e da comarca ter sido fixada no povoado Passo dos Índios, onde a Colonizadora Bertaso estava instalada, os Bertaso, a princípio não ocupam maior espaço político local. O quadro muda somente depois de 1944, quando Serafim Enos Bertaso assume o comando do executivo municipal chapecoense, consolidando a ascensão dos interesses urbano/comerciais/industriais.

A partir de 1940, o índice de migrações na região oeste aumenta significativamente, o que gera mudanças importantes na economia e também na estrutura político-administrativa do município de Chapecó que sofreu mudanças com o crescimento de vários distritos e com isso o consequente desmembramento de muitos deles na década de 50. ³⁹

³⁹ Neste período a economia regional passa a redefinir-se a partir da criação das agroindústrias, expandindo com isso a produção das pequenas propriedades rurais, através de frigoríficos como a Sadia (S.A. Concórdia) criada em 1943 e do frigorífico da SAIC (S.A. Indústria e Comércio) fundado em 1952. Em 1960, a região oeste contava com 17 municípios e 25 distritos que no total somavam 241.941 hab, correspondendo a um crescimento de 150,39% de 1950 a 1960 (IBGE, censo demográfico de 1960)

Com o desmembramento de vários distritos e a criação de outros tantos, a partir de 1960 o número de estabelecimentos agropecuários expandiu-se caracterizando assim uma maior ocupação do território oeste.

A partir das mudanças econômicas ocorridas no oeste do estado, a configuração político-partidária também toma novos rumos. Não são somente os colonizadores e madeireiros que detêm o poder local. Comerciantes, industriais e funcionários liberais passam a ocupar espaço na política. Segundo HASS (1993, p.157):

Outro aspecto a destacar na formação partidária chapecoense, é o viés étnico que envolve as bases eleitorais - uma vez que a falta de dados não permitiu identificar as bases pelo critério de classe e clivagem rural/urbana ... De acordo com os entrevistados, os pessedistas e trabalhistas disputavam o eleitorado italiano e caboclo e os udenistas e perrepistas, os imigrantes e descendentes de alemães. Falando a respeito, José de Miranda Ramos comenta: "Os partidos políticos chapecoenses disputavam a mesma faixa do eleitorado. Era tudo mesclado. Madeireiros, colonizadores, comerciantes, colonos, advogados. Só que no caso da UDN era mais na zona alemã e o PRP em Itapiranga". Prosseguindo ele afirma : "No PTB só votavam os italianos e caboclos. Os alemães eram integralistas ou udenistas".

A identificação do eleitorado udenista, em áreas de colonização alemã, de acordo com alguns entrevistados e a literatura existente, remonta a campanha de nacionalização, ocorrida na era Vargas, durante os governos de Aristiliano e Nereu Ramos, quando os imigrantes e ou descendentes de alemães, foram perseguidos, presos e maltratados.(idem, p.157)

O pessedismo chapecoense dominava eleitoralmente, nos primeiros anos do período multipartidário, principalmente nos distritos de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Dionísio Cerqueira, regiões de colonização italiana e de caboclos (...) De acordo com José de Miranda Ramos, a agremiação eleitoral do PTB era : "Xanxerê, Xaxim, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Campo Erê. Nas zonas de colonização italiana e dos caboclos. Disputava espaço com o PSD. Os dois se diziam getulistas" (idem, p. 159)

O ex-líder político de Chapecó ressalta que o partido era formado pela "gauchada, o pessoal do RS", tendo sido o estigma getulista que carregou a adesão dos migrantes gaúchos e dos caboclos da região. (idem, p.164)

Uma questão importante que vem de encontro a questão étnica diz respeito às posições que os candidatos, principalmente da Câmara de vereadores mantinham em suas comunidades de origem , o que contribuía significativamente nas suas candidaturas e futuro político. Segundo HASS (idem, p. 208)

" ... a grande maioria dos legisladores eleitos na eleição municipal de novembro de 1947 eram representantes dos distritos, onde continuavam residindo ... Eles destacam-se como lideranças

desses lugares, onde passam a dominar mais amplamente, a partir das emancipações que ocorrem no município de Chapecó depois de 1953, quando geralmente são eleitos prefeitos ou vereadores".

A questão política sempre esteve ligada a questão econômica, e consequentemente a territórios específicos. Por exemplo, os migrantes, novos pequenos produtores da região tinham uma relação de lealdade política aos colonizadores que os encaminharam as novas terras. Segundo HASS (idem, p 208):

O fato do PSD ter no comando da prefeitura municipal, desde 1944, o presidente do diretório municipal do partido e representante dos colonizadores e madeireiros, Serafim Bertaso, são fatores que contribuíram para a vitória... um outro fator é o pacto de lealdade que envolve a empresa colonizadora e os colonos que ela incentivou a migrarem ao oeste catarinense. Fato que pode ser comprovado no depoimento de Giocondo José Celia, fiscal de urna do PSD. "Nós ia com a família Bertaso, porque representava que ela colocou nós aqui"

As posições políticas estão relacionadas com a condição social e econômica que os migrantes ocupavam. Os pequenos agricultores estiveram subordinados aos colonizadores, madeireiros em um primeiro momento, e posteriormente aos comerciantes e industriais que também iam ocupando espaço político e econômico. Por exemplo, a família Tozzo começou a se destacar politicamente em função da posição que a vila de Cordilheira Alta, passou a ter quando da sua elevação à distrito em 1963 e principalmente em função da produção econômica que o comércio local e as pequenas propriedades passaram a destinar ao município de Chapecó. É importante ressaltar que a família Tozzo se distinguia dos demais pequenos agricultores, pois já detinham um pequeno capital econômico ao migrarem do Rio Grande, e inicialmente se dedicaram ao comércio da madeira, e posteriormente ao comércio no Atacado e Varejo. Com o passar do tempo esta família a partir de um dos filhos mais velhos, respondendo pelo pai, primeiro migrante, conseguiu a elevação da vila para Distrito. Primeiramente, Ludovico Tozzo foi designado intendente do Distrito e posteriormente foi eleito como vereador. A sua influência econômica junto às autoridades municipais de Chapecó e principalmente a legitimidade política diante das famílias de pequenos produtores, possibilitou a esta família conquistar este espaço político. Neste caso estamos nos referindo ao segundo momento político em que os comerciantes e industriais passam a adquirir espaço no município.

A posição econômica da família Tozzo, possibilitou que esta adquirisse terras em uma área privilegiada do interior de Chapecó. Isto também contribuiu para o crescimento comercial e industrial da pequena vila, que ao transformar-se em distrito conquistou mais espaço político, social e econômico. Com o crescimento dos negócios da família, a vila foi se estruturando com o passar dos anos, adquirindo benefícios que a administração municipal proporcionava como o prédio da intendência municipal, com uma pequena estrutura para posto de saúde e correio. Com o crescimento das vilas e do poder econômico e político de outras famílias a partir dos anos 50, intensificou-se a

vontade destas forças de se desvincularem do domínio político da família Bertaso que até então definia o quadro político do município de Chapecó. Neste período vários distritos se emanciparam, e com o passar dos anos muitos outros foram criados. Conforme o poder político e econômico de determinadas famílias se definia, o quadro político-administrativo do município também mudava seguindo lentamente as tendências estaduais e nacionais. Segundo HASS (idem, p. 254):

Seguindo a tendência do que acontece na esfera nacional e estadual, setores chapecoenses ansiavam por mudanças no poder político. Colocavam assim, no comando político municipal, um novo grupo que representa uma quebra do continuísmo que vigorava em Chapecó, sob o domínio dos Bertaso, representantes dos interesses dos colonizadores e industriais madeireiros. O ex-prefeito José de Miranda Ramos confirma: "A conjuntura nacional, com a ascensão de Getúlio influenciou um pouco nas eleições de Chapecó. Mas o pessoal estava mesmo cheio daquela coisa dos Bertaso, da Colonizadora. Tinham uma certa vontade de mudar". E prossegue dizendo: "A grande vitória foi em São Miguel d' Oeste, Descanso que queriam se emancipar, então ficaram contra os Bertaso, do PSD, que mandavam. Eles queriam autonomia. Tanto que quando fui prefeito foram criados oito novos municípios".

A criação de municípios nos anos 50 aconteceu mais no extremo-oeste, onde predominavam e predominam até hoje os descendentes de alemães.

"O declínio do PSD, neste período, deve-se a crescente estruturação dos diretórios municipais da UDN e PTB que passam a disputar os votos pessedistas e dos pequenos partidos políticos. Quanto ao PRP ressalta-se o fato deste ser forte, principalmente em distritos emancipados, como Itapiranga, Mondaí e São Carlos, região onde concentrava-se a colonização alemã" (HASS, 1993, p. 279)

No município de Chapecó, incluindo a sede e o interior, as mudanças ainda eram lentas. A câmara municipal representada por membros das categorias econômicas mais privilegiadas, principalmente colonizadores, madeireiros, industriais e comerciantes definiam os rumos políticos-administrativos sem consultarem o governo estadual e muito menos o federal. Por um lado, em função da distância geográfica das sedes locais, mas principalmente porque o governo estadual não estava muito interessado em se embrenhar no "sertão" do oeste, já que do ponto de vista deste, as forças políticas da região já estavam definidas a seu favor. As emancipações político-administrativas eram um exemplo das mudanças que ocorriam no oeste e dependiam única e exclusivamente da força dos legisladores municipais.

A febre emancipacionista que tomou conta da Câmara Municipal, a partir de novembro de 1951, também tumultuou as suas atividades, com calorosas discussões entre os envolvidos. Encabeçada pelos partidos coligados UDN, PTB, PRP e PSP, já, que fez parte de sua plataforma de campanha - gerou muita polêmica entre os vereadores que representavam o distritos a serem emancipados. Por outro lado, o desconhecimento em torno do assunto, fez com que os vereadores chapecoenses legislassem em torno de uma matéria que não lhes dizia

respeito, pois achavam que era da competência da Câmara Municipal aprovar a emancipação dos distritos, quando esta questão dizia respeito tão somente a Assembléia Legislativa Estadual, tanto que a Assembléia não tomou oficialmente conhecimento dos municípios criados pela Câmara de Vereadores de Chapecó, aprovando as primeiras oito novas unidades administrativas municipais, somente em 30 de dezembro de 1953, pela lei n.133 . (LAUS, 1985, p. 220, apud HASS, 1993, p.255)

Nos anos 50 a conjuntura política local passava por um período de frequentes disputas entre a força política dominante (colonizadores/madeireiros) e as forças emergentes representadas por novos partidos políticos que surgiam em função das mudanças nos contextos eleitorais estadual e federal. Os desmembramentos dependiam dos ganhos políticos locais que estes podiam proporcionar aos representantes principalmente dos distritos. Por exemplo, nos anos 50, o partido político dominante em Chapecó se manifestava contrário as emancipações, porque estas iriam beneficiar os partidos emergentes e consequentemente as categorias sociais que cresciam. Porém esta questão gerava uma série de contradições, criadas pelas forças políticas em questão.

O PSD, a princípio, não se posicionava totalmente favorável a divisão do município. Mas em 25 de outubro de 1953, a manchete do jornal " A Voz de Chapecó" dizia : "O PSD apóia a criação de oito municípios para atender as exigências da população" . Na Assembléia Legislativa Estadual, o deputado chapecoense Lenoir Vargas Ferreira, do PSD, foi eleito presidente da comissão de divisão territorial. Na guerra da informação, "O Imparcial" publica no dia 15 de novembro de 1953, que o movimento emancipacionista conta com o apoio do governo estadual e que a bancada do PSD, na Assembléia Legislativa, continua em atitude de franca hostilidade à criação de novos municípios (HASS, 1993, p. 256) .

Com as mudanças políticas ocorridas localmente, em função dos novos partidos que surgiam, representantes de diversas localidades e categorias sociais pleiteavam cadeiras na Câmara Municipal. Nas eleições de 1954 aumenta a representatividade das novas forças políticas na Assembléia Legislativa do Estado e na Assembléia Legislativa Municipal que até então era dominada pelos colonizadores/madeireiros, representantes do PSD.

Nas eleições legislativas de Chapecó, aparece o nome de Germano Celia (comerciante) como vereador mais votado pelo PTB (184 votos) e o nome de Ludovico Tozzo (comerciante) como candidato a vereador pela UDN, porém não foi eleito. Por um ano, de 54 a 55, o PSD, não é hegemônico na estrutura do poder local chapecoense, pois não está no comando do executivo e não lidera na Câmara. ... perda de força política dos colonizadores e industriais/madeireiros e um crescimento de lideranças ligadas aos segmentos emergentes na economia do município, destacando-se o comercial, no poder local. (HASS, 1993, p.277)

Com a estruturação dos novos partidos e das novas categorias sócio-econômicas crescem portanto, as forças dos representantes locais de vilas e distritos. Com este novo quadro a força política local dominante passa a perder o controle sob parte do território do município de Chapecó. Este fato abre espaço para lideranças até então legítimas em suas localidades de origem, agora, oficialmente

legalizadas e reconhecidas pelo voto. Por outro lado, estas lideranças são fortalecidas com o crescimento das novas forças na região oeste (PTB,UDN,PRP), mesmo que em nível estadual e municipal a coligação PSD/PTB ainda predomine. Os territórios políticos se definem por um lado, a partir de direcionamentos partidários mais amplos, e por outro, em nível local, a questão político-partidária têm com base critérios étnicos e sócio-econômicos. Os partidos emergentes vão conquistando espaço nos municípios recém-emancipados, onde predominam os pequenos agricultores e novos comerciantes e industriais. As emancipações de municípios definem um reordenamento no quadro político local e estadual .

O declínio do PSD, neste período, deve-se a crescente estruturação dos diretórios municipais da UDN e PTB que passam a disputar os votos pessedistas e dos pequenos partidos políticos. Quanto ao PRP ressalta-se o fato deste ser forte, principalmente em distritos emancipados, como Itapiranga, Mondaí e São Carlos, região onde concentrava-se a colonização alemã. No contexto geral do estado, porém, constata-se que apesar da UDN ampliar seu espaço na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, perde o senado e as eleições municipais para o PSD/PTB. Contudo, como vimos, o partido se fortalece significativamente no oeste catarinense. Dos dezesseis municípios do Estado de SC onde houve eleições em 1954 (nos quinze novos municípios criados em 53 e no município de Florianópolis), o PSD concorrendo sozinho ou coligado na Aliança Social Trabalhista, fez nove prefeituras, contra sete da UDN, coligada ou não . Como seis delas são do oeste do estado, comprova-se o crescimento da força política da UDN na região. (LAUS, 1985, p. 236, apud, HASS, 1993, p. 279)

Segundo a autora, a formação dos partidos políticos e da elite local em Chapecó possui um "viés étnico", no que diz respeito à origem étnica dos eleitores. Porém não se aprofunda neste aspecto, e situa a questão étnica apenas como um "viés", ou seja, um aspecto que fica à margem, não definidor. Entendo que a etnicidade neste período histórico específico (1917-1965), ou seja, o período de formação dos partidos políticos, de que trata HASS, é fundamental para entender sob que valores, a identidade política local se solidificou.

Atualmente, a etnicidade tem sido acionada também pelos políticos locais, em forma de discursos e representações que sustentam um novo reordenamento político regional e estadual através das emancipações político-administrativas. Mais do que nunca, o discurso sobre o "progresso e o desenvolvimento" têm motivado líderes políticos locais a "inventarem " municípios, em um momento em que o contexto político e econômico da região oeste tem se transformado.

Por exemplo, se nos anos 50 os descendentes de alemães tinham preferência por um partido político específico, isto significa que naquele período, a descendência étnica foi utilizada como sustentáculo para a formação política local. Por outro lado, a conjuntura político-partidária no Brasil sofreu várias mudanças em diferentes momentos históricos . Mesmo que as dissidências, coligações, alianças e mudanças partidárias em âmbito estadual e nacional tenham influenciado o quadro político partidário no oeste catarinense, aspectos culturais específicos da região continuam a definir o quadro

político atual, através de estratégias políticas diferentes daquelas utilizadas nos anos 50. As formas e os caminhos utilizados em cada contexto político são definidos por valores culturais que delineam os interesses dos representantes regionais e locais. As emancipações ocorridas nos anos 50 principalmente no extremo-oeste catarinense, em distritos basicamente colonizados por descendentes de alemães, além de definirem municípios territorialmente, tinham como objetivo principal dividir o poder administrativo com líderes locais que representavam uma população subjugada e perseguida por outros líderes que não tinham a mesma origem étnica. A sigla partidária não representava uma ideologia especificamente político-partidária, mas sim uma ideologia e uma identidade étnica. De acordo com HASS:

As emancipações, com os chefes políticos passando a ter maior autonomia local, e o poder de manipulação eleitoral, decorrente da utilização da máquina governamental, foram responsáveis por este resultado. Outro fator foi o reflexo da campanha de nacionalização realizada sob o comando do líder pessedista, Nereu Ramos, durante o Estado Novo, onde foram perseguidos e presos muitos imigrantes e descendentes de alemães, criando uma resistência aos grupos a ele ligados - PSD e PTB. Com isso, a UDN, e também o PRP, acabam beneficiando-se da penetração do Partido Social Democrático nas regiões de colonização alemã. As alianças confirmam, sobretudo, a debilidade do PTB, nos novos municípios oestinos. Como vimos, o ex-líder trabalhista, José de Miranda Ramos, ao situar as bases eleitorais dos partidos políticos chapecoenses, de acordo com critérios étnicos, afirma que no PTB só votavam os italianos e caboclos. Os alemães eram integralistas ou udenistas. (1993, p. 282).

A divisão do município em 1954, impulsionada por um momento político específico, as eleições, definiram as bases sociais partidárias a partir da identificação étnica. Com as emancipações as divisões territoriais da região, fortaleceram o poder das lideranças políticas dos distritos, que passaram a ser prefeitos e vereadores.

SEYFERT (1994, p. 114) em um estudo sobre os teutos-brasileiros no Vale do Itajaí, diz que a mobilização política deste grupo se deu por várias razões. Aponta como principal, a emergência de uma classe dominante nas cidades - formadas a partir das áreas de colonização - comerciantes, empresários e profissionais liberais, cujos interesses econômicos e políticos extrapolavam a comunidade local. Para SEYFERT (idem, p. 121), um modelo pluriétnico de Estado pressupõe um duplo pertencimento: por um lado, a lealdade à unidade política - o Estado - expressa em termos de direitos e obrigações da cidadania, por outro, o sentido de afiliação e solidariedade com a comunidade étnica, na qual os indivíduos nascem, têm sua família e são socializados.

Neste sentido, portanto, a etnicidade passa por várias questões, tanto políticas, econômicas, históricas, de parentesco, etc. Os representantes locais se mobilizaram em função destes aspectos para lutar pelos seus direitos, pela sua unidade ou seja, inventaram um município. Segundo PEREIRA e PINHEIRO (1994, p. 363):

O que confere sentido ao município enquanto unidade componente da nação é sua identidade própria, fundada numa certa história (a tradição local) e em signos distintivos de sua territorialidade (cuja expressão é a comunidade) . A elaboração desse imaginário social, embora obra coletiva, tem sido comandada pelas elites sociais e políticas locais que ao ali deixarem as marcas do seu projeto social, fazem dele elemento integrante da hegemonia dominante e do correspondente consenso social - haja visto o expressivo exemplo do coronelismo.

Nas eleições de 1955, 1958, 1960 e 1965 não verifiquei nenhum dado sobre candidatos às eleições municipais das famílias de Cordilheira Alta neste período. Os dados de HASS dizem respeito a sede municipal e seus distritos, não fazendo referências as localidades do interior. Segundo a autora (1993, p. 330) foi durante a administração Destri (PSD/PTB) que a Assembléia Legislativa Municipal emancipou mais 17 distritos no extremo oeste catarinense, dividindo assim o "antigo Chapecó" em 34 municípios.

A partir de 1955, a família Bertaso passa a perder espaço na Câmara Municipal e no Executivo. Nas eleições de 1955, Plínio Arlindo de Nês vence as eleições para a prefeitura com a AST (PSD e PTB). Pela primeira vez o poder executivo municipal é oposição a administração estadual, que é da UDN.

Na administração de Plínio Arlindo de Nês os serviços mais expressivos foram na área de utilidade pública (SUP) com a construção e conservação de rodovias e pontes, que era de responsabilidade do DNER, o segundo item favorecido é o de Serviços Industriais, em detrimento da Educação e Saúde Pública. Justamente neste período a SAIC (hoje Frigorífico Chapecó), criada em 1952, empresa a qual o prefeito era proprietário, cresceu através da utilização da máquina pública.

Tanto o executivo como o legislativo são instâncias políticas utilizadas para benefício particular dos políticos e de seus parentes. Mesmo não estando mais no executivo, os Bertaso tinham influência sobre a Câmara Municipal que legislou sobre a emancipação do distrito de Quilombo em 1958, local onde estava instalada a empresa colonizadora da família.

Segundo HASS (1993, p. 336), "com a interferência direta de Plínio de Nês na escolha do candidato a prefeito de Chapecó em 1960 e 1965, e no último caso, contradizendo os Bertaso, verifica-se que, além de liderar o maior empreendimento industrial do município, de Nês se sobressai como liderança dentro do próprio PSD, passando a disputar o poder com o presidente do partido, Serafim Enoss Bertaso".

A partir de 1965, o quadro político chapecoense passa a ser dominado por comerciantes, industriais e profissionais burocrático/liberais. Época em que as agroindústrias passam a definir um novo período político e econômico no oeste catarinense.

5. A economia e a história política

As atividades econômicas no oeste catarinense têm na relação com a pequena produção familiar, em diferentes momentos históricos, a base da expansão agroindustrial a partir de 1964. De acordo com CAMPOS (1987, p. 142) "a pequena produção familiar presente na região oeste apresenta uma diversidade interna, existindo desde o "sem terra" até o produtor familiar modernizado, diversidade esta que não corresponde a uma concepção homogênea do campesinato (...) isto porque não apresenta determinações inerentes, mas historicamente definidas".

Até os anos 40, as principais atividades econômicas da região eram a produção de grãos que estava restrita a um mercado mais local e regional e a comercialização da madeira, que constituía uma atividade mais abrangente, devido as exportações realizadas por balsas no Rio Uruguai. Já nos anos 50, com a melhoria das estradas locais e regionais, o transporte de madeira passou a ser realizado através de caminhões, o que promoveu uma acumulação de capital principalmente para os madeireiros e colonizadores. Esta acumulação, os levou a investir em outras atividades como o comércio, o transporte e a indústria. A produção de mercadorias produzidas localmente começaram a ser transportadas para outros centros comerciais. Os próprios comerciantes, intermediários entre os pequenos produtores e os centros comerciais, passaram a realizar os transportes das mercadorias, pois estes possuíam recursos financeiros que possibilitaram a compra de caminhões.

No decorrer dos anos 40 e início dos anos 50, a criação de porcos para a comercialização passa a ser a principal atividade, em substituição ao fumo, mais praticada entre os teuto-brasileiros. De acordo com CAMPOS (idem, p. 133), após 1940, ao contrário das duas décadas anteriores, a migração italiana predomina sobre a alemã, o mesmo acontece durante todo o período de colonização no Vale do Rio do Peixe. Isto se reveste de particular importância pois entre os italianos a cultura do fumo não era tradicional, dedicando-se estes a outras atividades.

O comércio no oeste passou a se intensificar a partir do momento em que os comerciantes locais passaram a realizar intercâmbios com São Paulo, através da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Por um lado, Joaçaba não conseguia mais suprir a demanda dos comerciantes de São Paulo, e com a melhoria nos meios de transportes, os comerciantes do oeste tiveram a oportunidade de ampliar seus negócios, não ficando mais restritos ao comércio com o Rio Grande do Sul.

A industrialização do suíno, não era na época uma atividade realizada em todo o país, ao contrário da indústria do fumo. Isto permitiu a criação de diversos frigoríficos no oeste catarinense. Em 1943, Afílio Fontana cria a S.A. Indústria e Comércio Concórdia, rebatizada no ano seguinte como SADIA (S.A. Concórdia). Esta atividade agroindustrial passou a interferir na economia de todo

o oeste a partir dos anos 50 e mais intensamente a partir dos anos 60. Em 1952, Plínio Arlindo De Nês fundou frigorífico da SAIC (hoje Frigorífico Chapecó S.A). ⁴⁰

A SADIA é criada no município de Chapecó somente em 1971, atuando especificamente no abate de perus e de frangos e na produção de rações e concentrados. A COOPERATIVA ALFA, criada em 1969 em Chapecó, é a principal filial da Cooperativa Central Oeste Catarinense. Esta cooperativa iniciou as suas atividades comercializando suínos e grãos, e posteriormente passou a diversificar suas atividades atuando no ramo de armazenagem, comércio de insumos e bens de consumo junto a seus associados. ⁴¹

A citação destes dados é importante no sentido de mostrar como a região oeste está inserida em nível regional, estadual, nacional e até internacional, através da atuação das empresas agroindustriais. Estes dados também mostram a dependência dos pequenos produtores à este sistema, conhecido como "integrado".

Segundo CAMPOS (1987, p.143), "o oeste catarinense revela uma forma de desenvolvimento capitalista na agricultura que não teve como paradigma as formas clássicas do assalariamento capitalista. Pelo contrário, desenvolveu-se um estreitamento de relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria processadora de matéria prima e que tem nos sistemas de integração de suínos e aves a sua forma atual mais desenvolvida".

Os frigoríficos somente se expandiram porque tiveram na pequena produção familiar a base para a produção local. As grandes empresas ampliam os seus negócios enquanto que o produtores locais permanecem dependentes deste sistema. Embora os pequenos produtores tenham consciência desta relação de dependência, a grande maioria não se define como "assalariado", pois justificam serem "proprietários" e "livres", apesar dos compromissos assumidos com as empresas.

⁴⁰ Outros frigoríficos menores foram sendo criados após a SADIA e a SAIC. Em 1956, cria-se o frigorífico SEARA, no município de Seara. Em 1969, cria-se o frigorífico ELIANE pertencente a Cooperativa Central Oeste, temos o quadro das 5 grandes empresas de Aves e suínos no Oeste Catarinense. Além destas empresas houve a criação de outras menores, que progressivamente foram sendo incorporadas as 5 maiores. (CAMPOS, 1987, p. 136)

⁴¹ Além das atividades de produção e comércio localizadas em Chapecó, estas empresas têm os seus negócios ampliados em todo o país. Por exemplo, em 1985, o grupo SADIA era um conglomerado de 25 empresas que com suas filiais perfaziam um total de 92 unidades espalhadas em 15 estados brasileiros, além de atuar em comércio internacional, em seguros, hotelaria, processamento de dados e transportes, como por exemplo, a Transbrasil. A COOPERALFA, é formada por uma rede de entrepostos comerciais que somados a uma frota de 150 caminhões e 7 supermercados, se estende por 8 municípios da região. Possui cerca de 13.500 associados, dos quais aproximadamente 15% são integrados ao departamento de fomento a suinocultura criado em 1977. A SAIC, é formada por 7 empresas espalhadas pelo oeste catarinense e Paraná. (idem, p.167)

De acordo com PAULILO (1990, p.26), os donos de terras tem para com os assalariados um preconceito e referem-se a eles dizendo que "querem salário mas não trabalho", e adicionam ao preconceito um componente étnico. Os assalariados são "brasileiros" e, portanto, menos afeitos, ao trabalho. O discurso deste informante, segundo a autora, deixa claro este componente étnico:

" Não é para desprezar a raça de ninguém, mas na maioria são filhos de portugueses, mestiço, índio que aqui nós dizemos os "brasileiros". Então esses em geral são os agregados"

A concepção de "integrado" no oeste catarinense está associada ao proprietário de terras, em sua maioria descendentes de europeus e "afeitos" ao trabalho. As agroindústrias surgiram muito em função destes valores culturais e étnicos, pois encontraram no pequeno produtor a base para a sua expansão. Os mesmos valores, que "integraram" o pequeno produtor ao sistema agroindustrial nos anos 60, hoje continuam sendo utilizados, porém "disfarçados" em um discurso modernizador, que desesperadamente busca manter vivo o mito do pioneiro /desbravador, "que faz com as próprias mãos", na esperança de não serem "desintegrados" do sistema, embora ainda sejam os "donos" da terra.

Se por um lado, a posse da terra, garante ao pequeno produtor se diferenciar do assalariado, e com isso estabelecer uma diferenciação étnica, sobre os "outros", não descendentes de italianos, alemães..., ela (a posse) atualmente não define necessariamente a continuidade do pequeno produtor no meio rural. A permanência do agricultor em suas atividades, depende muito da capacidade deste em incorporar tecnologia à produção, e novamente o discurso étnico é acionado para justificar a "capacidade" ou não em permanecer na terra.

De acordo com PAULILO (idem, ibidem), os descendentes de europeus, segundo eles mesmos, só se tornam sem terra quando uma desgraça, vício ou doença provoca esta situação. Para os brasileiros, porém, não há desculpa. Eram os primeiros donos da terra e a foram perdendo por ignorância ou desleixo. São hoje "merecidamente" diaristas. Ser "empregado" no campo ou na cidade é uma espécie de cativo, principalmente porque esse termo só é usado para trabalhadores não-qualificados e mal-remunerados. ("Profissão" urbana é uma outra estória).

No oeste catarinense, grande parte dos produtores integrados, são donos de suas propriedades, e além das atividades ligadas à agroindústria (suinocultura e avicultura, principalmente), desenvolvem outras, como a produção de grãos (milho, feijão, trigo, etc). Atualmente o plantio de milho, nas propriedades dos integrados, está diretamente relacionada a alimentação dos suínos e aves. Por outro lado, existe uma grande maioria de pequenos produtores que não estão ligados ao sistema agroindustrial, isto porque, as empresas têm cada vez mais realizado um processo de seleção dos pequenos produtores.⁴²

⁴² De acordo com PRIM (1996, p. 25), a avicultura apareceu, em 1980 como a principal renda de apenas 2% dos agricultores. O n. de avicultores não sofreu uma alteração significativa permanecendo de 2 a 3% do

A questão do pequeno produtor atualmente, não é a luta pela posse da terra, mas sim conseguir viabilizar-se no campo. Para tanto, ele sabe que necessita tornar-se produtivo, e neste sentido, procura conseguir incorporar tecnologia as suas atividades. A condição de ter a pequena propriedade não garante mais a reprodução de sua condição de pequeno produtor. (PRIM, 1996, p. 88)

Os critérios de seleção, para que o pequeno produtor continue no sistema agroindustrial ou venha fazer parte dele, estão cada vez mais rigorosos, pois visam atingir uma maior produtividade e qualidade, em tempos onde as técnicas tornam-se a cada dia que passa mais modernas. Os pequenos produtores que não conseguem se inserir neste sistema, passam a depender exclusivamente das culturas anuais (milho, feijão, trigo, etc) e de outras atividades alternativas.⁴³ De acordo com PRIM (1996, p.28):

"Os agricultores que não conseguiram competir, ficaram numa situação de abandono e isolamento: falta-lhes assistência técnica, canais de comercialização, de infra-estrutura básica. Seria necessário modificar as políticas agrícolas, no sentido de reorientar a agricultura familiar, pois conforme Grazziano (1993), a política agrícola atual favorece o segmento patronal da agropecuária brasileira"

De acordo com CAMPOS (1987, p.192), a ação do Estado - entenda-se governo federal e estadual - no oeste catarinense segue basicamente as mesmas diretrizes gerais para o Brasil como um todo. O modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira imposto pelos sucessivos governos militares, em linhas gerais, pode ser definido como um processo de modernização de determinados segmentos da agricultura brasileira viabilizado principalmente pela política de crédito agrícola subsidiado.

No oeste catarinense, todas as ações políticas no que diz respeito à política agrícola, principalmente estaduais e municipais, têm sido destinadas às grandes empresas agroindústrias. Mesmo o crédito agrícola, hoje praticamente inexistente, foi direcionado para aqueles pequenos

total de estabelecimentos do Estado de SC. Já, na suinocultura, o n. de produtores integrados passou de 3.860 em 1980, para cerca de 30.000 em 1990. As 5 maiores agroindústrias da região oeste, através de onze frigoríficos, são responsáveis por quase 90% do abate no estado.

⁴³ Em estudo recente desenvolvido por PRIM (1996, p. 31), a autora trata de uma nova forma de organização dos pequenos agricultores no oeste catarinense. Esta nova forma de organização, chamada de "Movimento de Cooperação Agrícola", se constitui pela formação de um número razoável de associações com base em trabalho semi-coletivo. Essas experiências são denominadas, de maneira geral, "agricultura de grupo". Possuem grande diversidade e heterogeneidade, ambas garantidas pela forma como se constituem os grupos. Eles diferem em relação ao número e característica das famílias associadas, ao tipo de atividade que coletivizam (pode ser produção, comercialização, armazenagem, etc) ao tamanho e estrutura da propriedade, ao tempo e período de existência dos grupos, à expectativa político-ideológica e a própria forma de organizar-se.

produtores vinculados ao sistema agroindustrial. A hegemonia política e econômica das agroindústrias, através de seus representantes, têm buscado garantir, seja através do governo do estado ou dos municípios, a manutenção e expansão da atuação destas empresas.

Como a expansão destas empresas está vinculada à modernização da pequena produção, baseada em um sistema com elevada demanda por insumos e equipamentos agrícolas modernos, e integrada ao mercado externo principalmente através da exportação de frangos, a economia do oeste catarinense sempre reuniu as condições para receber os privilégios da política agrícola brasileira: geração de tecnologias modernas, expansão rural destas tecnologias e crédito agrícola. (CAMPOS, 1987, p.192-193).

O governo do estado, através de diversas instituições federais e estaduais, procurou realizar uma política agrícola, principalmente voltada para a pesquisa, assistência técnica e extensão rural ⁴⁴. São exemplos desta atuação a extinta ACARESC, (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina)- criada em 1956, com a orientação do governo dos Estados Unidos, tornando-se um projeto pioneiro de extensão rural no Brasil.

A partir dos anos 70, o modelo de desenvolvimento agrícola nacional introduziu mecanismos através da pesquisa e extensão, capazes de fomentar e controlar, áreas estratégicas destinadas a produção agropecuária. No Ministério da Agricultura foram criadas a EMBRATER (Empresa Brasileira de Tecnologia e Extensão Rural) e EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Para operacionalizar o modelo nos estados brasileiros foram implantadas, em conjunto com os governos estaduais, autarquias mistas como por exemplo, as EMATER (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural).⁴⁵ Em Santa Catarina, o governo do estado criou a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC) responsável pela política de abastecimento e sanidade animal.

A partir de 1990 com o governo Kleinubing, foi criada a EPAGRI, resultado da fusão da EMPASC (Empresa de Pesquisa Agropecuária de SC) com a ACARESC. De acordo com PRIM (1996, p.34-35), a ACARESC passou a introduzir novas técnicas de cultivo, de criação de suínos e bovinos, elaborar projetos para financiamento agrícola, prestar assistência social, etc (...) Nas fases iniciais de implantação dos sistemas de integração, a ACARESC prestou serviços conjuntamente com os departamentos de fomento de frigoríficos, porém, gradativamente, estes últimos passaram a se

⁴⁴ Para a implantação destes projetos houve um intenso investimento do capital internacional, nas últimas décadas, especialmente através do BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e empresas de fomento à pesquisa e extensão do governo alemão (GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) e outros países. (HOLZ et alii, 1989)

⁴⁵ Em Santa Catarina, um caso atípico, o trabalho de extensão rural foi realizado nas últimas décadas através de um ajuste político entre governos estaduais e federal, que resultou na empresa mista EMATER/ACARESC.

responsabilizar por seus integrados. Assim, o público assistido pela ACARESC se reduziu aos pequenos produtores cujos laços com as agroindústrias eram mais tênues, normalmente pequenos proprietários dedicados apenas a agricultura ou pequenas criações de suínos.

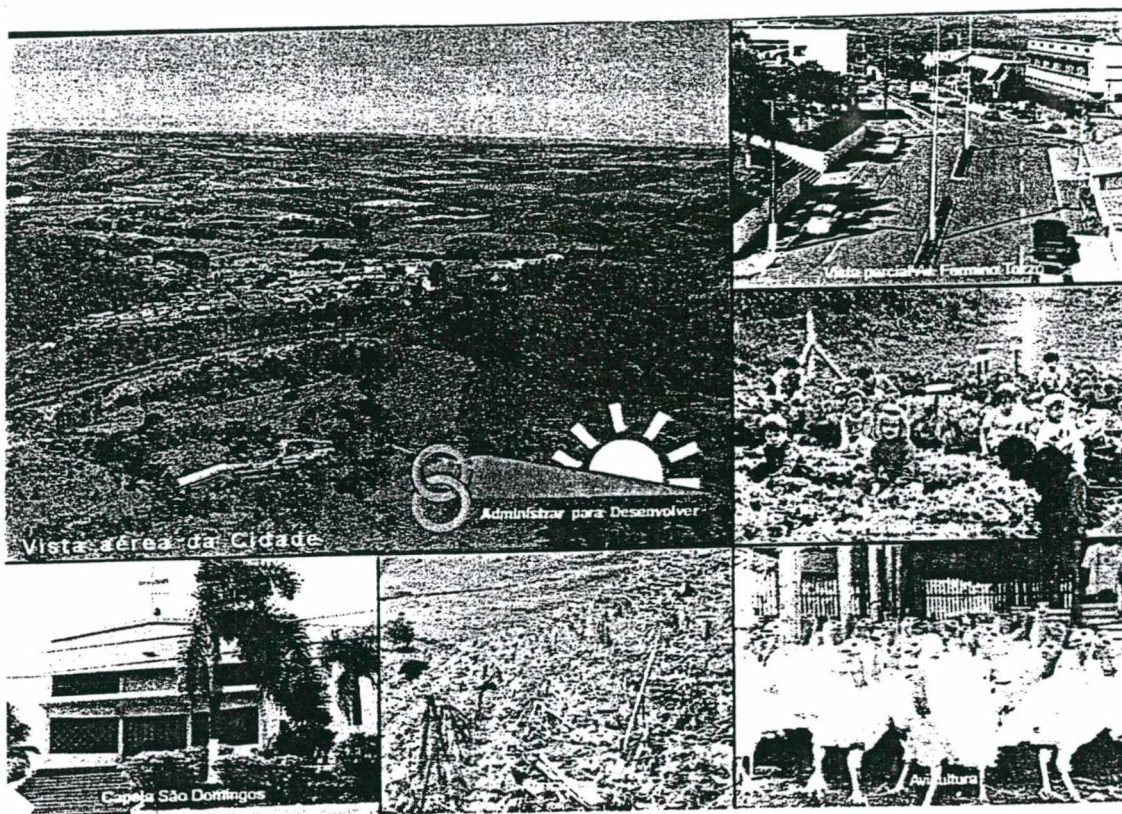
Neste sentido, a atuação do Estado colaborou para a formação e consolidação dos espaços de gestão dos grupos agroindustriais no Brasil. Para SILVA (1991, p.15), uma nova concepção de produção do espaço, é instaurada a partir de uma "gestão do território" como fonte de poder dos grupos empresariais agroindustriais no Brasil .

" A gestão do território é a prática científico-tecnológica de poder dos grupos empresariais, sobre parcelas do espaço, apropriadas e delimitadas, ou seja, territórios revestidos de elementos de governamentabilidade com fins de controle social " (idem, ibidem)

As ligações entre o capital industrial e o Estado no Brasil iniciam-se e consolidam-se com os governos militares resultantes do Golpe do Estado de 1964, através dos projetos de modernização de determinados segmentos da agricultura. Segundo SILVA (idem, p.80), "a relação Estado/Empresa se tornou tão íntima em Concórdia, que é difícil definir até onde o Grupo Sadia age como grupo empresarial privado e o Estado e o poder público local como entidade pública. Os limites de suas atuações se mesclam em meio à ação do lobby empresarial Sadia e a realização dos interesses do referido grupo".

As agroindústrias atuam em questões administrativas, legais e políticas necessárias ao desenvolvimento do seu espaço de gestão. Neste sentido aliam-se ao Estado e às prefeituras municipais . Cordilheira Alta, é um exemplo, de município que têm procurado manter as relações com as agroindústrias , pois depende dos pequenos produtores para a manutenção da administração local. Neste sentido, grande parte das ações públicas municipais têm sido direcionadas em obras e melhorias que venham a facilitar a continuidade da gestão agroindustrial.

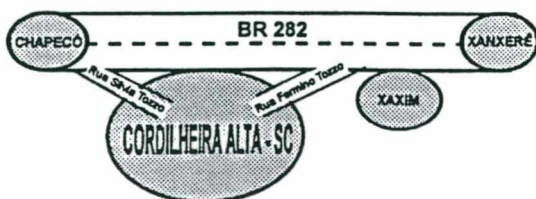
Foto n.1 - " Cordilheira Alta" - Cartão Postal



Município de Cordilheira Alta (SC), visto em detalhes

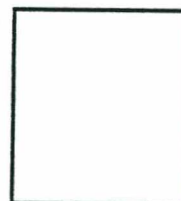
CORDILHEIRA ALTA

Região Oeste de Santa Catarina
Município da Micro-região da AMOSC
74,7 Km²
População de aproximadamente 3.000 habitantes
Município criado em 30/03/92
Instalado em 01/01/93
Base Econômica: Suínos, Aves, Agricultura Comércio e Transportes.



Impresso por Gráfica Massochini Ltda. - Erechim - RS

CARTÃO POSTAL
POST CARD





V CORDILHEIRA ALTA: A Formação do Poder Local

O município de Cordilheira Alta, antigo distrito do município de Chapecó, está localizado no Sul do Brasil, na Região Oeste do Estado de SC, mais precisamente no meio-oeste e na micro-região de Chapecó. Esta micro-região abrange hoje um número de 54 municípios, inclusive os recém emancipados.

A micro-região de Chapecó fica à uma distância de 618 Km da Capital do Estado. A região oeste catarinense abrange ao todo 5 micro-regiões: a micro-região de São Miguel d' Oeste, a micro-região de Chapecó, a micro-região de Xanxerê, a micro-região de Concórdia e a micro-região de Joaçaba.

O município fica ao leste da micro-região de Chapecó e faz divisa com a micro-região de Xanxerê ao leste, com a micro região de Concórdia ao sul, e com a micro-região de São Miguel ao oeste.

Mapa n. 13 - Mapa do município de Cordilheira Alta



Cordilheira Alta possui uma área territorial de 74,7 Km², uma população urbana de 441 hab.e 2.379 hab. na área rural. A estimativa para o ano 2000 é de um pequeno acréscimo da população urbana (473) e um decréscimo da população rural (2328). Para o ano 2011 um acréscimo da população urbana (537) e na área rural uma diminuição para 2238.¹ A área rural do município possui 11 localidades: Linha Bento Gonçalves, Linha Fernando Machado, Linha General Osório, Linha Três Irmãos, Linha Savaris, Linha Dianista, Linha Marechal Deodoro, Linha Ipiranga (parte), Linha Carola Maia (parte), Linha Caravaggio (parte), além do interior da sede (Linha Giacomini). A maioria da população de Cordilheira Alta (rural e urbana) é de descendência de migrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul.

A denominação "Linha", tem origem na época da colonização. O termo ainda utilizado hoje em localidades rurais, principalmente do Rio Grande do Sul, foi adotada pelos colonizadores também na demarcação dos lotes das propriedades rurais no oeste catarinense. Esta noção oficial para os migrantes diz respeito não somente a "posse da terra", mas também e principalmente ao local onde se vive, onde se nasce. Este termo é muito específico do tipo de colonização realizado nas antigas colônias italianas do Rio Grande do Sul. Nas comunidades do Norte e do Sul de SC, este termo não é utilizado para caracterizar as localidades do interior, onde vivem descendentes de italianos.²

"A autoridade pública aperfeiçoando experiências anteriores, aplicou a colonização dispositivos legais que previam o modo de demarcar o tamanho dos lotes rurais. Cada Colônia foi dividida em "travessões" também chamados de "Linhas": uma estrada traçada em linha reta com cerca de 13 Km. Margeavam-na os lotes coloniais de forma retangular, tendo uma frente com aproximadamente 250 m por cerca de 1000 m de fundos, onde confinavam com outro lote rural. O tamanho variava devido aos acidentes do solo, à existência de água, à distância, bem como o preço". (DE BONI, 1977)

Embora o termo "Colônia", seja também utilizado no Oeste Catarinense, para designar uma determinada localidade, como por exemplo "Colônia Cella" colonizada por uma família de migrantes italianos na década de 20 no município de Chapecó, as especificidades legais que os colonizadores utilizavam na demarcação das terras na Antiga Colônia Italiana no Rio Grande do Sul, foram se transformando, mas os termos permaneceram. Se no RS as antigas colônias eram divididas em linhas, isto tem a ver com a forma com que o território foi sendo ocupado e demarcado.

¹ Fonte: AMOSC, 1994.

² Esta informação relativa as comunidades de italianos no Norte e Sul de SC, foram fornecidas pela Pesquisadora e professora da UFSC, Anita Moser, que vem desenvolvendo trabalhos junto a estas comunidades. Em seu trabalho mais recente "A violência do Estado Novo contra "coloni" descendentes de italianos em Santa Catarina" (1995), o termo utilizado para caracterizar as localidades é geralmente, "Colônia".

No oeste catarinense, o processo se repetiu, e as Empresas Colonizadoras se basearam muito na maneira das antigas colônias no RS, embora o tamanho das propriedades rurais no oeste diferissem muito das do Rio Grande. O termo Colônia passou a ser utilizado não em função da quantidade de terra, mas sim do significado que a propriedade da terra tem para os descendentes de europeus.

A categoria "Colônia" assim como a categoria "colono", não diz respeito somente ao lugar e as atividades tradicionais dos descendentes de europeus. Segundo SEYFERT "a categorização refere-se a um passado histórico de lutas, sofrimentos e posteriores conquistas - valores estes que estão associados a outra identidade atribuída aos imigrantes por seus descendentes - a de pioneiro". (1993, p.47)

De acordo com MOCELLIN (1993), a região colonial italiana no Rio Grande do Sul na época da colonização era considerada atrasada e economicamente subordinada à pecuária. Posteriormente com o desenvolvimento da agricultura comercial através das pequenas propriedades rurais, a região colonial passa a desempenhar um papel dinâmico e economicamente expressivo, ocorrendo uma mudança na imagem estigmatizada que os colonos possuíam, principalmente na relação com os cidadãos. De acordo com a autora, inicialmente, o termo colono, no plano das significações simbólicas "remetia a noção de pessoa com carência de traquejo social, de elegância, de postura corporal e comportamental, de senso de oportunidade e de progresso..." (TEIXEIRA, 1988, p.54, apud, MOCELLIN, idem, p.29-30).

Com a modernização da região colonial, o termo colono assume um aspecto positivo, evidenciado pelo *espírito empreendedor* e ao *culto ao trabalho*. Para MOCELLIN (idem, p. 37), "as características fundamentais que definem o colono são principalmente a propriedade da terra, constituída como uma unidade produtiva familiar, tendo como base o trabalho familiar".

Em Cordilheira Alta, as atividades agrícolas e agroindustriais tem na família a base para a manutenção da pequena propriedade. O trabalho é realizado pelos membros das várias gerações que constituem a família extensa. Geralmente o trabalho é dividido entre os mais velhos e os mais novos, predominando também uma divisão entre os gêneros masculino e feminino. A família Petrolí da Linha Fernando Machado, é apenas um exemplo, que se mantém através das atividades ligadas à agroindústria. Eventualmente, "diaristas" são contratados para reforçar o trabalho da família em momentos específicos. O discurso recorrente entre as famílias de descendentes de italianos em Cordilheira, é o de que os diaristas, em sua maioria "brasileiros" não são muito "chegados" ao tipo de trabalho desenvolvido pelas famílias de pequenos produtores.

Foto n. 2 - "Família Petroli " (Linha Fernando Machado)



O discurso baseado no mito do pioneiro/desbravador, atualmente reforçado pelo discurso oficial em Cordilheira Alta, busca dar conta de situações de "luta" e "conquistas" associadas tanto aos "primeiros tempos" em que os imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul, como também posteriormente, em uma segunda fase, na migração dos filhos e netos, para o oeste catarinense. De acordo com MOCELLIN os discursos evocam a imagem do pioneiro para enfatizar as dificuldades encontradas, sempre associando a idéia do sucesso obtido, através do *espírito empreendedor* e ao *culto ao trabalho* - através da *voia de laurar* (vontade de trabalhar) e mais do que isso, é necessário que o homem tenha outras qualidades, *bisonha que il gá testa* (precisa que ele tenha cabeça) (idem, p.36)

Atualmente, as atividades relacionadas ao meio rural bem como as do meio urbano em Cordilheira Alta, não são possíveis de serem pensadas separadamente pois umas dependem das outras. Porém existe uma predominância maior de algumas sobre outras, dependendo da localidade. Por exemplo, nas localidades do interior predominam as atividades ligadas à agricultura e agroindústria - avicultura e suinocultura -, bem como atividades ligadas ao comércio, indústria e transportes. Já na sede do município, predominam as atividades de comércio, indústria, transportes, serviços autônomos e administrativos. Em função da emancipação, estes setores passarão a ser classificados pela administração municipal de forma separada, em função de exigências administrativas, legais e financeiras.

1. O Universo Pesquisado

Na busca de relatos que caracterizassem o antes e o depois da emancipação, eu procurei entrevistar pessoas de ambos os sexos que estivessem diretamente ligados ou não ao processo de emancipação. A amostra de pesquisa definida no projeto da dissertação foi respeitada quase que em sua totalidade durante o trabalho de campo. No decorrer do trabalho de pesquisa percebi que os informantes em sua grande maioria poderiam fornecer dados que contemplassem todos os aspectos a que me propus investigar. Isto foi constatado porque a grande parte dos entrevistados ocupa mais de uma inserção social no município. Por exemplo, a maioria dos vereadores desenvolve outras atividades na agricultura, no comércio, na indústria ou como prestadores de serviços. No que diz respeito as atividades comunitárias, a maioria dos informantes desenvolve atividades ligadas as 3 igrejas (uma na sede, uma em Linha Bento e uma em Fernando Machado) e nas escolas estaduais e municipais. Tanto o prefeito como o vice e os vereadores estão mais diretamente ligados a sede municipal e as localidades do interior, pois moram desde crianças ou como é o caso dos vereadores mais novos (faixa dos 30 /35 anos) que já nasceram no atual município.

Alguns funcionários do quadro administrativo da prefeitura (concursados, contratados, e cargos de confiança), os prestadores de serviços (agrônomo, veterinário, extensionista, médicos, dentistas, bioquímicos, etc) e alguns profissionais que prestam serviços a empresas particulares, bem como na área da educação na rede estadual, se diferenciam (principalmente aqueles que não residem no município) por desempenharem funções, as quais o município não dispõe (técnicos em informática, contadores, professores, assessores jurídicos, etc). Do quadro de funcionários da prefeitura, 40 são residentes no município e 9 residem nos municípios vizinhos (Chapecó e Xaxim). Do quadro de funcionários das escolas estaduais, 17 residem no município e 16 residem em municípios vizinhos (Chapecó, Xaxim e Coronel Freitas). Das professoras contratadas (8) na rede municipal todas são residentes nas linhas do interior do município.³

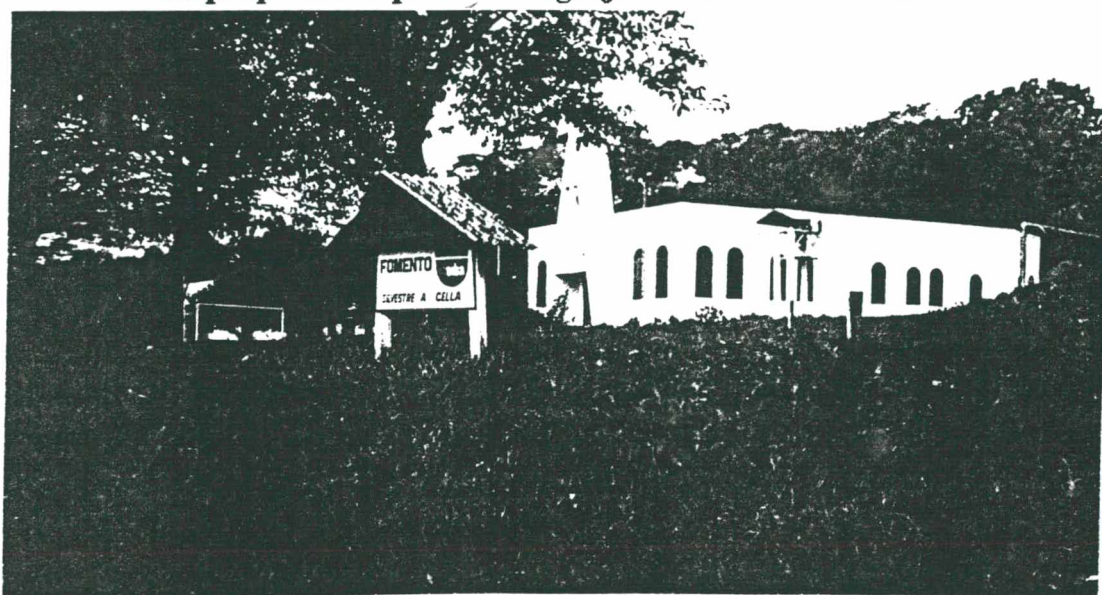
Na área rural verifiquei um quadro diferenciado no que se refere as categorias sócio-econômicas. A grande maioria das famílias estão ligadas as atividades da agroindústria, sendo que uma minoria vive apenas da agricultura. Existe também uma minoria que não possui terras e trabalham como agregados ou diaristas nas terras dos colonos.

As atividades na área rural giram em torno do trabalho, da igreja e do lazer. Geralmente cada linha possui atividades ligadas a escola e aos clubes recreativos. Já as atividades religiosas são centralizadas nas três principais igrejas, que realizam cultos religiosos geralmente nos domingos e festas comemorativas ligadas aos santos padroeiros. Para estas ocasiões especiais de festa, existe um calendário religioso que organiza as comemorações em datas diferenciadas, dando oportunidade assim de lucro para as igrejas e

³ Dados referentes ao trabalho de pesquisa realizado em 1995.

também de integração entre os moradores de todo o município. As lideranças na área rural estão vinculadas a grupos ligados à igreja, à escola (APPs), grupo de idosos, grupo de jovens, clubes esportivos e recreativos. O processo de escolha destas lideranças acontece muito em função da posição social que estas ocupam nas localidades. Em sua grande maioria são comerciantes e pequenos produtores das famílias pioneiras mais tradicionais.

Foto n. 3 - "Placa Padrão da SADIA", *sinaliza a existência de um produtor integrado, em propriedade próxima a igreja da Linha Fernando Machado*



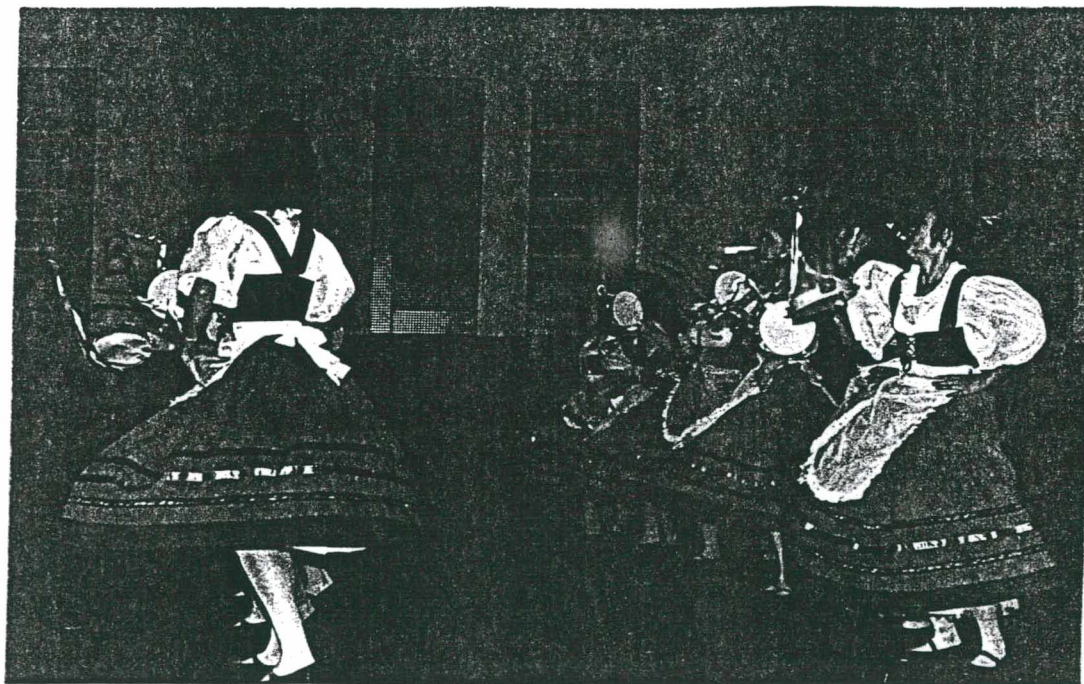
As atividades de lazer em todo o município além das festas religiosas, dos jantares e bailes estão centradas no esporte especialmente nos campeonatos de futebol de campo, de salão, bocha, cartas (truco, três-sete, pontinho, etc) e ciclismo. As solenidades públicas realizadas pela prefeitura, geralmente em conjunto com as escolas municipais e estaduais, dizem respeito à comemorações cívicas e festivas que normalmente são realizadas em todos os municípios.⁴

⁴ De acordo com entrevistas realizadas com as Diretoras das Escolas Estaduais Cordilheira Alta (sede) e Escola Básica Feliciano do Amaral (Linha Fernando Machado), existem datas cívicas e festivas que são comemoradas junto as comunidades e outras somente comemoradas na escola. Por exemplo: datas cívicas lembradas na escola (Dia do Índio, Abolição da Escravatura, Dia do Trabalho, Dia do Soldado, Dia da Bandeira, Proclamação da República, Tiradentes, etc); datas cívicas comemoradas junto à comunidade - entenda-se sede e linhas do interior- (Semana do Município, Aniversário de Emancipação, Semana da Pátria (sete de setembro), Jogos Estudantis, Gincanas, etc); datas festivas comemoradas na escola (Dia do estudante, Dia do professor, Dia da Criança, etc); datas festivas comemoradas junto à comunidade (Dia das mães, Dia dos pais, Páscoa (Semana Santa), Natal, Dia de São Cristovão (padroeiro do município), Festas Juninas, etc). Segundo a diretora da escola estadual Feliciano do Amaral as datas mais "importantes", são o dia 7 de setembro, "porque é uma data nacional que desenvolve o espírito crítico e possibilita comparar o passado com o presente e questionar o futuro", e o dia do município, pois "cria o respeito pelo que está perto, para poder dar valor a Nação toda".

Participei de um jantar "tipicamente italiano", realizado na semana em comemoração ao aniversário de Cordilheira Alta em março de 1995. O evento foi organizado pela prefeitura municipal e o grupo de idosos do município. Segundo, a secretária da educação, cultura e esportes, *"a criação do município têm motivado o resgate da cultura e da tradição da população. Este jantar é a primeira atividade realizada pela prefeitura e busca resgatar a memória dos pioneiros, que estão sendo representados pelo grupo de idosos. Pretendemos realizar outras atividades neste sentido, pois agora temos um nome para zelar"*.

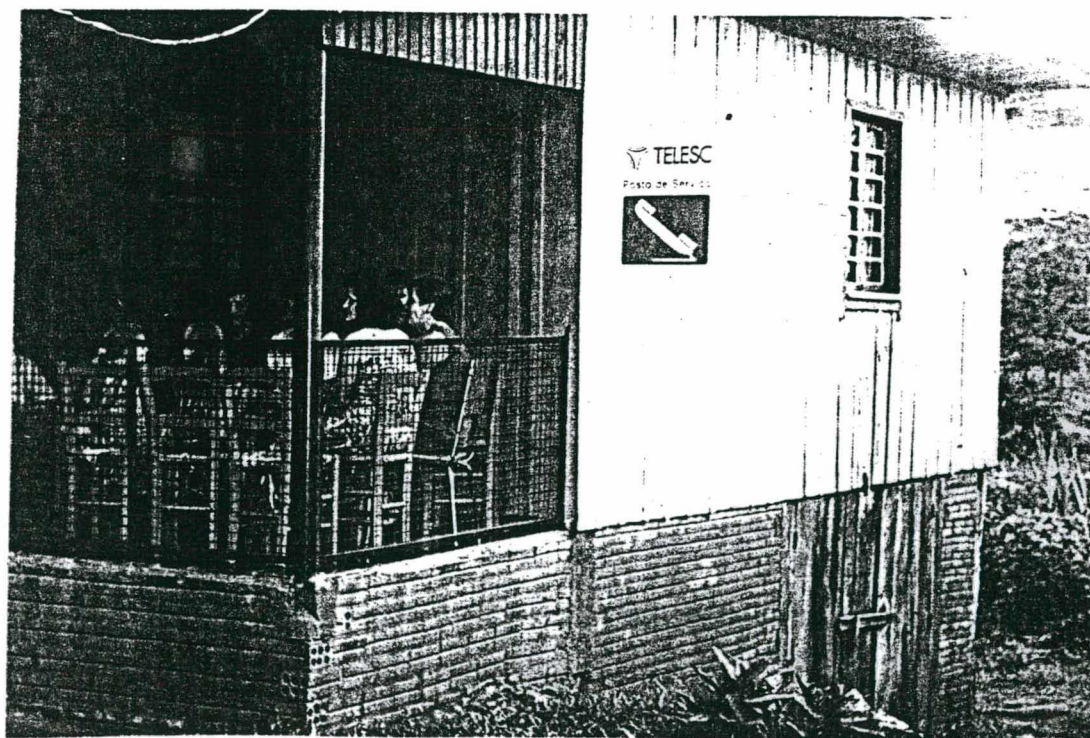
O jantar, além da culinária típica (macarrão, fortaia, radite, etc), contou também com a apresentação de um grupo de danças italianas *Il Tramonto* do município de Concórdia. Após a emancipação, o que é considerado "tradicional" na cultura dos cordilheiraltenses, passa a fazer parte de um calendário oficial através dos eventos municipais. A tradição passa a ser "inventada", juntamente com as demais atividades ligadas à estrutura oficial. Esta oficialização é interessante, pois cotidianamente estes aspectos "tradicionais", como a comida, fazem parte do dia-a-dia das pessoas, porém possuem outros significados.

Foto n. 4 - "Grupo de dança *Il Tramonto*"



As atividades relacionadas as diversas áreas sociais e econômicas (educação, saúde, transporte, agricultura, saneamento básico, infra-estrutura urbana e rural, melhoria nas estradas rurais, asfaltamento de avenidas na sede, telefonia rural, rede elétrica, etc) foram estruturadas no sentido de delimitar a atuação do poder público local. As *políticas públicas* foram direcionadas no sentido de atender não somente a áreas consideradas de responsabilidade do poder local, mas sim de fortalecer e estruturar setores privados mais amplos. Os representantes locais têm direcionado as suas ações públicas no sentido de manter e fortalecer as atividades ligadas a agroindústria, ao comércio e a indústria local. Por exemplo, a instalação de telefones comunitários em duas linhas do interior, buscam fortalecer estas relações. Este meio possibilita aos pequenos produtores se comunicar com as agroindústrias aos quais estão integrados, mantendo desta forma um contato mais constante com as empresas agroindústrias e outros prestadores de serviços. Por outro lado, o poder local se fortalece, ao justificar que está proporcionando mais confortos e facilidades ao meio rural. Na verdade, trata-se de uma relação de favores estabelecidas entre os representantes políticos e seu eleitorado. Os postos telefônicos foram instalados em residências particulares, escolhidas pelo poder executivo e legislativo.

Foto n. 5 - "Telefonia Rural" - Linha Campina do Gregório



Novas relações passam a se estabelecer através dos representantes políticos (prefeito, vice e vereadores), dos secretários municipais, dos funcionários municipais e estaduais, com a população do município, bem como com outros setores públicos e privados. As forças políticas partidárias passam a se organizar e se estruturar a partir das eleições municipais, tendo como base as localidades as quais representam. Neste jogo de interesses políticos e econômicos são envolvidos, parentes e conhecidos ligados as diversas categorias: empresários, comerciantes, pequenos produtores, líderes comunitários, etc.

As alianças políticas entre a prefeitura municipal e os empresários em Cordilheira, passam a se estabelecer através de benfeitorias públicas que o poder local realiza em locais, os quais os empresários possuem interesses. Em março de 1995, foi inaugurado um campo de futebol na Linha Três Irmãos , chamado Campo Bilhar Esporte Clube. O terreno onde foi construído o campo foi doado por um empresário que possui uma empresa britadeira nas proximidades. O empresário de sobrenome Bilhar tem nesta localidade vários moradores que trabalham para a sua empresa.

**Foto n. 6 - " Campo Bilhar Esporte Clube - Prefeito cumprimenta empresário"
- Linha Três Irmãos -**



A criação do município de Cordilheira, apresentou diversos momentos interligados entre si: o projeto pró-emancipação, a criação (oficialização) do município, as primeiras eleições municipais, e posteriormente

a estruturação político-administrativa. Todos estes momentos foram permeados de relações que geraram por um lado conflitos e por outro alianças envolvendo diferentes instâncias e agentes sociais e políticos.

Os interesses e motivações criadas nestes vários momentos têm como base discursos e representações alicerçadas em valores tais como a autonomia municipal, a independência, o "fazer com as próprias mãos", aspectos que procuram responder à questões sócio-culturais e políticas referentes a história, a ocupação do território, as atividades econômicas e que têm sido construídas, principalmente, a partir do mito do pioneiro /desbravador. Todas estas questões interligadas entre si através de discursos e representações políticas e simbólicas, possibilitaram a invenção do município de Cordilheira Alta.

2. O Mito do pioneiro: representação simbólica do poder local

As primeiras famílias a povoarem o território que compreende o atual município de Cordilheira, vieram da serra gaúcha, região colonizada por imigrantes italianos. Em sua maioria eram filhos dos imigrantes que buscavam novas terras para cultivar. O processo de colonização deste território, aconteceu principalmente após a criação do município de Chapecó (1917). Segundo GIRON (1990: 487-8) a migração foi, em sua maioria espontânea, sendo que as companhias colonizadoras participaram em 30,45% dos deslocamentos. A migração espontânea, impulsionada principalmente a partir de 1940, se diferencia do tipo de colonização que aconteceu nas antigas colônias do RS, incentivadas pelo governo, juntamente com as empresas colonizadoras.

"O capital auferido com a venda das terras, nas novas colônias criadas pelas companhias de colonização, contou, na sua formação, com o apoio governamental, resultando na formação de fortunas, por alguns dos associados. O processo de colonização se insere no período em que o Estado do RS não poderia suportar as pressões sociais decorrentes do esgotamento das terras destinadas à ocupação colonial, bem como dos limites impostos à fragmentação das mesmas, nos antigos lotes coloniais" (GIRON, 1990, p. 482-4)

Das famílias mais antigas que se deslocaram do Rio Grande nos anos 20 para a área territorial que hoje constitui o município de Cordilheira, ocuparam inicialmente localidades que representavam o interior de Chapecó, como por exemplo a vila de Xaxim e de Coronel Freitas, que se tornaram distritos somente nos anos 40.

Eu tinha seis meis quando vim de lá prá Xaxim (...) veio meu pai, meus irmão prá Xaxim, meu pai tinha uma oficina (...) madeireira e ferraria, fazia carroça (...) faz 70 anos, 50 que temo morando aqui, eu casei com 20, faz 70 ano (...) Xaxim não tinha nada, deu uma revolução, roubaram os animais do pai, o pai ia no moinho em Nonoai, veio a revolução que deu, a mãe tava grávida, ganhou a nenê, o pai saiu foi atrás dos soldados, aqueles vagabundos, digo eu, levaram os animais, ele foi atrás prá ver se conseguia de volta (...) (Amália Petrolí, 71 anos - Linha Fernando Machado) .

Dona Amália que mora há 50 anos em Linha Fernando Machado se casou com outro migrante que veio com a família de Farias Lemos (RS), 8 anos mais tarde. O caso de seu João Petroli que comprou as terras ainda quando solteiro, era muito comum. O objetivo era conhecer as terras e fazer negócio. Somente depois das terras compradas e seguras é que se casava. Muitas vezes eram os pais que se deslocavam para o oeste catarinense com o objetivo de comprar as terras para os filhos.

A família do pai era do RS, de Farias Lemos, RS, ele foi prá Coronel Freitas (...) a primera terra foi comprada aqui, era muito desabitada, morava em Coronel Freitas e vinha trabalhá aqui (...) o pai é mais de 50 anos que tá morando aqui, ele veio do Rio Grande com oito anos, ele tem 70, então quantos anos que ele veio do Rio Grande, 62 anos faz (...)

A partir dos anos 30 e 40, o deslocamento de migrantes do RS para o interior de Chapecó cresceu significativamente, sendo que neste período as empresas colonizadoras, principalmente a colonizadora Bertaso, passou a atuar efetivamente nas vendas de terras, fazendo propaganda no RS e facilitando o pagamento das terras. As propagandas em sua grande maioria eram direcionadas para os italianos e descendentes. Os cartazes da época, escritos em italiano, procuravam oferecer o que os colonos buscavam.⁵

"Era o Bertaso, o veio Bertaso que o meu falecido pai comprô as terra, sabe ele (*refere-se ao monumento do desbravador*) tá ali na praça de Chapecó, uma fotografia ali, era o Bertaso porque naquele tempo, ele vinha prá lá, Garibaldi, onde que nós morava, ele vinha com o mapa sabe, ele vinha com o mapa e a gente comprava pelo mapa, e depois o meu falecido pai e dois tio meu, vieram de carroça lá de Garibaldi prá vê as terra, mas ele disse que foi até o Rio Chapecó lá embaxo, mas sabe lá onde que passô porque estrada não tinha (...) eles se levaram a comida na carroça, eles ficaram em volta 40 dia, voltá e ficá aqui no mato, 40 dia aquela vez lá. Ele escolheu lá na Linha Bento, ele disse que era levante, como se fossê aqui, mas talvez ele tava de lá, e quando que nós viemo aqui que tinha a escritura, era o lado de cá, não era o levante, era 6 alquere, paga à vista 1 conto se não não recebe, perá, paga à vista 900 e pagá à prazo, então era 1 conto". (Olga Marafon, 78 anos, Linha Fernando Machado)

O sobrenome de Dona Olga é de casamento, pois casou-se em FM nos anos 40 com um rapaz que solteiro veio do RS para melhorar de vida. A família do rapaz ficou em Guaporé e o contato com os familiares era raro devido a distância e as dificuldades que a política do Estado Novo impôs aos imigrantes na época :

"... o sogro e a sogra eu vi uma vez só (...) ele era gente de Itália, eles não podia viaja aqueles tempo lá os italiano, então ele nunca veio, e nós nunca tinha dinheiro, com as criança pequena não dava prá í ... (Olga Marafon, 78 anos, Linha Fernando Machado)

⁵ Veja ANEXO 1: Propaganda da venda de lotes coloniais. (GIRON, 1990, p. 497)

Em praticamente todos os depoimentos sobre a época da colonização, estão presentes valores como o sacrifício, as dificuldades enfrentadas pelas famílias que encontravam as terras "desabitadas e isoladas". O objetivo era um só, progredir na vida, e para isso se contava com a solidariedade daquelas famílias de migrantes que já haviam percorrido o mesmo caminho. A "solidariedade" não era gratuita e para qualquer um, mas sim para aqueles migrantes que queriam trabalhar e vencer na vida.

O meu marido veio solteiro porque, ele gostava de trabalhá e ele era seguro, (...) e ele veio quando veio o falecido Rogério Dal Santo aqui, ele veio junto com a carrocinha, veio três família, o Rogério Dal Santo e o Atilio Bée que tá ainda vivo mas tá em Xaxim e o Pedro Baggio, ele mora em Coronel. Era três família, depois não tinha mais em volta, dinheiro não tinha, e não tinha condição, não tinha onibus (...) Quando cheguemô com o pai ali na Linha Bento, tinha seis casa, e seis casa tinha nove ou dez família, porque se amontoavam, porque, nós cheguemô a Cordilhera descarreguemô a mudança lá no mato, esperemô o Rogério Dal Santo que levá prá baxo amanhã com a carroça, era duas famílias, nós viemô com o Mussio Compagnoni (...) nós saímo de lá no 38, porque casei depois no 40, de metade do 40 (...) Chapecó tinha sete, oito casinha que vinha prá baxo ali da rua da igreja, mas tudo casinha pequena, feita de madeira, depois era tudo mato, uma lojinha aqui de baxo do canal (...) nós demoremô três dia prá vir de Garibaldi até aqui, e agora de dois, três hora vai (...) a nossa família eram dez com a mãe e a família do vizinho que veio junto ele tinha 7 filho e eles dois só (...) nada, nada, nada, ali (na sede) não tinha casa, tinha só a estrada da Cordilhera que vinha prá baxo (...) depois a primera casinha que fiz foi o Luis De César, e depois do Luis de César ele vendeu e veio morá aqui prá baxo, e depois veio o Tozzo né, que fabricaram ali fora tudo foi o Tozzo ... (Olga Marafon)

Foto n. 7 "Olga - Migrante de Garibaldi - RS" - Linha Fernando Machado



Um dos primeiros moradores da área territorial que compreende hoje a sede de Cordilheira, foi Rogério Dal Santo, que saiu com 19 anos da Linha 11, na localidade de Serafina Corrêa no RS, no ano de 1931. Junto com Seu Rogério outras famílias também vindas do RS moravam na redondeza. Da família Ranzan e Bée, os filhos moram até hoje na sede, da família Rotava e De Césaró não há mais nenhum descendente morando na sede. Espalham-se pelo interior os filhos de outras famílias pioneiras, Sachet, Garbin, Colpani, todas da Linha 11.

"Não tinha nada. A casa do pai era parada obrigatória dos viajantes, ele era o carroceiro que levava as famílias que vinham do Rio Grande para as terras do interior. A casa ficava bem no entroncamento, era um ponto de referência. A casa foi também a primeira escola e a primeira igreja. Os padres vinham de palmas de 6 em 7 meses (...) As terras foram compradas da Empresa e Colonizadora Bertaso. A solidariedade era a marca do meu pai. Tem uma história de um carroceiro que quebrou o cabeçalho da carroça, então o seu Rogério tirou da sua carroça e deu para o carroceiro. Ele já veio casado do RS com 4 filhos. A mãe era da família Marconi. A situação era difícil no Rio Grande, ele ficou orfão cedo. Aqui se fazia uma propaganda negativa da região, diziam que tinha bandido, mas ele nunca precisou usar arma. Ele era inspetor de quarteirão, fazia a manutenção do trecho da linha Carravaggio até Xaxim" (Antônio Dal Santo, filho, Linha Pilão de Pedra)

A partir dos anos 40 muitas outras famílias de migrantes ocuparam as terras do interior e da sede que compõem hoje a área do município de Cordilheira Alta. A família Tozzo, hoje detentora de significativo capital econômico, foi uma das famílias que migraram do RS neste período. Assim como outros migrantes, procuraram primeiramente vilas já povoadas. A sede de Cordilheira passou a ser conhecida como vila Tozzo a partir do momento em que esta família passou a se destacar economicamente com uma casa de comércio. Antes de ocuparem as terras que hoje constituem a sede, viviam em uma localidade no interior de Xaxim. Ao contrário de grande parte dos migrantes que vieram em busca de pequenas propriedades, a família Tozzo, veio de Erechim com um capital razoável para montar uma serraria, porém, segundo o prefeito de Cordilheira, "as dificuldades foram grandes". O discurso do pioneiro/desbravador se repete constantemente nos relatos de cada família. Cada uma delas guarda na memória as dificuldades enfrentadas como "verdades únicas" e "tesouros preciosos". A partir de um relato do primeiro prefeito de Cordilheira Alta, os valores do trabalho, do sacrifício, da honestidade, da seriedade e da boa vontade, são ressaltados para justificar o "progresso e o desenvolvimento" da família e consequentemente do atual município, que atualmente é visível através do poder político local e dos bens materiais - que representam simbolicamente as "conquistas" destes migrantes que almejavam o progresso, sem medir esforços.

Eu nasci no município de Erechim, interior de Erechim, foi orfão com dois anos de idade, eu era o último da família, o pai tinha nove filhos, ele tinha uma menina maior, e o resto era tudo homem, ele resolveu então me levá de Erechim prá Farroupilha, Bento Gonçalves naquela época, e daí fui lá com os avós, fiquei lá até os 13 anos com os avós. Apesar de eles serem humildes, analfabetos, mas o que eles puderam me ensinar é a educação da maneira deles, a educação que eles me deram era, que a gente devia trabalhá com seriedade, não desejá a terra dos outro, não tirá a terra dos otro, eles eram essa

mentalidade. Também tenho a felicidade de tê me criado com saúde, naquela época eles usavam o remédio casero e eu nunca fiquei doente (...) Daí com 12 anos de idade prá 13, apesar que o meu pai foi diversas vezes prá me buscá e me trazê porque de Erexim, do interior, o meu pai foi morar em Erexim, ele tava lá em baixo com indústria de balas e caramelos, mas daí de lá ele veio prá cá (Xaxim, 1941). Em Erexim ele era agricultor depois passô pro comércio. Ele me troxe (Xaxim) porque a situação deles era difícil, eles vieram de Erexim, colocaram uma indústria de madeira aqui em Xaxim e aquela época descia as madeira com as balsa, deu uma seca, não descia a madeira, perdeu a maioria na estrada e sei que eles tavam quase falindo, então quem trabalhava era só a família, então ele me troxe mais prá ajudá a trabalhá (...) Quando eu cheguei fiquei até meio assustado porque nunca tinha visto serraria, caminhão lá era um ou outro que passava lá de vez em quando (...) eu trabalhei um ano mais dentro da serraria, mas depois ele queria que eu completasse os estudo (...) terminei de fazê o primeiro grau em Xaxim, e daí ele me mandou estudá em Erexim, aí eu fiz admissão no colégio Medianera em Erexim, lá eu estudava o dia intero, tive que fazê a admissão prá depois fazê a contabilidade, estudava o dia intero e ainda de noite prá tê um dinheirinho eu ia fazê umas hora de trabalho nos armazém lá, carrega os trigo prá fazê um dinheirinho, meu pai sempre segurou duro (...) Daí ele veio aqui prá Cordilhera, aqui o pai começô (1946), já tinha comprado um pedacinho de terra aqui, até em troco de madeira com uns colono aqui, um pedaço de cada um em troco de madeira, e daí então, ele tava em situação difícil, e aqui tinha um entroncamento, era um entroncamento que descia prá Quilombo, Coronel Freita, passava aqui né, aí ele botô um depósito pequeno de madeira, aí ele começô a sobrevivê, mas do lado de lá tinha uma pequena bodega ali, então o dono disse "eu vô tê vendê isso aqui porque aqui não dá nada", aí o pai comprô e começô um pequeno comércio e tamô até hoje (...) aí então quando 17, 18 ano, 19, (...) aqui não tinha nada, só a bodeguinha e a igrejinha, depois fizemô a escolinha (...), tinha umas propriedade no interior, aqui não tinha nada, nada, nada, aí nós construímo um negócio melhor um pouco e foi (...) (empresário Nilo Tozzo)

A família Tozzo começa a ocupar um espaço significativo desde a implantação da serraria em Xaxim, justamente em uma época em que as empresas colonizadoras dependiam destes empreendimentos. De acordo com GIRON (1990, p.496) o incentivo para este tipo de negócio é garantida pela constituição de 1946, que possibilita a criação de núcleos coloniais, tanto para empresas nacionais como estrangeiras. A criação de empresas madeireiras livrava as companhias de colonização de uma burocracia que levaria anos para cumprir seu curso. Especializadas em enganar os compradores, as empresas colonizadoras passam a especializar-se em enganar a burocracia do Estado Novo.

Neste período, a família Tozzo não estava atrelada aos negócios das colonizadoras porque não dependia da agricultura para sobreviver e também porque tinha capital e principalmente madeira, que dava lucro tanto para os madeireiros como para as empresas colonizadoras. O capital da família possibilitou a compra de terras em uma área privilegiada, terras com pouco acidente geográfico, no alto (daí, Cordilheira Alta), em um local onde passava a estrada velha, onde passava toda a madeira, onde passavam todos os viajantes, onde passava o progresso. Na época, qualquer "movimento" era lucro.

BELLANI (1991) descreve um panorama histórico da região a partir do comércio da madeira, atividade desenvolvida principalmente após a resolução do Contestado. A autora ao citar as serrarias

existentes no território do Velho Chapecó refere-se ao nome de Firmino Tozzo, como proprietário de uma delas situada em uma localidade chamada Rondinha no distrito de Xaxim, na década de 40.⁶

O nome de Firmino Tozzo aparece novamente, em um documento referente a ATA da sessão da Assembléia Geral da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai. No dia 30 de março de 1950, foi escolhido o novo conselho fiscal através de eleição direta pelos associados. Esta eleição se deu através de uma votação para o Conselho e outra para os suplentes. O nome de Firmino Tozzo foi escolhido como primeiro suplente com 17 votos.⁷

A história econômica e política da sede de Cordilheira Alta iniciou através das relações políticas e econômicas locais e regionais, que possibilitaram a família Tozzo se destacar. Esta posição garantiu mais tarde, nos anos 60, a participação na vida político - partidária através de Ludovico Tozzo e teve continuidade a partir dos anos 80 com o empresário Nilo Tozzo.

(...) em 1962 o Ludovico era vereador, ele conseguiu passar distrito aqui na vila, na vila de Cordilheira Alta, passou para distrito em 1962. Ele foi vereador por dois mandatos, foi suplente de vereador, então ele trabalhou muito pra conseguir o distrito de Cordilheira Alta que era disputado Cordilheira Alta com Fernando Machado e conseguimos aqui que Cordilheira Alta se a sede do Distrito, e daí pra frente, até na época de 1964, 66, eu me alembro que ainda se quisesse podia passa pra município, porque era a época que passou município, Nova Erechim que também não era muito maior que Cordilheira (...), nós nunca tivemos a intenção de passa pra município porque, achávamos que pertencendo a Chapecó, uma cidade pólo e não era necessário passa a município, mas ao longo dos tempos com a mudança política nós aresolvemô de emancipá (empresário primeiro prefeito de Cordilheira - Nilo Tozzo)

A formação política partidária de Cordilheira, bem como do oeste catarinense como um todo sempre caminhou junto com as mudanças econômicas. A economia estava e está, em menor proporção, nas mãos de poucas famílias. Em 1953, as Organizações Tozzo já começava a se destacar economicamente, e junto com isto, anos mais tarde, a vila Tozzo, passou a se chamar Distrito de Cordilheira Alta, tendo como primeiro intendente, Ludovico Tozzo. Neste depoimento, a esposa do falecido Ludovico, procura destacar que a vida política do marido estava vinculada ao "progresso econômico" do novo distrito e consequentemente da família. De intendente o próximo passo seria vereador, o que aconteceu em 1967 e se estendeu até 1973.

"Depois de distrito então, o pai, rumaram delegado, rumaram tudo aqui, ele era vereador de Chapecó ainda, e daí eles rumaram tudo as coisas aqui, tinha o Valandro que era delegado, tinha o posto, tinha tudo as coisas que precisava, tinha o vice-perfeito, não é o perfeito porque, tinha Chapecó né, mas um instituto (*intendente*) aqui né, então era o pai, mas depois ele entrou vereador e então botou a Jurema, minha filha, ela já tinha alguns anos né, então ela que ia atende fora, assim na

⁶ BELLANI, Eli M. (1991). Documento anexo n. 7, p. 284.

⁷ BELLANI, Eli M. (1991). Documento anexo n.16, p. 303.

assim na estrada, coisa que precisava ia ela sempre, e o pai tinha que sempre ia Chapecó também, ele era vereador mas de Chapecó, não era daqui, então daqui ele saia prá lá, trabalha lá, se precisava fazê as reunião, as coisa, e vê as ruas tudo né, depois dali então ele, começemo daí, entrego pros otro, entro otros assim né, e foi indo, foi indo até que cheguemo até agora bem dizê, até agora não, porque faz três anos que faleceu, mas sempre lidemo com essas coisa, meu Deus, com roupa, armazém, com Loja, com tudo movimento assim, e posto, serreria, de tudo um pouco (...)" (Joana Tozzo, sede)

A atuação política do vereador na época estava voltada principalmente para a sede do distrito, já que este era morador e comerciante do lugar. As localidades do interior foram assistidas principalmente no que diz respeito a educação. As ações políticas estavam voltadas para a criação das escolas isoladas municipais. Através da criação de escolas municipais, principalmente nas linhas do interior, o político e comerciante reforçava a sua posição através dos votos conquistados nas eleições municipais. O papel do vereador era negociar com algum agricultor influente um pedaço de terra para a construção da escola, que passava a ser o principal espaço coletivo e ponto de referência das localidades do interior. Ao mesmo tempo que garantia espaço político junto à Câmara de Vereadores, estabelecia alianças com os agricultores, delegando poder à estes, instituindo representatividade nas localidades através das escolas.

"Há uns vinte e quatro anos que tem a escola, era de madeira, aí deu um temporal aí e derrubou a de madeira, e construíram a de material (...) foi o Ludovico Tozzo, ele era vereador, continuô dando apoio, continuô e agora também né, agora passo Cordilheira, não é mais Chapecó, (...) é novo município. (pequena produtora, Linha Três Irmãos)

Além da família Tozzo, a história política de Cordilheira Alta conta com o nome de outra família da Linha Fernando Machado, a família Cella. Na época em que Cordilheira não era distrito, a linha de Fernando Machado tentou através da influência econômica e política desta família, passar a vila para distrito, porém sem sucesso. Até hoje os moradores mais antigos desta localidade falam com ressentimento sobre a possibilidade que foi desperdiçada.

Há 20 anos atrás aqui podia ser distrito, que nem eu disse porque ninguém se interessou, porque quem se interessa faz, o primero morador que era o Celia, tinha o Marin, tinha medo de pagá os imposto dos lote que tinha, ele era dono de quase tudo os lote que tinha, então porque tinha que pagá imposto ele desviou o distrito, primero ele era que nem delegado, depois ele foi vereador, primero vereador que pertencia a Chapecó ele podia ele tê feito o distrito aqui, podia sê o município aqui, podia tê pertencido aqui (...) (pequeno produtor, 44 Fernando Machado)

De acordo com estes depoimentos faltou "vontade", "amor a terra", valores que definem a identidade dos migrantes descendentes de italianos. Os demais requisitos para o "desenvolvimento" são definidos pelo capital econômico e social da localidade e de seus representantes.

"... porque Cordilheira não tinha nada (...) primera loja que teve aqui eles eram dono, primero alfaromeo que eles compraram aqui, aquele caminhão alfaromeo, primero carro gordine eles compraram, eles tinham, eles puxavam feijão prá São Paulo, eles podia sê mais rico dos Tozzo, e do Plínio de Nês se fosse em Chapecó (...) aqui já era vila, já era povoada, já tinha loja, já tinha comerciante, antigamente um lugar que tinha 15 morador já era bastante, lá na Cordilheira não tinha nada (...) a primera farmácia foi aqui, o filho do Cella era farmacêutico, faltou um pouquinho mais de amor no lugar, em vez de recolhe o dinheiro que aqui entrava, levava pro Mato Grosso, pro Paraná e foi embora daqui. A comunidade é bem feita, progrediu mas não vingou". (pequeno produtor, 44, Fernando Machado)

"... aqui podia sê muito bem distrito, antes de Cordilheira, porque ó, quando vim morá aqui, Cordilheira não era igual a Fernando Machado, não era não, não era nada. Eu digo a verdade, a firma Tozzo, quando eu vim morá aqui, ele como o meu paiol ele tinha a loja, não tinha caminhão, não tinha nada, tinha carrocinha de duas mula. Aqui tinha loja sortida, era o Cella, tinha caminhão, tava por cima da carne seca, mesmo morador que tem hoje tinha aquele tempo, tinha moinho de comércio, tinha sapataria, tinha alfaiataria, tinha duas ferraria, tinha serraria, hoje só temo, tem aqui três bodega, duas loja, sapatero não tem, ferrero temo um ". (pequeno produtor, 70 anos, Fernando Machado)

Com a criação do município de Cordilheira Alta, a família Cella de Fernando Machado, vêm sendo representada através do neto do primeiro morador da família que se elegeu vereador pelo PPR na primeira eleição municipal. O quadro político de Cordilheira na primeira gestão municipal, principalmente da Câmara de Vereadores foi constituído por algumas famílias das linhas do interior e pelos partidos políticos que estas famílias representam.

Foi a partir da implantação do distrito em 1963 que Cordilheira Alta passou a se destacar a nível municipal através da representação política e econômica da família Tozzo. Dos 12 filhos de Firmino Tozzo (9 com a primeira esposa e 3 com a segunda), apenas 3 deles e a família do falecido Ludovico (filhos da primeira esposa) moram em Cordilheira Alta. Os demais moram em outros municípios da região e outros estados, como Paraná e São Paulo. Dos que moram em Cordilheira 3 foram representantes políticos, o falecido Ludovico como vereador, Antonio Tozzo, como secretário municipal de Chapecó e Nilo Tozzo como vereador e primeiro prefeito de Cordilheira Alta. Já nos anos 60, os irmãos que formavam uma única sociedade econômica e política, começaram a dividir os bens. Atualmente apenas os filhos de Ludovico e Nilo formam sociedade nas Organizações Tozzo (Atacado, posto de gasolina, serraria e moinho) e na Ludovico e Cia (Loja e supermercado). Separou-se da sociedade o irmão Antonio, que é dono da cerealista em Cordilheira e está construindo um novo atacado no município de Chapecó. O filho deste foi eleito como vereador em Cordilheira pelo PFL, partido contrário ao do tio prefeito (PMDB). As alianças políticas que foram se estabelecendo, inicialmente através de Ludovico, e posteriormente com Nilo Tozzo, têm garantido a atuação político partidária da família, representada por uma sigla partidária. A formação política e econômica de Cordilheira sempre

caminharam juntas, e portanto os rumos dados ao antigo distrito e atual município sempre dependeram destas alianças em nível local e regional.

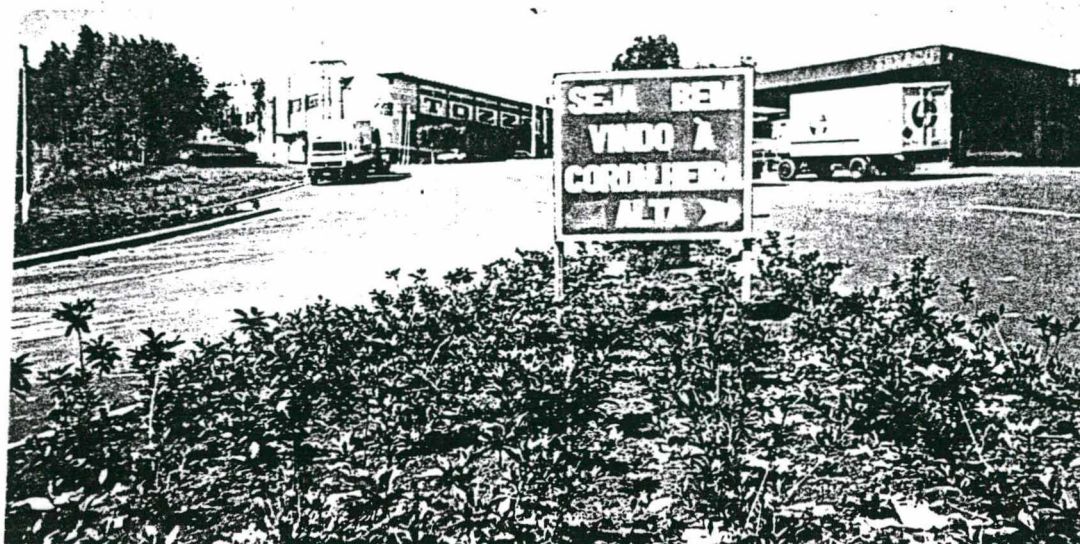
Em 1974, na Revista Celeiro Catarinense, as "Organizações Tozzo", saudam o município de Chapecó pelo seu 57 aniversário, em um espaço de propaganda da referida revista. Em 1979, a revista do Sul, em uma reportagem especial sobre os 62 anos de Chapecó, faz uma homenagem às 30 maiores organizações comerciais do município, classificadas pelo movimento econômico de 1978. As "Organizações Ludovico J. Tozzo e Cia Ltda", aparecem em 7 lugar.

Em uma publicação especial da Administração Municipal de 1984 (Administração Migliorini/Locatelli - PMDB), membros da família aparecem como vereador (Nilo Tozzo) e secretário municipal dos transportes (Antonio Tozzo). As "Organizações Tozzo" aparecem em 5 lugar na lista das empresas comerciais com maior movimento econômico no ano de 1983. O apoio político recebido através do prefeito Migliorini, que tinha como um dos seus maiores aliados políticos e econômicos na época, o falecido Plínio Arlindo De Nês, proprietário do Frigorífico Chapecó, fortaleceu o poder político e econômico do Distrito. A ligação do Distrito à esta empresa agroindustrial, através dos pequenos produtores, consolidou efetivamente o poder político da família Tozzo e de outras famílias em Cordilheira. A partir das eleições municipais de 1984 e 1988, Nilo Tozzo se elegeu como vereador por dois mandatos consecutivos.

Em relatório da Administração municipal de 1990, as "Organizações Tozzo" aparecem em 2 lugar como empresa comercial classificada a partir do movimento econômico.

A partir desta representatividade política e econômica, Nilo Tozzo no início dos anos 90, motiva a formação da Comissão Pró-Emancipação de Cordilheira. Para a efetivação do processo, o vereador buscou coligar as demais forças políticas existentes no município, representada por comerciantes, empresários e pequenos produtores, o que resultou após 2 anos na emancipação político-administrativa de Cordilheira Alta.

Foto n. 8 - " Seja Bem Vindo à Cordilheira Alta" - Trevo de acesso ao município



3. A emancipação de Cordilheira Alta.

O distrito de Cordilheira Alta, através de um Projeto Pró-emancipatório em 1990, desencadeou um processo de pedido de emancipação junto à Assembléia do Estado, alegando cumprir todos os requisitos que pede a lei para se tornar independente político-administrativa e economicamente do município-mãe, Chapecó.

Além da documentação oficial deste pedido, analisado na Assembléia Legislativa, as entrevistas abertas com os membros da "Comissão Pró-emancipação" foram fundamentais para se ter uma síntese da mobilização realizada em Cordilheira em prol da emancipação.

A idéia partiu do vereador Nilo Tozzo que a partir de suas relações pessoais, políticas e econômicas foi convidando representantes das diversas localidades que compõem hoje o município. O vereador Nilo Tozzo sabia das possibilidades já que um movimento generalizado acontecia na região. A certeza era a de que eles podiam e queriam ser um município, já que não sentiam-se beneficiados pelo município mãe.

(...) o distrito não era bem servido porque, Chapecó começou a criar problemas nos bairros e aí não podia muito bem atender o interior, então em 1990, eu como vereador conseguimos fazer um debate junto com a comunidade pra vê se eles tinham interesse de que isso passasse a município, aí formamos uma comissão e com essa comissão nós começamos a trabalhar, aí com muita luta e o próprio prefeito Milton Sander, eu não sei porque ele não queria que isso aqui se emancipasse, e não sei que finalidade ele tinha interesse que pertencesse a Chapecó, e daí mas em final, conversamos com o prefeito contrário e conseguimos em final mobilizar o pessoal daqui e tocamos o processo ...

A formação da Comissão Pró-Emancipação e a mobilização política em torno deste projeto, reflete uma série de elementos, que envolvem um campo político. De acordo com BOURDIEU (1989, p.163) "a divisão do trabalho político depende de diversos agentes sociais" e "alguns agentes são politicamente ativos em função da distribuição do capital político e econômico, que geralmente está concentrado nas mãos de um pequeno grupo"

Neste sentido, o "habitus do político" (idem, p.169) supõe uma preparação especial, na qual estes representantes passam por diversos momentos, ritos de iniciação, como por exemplo, a passagem da representação dos mais velhos para os mais novos.

A emancipação político-administrativa de Cordilheira, é portanto, fruto de um jogo político, onde regras e instrumentos de poder objetivados foram acionados para que a emancipação se tornasse oficial, legítima e institucionalizada. A criação de Cordilheira Alta, envolveu jogos políticos tanto em nível local, quanto regional e estadual. O poder objetivado, ou seja o *capital político objetivado*, a que se refere BOURDIEU (1989, p.174) pressupõe a atuação dos agentes políticos em diversas instâncias, como por exemplo, organizações e partidos políticos.

A Comissão Pró-emancipação reuniu representantes dos principais partidos políticos de Cordilheira, que através de uma relação simbólica entre esses agentes, legitimados por grande parte do eleitorado, se reuniram em prol de interesses específicos. De acordo com BOURDIEU (idem, p. 183), a concorrência pelo poder no campo político, é contrabalançada em diferentes graus pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidas nesta luta podem mobilizar fora do campo.

Neste sentido, a "invenção" do município, somente se tornou um movimento político, porque o desejo de se emancipar foi reconhecido não somente internamente, na localidade de Cordilheira, mas principalmente, porque estas propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos políticos. No momento em que o vereador Nilo Tozzo, resolveu formar a comissão pró-emancipação ele sabia dos jogos de interesses locais e estaduais.

Os demais membros da Comissão, convencidos das vantagens da emancipação, apesar das diferenças partidárias, passaram a utilizar de suas influências (e bens materiais) nas localidades do interior para viabilizar o processo, confiantes de que seria um " bom negócio" para as famílias do distrito e que através do número de eleitores existentes a viabilidade estaria garantida. A participação seria revertida em obras para as localidades do interior que estavam desassistidas por Chapecó. Fazer parte de Cordilheira Alta e não de outro município, tem à ver com uma questão de limites geográficos e mais do que isso, com uma questão histórica, baseada em relações de parentesco, alianças políticas e relações comerciais.

" A comissão surgiu na firma Tozzo, lá na Cordilheira. Convidaram para fazer parte, faz tempo eu fui presidente da igreja e tinha o telefone , ficava mais fácil. Fizeram reuniões na sede com o Milton Sander. Com o plebiscito o município seria mais livre. Com o número de eleitores suficientes não tinha como não conseguir. O município tem 800 e poucas famílias. Fizeram duas ou três viagens a Florianópolis. Agora o problema foi o candidato único, concordaram por um único candidato para não haver desgaste do município. (comerciante e membro da Comissão Pró-Emancipação da Linha Fernando Machado - 53 anos)

Os depoimentos a seguir retratam a opção de agentes sociais da Linha Fernando Machado interessados em fazer parte de Cordilheira Alta, e as vantagens que esta escolha proporcionou.

"Coronel Freitas antes queria que Fernando Machado fizesse parte. Fizeram uma reunião para fazer parte e 3 ou 4 não quiseram. Acharam que não valia a pena pertencer à Coronel. Daí fizeram uma reunião para fazer parte de Cordilheira e todo mundo aprovou.(...) Chapecó deixou a localidade de lado, só prometia em época eleitoral, deixam o interior de lado. Os grande não pensam no pequeno ". (pequeno produtor)

" O município de Cordilheira Alta é muito melhor que Chapecó, pois na época do Sander não se tinha máquina. Agora tem o projeto de se fazer o asfalto de Fernando desce Linha Bento e vai até a BR. Melhorou à educação, esporte e saúde. A saúde tá jóia. Coronel Freitas queria que

Fernando Machado fizesse parte, mas a comunidade não aceitou, mas são dois municípios que se dão bem, não são do mesmo partido. Hoje o prefeito de Coronel é o melhor prefeito do oeste. Na época que Coronel Freitas queria anexar Fernando Machado, o prefeito não era bom... (comerciante e membro da Comissão Pró-Emancipação)

Para BOURDIEU (1989, p. 185), a força das idéias dentro de um campo político, mede-se não pelo valor de verdade que elas possam ter, mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece.

"Em política, "dizer é fazer", quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos, e deste modo, uma ordem social. (idem, 185-186)

A emancipação somente se efetivou porque, as diversas categoriais sociais de Cordilheira reconheceram e acreditaram, ou melhor, conferiram aos membros da comissão, poderes que eles reconhecem como legítimos. Para BOURDIEU (idem, p.188), o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com outros grupos. A comissão pró-emancipação formou-se porque os representantes locais levaram a população - através de discursos - a crer na emancipação, e acreditar que ela traria benefícios à todos.

A partir de consensos e alianças políticas uma comissão foi provisoriamente formada e escolhida posteriormente através de uma votação pública.⁸ A formação desta comissão é uma questão que depende exclusivamente do distrito interessado, sendo que esta torna-se juridicamente viável conforme artigo 5, inciso 2 e artigo 6, mais parágrafo único da lei complementar n. 135, de 11 de janeiro de 1995. Esta lei complementar é a que vigora atualmente sobre a criação, a incorporação e o desmembramento de Municípios, sendo revogada a lei complementar n. 29 de junho de 1990.

" o processo de criação de município iniciar-se-á mediante requerimento dirigido ao Presidente da Assembléia Legislativa, subscrito pelo Presidente da Comissão Emancipacionista, com o endosso de, no mínimo, 100 eleitores residentes e domiciliados na área emancipada "

A partir de uma pesquisa documental no livro de atas da Comissão Emancipacionista, levantei dados referentes a quase dois anos de mobilização, objetivando a emancipação do antigo distrito.

⁸ A escolha da " Comissão Emancipacionista" ou "Comissão Emancipadora" (termos utilizados pelo Secretário da Comissão que lavrou a Ata de escolha no dia 05 de novembro de 1990) foi realizada de acordo com os artigos 5, inciso 2 e artigo 6, mais parágrafo único, da Lei Estadual Complementar n. 29, de 21 de junho de 1990, lei esta que estava em vigor na época em que o pedido foi realizado à Assembléia Legislativa.

A eleição da comissão emancipacionista de Cordilheira Alta aconteceu no dia 05.11.90, no salão de festas na sede do distrito. A comissão foi escolhida por 182 votantes, ou seja, 82 eleitores a mais, conforme determinava o artigo 5, inciso 2 da lei n. 29.⁹ A partir das assinaturas dos eleitores do distrito, a comissão estava legalmente habilitada para prosseguir os trabalhos.

Os membros da Comissão, foram determinados conforme a composição (Presidente, vice, secretário, etc) prevista no artigo 6, parágrafo único da lei n. 29. Em sua grande maioria residentes da sede municipal e os demais das localidades do interior. Todos os membros escolhidos representavam as principais categorias (sociais e profissionais) do distrito. Apenas o presidente, Nilo Tozzo tinha alguma experiência como vereador, o que com certeza foi prioritário para a iniciativa e posterior definição da Comissão. As suas relações políticas, bem como as relações mantidas com empresários de Chapecó foram decisivas para que a Câmara de Vereadores de Chapecó aceitasse o pedido de emancipação, embora o prefeito na época não estivesse de acordo.

"Eu fiz um pedido, entrô na Câmara (de Chapecó), a Câmara aprovô, nós tivemos que formá uma comissão, eu fui presidente, fizemô todos os documento da criação das divisa, área territorial, habitantes eleitores, esse processo foi encaminhado prá Florianópolis, prá Assembléia, só que foi tão apurado, faltava três quatro mês, porque encerrava o prazo prá Assembléia aprová, e nós fizemô esse processo, e mandâmo direto prá Florianópolis, de fato fizemô um erro de não tê chegado primero no prefeito, e o prefeito que era o Milton Sander na época mandou uma mensagem dizendo que não queria que passase prá município (...) depois tinha força com a Câmara de Vereadores, eu me dava muito bem com a Câmara, eles deram força também, o Plínio de Nês tinha uma força, o Ari Bodanese, a Sadia, eles queriam mesmo que fosse emancipado (...) a gente pediu o apoio e foi mandado, o apoio da Sadia, da Chapecó, da Cooperalfa, de várias otras empresas (...)" (Prefeito Municipal)

Posteriormente, ao pedido e a apresentação de documento referente à escolha dos representantes do movimento, endossado com assinaturas dos moradores de Cordilheira, o Presidente da Assembléia Legislativa respondeu o pedido e solicitou através de uma lista de requisitos, os documentos legais necessários para o preenchimento de tal solicitação.

No dia 09.11.90, a comissão se reuniu para ter conhecimento da documentação necessária solicitada pela Assembléia para a emancipação. A partir desta data foram distribuídas tarefas entre os membros que se encarregaram de reunir a documentação exigida.

"Foi convidada a população pra ver se aceitava a emancipação. A população escolheu a comissão. Foi escolhido um representante de cada localidade. Foram preenchidos os dados necessários para

⁹ Art. 5. inciso 2 "o requerimento a que se refere este artigo será acompanhado de certidão comprobatória da qualidade de eleitor dos signatários expedida pela Justiça Eleitoral e cópia da Ata da reunião que elegeu a Comissão Emancipacionista com as respectivas assinaturas reconhecidas. Na lei complementar que atualmente vigora não houve nenhuma mudança nestes requisitos".

a emancipação. Histórico da Cordilheira. Era a comissão que colhia os dados, quanto a questão territorial o Distrito já possuía os mapas dos limites territoriais. Os papéis foram levados para Florianópolis, para a Assembléia Legislativa ". (tesoureiro da Comissão, sede)

Conforme artigo 8, da lei complementar 29 a Comissão Emancipacionista organizou a documentação exigida: I - mapa da área emancipada, com a descrição sistemática das divisas, tudo conferido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda do Governo do Estado; II - memorial descritivo de estabelecimentos mercantis e industriais, unidades de ensino e hospitalares, associações esportivas, sociais e culturais, e o número de propriedades rurais; III - indicação da localidade que será sede do novo município; IV - inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis municipais localizados na área emancipada;

Em relação aos requisitos necessários para que a emancipação se efetivasse o tamanho da área territorial e os limites entre os municípios respeitaram a área do antigo distrito. Parte de algumas localidades que não tinham relações constantes com a sede do município, mas sim com a cidade de Chapecó, passaram a fazer parte do novo município. Este fato gerou muitas polêmicas e até piadas. Segundo um pequeno produtor, "agora com a emancipação, eu janto na Cordilheira e durmo em Chapecó". Embora as divisas não sejam visíveis, ele e sua família têm noção de que a sua casa e a propriedade fazem partes de dois municípios, embora isto não tenha alterado radicalmente as relações cotidianas da família. Por outro lado, uma localidade que pertencia ao município de Xaxim, iniciou ainda em 1990 um movimento reivindicando anexação à Cordilheira. Este processo durou cerca de 4 anos, pois somente após efetivada a emancipação de Cordilheira é que o processo teve andamento. O plebiscito para o "sim" foi realizado em março de 95, ocasião em que mais 20 municípios participaram do primeiro plebiscito (para emancipação e anexação) eletrônico no Estado. Apesar das polêmicas o prefeito de Cordilheira deixa claro que está dentro da legalidade.

" (...) a questão territorial é por divisa, nós pegamos aqui o Distrito, o Distrito que era a divisa do distrito, pegamos o Distrito que ficou com 77 km², o município nosso tá com 77 km, e 3.000 hab, 2.900, 3.000 hab, então nós tivemos que fazer a emancipação, nós tivemos que ter a quantia de hab., a área territorial, a quantia de habitante dentro da sede, pra poder (...) eram as exigências, e as divisas né, marco tal divisa com Chapecó, divisa com Coronel Freitas, divisa com Xaxim, nós pegamos pelo mapa do Distrito, porque o Distrito tinha as divisas (...) a Cordilheira, Linha Bento, Fernando Machado, Dianista, Ipiranga, Três Irmãos, Campina, Marechal Deodoro, tudo essas linhas ficaram convencionadas na emancipação (...) Pilão de Pedra foi só anexado um pedaço de terra pra Cordilheira, mas um pedacinho pequeno, não é todo o Pilão de Pedra, só que tiveram que votar todos os eleitores de Pilão de Pedra pra ceder uns dez, doze moradores pra cá, tiveram que fazer plebiscito, se eles tavam de acordo ou não tavam de acordo, deu 151 eleitor, deu 141 sim, 9 não e 1 branco. Agora vai pra Assembléia, a Assembléia vai aprovar e o governo vai decretar a anexação (...) olha, agora tá mais difícil, porque temos linha que tá pedindo pra pertencer você que dizê ? (...) tem diversas linhas, tem aqui, o Alto Ipiranga, tem a Linha Bacia, tem um pedaço, agora não tá fácil mais (...)"

A área territorial que hoje faz parte do novo município foi conferida pela SEPLAN. (atual Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de SC). Em relação aos demais requisitos a Comissão

organizou o inventário. Atualmente a lei complementar estadual de 11 de janeiro de 1995, foi alterada pela lei complementar n.139 de 19 de julho de 1995, de acordo com art.1, o art.9 da lei complementar n.135 passa a exigir que uma comissão determinada pela Assembléia Legislativa se desloque até o distrito que deseja ser emancipado e realize um levantamento *in loco* dos requisitos necessários para o desmembramento.¹⁰ No caso de Cordilheira Alta, na época em que tramitava o processo de emancipação, a lei estadual n.29 não trazia nenhum artigo sobre esta "vistoria na sede emancipada". Neste sentido, houveram muitos problemas em relação ao tamanho do território e número de casas necessário para a emancipação. A Comissão não concordava com essa justificativa e alegava que o único problema eram as diferenças políticas entre o prefeito do município mãe e o vereador Nilo Tozzo. Apesar destas diferenças a Comissão encontrou um jeitinho para fechar o número de casas previsto em lei.

Milton Sander entrou com um mandado de segurança para impedir a emancipação, que ficou parada na Assembléia durante 2 anos mais ou menos. Nessa época o Prefeito atual, Nilo Tozzo, saiu da Comissão por causa dos conflitos existentes entre ele e Milton Sander. O Milton Sander, ele não assumia que era sobre a questão econômica e a questão política, sobre a produção de renda. Alegava que não havia número de casas suficientes, que o tamanho do território não dava e tal. Mesmo antes da emancipação já existiam rivalidades políticas. (comerciante)

**"Precisava ter mais de 50% de casas próprias. Abriram vendas das casas da firma para os operários. Quem podia pagar a vista pagava, quem não podia eles fizeram em condições".
(dona de casa - sede)**

De acordo com BOURDIEU (1989, p.210), podemos ver no direito e na jurisprudência um reflexo direto das relações de força existentes, em que se exprimem as determinações econômicas, e em particular, os interesses dos dominantes, ou então, um instrumento de dominação .

No dia 30.11.90, o presidente da Comissão relatou sua viagem a capital do Estado, onde entregou os documentos relativos a emancipação ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Muitos dos documentos apresentados pelos representantes de Cordilheira Alta, foram considerados insatisfatórios por parte de autoridades políticas que representavam Chapecó na época. Porém, muitas

¹⁰ Lei Complementar n. 139, de 19 de julho de 1995. Altera a Lei Complementar n. 135, de 11 de janeiro de 1995 e adota outras providências. O Governador do Estado De SC, Faço saber a todos os habitantes deste estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar: Art. 1. O art. 9 da Lei Complementar n. 135, de 11 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 9. Recebido o pedido de autorização para realizar a consulta plebiscitária, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de 45 dias, fará vistoria na sede da unidade emancipada, apresentando amplo relatório que identifique o cumprimento dos requisitos desta Lei Complementar, quando então, após o resultado favorável do plebiscito, elaborará o Projeto de Lei criando o novo Município, fixando-lhe os limites, a sede, a denominação e a data da instalação". Art. 2. Fica suprimido o art. 17 (da lei n. 135 que versa sobre a mesma questão (grifo meu).

cartas de industriais, comerciantes e políticos de Chapecó, também serviram como aval para que o pedido fosse aprovado.¹¹

Os principais empecilhos pelo menos o que consta no processo, foram em relação aos requisitos necessários para efetivar a emancipação. Já para a Comissão de Cordilheira e seus habitantes, o processo ficou engavetado na Assembléia no período de novembro de 90 a junho de 91, em função de "richas partidárias".

Em junho a Comissão se reuniu com o prefeito de Chapecó, que decidiu retirar o mandado de segurança que estava impedindo o andamento do processo. Se por um lado, Chapecó perderia à nível de receita, por outro deveria ganhar em alguma coisa, pelo menos politicamente, daí a necessidade de alianças e acordos partidários. O caminho encontrado foi a composição de uma chapa única nas primeiras eleições municipais, onde o partido do Dr. Milton Sander foi contemplado com o cargo de vice-prefeito, além da representatividade na Câmara de Vereadores.

...foi um processo demorado porque até o próprio prefeito de Chapecó não tinha muito interesse que Cordilheira se desligasse porque era um pedaço bom de Chapecó, era um pedaço que dava uma boa receita, uma população pouco exigente, era um território importante pra ele, bem situado geograficamente, a entrada da cidade, o progresso fluindo pro lado da BR 282 que é aqui, por isso acho que o prefeito um pouco se opôs né, teimosias políticas, um pouco houve falha da comissão emancipacionista de não ter pedido apoio do prefeito, de não tê se humilhado como ele queria que a coisa acontecesse, daí então um apoio melhor. Então isso não aconteceu e ele por outro lado começou a usar as armas dele para obstruir, na Assembléia pedia para deputados não aprovarem. O movimento da população foi maior do que a vontade dele, e ele mesmo sentiu que não era vantajoso pra ele tá se desgastando contra a população. Politicamente prá ele não era bom negócio, e ele começou a ceder um pouco e aconteceu a emancipação, um pouco demorada em função disso mais aconteceu... (Ivanor Tozzo, vereador e empresário)

Se por um lado, as forças políticas contrárias argumentavam que o distrito de Cordilheira não possuía os requisitos legais necessários para efetivar a emancipação, por outro, as alianças políticas e acordos realizados entre as partes envolvidas no processo, encontraram maneiras de adequar os seus interesses aos mesmos trâmites jurídicos que possibilitaram a emancipação. De acordo com BOURDIEU (idem, p.211-212), por não se distinguir a ordem propriamente simbólica das normas e das doutrinas - (quer dizer, o campo das tomadas de posição ou espaço dos possíveis), estas encerram potencialidades objetivas de desenvolvimento e até mesmo de direções de mudança, mas que não contém nela mesma o princípio da sua própria dinâmica - e a ordem das relações objetivas entre os agentes e as instituições em concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, não se pode compreender que o campo jurídico, embora recebe do espaço das tomadas de posição a linguagem em que os seus conflitos se

¹¹ Veja ANEXO 2. Empresários apoiam a emancipação de Cordilheira Alta.

exprimem, encontre nele mesmo, quer dizer nas lutas ligadas aos interesses associados às diferentes posições, o princípio da sua transformação.

No campo jurídico e político estão em jogo, portanto, lutas que estão "inseridas num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações. E a concorrência entre os intérpretes está limitada pelo fato de as decisões judiciais só poderem distinguir-se de simples atos de força políticos na medida em que se apresentem como resultado necessário de uma interpretação reguladora de textos unanimemente reconhecidos..." (idem, *ibidem*)

No caso específico da criação de municípios, as forças políticas e jurídicas se unem - embora muitas vezes contraditórias entre si - para possibilitar a manutenção de normas e princípios que proporcionam vantagens e interesses para as diversas instâncias envolvidas. Se por um lado, a constituição estadual possibilita juridicamente aos distritos se emanciparem, por outro, ela própria impõe os limites, se por acaso, os processos emancipatórios não vierem à atender aos interesses políticos, imputados nas "entrelinhas" desta mesma jurisdição.

Se existiram dificuldades no processo de emancipação de Cordilheira, estas foram de ordem político-partidária, que por sua vez, passaram a definir os rumos jurídicos do processo que tramitava na Assembléia Legislativa. A resolução do caso, teve o seu prosseguimento em função das alianças políticas estabelecidas entre o poder local e o prefeito de Chapecó, na época, com grandes facilidades de transitar no meio político estadual.

Uma reportagem do Diário Catarinense faz referência às dificuldades encontradas por Cordilheira Alta durante o processo de emancipação:

" A emancipação do distrito custou algumas dores de cabeça ao ex-vereador e atual Prefeito Nilo Tozzo. Adversário político do ex-prefeito Milton Sander, não foi fácil convencê-lo. Primeiro foram fornecidos dados supostamente incorretos pela comissão de emancipação e contestados por Chapecó, incluindo limites geográficos. Depois foram divergências puramente políticas, mas que na última hora acabaram sendo superadas mediante acordo em que tanto uma como a outra parte acabaram cedendo em algumas questões ". (Diário Catarinense, 1993)

No dia 19 de junho de 1991 a Comissão se reuniu juntamente com alguns moradores do distrito, que comentaram e comemoraram o sucesso da reunião da Comissão com o prefeito de Chapecó.

" os documentos foram e voltaram da capital. A Câmara de deputados aprovou o plebiscito. Houve foguetório, houve passeata, estava tendo uma atividade na igreja. Esta era a primeira notícia boa, o plebiscito ". (coordenadora do grupo de idosos, sede)

A partir desta data as atividades da comissão foram retomadas e decidiu-se investir na campanha pró-emancipação, que teve como objetivo principal a "conscientização da população". Por unanimidade

os presentes na reunião, se manifestaram a favor da confecção de adesivos a serem usados nos veículos e panfletos explicando a população as razões e as vantagens existentes na emancipação do Distrito. Os adesivos traziam as seguintes mensagens: "Diga sim a Cordilheira" e "O Distrito de Cordilheira Alta precisa de você, vote sim". A campanha em prol da emancipação foi realizada pelos membros da Comissão diretamente nas comunidades. O objetivo era convencer as pessoas de que seria "melhor", que a comunidade iria crescer, porém a população e principalmente os idosos tinham muitas dúvidas sobre como ficaria o atendimento nos hospitais de Chapecó por exemplo, preocupação esta bem natural dos mais velhos. Outra questão bastante polêmica na época da campanha foi em relação à política-partidária. Algumas famílias contrárias ao partido do atual prefeito, tinham medo e receios de que ficariam desamparadas e mais do que isso fora do processo, já que este possuía uma forte representatividade política em função de seus relacionamentos também como empresário.

(...) e quando saiu lá pela Assembléia prá se emancipá nós fizemo uma campanhazinha, chegava por exemplo na comunidade de Fernando Machado lá fazia uma reunião, explicava mais ou menos o que podia sê município, principalmente nós da Comissão achava que se era município ia melhorá e tinha sempre aquele que tava na dúvida (...) hoje o povo tirô toda essa dúvida porque hoje nós temo muito bem por ser município (...) essa parte de contra existe um pouco de política, eu não quero porque é melhor Chapecó, e os antigo também existia que puxava mais essa parte pros hospitais, médico e tal. (Vice Prefeito)

No que se refere à população de Cordilheira, os eleitores em número de 1.617, aprovaram em grande maioria, em plebiscito no dia 15 de março de 1992, a emancipação¹². Em 30/03/1992, sob a lei estadual n.8557, o distrito emancipou-se de Chapecó.¹³ Dia 08 de maio de 1992 a Comissão se reuniu em assembléia pública para realizar a leitura do ato em que o governador do Estado instaura a lei de emancipação.

De acordo com BOURDIEU (1989, p.237), o direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, um estado civil, e sobretudo poderes (ou capacidades) socialmente reconhecidos, portanto, produtivos, mediante a distribuição dos direitos de utilizar esses poderes.

Neste sentido, os líderes locais do novo município, ainda no mês de maio, passaram a realizar reuniões com os representantes dos vários partidos políticos existentes em Cordilheira, para decidirem a candidatura do novo prefeito. Neste período houveram várias divergências no que se referia ao nome de um candidato único.

¹² De acordo com dados do TRE de SC, o distrito de Cordilheira Alta, na consulta plebiscitária teve um total de 1126 votantes, 923 (sim) 150 (não) 31 (brancos) e 22 (nulo) e 491 (abstenção) perfazendo um total de 30,36%.

¹³ AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de SC), Chapecó - 1993.

(...) prá dizer a verdade, o meu nome era cogitado prá sê candidato, eu prá dizê a verdade eu não queria sê prefeito, porque achava que eu não tinha capacidade prá isso e tal, mas como que prá pode que saia candidato único eu aceitei como vice-prefeito, enfim porque o meu nome fechava mesmo, claro o meu partido não queria, ele queria que eu fosse o cabeça, mas eu como um cara que reconheci, que o Seu Nilo, ele lutou muito prá emancipá aqui, Cordilheira, e eu achei que ele era o homem que tinha que sê o primeiro prefeito, tinha que sê ele, afinal depois de tantas reunião a gente teve um acerto (...) (Vice Prefeito - Linha Bento)

No dia 29 de maio, chegou-se a um consenso em relação ao nome do Candidato do PMDB (Nilo Tozzo) que concorreu como candidato único, tendo como vice um membro do PDS/PPR (atual PPB - Partido Progressista Brasileiro) (Waldir Graciani), comerciante e pequeno produtor da Linha Bento Gonçalves. A condição para a candidatura única previa a divisão de cargos entre as secretarias na futura administração, condição esta que segundo vereadores dos partidos de oposição não foi cumprida.

Na reunião em que se lançou a candidato para a prefeitura municipal de Cordilheira Alta, o Sr. Nilo Tozzo esclareceu que "se fosse prefeito ele iria trabalhar em prol do povo do futuro município sem distinção de cor, raça ou até mesmo partido político" ¹⁴

No dia 01. 06.92 uma Comissão formada por membros de cada partido político apresentaram as decisões referente às candidaturas para o executivo ao prefeito Milton Sander. No dia 05.08.92 o prefeito do município mãe passa oficialmente para a população o maquinário pertencente ao distrito. Segundo palavras suas "o maquinário deverá ser utilizado em prol de toda a população, independente de partido político".

4. As primeiras eleições Municipais

No dia 03 de outubro de 1992 aconteceram as primeiras eleições municipais de Cordilheira Alta, sendo eleito para o cargo de prefeito o então vereador Nilo Tozzo e Wilson Graciani com 1510 votos , para a Gestão 93/96 com o slogan "Administrar para Desenvolver". A escolha de dois candidatos de partidos diferentes para compor o executivo, teve como objetivo formar uma " União Partidária por Cordilheira ".

Segundo publicação sobre os municípios catarinenses ¹⁵, Nilo Tozzo elegeu-se facilmente, embora a quantia de votos brancos e nulos tenham ultrapassado a marca de 500.

¹⁴ Livro de Atas da Comissão Pró-Emancipação de Cordilheira Alta

¹⁵ Municípios e Vultos Catarinenses, 1994

A Câmara de Vereadores após as eleições ficou constituída de 9 vereadores titulares, número máximo de acordo com o número da população de Cordilheira. Das siglas partidárias que concorreram a Câmara Municipal em 1993, apenas três se destacaram elegendo seus candidatos.¹⁶

"Depende do número de eleitores e do número de votos que o partido faz, aí é distribuído, tem 3000 eleitores, vai dá direito a cinco vereadores se eles atingirem 700 votos, aí vem pela sequência de votos, o maior pro menor, tanto é que o pessoal que se elegeu pelo PFL na época, todos caixa alta, todos com um certo poder aquisitivo, e eu que todo mundo sabia que eu não tinha poder aquisitivo, eles não esperavam que eu tinha tanta amizade, eu cheguei próximo, tão próximo que me deu a 2a suplência do PFL com 69 votos. Na época se eu tivesse no partido do PMDB, com 69 votos eu tava eleito em 3o lugar, como titular. O PMDB tinha vinte e poucos candidatos, o PFL tinha oito ou nove e o PPR tinha parece que 4." (vereador suplente pelo PFL)

A política partidária de Cordilheira Alta a partir da emancipação começou a se estruturar com a criação das Comissões Municipais Partidárias, pois até então a participação política partidária dependia do município mãe. Dos vereadores eleitos, cinco deles já tinham antes da emancipação, ligações com a política local não através de cargos eletivos, mas sim como filiados e simpatizantes. A escolha político partidária destes cinco vereadores está diretamente ligada as suas histórias familiares e profissionais. Os demais passaram a compor as Comissões Municipais influenciados pelo novo contexto político que se configurou após a emancipação. Dos quatro vereadores que antes da emancipação não tinham ligações partidárias, 3 optaram pelo PFL e 1 optou pelo PMDB.

"O fato mais engraçado foi aí, eu tinha tendências e pretensões de concorrer a vereador, de participá da vida política, mas eu não tinha partido, e nunca foi tendencioso, sempre votava prá pessoas, e prá mim ingressá na vida política, primeiro eu tinha que escolhe um partido, eu era novo de carreira, eu tinha uma amizade com o nosso saudoso Dilso Cecchin e eu acabei tendenciando cáí no PFL, mas não por questões de tradição de família (...) eu saí na vida política do nada, eu saí da amizade que eu tinha com o pessoal, porque eu sempre fui de convívê muito bem em festinha, em bodega, em baile, em bola, em bocha, então foi isso que fez com que eu entrasse na vida política, tanto é que eu entrei na Cordilheira prá concorrer prá vereador sem dinheiro, sem nada, ficaram todo mundo surpreso com a votação que eu fiz, eu sou segundo suplente do PFL hoje, eu fiz mais voto, só dois do PMDB que hoje tão na Câmara fizeram mais

¹⁶ PMDB: Antônio Felini - 71 votos (Sede)
Joaquim Luz da Silva - 85 votos (Sede)
Valdemar Tressoldi - 67 votos (Linha Bento)
Wilson Domingos Maggioni - 156 votos (Linha Bento)
PFL : Altamir Pederssetti - 141 votos (Linha Dianista)
Henrique Giacomini - 90 votos (interior da sede)
Ivanor Tozzo - 120 votos (Sede)
Moacir João Zanella - 117 votos (Linha Marechal Deodoro)
PDS : Edson Getúlio Cella - 110 sufrágios (Linha Fernando Machado)

voto do que eu, porque todo o resto, nós tava em 35, eu fiz mais voto dos que os outro 33, você acredita nisso? " (vereador suplente)

Entre os membros que participaram da Comissão Pró-Emancipação, 2 passaram a representar o poder executivo (prefeito e vice) e 5 foram eleitos vereadores (2 do PMDB, 2 do PFL e 1 do PPB). Dos vereadores suplentes 4 tiveram a oportunidade de participar da Comissão Organizante da Lei Orgânica (2 PMDB e 2 PFL) e 3 ocupam cargos de confiança na Prefeitura (Cláudio Possa (PMDB) Secretário da Agricultura, Obras e Transportes; Marildo Breansini (PMDB) Diretor de Tributos e Alceu Mazzioni (PMDB) Diretor de Educação, Cultura e Esportes. A Câmara de Vereadores na primeira gestão realizou um "rodízio", dando a oportunidade para os vereadores suplentes (de acordo com o número de votos) substituírem por 30 dias no máximo vereadores titulares que entram em licença, por questões de ordem pessoal. Como a grande maioria dos vereadores eram do PMDB, este *rodízio* acabou beneficiando o partido que estava sempre em maioria nas decisões da Câmara.

A Câmara Municipal de Cordilheira inicialmente ficou equilibrada entre as duas siglas mais votadas, PFL e PMDB. Os dois primeiros anos (93/94) foram presididos pelo vereador Edson Getúlio Cella, do PPR/PPB, eleito pelos demais vereadores. Alguns meses após as eleições um vereador do PFL "resolveu" mudar de partido, passando para o PMDB. Após esse fato, o PMDB passou a constituir a maioria dos vereadores titulares na Câmara. No final de 94 foi realizada nova eleição para Presidente da Câmara e que resultou no nome de Vilson Domingos Maggioni, vereador mais eleito pelo PMDB.¹⁷

Na primeira eleição histórica de Cordilheira Alta, o número de candidatos a vereador foi mais do que o esperado. As candidaturas foram acontecendo principalmente em função dos interesses do Partido Político majoritário no município, o PMDB. Esta sigla lançou mais de 10 candidatos, sendo que muitos deles da mesma localidade. Segundo o vereador Edson Cella, a falta de experiência dos candidatos causou muitas confusões e desentendimentos até mesmo entre membros da mesma família.

" ... o seu Nilo que foi vereador de Chapecó tinha experiência, sabia como é que era e nós aqui não, eu concorri com 4 do PDS, todos nós inexperiente tinha famílias que o filho era vereador, e aí o pai dizia "vô votá pro filho, vô votá pro cunhado ou vô votá pro meu irmão?". Isso aconteceu. Tudo mundo era parente por isso que ficou difícil"

No período pró-emancipação a questão partidária aparentemente foi deixada de lado, já que o principal objetivo de Cordilheira, ou melhor, de alguns representantes era conquistar a emancipação. O momento político pedia que as *desavenças partidárias* fossem deixadas de lado. Então, a estratégia adotada foi a união das diversas forças existentes para que a emancipação se consolidasse. No caso de Cordilheira, o processo iniciou-se através das diferentes forças políticas e econômicas dos membros da Comissão estes representantes das principais localidades. O discurso neste momento é o da *união em*

¹⁷ O vereador Vilson Domingos Maggioni foi eleito prefeito na segunda eleição municipal, para a gestão 96/2000.

prol da comunidade, independente de partido político. Os compromissos assumidos antes da eleição municipal diziam respeito ao *bem do município*. Após as eleições as preferências políticas começam a se definir entre o poder executivo e o legislativo:

"Naquela época que formamô o município, pensamô como se fosse formá um clube, vamo pensá pro melhor, não precisa documentos, vamô pela capacidade, pelo compromisso. Na época nós távamos em 20, 30 na reunião do plebiscito prá escolhe o candidato à prefeito, aí saiu a idéia Nilo Tozzo e Waldir Graciani. Vamô limitá 2 vereador prá cada partido, tudo certinho, mas todo mundo naquela época não tinha partido, todo mundo lutava pro bem do município, vamô fundá um clube, vamô tocá prá frente (...) mas depois houve essa contraversão partidária, aí envolve Estado, aí comecô os desentendimentos na Câmara, uma série de matéria não vinha porque sabiam que nós ia votá contra, aí quando passo seis a oito meses, aí o prefeito comecô a entendê, mandava tudo certinho prá Câmara, nós nunca sequer votemo nada contra, nenhum projeto na minha gestão de presidente não engavetei, depois foi feito uma outra eleição prá Presidente e ganhou o PMDB ". (vereador Edson Gétúlio Celia, 33, Fernando Machado)

De acordo com BOURDIEU (idem, p.236), "o pleito representa uma encenação paradigmática da luta simbólica que tem lugar no mundo social: nesta luta em que se defrontam visões do mundo diferentes, e até mesmo antagonistas, que à medida da sua autoridade, pretendem-se impor-se ao reconhecimento e, deste modo, realizar-se, está em jogo o monopólio do poder de impor o princípio universalmente reconhecido de conhecimento do mundo social, o *nomos* como princípio universal de visão e divisão (*nemo* significa separar, dividir, distribuir), portanto, de distribuição legítima.

5. A estrutura político administrativa

Após a legalização da emancipação e a estruturação político- partidária a partir da primeira eleição municipal, o novo município passou então a se organizar administrativamente criando o quadro de funcionários da prefeitura. Com a institucionalização da prefeitura, os espaços físicos já existentes passam a ser (re)estruturados a partir da nova realidade.

A estrutura administrativa de Cordilheira foi definida inicialmente pelo prefeito, que foi pensada no sentido de atender as necessidades básicas do município. Uma das preocupações centrais desta administração foi a de não criar logo de início cargos *desnecessários*, uma das críticas do prefeito as administrações de outros municípios. As secretarias municipais passaram inicialmente a estruturar toda a parte burocrática, financeira e jurídica.

"(...) o município que define, existe um quadro geral de secretarias, daí a partir disso aí, você dentro do município define aquilo que é necessário, então dentro das secretarias você tem os cargos, normalmente o cargo de secretário é um cargo de confiança, um cargo comissionado (...) então ele optou na época por três secretarias para não criar já um município cheio de cargos "

" Quando a gente entrou na secretaria, eu digo assim, o trabalho sendo num município grande, sendo um município pequeno é o mesmo, porque tinha tudo prá começá, nós entramos assim nulos em termos de papéis, em termos de burocracia, a gente não tinha nada, tinha que fazer tudo, desde o conhecimento das escolas, então um ano a gente levou praticamente prá fazê esse trabalho de conhecimento, visita aos prédios escolares, levantamento de alunos, pegá matrícula anterior, acertar os históricos e o outro ano, que foi o ano passado, a gente já aplicou alguma coisa em termos pedagógicos, alguma coisa foi introduzida, através das reuniões, um calendário conjunto, voltado para a realidade." (Secretária da Educação, Cultura e Esportes)

Os poderes executivo e legislativo além do espaço físico da nova instituição, passaram a se preocupar também com a estruturação legal, como a lei orgânica, o estatuto dos funcionários, o plano de cargos e salários e etc. Todas estas questões eram estranhas para a maioria dos vereadores, secretários e funcionários que baseando-se em modelos de outros municípios, passaram a formular as suas próprias leis. Os municípios da micro-região de Chapecó, principalmente os recém emancipados recebem assessoria também da AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste Catarinense) e da ALMOC (Associação dos Legisladores Municipais do Oeste Catarinense).

"Tem leis que são gerais, tem coisas que no caso o município não pode fugir. Vou dar um exemplo, tem na constituição federal, tem na constituição estadual e consta na lei orgânica também aquele 25% que é destinado da renda, da receita que é prá educação, esse é um exemplo né, tem muitas outras leis, que não pode fugi disso né, é lei que não pode mudá né, são leis maiores e no caso, tem que segui elas, mas agora tem certos pontos, certos aspectos que no caso, a gente pode fazê conforme a realidade aqui né, muita coisa no caso (...) apesar de que não foge muito da região aqui, por isso que foi seguido, a gente, tanto os vereadores como creio que nós aqui, somos muito leigos , a gente não tem o conhecimento prá pode fazê (...) foi baseada em Chapecó, ela foi fornecida pela Associação dos Legisladores dos Municípios, uma minuta, em cima dessa minuta foi trabalhada né, em si a minuta ela é muito parecida com a Lei Orgânica de Chapecó, alguma coisa ela não consta, mas ela é muito parecida (...) Essa Associação dos Legisladores ela é aqui dessa região da AMOSC (...) ALMOC, ela é tipo assim, um órgão acessor das Câmaras de Vereadores, não do município (...) qualquer dúvida assim, os municípios (a Prefeitura) busca a AMOSC e as Câmaras buscam a ALMOC (...) " (Deisemara Turrati, assistente administrativa da prefeitura e secretária da Câmara de Vereadores)

"Primeira coisa que eu criei em termos de secretaria foi montar o plano de cargos e salários e o estatuto do magistério, prá diferenciá da prefeitura, porque a prefeitura tem um estatuto único dos funcionários e eu lutei prá fazer um estatuto separado para o magistério com plano de cargos e salários que da região é um dos maiores, porque eu pensei assim, eu sou uma educadora, eu sempre trabalhei no Estado e a chance era única de deixar alguma coisa boa pros professores em termos de salário, (...) eu acho que eles estão contentes porque eu vejo que o trabalho em termos de município está crescendo cada vez mais (...) " (Cleusa Tozzo, Secretária da Educação, Cultura e Esportes - Sede)

A constituição das leis bem como todos os aspectos que dizem respeito à administração municipal ficam restritas aos secretários e a um grupo de funcionários de confiança do prefeito. A Câmara

Municipal por sua vez possui certa autonomia para definir as indicações e projetos, que vão depender das alianças políticas realizadas em torno de interesses comuns de todos os partidos. Normalmente as indicações aprovadas são aquelas realizadas pelo partido que possui maioria na Câmara, o que geralmente causa muitos descontentamentos por parte dos vereadores de partidos contrários. De acordo com o depoimento deste vereador do PFL:

" Eu só joguei coisas boas prá comunidade, só coisas grandes, fazê patrolamento nas estradas não precisa fazê indicação, é o dever do prefeito, é o dever do secretário de transportes, então o que eu acho é fazê um campo de futebol, trazê um telefone, isso aí foram todas indicações que eu fiz, teve outras indicações que eu fiz e não foram aprovadas, depois foram indicadas por vereadores do PMDB e foram aprovadas" (suplente de vereador pelo PFL - Linha Campina do Gregório)

Para BOURDIEU (idem, p.224) o conteúdo prático da lei que se revela no veredicto é o resultado de uma *luta simbólica* entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, embora de modo desigual, os meios ou recursos disponíveis, pela exploração das "regras possíveis", e de os utilizar eficazmente, quer dizer, como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa; o efeito jurídico da regra, quer dizer, a sua *significação* real, determina-se na relação de força específica entre os profissionais, podendo-se pensar que essa relação tende a corresponder (tudo o mais sendo igual do ponto de vista do valor na equidade pura das causas em questão) à relação de força entre os que estão sujeitos à jurisdição respectiva.

VI - IDENTIDADE MUNICIPAL : a "nova ordem" local e regional

1. A visibilidade municipal

Instaladas as estruturas básicas do novo município a administração começou a se preocupar principalmente com a "visibilidade", que passou a se refletir nas primeiras obras realizadas. As dificuldades encontradas nesta primeira etapa, são motivos de orgulho para a administração em função dos escassos recursos existentes, tanto materiais quanto financeiros. O novo município garante a visibilidade na mídia local e estadual, a partir de um discurso oficial que busca ressaltar as dificuldades, evidenciando porém as vantagens da atual situação em relação à situação anterior.¹

Praticamente um ano após a emancipação, o prefeito de Cordilheira Alta se refere ao novo município através da mídia catarinense:

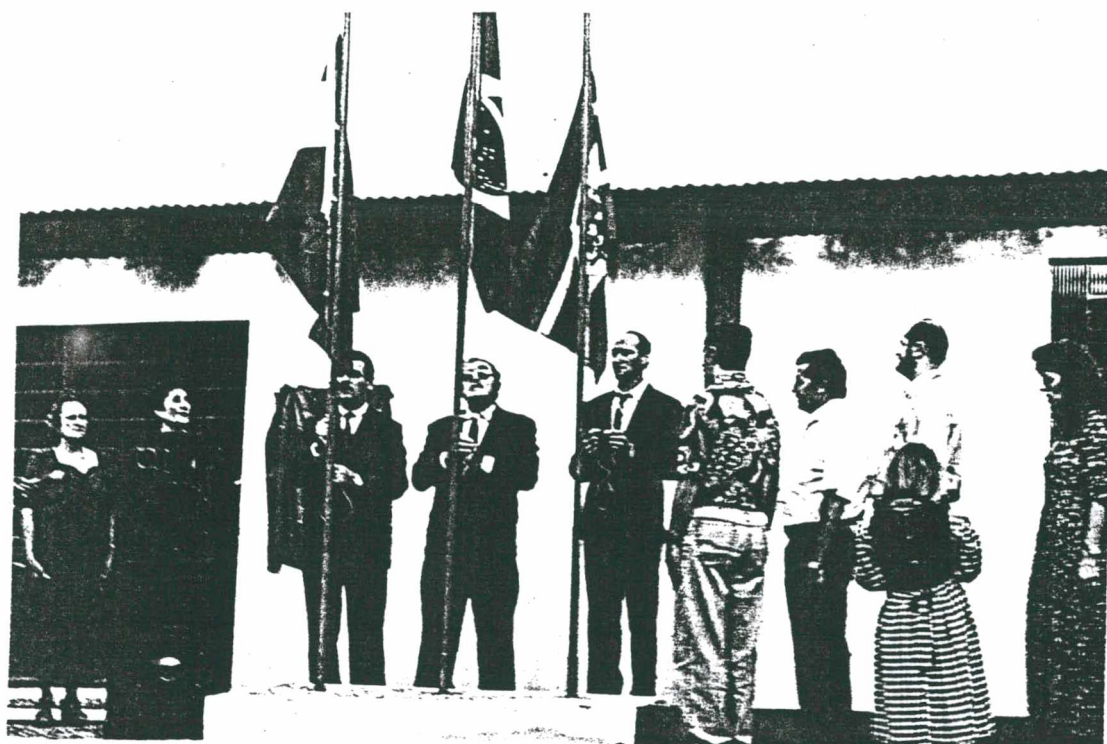
" Ainda em fase de estruturação do pequeno município, com pouco menos de 3 mil habitantes o prefeito Nilo Tozzo diz que neste primeiro ano de mandato ainda não deu para se queixar. Ele compara com a situação da comunidade antes da emancipação: "Não tínhamos nada", reclama quase como uma crítica a Administração Sander/Cechin " (Diário Catarinense, 27 de dezembro de 1993, p.66)

Este sentimento de *Não tínhamos nada* externalizado pelo prefeito, diz respeito a uma identidade de pertencimento a uma comunidade que passa a se tornar visível com as obras, com a estruturação administrativa e legal e principalmente com a estruturação político-partidária que passa a ocupar um espaço local, regional, estadual e nacional. O atual município, mesmo enquanto distrito já possuía uma representatividade econômica, em função da produção na área da avicultura, da suinocultura, do comércio e do transporte em âmbito local, regional e até mesmo nacional.

Com a emancipação Cordilheira Alta passou a ter uma visibilidade administrativa e política diante dos demais municípios, da região, do Estado e do País.

¹ Veja ANEXO 3 . " Emancipação demorou e foi difícil" (Diário Catarinense, dez. 1993)

Foto n. 9 - " O local, o estadual e o nacional"



A criação do município possibilitou aos políticos/empresários administrar uma área que já tinha visibilidade econômica em nível local e regional, e que agora passa a ter visibilidade enquanto um espaço legalmente administrado *pelos filhos legítimos*, por aqueles que historicamente julgam ser os únicos e efetivos representantes do município. Além da garantia legal proporcionada pela emancipação político-administrativa, outros aspectos têm sido ressaltados pela população de Cordilheira, no que diz respeito principalmente, às vantagens que a emancipação proporcionou.

Três anos se passaram, vimos, acompanhamos e contribuímos com o progresso, desenvolvimento e dinamismo deste pequeno município. Pequeno em área, em população, mas dotado de grandes qualidades como uma agropecuária forte e bem desenvolvida, com empresas de grande, médio e pequeno porte que auxiliam o crescimento levando o nome de Cordilheira Alta à todo o sul do país. Não deixamos de ressaltar também o desempenho de nossos atletas, o interesse de jovens do município em se aperfeiçoar à excelente equipe administrativa que exerce as suas atividades em harmonia, unindo o poder executivo e o legislativo sempre em busca de renomadas, unindo o poder executivo das aspirações do povo cordilheiraltense. Enfim lembramos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram até hoje para a evolução e o avanço de nossa terra. Por isso, com orgulho, vemos que o município de Cordilheira Alta ocupa o lugar de destaque nos mais variados setores, sejam econômicos, políticos, culturais, na esfera regional e estadual. O desafio foi vencido, hoje somos um município autônomo, cremos que uma das mais importantes tarefa

que nos cabe foi cumprida, promulgamos em 15 de dezembro último a lei orgânica municipal e hoje aproveitaremos espaço desta sessão para fazer chegar aos conhecimentos dos munícipes a carta magna municipal. Em forma mais usual e prática para que possam ter conhecimento das diretrizes básicas da administração municipal e delas dispor sempre que precisarem ou necessitarem de maiores esclarecimentos e informações. Informamos também que estamos em fase de elaboração do regimento interno de nossa casa aquela que é responsável pela disciplina, coordenação e orientação dos trabalhos internos pertinentes ao poder legislativo para que a tramitação dos processos pedidos, informações, solicitações entre outros sejam efetuados na legalidade com precisão e corretamente .²

Foto n. 10 - "Sessão Solene" - Lei Orgânica Municipal - Presidente da Câmara de Vereadores realiza seu discurso.



Os políticos locais passam a reproduzir o discurso do pioneiro/desbravador através de atos públicos oficiais, ressaltando valores como a autonomia, o progresso e o desenvolvimento. Este discurso de uma maneira geral têm sido utilizado por representantes das famílias de descendentes de italianos na busca de espaço político e econômico. Este discurso, entretanto, vêm se transformando e as estratégias na busca destes espaços têm se adaptado à nova conjuntura política e econômica da região.

Na época da colonização, o pedaço de terra adquirido constituía inicialmente uma referência de que era preciso "trabalhar", "lutar" para progredir. Mais tarde, os espaços se ampliaram a partir da casa, da escola, da igreja, do armazém, do clube e agora a prefeitura. Inicialmente as poucas famílias que habitavam as pequenas vilas se ajudavam mutuamente já que disso dependia a sobrevivência. Com o passar do tempo, algumas famílias foram adquirindo mais "espaço" - não somente físico - em suas comunidades, comprando mais terras, instalando uma casa de comércio, doando um terreno para

² Discurso proferido pelo verador Vilson Maggioni, eleito pelo PMDB, natural de Linha Bento e então Presidente da Câmara de Vereadores. Sessão Solene da entrega da Lei Orgânica Municipal, no dia 30 de março de 1995, data de comemoração do III Aniversário de emancipação de Cordilheira Alta.

construir a igrejinha e a escolinha, construindo uma casa nova, comprando um carro, construindo um aviário, etc, etc. Isto significa, que não somente a constituição de uma área geográfica vai se delimitando, mas principalmente que as relações políticas, econômicas e sociais entre as localidades e municípios vizinhos, vão se transformando e novos espaços vão surgindo. A idéia de comunidade vivenciada há 50 anos atrás, possui agora novos significados. As relações se ampliam em função do novo contexto político, econômico e cultural. As "vendas" e "bodegas" vão dando espaço para o supermercado, porém estes espaços tradicionais não perdem seus significados.

As famílias já tem terra, casa, aviário, igreja, escola, armazém, posto de saúde, e suas relações cotidianas giram em torno destes espaços, porém com o passar dos anos novas necessidades surgem e novas relações se estabelecem. A vila torna-se um distrito, em função da nova conjuntura política e econômica. A intendência municipal, o correio, o posto de saúde, mais escolas, um novo mandato na Câmara de Vereadores, todas estas novas questões vão definindo a representatividade política do distrito.

Com a emancipação, novas relações se estabelecem a partir da nova realidade político-administrativa, o município. É justamente em função desta nova configuração que as relações internas - entre a sede municipal e as comunidades rurais - passam a ter um novo significado e a estabelecer novas necessidades. A nova unidade político-administrativa amplia suas relações com outras comunidades, municípios vizinhos, com o Estado e a Nação. Neste sentido, as novas estratégias políticas e administrativas estão voltadas para a visibilidade do novo município que passa a se concretizar com os serviços públicos realizados. A identidade local de Cordilheira Alta passa a ser definida também em função das prioridades estabelecidas pela Administração Municipal.

Segundo artigo do Diário Catarinense (1993, p. 66), a Administração Municipal de Cordilheira Alta :

" passou a fazer o que basicamente fizeram todos os prefeitos dos novos municípios - reformou equipamentos velhos recebidos das prefeituras dos municípios de onde se emanciparam, construiu uma ampliação no prédio da velha intendência distrital, comprou equipamentos como uma Toyota e uma Kombi. Também está construindo escolas e agora vai iluminar a avenida Firmino Tozzo, trecho de 1,2 Km com lâmpadas de mercúrio".

Entre os projetos citados pelo referido jornal, o município tinha inicialmente como objetivo

" construir um ginásio de esportes, resolver o abastecimento de água com a perfuração de poços artesianos, a implantação de um loteamento popular".

Entre as obras em execução (1993), o jornal cita :

" a cobertura de asfalto das avenidas Firmino Tozzo e trevos de acesso, construção do prédio escolar, sala de professores, biblioteca, além de terraplenagem para as futuras instalações da firma "

Das obras citadas no referido jornal, a administração municipal de Cordilheira praticamente realizou todas.³ A visibilidade do novo município passa a se configurar não somente pelas obras realizadas, mas também através das novas relações e necessidades que se estabelecem a partir da estrutura política-administrativa. Um novo paradigma passa a ser "inventado" pela administração pública, pelos comerciantes, empresários, pequeno-produtores e também pela população em geral.

Cordilheira Alta agora não é mais um distrito, e diante desta nova realidade, todas as "velhas" relações, precisam se adaptar ao novo contexto. Os pequenos produtores, não desejam abandonar as culturas tradicionais - o milho, o feijão - porém precisam se "modernizar", pois o oeste catarinense está inserido no "centro econômico do país" e Cordilheira faz parte deste centro.

Uma infinidade de novos conceitos, criados a partir da emancipação, passam a fazer parte do universo dos moradores de Cordilheira. Muitos deles, já tinham uma noção de como funciona uma administração pública, porém a maioria da população desconhecia esta estrutura. É através dos representantes políticos - o prefeito, o vice e os vereadores, bem como dos secretários municipais e funcionários públicos que estes novos conceitos passam a ser inseridos no cotidiano dos moradores de maneira mais direta.⁴

De acordo com FRANZONI (1993, p.125), existe uma espécie de "modelo" das administrações públicas modernas que atribui para cada uma não só uma mesma forma, como também as mesmas funções, como por exemplo as secretarias. A visualização da estrutura da prefeitura, possibilita uma noção da forma de organização da estrutura administrativa local.

A relação da administração pública - representada principalmente pela prefeitura e pela Câmara de Vereadores- com a população em geral, passa a configurar uma nova identidade local construída através das "políticas públicas", por um lado executadas pelas secretarias municipais (Educação, Cultura e Esporte, Agricultura, Obras e Transportes e Administração e Fazenda). FRANZONI (idem, p.131) reflete sobre estas relações:

³ Até maio de 1995, período em que realizei o trabalho de campo constatei a realização do asfalto na avenida Firmino Tozzo e trevos de acesso, construção de um prédio escolar na Linha Bento Gonçalves, as instalações da nova firma Ludovico Tozzo já estavam bem adiantadas, o Centro Integrado de Educação foi inaugurado em março de 95, iniciavam-se as negociações com a COHAB para a construção de um loteamento popular.

⁴ A população de Cordilheira Alta enquanto distrito já tinha noção do funcionamento de uma administração pública, principalmente no que diz respeito à área da saúde, da educação, das obras públicas, dos tributos, etc, isto em função das relações que eram estabelecidas com o município mãe, ora através dos representantes políticos - vereadores, intendentess municipais - ou mesmo através dos próprios moradores que já tinham conhecimento de seus direitos enquanto munícipes.

" A forma como estão estruturadas as secretarias pressupõe uma relação para com "indivíduos", igualados todos como "usuários" ou "contribuintes". A estrutura das secretarias aparece assim organizada a partir do que Da Matta (1990, p. 177) chama de uma "ética burocrática", ou seja, uma ética baseada em leis universais que procuram igualar os "indivíduos" .

E por outro, a atuação dos vereadores que através de sua representatividade político-partidária buscam melhorias e benefícios para as comunidades do interior, as quais representam, e principalmente para aquelas famílias que os elegeram. Para FRANZONI (idem, p.137), os vereadores por exemplo, dependem geralmente da relação do partido político que representam com os partidos que estão compondo a administração. Mas dependem também, do seu "poder de barganha", ou seja, daquilo que tem a oferecer para os administradores e do que querem de troca. Neste segundo caso podem predominar também as "relações pessoais" , sobre as "relações partidárias" formais.

Foto 11- " Vereadores Municipais" - Sessão Solene - Lei Orgânica ⁵



⁵ Sentados da direita para esquerda vereadores de diferentes siglas partidárias: Joaquim Luz da Silva (PMDB); Henrique Giacomim (PFL); Ivanor Tozzo (PFL); Ademir José Orlandim (suplente PMDB); Edson Getúlio Cella (PPB).

Ao mesmo tempo o novo município está inserido em um contexto político e econômico mais amplo que têm exigido da administração pública uma postura diante da nova configuração estabelecida pelo mercado econômico. As grandes empresas agroindustriais têm atuação efetiva no município a partir das atividades dos pequenos produtores integrados, responsáveis diretos de grande parte da arrecadação de Cordilheira.

Neste sentido, a atuação da administração pública têm sido por um lado, garantir benefícios mínimos para a população rural permanecer no município, e por outro, garantir uma infra-estrutura básica na área urbana, objetivando com isto uma futura área industrial .⁶

A administração pública visa investir em projetos que embora de caráter público, venham a criar condições para a manutenção do sistema integrado já existente com as empresas agroindustriais, bem como a instalação de novas empresas privadas, já que deste setor depende a arrecadação do município.

(...) Nós precisamos fazê umas cinquenta casas pra aumenta, logicamente nós temos prioridade de construir uma área industrial, eu só tô esperando pra sai o contorno de Chapecó, se sai na Cordilheira, depois que sai o contorno nós ajeitamo uma área industrial pra toca uma indústria aí, precisamos mais casas prá , tem muito, muito a fazer. Então, aqui, acho que o município tem tudo, porque tá num lugar estratégico, e sabe que o pessoal que construi umas indústrias, uma estação de serviço, querem fica mais na beira das rodovias, a principal rodovia é a Br 282, então o pessoal querem vir prá cá, só o problema é espaço, é espaço, nós precisamos, se sai o contorno aí sim, (...) autônomo quem tem interesse pra construir, pra se instalar ? Tem muitos, muitos e muitos. Indústrias e prestação de serviço tem bastante. (...) Agora são poucos né, porque tem a firma Ludovico J. Tozzo, tem Atacado, tem posto, tem mercado, tem loja, tem a Tozzo e Cia, tem a Cereais, tem a serraria, tem os bares, restaurante, lanchonete, não é muita coisa né, temo a EDIBA, que é uma grande empresa que tá aí dentro, nós temo aqui na Linha Bento por exemplo, o Breansini, Tressoldi & Breansini que tem transportadora de suíno da Chapecó, pega toda a região, temo o Graciani que é vice-prefeito que também pega a região, transporta suínos pra Sadia, depois temos em Fernando Machado, também temos bares, lanchonetes, (...) pra dizer a verdade o nosso município é pequeno mas ele tá bem diversificado " (Prefeito Municipal Nilo Tozzo - Sede).

Desde o período em que a Comissão Pró-emancipação se formou até o momento atual na estruturação do novo município, os diferentes discursos têm evidenciado vários aspectos, que envolvem a unidade político-administrativa e suas relações inter-municipais. Por um lado, os discursos

⁶O município de Chapecó e conseqüentemente Cordilheira Alta, estão envolvidos em um Projeto juntamente com o Governo do Estado (projeto este idealizado há alguns anos) que visa a construção de um Contorno Viário que tem como objetivo desafogar o tráfego da BR 282, já que esta rodovia é uma das únicas existentes para o escoamento de produtos da cidade de Chapecó. Com a emancipação este contorno vai atingir uma parte da área territorial de Cordilheira, já que o projeto foi idealizado quando ainda era distrito. A concretização deste contorno vai possibilitar a implantação de uma área industrial promissora para o novo município.

evidenciam as vantagens e benefícios possibilitados pela emancipação e por outro, revelam as contradições e expectativas de um futuro ainda incerto. Entretanto, todos estes discursos externalizam valores que têm sido a base da construção de uma identidade local e regional.

Esta identidade têm como base um discurso oficial que vêm sustentando a visibilidade do poder municipal em Cordilheira. Este discurso regional alicerçado sobre valores e conceitos tais como o trabalho, a luta, o sacrifício, a capacidade, propulsores de tantos outros conceitos, o progresso, o desenvolvimento, a acumulação, etc, surgem atualmente com uma nova roupagem, diferente daquela da época da colonização.

Coube-nos a subida a honra em nome do Poder Legislativo Municipal, prestar esta homenagem solene respeitosa ao nosso município de Cordilheira Alta que hoje comemora o seu terceiro aniversário de administração político-administrativo.

Falar de Cordilheira Alta é dizer do lugar ideal, onde todos gostariam de descansar após uma jornada de trabalho, onde o trabalho faz parte da vida e a torna digna, prazerosa e possível. Digo que este é o melhor lugar do mundo, porque é o nosso lar, a nossa terra natal, o chão que dá condições de sobrevivência à tantos agricultores e outros trabalhadores. É o lugar onde trabalhamos, passeamos, nossos filhos nascem, crescem, se educam e continuam aqui, por amor à nossa terra, por amor à nossa gente. Aqui podemos sair a noite sem risco de assalto, podemos sair durante o dia sem risco de furto em nossas residências, não há miséria, não há crianças maltrapilhas, não há dor dos menores favorecidos (*desfavorecidos*), aqui há trabalho na agricultura, no comércio, na indústria, na prestação de serviços, aqui há educação e incentivo à educação em todos os níveis, aqui há saúde, há concientização, há prevenção. Temos estradas, temos lazer das crianças aos idosos. Por termos tantas condições privilegiadas, por sermos um povo privilegiado. Os nossos problemas são menores problemas sociais, problemas comunitários e os estamos resolvendo numa administração consciente e conjunta. Os poderes integrados, o legislativo e o executivo. A intenção do poder legislativo da Câmara de vereadores é assim que continuamos trabalhando com seriedade e competência pelo bem do povo, pelo bem a nossa gente. Nesta data festiva de alegria, de festa, nós que no município temos uma história curta, temos apenas três anos de vida, temos muito à comemorar, porque muito conseguimos, muito construímos. Nós que neste terceiro ano de vida, damos os primeiros passos de SC, da história de luta, de trabalho e de glórias. O nosso município (...) como parte, como parcela independente que deu certo, que oferece condições dignas de vida aos seus munícipes. Sabemos que mais pode ser feito e é em nome deste povo que o poder legislativo representa, que rendemos as nossas homenagens ao executivo, ao judiciário no tempo em que registramos a confiança de que novas melhorias, estradas vicinais, energia elétrica no campo, telefonia rural, indústrias, sejam também novas metas, novos desafios que constam no projeto do atual governo. Vamos fazer destes 74 km² que é a área física do nosso município os mais ideais e perfeitas condições de vida, vamos servir de exemplo, de que uma pequena comunidade pode dar certo como município, se organizada, se consciente, se trabalhadora, nós podemos sonhar e realizar nossos sonhos, por isso é bom morar e pertencer à Cordilheira Alta, é bom fazer parte deste universo de 3.000 habitantes aproximadamente, de pessoas de bem com a vida graças ao seu próprio esforço. O nosso esforço vem da sagra (*quis dizer saga*), da dedicação dos nossos antepassados que desbravaram os sertões e embrenharam-se nas matas e fizeram nascer do solo trabalhado a enxada e a foice. Muito suor, a semente do progresso, da riqueza. Eles são os grandes

homenageados deste dia, eles nos legaram esta Cordilheira, pela qual somos responsáveis. É a nossa gente que está de parabéns, é a ela nossas homenagens. Parabéns, tenho dito.

O novo município que ainda carrega em sua estrutura a herança patrimonialista, busca se adaptar aos novos tempos - o da globalização da economia -, porém sem perder seu caráter assistencialista, mistura o público e o privado, e utiliza a estrutura administrativa para não perder de vista a "nova ordem" política e econômica.

2. Os "sentidos e os significados" do poder local .

A maneira pela qual o poder municipal tem planejado o uso dos recursos reflete primeiramente o que é considerado "prioritário" e importante para que o novo município se destaque dentro da micro-região de Chapecó e principalmente para se sobressair entre os municípios que pertencem à micro-região da AMOSC, associação que representa e assessora a micro-região de Chapecó. Para alcançar esta visibilidade os municípios emancipados procuram se fortalecer localmente utilizando recursos políticos e econômicos. A maneira pela qual a administração vem atuando sobre o território municipal tem revelado os interesses e valores de uma categoria dominante no município e na região: os comerciantes, industriais e agricultores bem sucedidos. Os investimentos municipais aparentemente respondem as políticas públicas, no seu sentido mais tradicional, o assistencialismo. A prática política e ideológica das administrações públicas em geral tem sido a de "trabalhar para o desenvolvimento e progresso". Porém este discurso oficial não tem respondido a preocupações que envolvem o futuro da maior parte da população, constituída por pequenos produtores rurais.

Investimentos básicos de infra-estrutura como pavimentação asfáltica, iluminação, melhoria nas estradas vicinais, telefonia rural, construção de pontes, etc, têm sido o que de mais comum as prefeituras tem realizado, sendo que estas ações públicas não respondem necessariamente a solução de questões que dependem de um esforço e de projetos políticos mais amplos. Porém, neste primeiro momento da ação político-administrativa, obras desta natureza, constituem a base para a consolidação de alianças capazes de garantir e solidificar o poder local.

⁷ Discurso proferido pelo vereador Moacir Zanella, durante a sessão solene da entrega da Lei Orgânica Municipal no dia 30 de março de 1995, data em que se comemorou o III Aniversário de emancipação político-administrativa de Cordilheira Alta. Em entrevista posterior, o vereador Moacir Zanella (eleito pelo PFL, depois mudou para o PMDB) me disse que ele mesmo escreveu o discurso. A Família do vereador não é de Cordilheira, porém ele é casado com uma moça da Linha Dianista. Após ter sido eleito "arranjou" um trabalho nas Organizações Tozzo e mudou-se para o município.

Foto n. 12 - "Prefeito municipal e pequeno produtor inauguram ponte de concreto"
Linha Fernando Machado.



É importante questionar se as "prioridades básicas", consideradas pelo poder local, tem efetivamente respondido as necessidades da maior parte da população que depende do sistema integrado das agroindústrias. Será que a melhoria nas estradas, telefonia rural, serviços de saneamento básico (construção de fossas e de fontes de água adequadas), e serviços em geral que supostamente venham a oferecer maior "conforto" à população rural, irão evitar o êxodo rural, que cada vez mais se acentua no oeste catarinense ? Segundo a opinião de um vereador, estas soluções tem "prendido" o agricultor "na terra".

(...) eu acho que o caminho não é sair da terra e ir pra cidade, tem procurado levar os confortos que existem na cidade até na casa do agricultor, tem se batalhado pra que as estradas sejam bem conservadas, para que haja comunicação, praça de esportes, tudo precisa ter na agricultura pra prender o jovem na terra (...) tem que se preocupar em dar condições pro agricultor permanecê, se for pra cidade os problemas vão acontecer na cidade, (Ivanor Tozzo, empresário e vereador)

Outros questionamentos devem ser realizados no que diz respeito ao futuro dos municípios do oeste catarinense. Neste sentido, as prefeituras municipais deveriam se preocupar com investimentos e soluções políticas voltadas ao pequeno produtor, já que é da atividade destes que o município de Cordilheira depende atualmente. Não basta que o poder público local garanta espaço para novos investimentos econômicos, se a grande maioria da população ficar excluída. Neste sentido, "a industrialização rural" tem sido um dos projetos ressaltados pela administração local, como uma das soluções para o futuro do município.

A administração municipal investe em "serviços básicos" pois acredita que desta maneira dará melhores condições de vida ao agricultor se manter nas atividades tradicionais. As ações políticas em Cordilheira têm se estruturado a partir de um discurso oficial que busca em valores como a

"autonomia", o fazer com as próprias mãos" , a garantia de uma representatividade política e econômica.

O "fazer pelas próprias mãos" , no contexto atual tem correspondido não somente a atividades ligadas ao comércio e a agroindústria, ou seja, a atividades privadas de cada família, mas sim à uma representatividade pública e política. A identidade local têm se manifestado através de questões administrativas que tem nos representantes políticos locais os seus interlocutores mais "legítimos".

Cordilheira Alta teve em Ludovico um homem dinâmico, com uma luta incansável para atingir os seus ideais. Em 1962, concretizou um de seus sonhos, com a criação do Distrito de Cordilheira Alta. Primeiro intendente do novo distrito, foi também no período 31 de janeiro de 67 a 20 de dezembro de 73 vereador e suplente de vereador em Chapecó. Possuía uma energia e iniciativa séria, com seu espírito criativo e vitalidade de viver, com seu amor pelos seres humanos e sua compreensão pela vida que o faz estar presente em nossa memória como um exemplo a ser seguido. A tradição e sua preservação acompanha a nossa vida constantemente. O que seriam os feitos dos pioneiros se não permanecessem vivos na memória de seus descendentes ? Felizes portanto, aqueles que tem o seu ideal e luta pela vida transmitindo a seus filhos e netos. Gratificante para quem dedicou a sua vida para o bem comum, ainda poder testemunhar a força e a alegria dos descendentes, em dar continuidade a obra e a aprimorar o que foi iniciado com um enorme sacrifício. Assim foi Ludovico Júlio Tozzo, um homem que desde cedo teve os seus ideais de vida voltados para ajudar as pessoas que com ele conviviam.⁸

A representatividade política local não passa somente pela garantia de um cargo político, mas principalmente pelos benefícios que esta representatividade possa oferecer as pessoas ligadas diretamente ao poder local. Neste sentido as obras realizadas, cumprem muito mais do que uma função pública. Elas caracterizam concretamente um status político e econômico de uma categoria privilegiada. Através das obras realizadas, este status se reforça, beneficiando com isso os representantes políticos, que "respondem pela população". A "luta" e o "progresso" presente nos discursos políticos passam a ser o discurso oficial do município que têm em suas lideranças locais os representantes "legítimos".

Recordo e destaco que a obra aqui inaugurada não é uma simples construção para o nosso pai, é um sonho. É um sonho hoje realizado, nos causa satisfação, alegria e saudades. Muitos do que hoje aqui estão, sabem o quanto ele trabalhou, incentivou, batalhou em prol do desenvolvimento das pessoas e dessa comunidade. Como pioneiro ajudou muitas pessoas em dificuldade de saúde, de alimentação, de habitação. Como líder político, sempre lutou pelo distrito de Cordilheira Alta, e finalmente pela emancipação deste que hoje é nosso município. (Luis Tozzo, filho de Ludovico Tozzo)

⁸ Discurso proferido por uma neta de 16 anos de Ludovico Júlio Tozzo, em cerimônia realizada na inauguração do Centro de Educação "Ludovico Júlio Tozzo", no dia 30 de março de 1995, dia do III aniversário de emancipação político-administrativa de Cordilheira Alta.

A afirmação de uma identidade local, têm também se manifestado através da possibilidade de decidir pelo próprio futuro, de poder gerir os recursos econômicos de acordo com a lógica da própria comunidade, ou seja, dos princípios e valores estabelecidos como "os mais corretos", isto em contraposição aos princípios de outros municípios e mesmo de outras regiões.

Cordilheira Alta passou a ter através de seus representantes políticos, a possibilidade de decidir sobre o seu futuro mais diretamente. A criação do município, representado legalmente pela instituição governamental - a prefeitura - e pelos representantes políticos, que em sua maioria estão diretamente ligados às demais atividades do município (econômicas, sociais, de lazer, etc) possibilitou uma reordenação na representatividade política do estado. Esta reordenação passa inicialmente por uma institucionalização das decisões a partir da constituição de um espaço específico - a prefeitura -, e principalmente a partir das novas relações estabelecidas entre os "representantes da terra" e as demais instâncias políticas e governamentais. Porém, este reordenamento não quer dizer necessariamente descentralização, já que a manutenção do poder local dependerá das alianças políticas e econômicas realizadas a partir dos representantes políticos.

O "centro de decisão" está mais próximo principalmente das lideranças locais e das famílias ligadas a elas. Agora, isto não significa que a população em geral terá acesso a este centro de decisões. A proximidade com os representantes políticos locais têm facilitado negociações entre as diferentes categorias, sociais e econômicas, porém o que tem determinado esta proximidade são os interesses em jogo. Esta relação de proximidade e de cumplicidade, torna-se clara a partir dos discursos de diferentes categorias:

(...) Chapecó deixou a localidade de lado, só prometia em época eleitoral, deixam o interior de lado. Os grande não pensam no pequeno. Aqui é melhor, o prefeito recebe as pessoas, em Chapecó só chegava até a primeira secretária (...) Melhorou tudo ! Instalou telefone, fez campos de futebol, ajuda as comunidades a construir os pavilhões, ajuda nos esportes. Nos primeiros dois anos ajudaram (...) Os funcionários da prefeitura trabalham até no domingo. Os funcionários são da região, os colonos trabalham muito. (Pequeno comerciante de Fernando Machado)

(...) tipo o agricultor precisa de uma máquina ou alguma coisa é bem mais fácil agora pra você chega e conversar com o pessoal daí, transportes, tudo a gente tá conseguindo com maior facilidade, porque na parte de tu chegar e de ter a coragem de conversar, eles são pessoas praticamente da comunidade e se considera da casa né, então eu acho que o município evoluiu e bastante. (professora)

Não tá tendo mais o problema que tinha e o próprio agricultor tá mais animado, e hoje ele vem aí fala direto com o prefeito, no bar, ou na rua, ou na prefeitura e Chapecó é diferente, é tudo com diretor, com secretários e coisa. Então eu acho que melhorou 100% prá comunidade de Cordilheira com a emancipação. (empresário)

(...) todas as cidades que tinha antes da emancipação, a dificuldade que se tinha de chega até na prefeitura, reinvidicá ou as vezes chegá, existia um monte de Cordilheira reinvidicando lá, então o nosso atendimento as vez demorava ou as vez não vinha. Hoje o agricultor vai lá na prefeitura, "ó preciso de uma máquina", amanhã a máquina tá lá, ficou bem mais fácil, acredito que é por aí, valeu a pena a emancipação, na parte política a coisa ficou mais fácil de se administrar, devido a tê se conseguido um consenso.. (empresário e vereador)

(...) no Chapecó a gente não conhecia um vereador, não conhecia um prefeito, só se fosse por televisão né, agora não, eles convive com a gente, saí em promoções ali, eles tão junto (...) vereadores, aqui não saiu nenhum aqui, nenhum se ariscô (...) é pode até saí algum (...) sim, sim, agora teve lugar ali em Fernando Machado, Cordilheira, que tá loco, estorô de vereadores, candidatos né, dentro dali, juntinho, se fosse saí um da linha aqui, se o pessoal apoiasse não tem perdê (...) é da tera, da linha, da comunidade, (pequeno produtor Linha Três Irmãos)

(...) no que diz respeito ao atendimento das famílias rurais melhorou, daí talvez seja a razão de tantas emancipações hoje no Brasil inteiro. Santa Catarina se destacou bastante nisso né, e dá prá entender, uma vez que as decisões foram, estão mais próximas das pessoas do campo e, embora o município ainda não esteja com as fronteiras perfeitamente definidas, tem algumas fronteiras em discussão, parece que no município de Xaxim tem gente querendo pertencer à Cordilheira e houve um plebiscito, falta apenas legalizá, de manera que as pessoas querem estar próximas ao centro de decisão, talvez até por uma "ansia" criada ao longo de 20 e poucos anos de ditadura centralizada muito em Brasília, as pessoas agora buscam estar mais próximas ao centro de decisão (...) (agrônomo)

(...) no nosso município quando o pessoal resolve de falá com o prefeito no máximo meio hora ele tá lá prá falá com o prefeito, e o prefeito atende , talvez tem um dois na frente, espera lá dez minutinho prá falá (...) então por exemplo existe uma festinha naquela comunidade, então o prefeito tá lá porque, é poco pessoal mas gosta de ir lá prá vê como é que tá , então até ali o pessoal notou que tá melhor porque primero o prefeito de Chapecó não pode atendê que nem o prefeito aqui podê dá atenção prá todo mundo, "há esperá cinco minutinho que eu já te atendo" , "há mas eu vô lá, vô come um churrasco lá, tomá uma cervejinha com o pessoal lá ",

então eles acham que mudô bastante por causa disso também, o povo gosta disso também sabe? (Waldir Graciani, vice prefeito de Cordilheira Alta, Linha Bento)

O discurso elaborado principalmente pelos representantes políticos , tentam dar conta de uma nova realidade que diz respeito a um contexto político e administrativo, pela prestação de serviços à comunidade, por um lado através das políticas públicas, e por outro, o atendimento de interesses privados e particulares. Se torna extremamente difícil delimitar onde termina o público e inicia o privado em um universo onde grande parte das relações são estabelecidas entre os pequenos proprietários e as empresas agroindustriais. É mais correto estabelecer uma relação contínua e direta entre o público e o privado, já que um depende do outro para existir.

Neste aspecto, os benefícios concedidos pelo governo estadual e federal para os municípios, são considerados insignificantes diante do que é produzido dentro da unidade político-administrativa. Mais

do que benefícios, os recursos são vistos como "recursos próprios", isto porque correspondem ao "trabalho", à "luta", ao "sacrifício" da comunidade local.

Bom, eu aqui no meu município, foi tudo com recurso próprio, não consegui nada, nada, nada com o governo do Estado (...) nós temos recebendo o fundo de participação e o ICMS que é do município, pelo nosso território, porque primeiro o território era junto com Chapecó, então o FPM e o ICMS era Chapecó junto com Cordilheira (...) primeiro o fundo de participação do município de Chapecó era um, era um município só, agora por exemplo, Cordilheira, Guatambu e Itaberaba também estão recebendo o seu fundo de participação, primeiro era junto com Chapecó, Chapecó talvez ficou com a mesma parcela no fundo de participação porque tem vantagem, Chapecó também não perdeu porque o fundo de participação de Chapecó não diminuiu, e nós recebemos a nossa parte, Guatambu recebeu a parte dele e Itaberaba a parte dele, então acho que Chapecó não foi prejudicado, talvez ele perdeu alguma coisa no ICM, no ICM pode ser que ele perdeu um pouco, mas cada município tem a sua parcela de ICM e fundo de participação que é o que sustenta o município, porque o nosso IPTU é muito pequeno, as rendas próprias do município são poucas, é mais o fundo de participação e o ICM (...) (prefeito municipal Nilo Tozzo)

Foto n. 13 - " Recursos Próprios" - Pavimentação Asfáltica da Avenida Fermino Tozzo



Quando o prefeito afirma que "não recebeu nada", provavelmente ele se refere ao fato que não recebe nada de graça e que tudo o que é conquistado é em função do trabalho desenvolvido pelo município. O ICMS corresponde portanto, ao trabalho, ao que é produzido dentro do município, principalmente através da agroindústria. Este é um dos aspectos diferenciadores de Cordilheira em relação aos demais municípios desmembrados de Chapecó. A visibilidade do município passa então pela arrecadação e consequentemente pelas obras e serviços que são concretizados através dos recursos próprios.

A vantagem do município aqui é que nós temos uma agropecuária forte, que é a avicultura e a suinocultura, nós temos o integrado, então ajuda bastante, nós por exemplo temos a mesma quantia de integrado que tem Itaberaba que é o dobro e que tem Guatambu, porque Guatambu tem mais gente pobre que não tem o aviário (...) voltando a Itaberaba e Guatambu, a receita deles é maior que a minha, só que eles tem área territorial um pouco maior, tem mais despesas, mas eles são uns municípios também que não tem empresa forte, então a nossa arrecadação acompanha a deles, Porque a área territorial de Cordilheira é metade de Itaberaba (...) só que nós temos aqui uma empresa que dá um movimento grande de ICM, a EDIBA, então isso ajuda (...) então se eles (os outros municípios) não criarem uma área industrial, eles vão ficar (...) (prefeito)

A visibilidade de Cordilheira passa por valores que dizem respeito à "competência", à "honestidade" e à "capacidade" em gerar e gerir os recursos, resolvendo os problemas. As conquistas efetivadas através das obras realizadas e serviços prestados evidenciam valores como o "orgulho" em fazer parte de um município que se desenvolve.

Este discurso local reflete bem o discurso regional e étnico que vêm sendo construído no oeste catarinense, em contraposição às outras regiões do Estado, bem como à outras regiões do País. O discurso da "competência" e da "capacidade", evidencia a auto-afirmação de um grupo étnico que se considera superior aos "outros", principalmente em relação aos brasileiros ou caboclos.

É tudo com recursos próprios, eles não precisam fazer negociata. É muito rígido aqui ! Vai melhorar porque a família é bem quista em vários lugares. Eles preservam muito a imagem da honestidade. Vem perguntar para mim se os funcionários estão pagando as contas. Eles precisam preservar o nome deles. Os outros municípios não tem tanta infra-estrutura como Cordilheira (Técnico farmacêutico do Posto de medicamentos da sede)

O aceite de nossa emancipação vem sendo confirmado através da solução dos problemas que tínhamos no antigo distrito. Isso se deve também e não se pode negar pela aprovação dos projetos pela Câmara de Vereadores. Juntos emancipamos (...) e nosso município (...) e juntos poder executivo e poder legislativo, governando aos poucos (...) estamos solicitando (...) solucionando os nossos problemas. Tínhamos que buscar a solução para os nossos problemas no antigo município que pertencíamos e nem sempre vinha. Hoje, o contrário, a solução de nossos problemas depende exclusivamente de nós, e são os nossos problemas. (...) Pois tomadas decisões conjuntas são as mais acertadas. Prova disso é o nosso sucesso principalmente o progresso social de nossa gente. Assim que (...) nesta data festiva conclamos a unidade de nosso município com as autoridades para que construimos o bem comum. Muito obrigado. (Prefeito Municipal Nilo Tozzo)⁹

⁹ Discurso proferido na sessão de entrega da Lei Orgânica Municipal, no dia 30 de março de 1996, ocasião do III Aniversário de Cordilheira Alta.

Foto n. 14 - " Recursos Próprios" - Centro Integrado de Educação

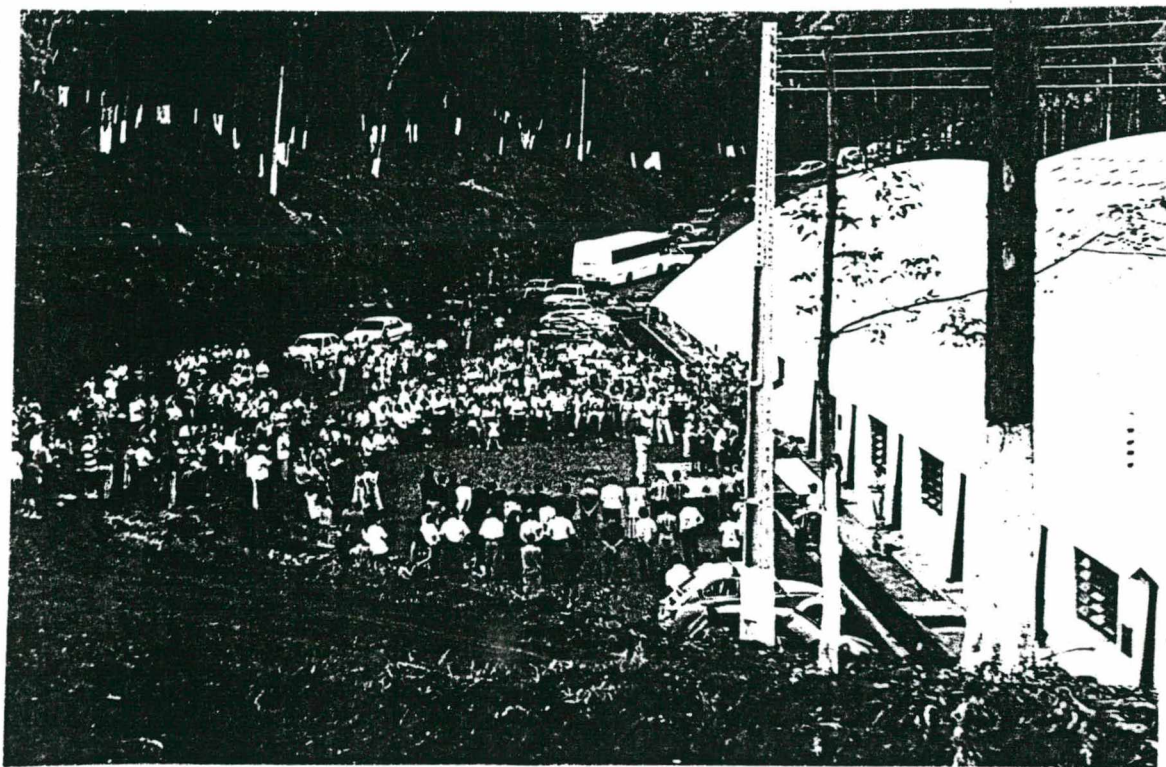


Nas comemorações cívicas em homenagem ao III Aniversário de emancipação de Cordilheira Alta em 30 de março de 1995, os discursos proferidos pelo prefeito, vereadores e secretários municipais, reforçaram valores como o trabalho, a honestidade e a perseverança. Estes valores estão refletidos, portanto, na capacidade em gerir os recursos e transformá-los em obras e prestações de serviços, capacidade esta atribuída aos líderes políticos, atualmente representados pelo prefeito e vereadores.

"Que todos continuem trabalhando com honestidade e perseverança pelo progresso, crescimento e avanço de nossa Cordilheira Alta, encerrando a presente sessão solene" (Presidente da Câmara, Vilson Maggioni)¹⁰

¹⁰ Finalização do discurso proferido pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na sessão solene de entrega da Lei Orgânica, no dia 30 de março de 1995.

Foto n. 15 - "Inauguração Centro Integrado Ludovico Júlio Tozzo"



As obras realizadas são motivo de orgulho para os representantes políticos e consequentemente para a população do município, que diante dos convidados presentes na comemoração do aniversário de Cordilheira, reafirmam sua identidade local. As dificuldades superadas nos três primeiros anos, reproduzem o discurso do sacrifício e da competência. Discurso este que é construído para solidificar a pretensa "unidade" política e administrativa, e mais do que isso, reforçar a identidade local de uma população sem "discriminações" de nenhuma ordem. Neste sentido, novos valores passam a fazer parte principalmente dos discursos dos representantes políticos.

É com muito orgulho que o município de Cordilheira Alta está comemorando o seu terceiro aniversário de comemoração político administrativo. E é com este orgulho que passarei a relatar as obras, aquisições e os principais serviços prestados e realizados nos dois primeiros anos da gestão 93/96 "Administrar para Desenvolver".

Não foi fácil, tivemos que organizar uma administração, elaborar todas as leis, e quero aqui agradecer a contribuição da Câmara Municipal de vereadores que também contribuiu de forma decisiva. Mas como dizia, as dificuldades eram tantas, que não tinha certeza de poder superá-las, mas com esforço pessoal, com o sacrifício de muitas noites de sono ou viagens, com dificuldade de toda a sorte, com muita dedicação e competência de todos os meus acessores e

equipes, e uma a uma todas as etapas foram vencidas. E do início até o presente momento vencemos todos os bestáculos (obstáculos) e dificuldades, proporcionando desse modo uma vida melhor e mais digna à todos os habitantes de nosso município sem discriminação e de cor, partidária, situação financeira, credo religioso ou educacional.

Eu quero aqui nesta oportunidade dedicar ao povo de Cordilheira, aos que em mim confiaram o mandato de prefeito, primeiro prefeito e principalmente aqueles que continuam confiando, mais um feliz aniversário de nossa emancipação, e oferecer este belo presente, talvez o mais belo que existe em Santa Catarina (...), o mais belo do sul do Brasil. Ofereço porque ele é o tamanho e a grandeza do nosso povo, é a grandeza do esforço despendido para construí-lo.¹¹

As obras realizadas em Cordilheira Alta nesta primeira gestão municipal, tem servido para consolidar uma estrutura político-partidária que até pouco tempo dependia de Chapecó. A administração municipal também utiliza a sua estrutura para reforçar o poder econômico de algumas famílias do município. As empresas e o comércio local se beneficiam da máquina administrativa para fortalecer os investimentos já existentes, e também para investir em novos negócios. Por exemplo, a prefeitura municipal de Cordilheira Alta, forneceu todo o apoio necessário para a realização da terraplanagem do novo Atacado das Organizações Tozzo. Além desta ajuda técnica, o poder local não colocou nenhum impedimento para a efetivação deste novo investimento. Segundo o depoimento do Diretor do Atacado:

"... com a emancipação e com a felicidade do pessoal aqui da comunidade tiveram com a emancipação nós resolvemos voltar atrás, voltamos a reaver a obra, conseguimos o apoio da Prefeitura em questão de terraplanagem e resolvemos fazer a nossa construção na Cordilheira Alta. Hoje em Santa Catarina, no ramo alimentício, ramo do atacado, não tem nenhum atacado em área construída que nem a nossa. Essa área hoje em torno de quase 10.700 m² com escritórios, é uma construção já programada para daqui 10, 20 anos, nova sistemática, tudo em aço, box de carregamento e box de descarregamento. Então a gente pensou que saindo da Cordilheira ia ficar muito triste, sentimos também porque o pessoal batalhou pra emancipação e a nossa família tradicional daqui, a gente quis deixar um marco com a emancipação do município".

Apesar do apoio recebido pela prefeitura, o empresário justifica que a construção do Atacado em Cordilheira Alta, poderá vir a trazer "prejuízos", porém a escolha diz respeito também à tradição da família que sempre investiu nesta localidade.

"Pra nós, olhando a parte econômica, a valorização do edifício, não foi vantajoso, porque hoje uma obra dessas, no centro, no perímetro urbano de Chapecó ou Curitiba, ou outro lugar era muito mais vantajoso. Mas como a gente nasceu aqui, se criou aqui e acho que daqui não vai embora, então a gente quis deixar um marco pra talvez nossos filhos, futuros herdeiros da empresa, vão ver que, é bom morar aqui, a gente se dá com todo mundo, e é mais fácil pra

¹¹ Discurso proferido pelo prefeito municipal Nilo Tozzo, no ato solene de inauguração do Centro Integrado de Educação "Ludovico J. Tozzo", no dia 30 de março de 1995.

trabalhar, você tá mais direto em casa, não tem mais que tá se deslocando fora da cidade (...) vamos atingir Santa Catarina, parte do RS e parte do Paraná".

As Organizações Tozzo, ou qualquer outra empresa estabelecida no município, possuem uma estrutura sólida no mercado econômico e a criação do município somente trouxe vantagens para estes empresários. A instalação de uma empresa em outra cidade acarretava uma série de impostos e burocracias que são facilitadas pela administração municipal.

Praticamente todos os funcionários das empresas e comércio de Cordilheira são filhos de pequenos produtores do município. Trata-se de uma mão-de-obra acima de qualquer "suspeita" quanto a capacidade para o "trabalho". Os empresários justificam que estes funcionários são "trabalhadores", filhos de "gente conhecida" e futuramente serão "bons profissionais". As empresas em Cordilheira mantêm um caráter familiar em suas relações, tanto no que diz respeito aos seus dirigentes, quanto aos que prestam serviços.

Os empresários argumentam também que o município terá mais visibilidade, em função das empresas e do comércio já existente. Trata-se de uma relação de interesses entre o poder público local e o setor privado.

"...então hoje tu liga pra uma empresa em São Paulo, vamos supor que a gente tem muitos fornecedores, aqui é Ludovico Tozzo, Cordilheira Alta, mas onde é que fica Cordilheira Alta? aí a gente vai explicando e fica conhecido, fica conhecido, principalmente as grandes empresas multinacionais, a nossa empresa é em primeiro lugar a nível estadual em compra, só que o gerente da empresa que sabe Cordilheira Alta, onde é que fica, então ele se baseava muito por Chapecó, então agora divulgou muito, o pessoal que vieram prá Cordilheira e que tinham vindo há cinco seis anos atrás, hoje vieram, acharam beleza de cidade, gostaram do sistema que está sendo implantado, desde ruas asfaltadas até comércio, morando em São Paulo mas prefiro vir morar na Cordilheira do que morar em São Paulo. (...) então a gente tá querendo montar outra empresa aqui, nós temos diversas opiniões, talvez indústria alimentícia, não se sabe, então talvez com isso vai dar mais empregos, divulgar mais o município na região, no oeste catarinense, no próprio Paraná, Rio Grande do Sul que a intenção nossa é a meta de abrangência" (empresário local)

De acordo com a opinião de outro empresário, a economia do município não depende exclusivamente da administração local, embora esta tenha trazido benefícios para as empresas. O município atualmente depende de uma estrutura que já existia antes da emancipação, em função da "diversidade" de atividades em todos os setores da economia.

"... o comércio é muito forte, o comércio atacadista que não depende exclusivamente do município prá funcionar, um comércio que abrange vendas e compras de produtos de praticamente todo o Brasil né, nosso setor atacadista se vende pro RS, PR, SC, no ramo cerealista também vende-se, adquirimos produtos de outros estados, se beneficia mercadoria aqui e se remete quase que na totalidade pra outros estados do Norte, Nordeste, Centro, então a

economia é forte em função disso, porque a gente vai buscar o produto em outros municípios e não só do nosso município que também é grande produtor, tanto no setor de cereais, grãos e na pecuária, a suinocultura, avicultura, é bastante forte então essas linhas, Fernando Machado, Linha General Osório, tem uma população voltada pra avicultura, e aqui na sede basicamente gira em torno do comércio, pequenas indústrias que existem aqui, então é uma mescla de trabalhos diversificados, apesar do município ser pequeno, existem setores diferentes, que fazem com que a economia se mantenha, que a população tenha uma renda per capita boa, e não se tem tantas carências na parte social e isso é vantagem pra administração, é vantagem pro município".

A diversidade de atividades a que se refere o empresário está limitada nas mãos de algumas famílias e a maioria da população é dependente das agroindústrias ou das empresas já constituídas. Estes depoimentos a seguir retratam a falta de novos espaços para os jovens trabalharem.

"... acho que a gente esperaria , o sonho de todo mundo aqui pra emancipação é que viessem mais indústrias, que gerassem mais empregos pro pessoal daqui, porque o pessoal daqui, o único problema deles é que existe Tozzo, ou trabalha em Tozzo, ou trabalha em escola ou trabalha em roça. É, todo mundo torceu que desse emancipação pra que gerasse mais empregos, porque a gente espera que aconteça isso, porque a luta de todo mundo foi esperando isso. (professora da Escola Estadual Cordilheira Alta)

"Você vê aí, tem um monte de piazada crescendo e saindo daqui, então acho que, não sei, alguém vende terras ou se alguém fizer alguma coisa pra trazer mais indústrias , pra trazer mais coisas aqui , aí esse pessoal vai ficar aqui e vai fazer mais integração (funcionária das Lojas Ludovico J. Tozzo)

Se por um lado, as prefeituras municipais possuem mecanismos políticos para beneficiar as empresas locais, por outro a economia do município não depende somente das ações da administração local. Para um empresário local as mudanças na política econômica nacional atingem diretamente o município.

"... hoje as empresas estão mais bem atendidas pela prefeitura local, mas a transação comercial que eu tenho com os meus parceiros não é influenciada pela administração pública, ela segue a economia nacional (...) o município aqui sofre as mesmas dificuldades na parte comercial, na parte agrícola, que o resto do país sofre, a economia nacional tá com problema, a Cordilheira também, a economia da Cordilheira também está com problema, não foge a regra, a parte agrícola tá sendo bastante desfavorecida em relação a outros setores da economia, e o nosso município sofre, sofre porque ele é basicamente agrícola, mas isso não é nada ocasionado pela administração local, ou porque hoje o município é município, é uma coisa que vem lá de fora né, acredito que deva mudá, o governo deve olhá mais pro lado do produtor, do agricultor, do agropecuarista, e até acredito que a base do nosso país é a produção agrícola, espera-se que essa crise que é do momento vai passá também e o setor agrícola deve crescer ".

3. "Integrados" e Excluídos

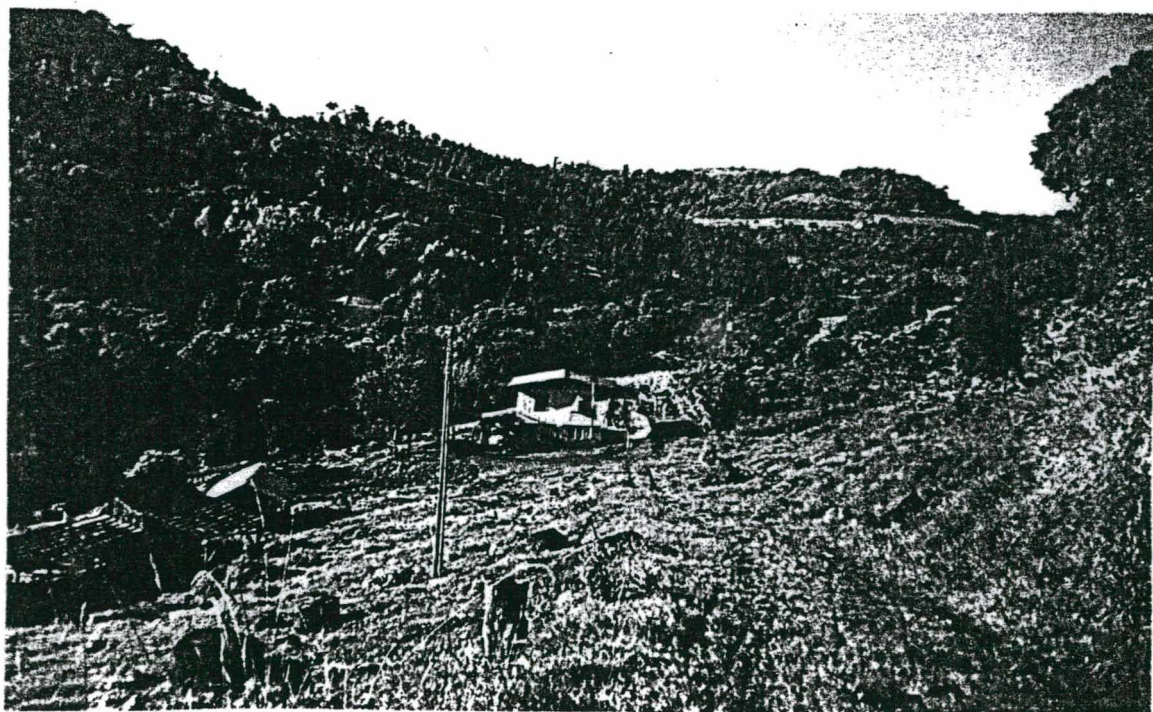
Assim como as demais regiões do país, o oeste catarinense carece de políticas voltadas para o setor agrícola. Em Cordilheira, as famílias que não estão vinculadas as agroindústrias têm sofrido muito mais, pois mal conseguem sobreviver com a renda da agricultura. Por não possuírem recursos para investir em outras atividades, elas se tornam dependentes do trabalho assalariado e resistem sobrevivendo com o pouco que ganham como agregados e diaristas.

"O governo não ajuda, o tempo não ajuda. A prefeitura de Cordilheira não ajuda com semente, nem adubo, não tem incentivado a agricultura. Nunca apareceu nenhum técnico. Uma vez era mais fácil, a safra dava melhor, o preço era melhor". (pequena produtora, agregada - Linha Savaris)

As atividades agrícolas no oeste catarinense, têm se deparado nos últimos anos com uma série de dificuldades relacionadas a política de preços dos produtos, a falta de incentivos e crédito agrícola. As condições naturais do solo e da geografia acidentada impossibilitam o pequeno produtor de ter algum sucesso com estas atividades. Em Cordilheira Alta um número reduzido de agricultores possuem terras passíveis de mecanização, bem como recursos para modernizarem suas atividades. Somente aqueles ligados as atividades agroindustriais em média e grande escala é que efetivamente se beneficiam.

Os contrastes são interessantes, porém muito preocupantes. Como será o futuro destes pequenos agricultores ligados ao "mundo" através de "antenas parabólicas". Efetivamente, a *globalização da economia e a mundialização da cultura*, terão que conviver com as diferenças locais e regionais.

Foto n. 16 - " Pequena propriedade rural " - Linha Savaris



O mito do pioneiro/desbravador oficializado pelas instâncias governamentais através de uma política desenvolvimentista encontra os seus limites a partir dos mesmos valores que o construíram. Os governos locais estão diante de um contexto político e econômico que exige mudanças em atividades tradicionais que tem sustentado um discurso regional. O agrônomo de Cordilheira Alta, diz que a mudança de atividades é fundamental para que o município se desenvolva. As atividades agrícolas desenvolvidas no oeste, segundo o "técnico", *sempre* foram incompatíveis com o tipo de solo, desde a época da colonização, quando os imigrantes trouxeram a cultura tradicional para o Rio Grande do Sul e posteriormente para o Oeste.

"...as pessoas vieram do RS e essas pessoas vieram da Europa, os ancestrais, e se produzia determinados produtos, então aqui tem que dá milho, tem que dá feijão e tem que dá trigo (...) já que o milho é originário do México e foi prá Europa depois de 1500, depois de 1842 quando foi descoberto, mas essas pessoas que vieram pro Brasil no final do século passado, início desse século, eles vieram com uma cultura européia e passaram a cultivar o solo da mesma forma como se cultivava no RS, começaram a cultivar o solo como se cultivava na Europa, embora o clima aqui seja subtropical ou mais prá tropical, essas práticas, o manejo do solo não são adequados a um solo sob o qual existe uma temperatura como a nossa ".

Segundo o agrônomo de Cordilheira, a mudança nas atividades tradicionais (culturas anuais de milho, feijão, trigo, etc) dependem de projetos a serem definidos à médio e longo prazo. Estas atividades não irão desaparecer, porém terão que se adaptar a uma nova realidade de mercado. As mudanças exigirão uma série de adequações na forma tradicional do pequeno produtor trabalhar e se relacionar com a natureza. Elas deverão iniciar com trabalhos de preservação ambiental, reflorestamento, mudança na forma de pensar dos agricultores, seleção de áreas conforme as atividades, industrialização no meio rural.

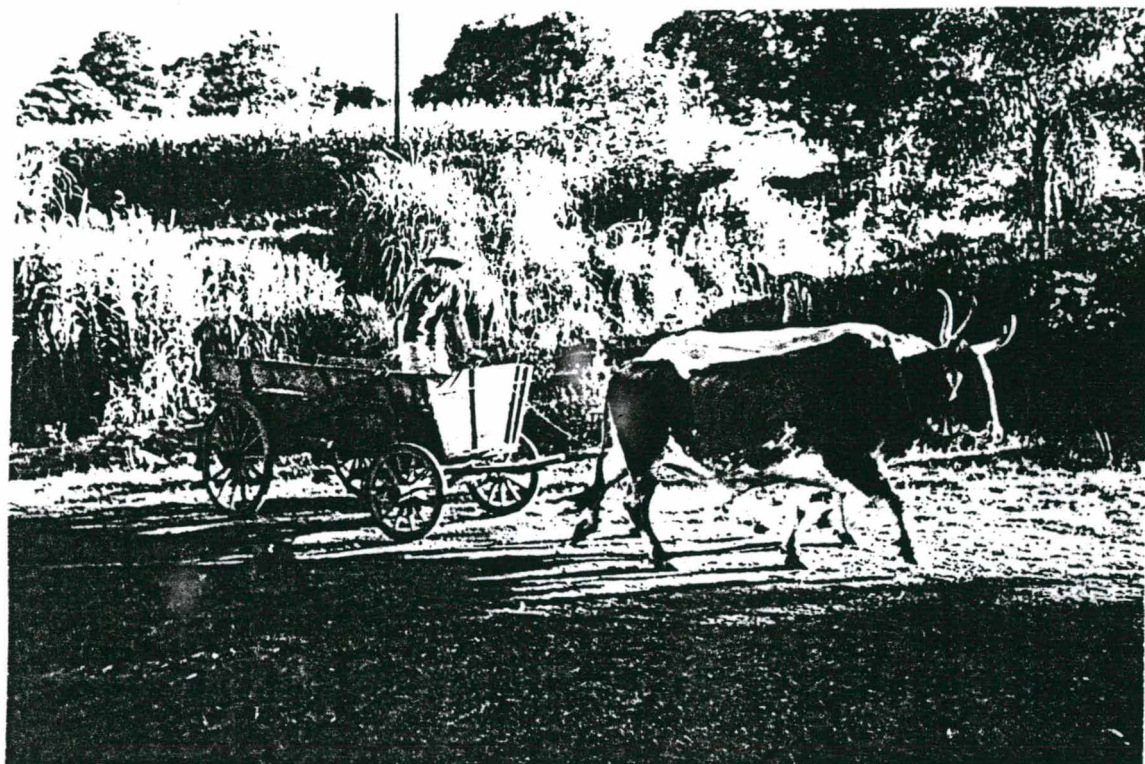
Por um lado, a administração municipal encontra-se atrelada as empresas agroindustriais e por outro percebe a necessidade de mudar as atividades econômicas, pois já contata uma queda na arrecadação, em função da produtividade. Muitas inseguranças são geradas a partir deste contexto, pois os pequenos produtores bem ou mal estão sobrevivendo através da relação estabelecida com as agroindústrias. Porém, nem mesmo este sistema, daqui para frente garantirá a permanência do agricultor em suas propriedades. De acordo com o secretário da agricultura o sistema integrado têm gerado muitas dúvidas no que diz respeito ao futuro dos produtores em um novo contexto de mercado.

"...hoje não tá sendo uma coisa boa (sistema integrado), só que quando nós falava daquele que naquela época não quiseram investi nisso daí, esses são os de hoje que ficaram prá trás, o sistema integrado hoje, ele não tá dos melhores, mas continua melhor do que quem ficô (...) o sistema integrado é a mesma coisa, só que se tinha uma segurança, porque o produto ia tê mercado, hoje, o que a gente tá batendo em cima dessa tecla aí é o seguinte, nós achamo que essa noção, só que, eles pensam o seguinte "quem é que vai me garanti o mercado do que nós vamo fazê ?" , fica uma dúvida na cabeça deles "

O poder público local, através dos funcionários ligados à Secretaria da Agricultura, Obras e Transportes, têm consciência do processo seletivo que as agroindústrias estão realizando nos municípios do oeste catarinense. Cada vez mais o produtor rural terá que agregar novas tecnologias em suas atividades para que tenha maior produtividade. Sem o apoio do governo local e das demais instâncias governamentais, o pequeno produtor não terá condições de se adequar as exigências do mercado. Em Cordilheira Alta, a atuação do governo local tem sido a de garantir algumas "melhorias" nas pequenas propriedades integradas as empresas agroindustriais. No entanto, muitas famílias do oeste catarinense sobrevivem à margem deste processo, no qual a "tradição" tenta se manter. Segundo o agrônomo de Cordilheira Alta, os pequenos produtores também tem consciência deste processo. Aquelas famílias inseridas ao sistema integrado procuram se manter, sendo que muitas delas estão sem soluções quanto ao futuro :

" Quanto ao perfil do agricultor eu diria que tem dois, uns que estão investindo nas atividades tradicionais mais especificamente, eu diria quase que exclusivamente, suínos e aves, esses investem, eles vão se mantê na atividade, aquele processo de seleção natural, eu não sei bem se ele é natural ou não nos outros países, mas esse processo de seleção vem ocorrendo e é um funil, vai estrangulando, vai eliminando, vai tirando algum, cada vez mais o processo de seleção, não sei até porque ele não é mais intenso, uma vez que a integração criam todas as condições prá fazê um processo de seleção e fechá, "nós vamô produzir tantos quilos de carne, assim, assim, assim". Então, alguns agricultores vamos dizer assim, estão se definindo claramente prá ser integrados com essas agro-indústrias e o outro grupo que tá perdido e esse é maioria é o perfil hoje é esse do agricultor sem horizonte, sem perspectiva. A pergunta em seguida eu faço: "O que o senhor recomendaria pro seu filho, ou pro seu sobrinho, ou pro seu afilhado, ou um jovem de 15 anos que viesse perguntá, fulano o que é que eu faço da minha vida, o que é que tu me recomenda ?" A maioria não sabe respondê, porque o centro urbano já tá próximo deles, eles sabem que ir prá cidade não é o melhor, eles já sabem disso, agora, eles não dizem prá ficá , eles também não dizem "diga pro meu filho ficá", a única coisa que eles dizem "aqui a gente não passa fome", mas "a gente não que só comida" dizia um cantor, a gente que outras coisas também ".

Foto n. 17 - "Carro de boi " - Linha Dianista



As ações quanto ao futuro dos pequenos produtores, no que diz respeito à prefeitura de Cordilheira, estão ainda em forma de projetos e de idéias. Estes projetos pretendem manter as culturas tradicionais, porém adequando a produção dos agricultores a um processo de industrialização, que será uma das formas de vincular o município ao mercado econômico. Um dos projetos prevê a industrialização de produtos vegetais, de produtos animais, ou seja, agregar valor de mercado aos produtos. Isto já é feito através das agroindústrias, porém a idéia é encontrar formas alternativas que não dependam exclusivamente deste sistema.

"... a expectativa nossa é de, a grande expectativa nossa, vou dizê, é quase pessoal minha, tornar o município de Cordilheira Alta, um município com alimentos industrializados, quando alguém, algum, vamos supor assim, algum mercado de uma outra cidade pensá em comprá produtos industrializados, se lembre antes de mais nada, antes de fechar um negócio, que ele lembre que existe Cordilheira Alta, que esse município poderia fornecê alimentos prá eles, não se sabe que tamanho esse negócio poderia assumir mas nós pensamos sério sobre isso, porque pelo simples fato de continuá fazendo o que sempre foi feito não cria futuro pro município. O resultado já é conhecido (agrônomo)

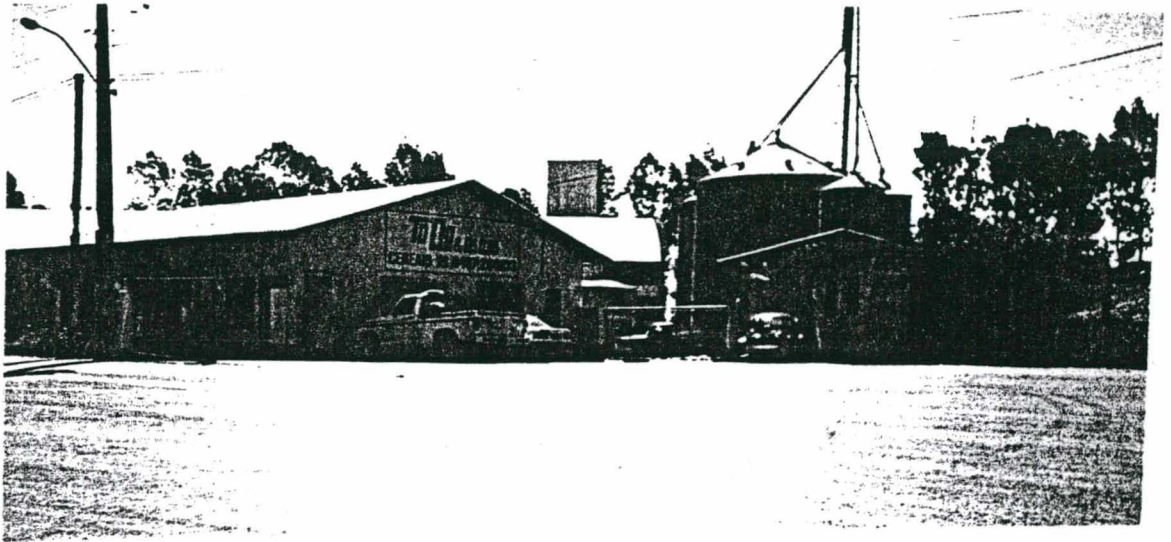
"... esse eu acredito que seria o grande projeto e a tendência seria inclusive com fruticultura, a princípio fruticultura seria o carro chefe da coisa, porque o solo é adequado a essa prática, ou a fruticultura seria adequada ao solo e, nesse sentido nós tivemos algum contato com alguns agricultores que mostram interesse, mais nada, nada definitivo e também o prefeito municipal que se mostrou sensível à questão, até em função do atual momento, da crise, tá apertando realmente, ele já percebe uma queda de arrecadação em função das dificuldades dos agricultores".

Estas mudanças dependem de muitos fatores que envolvem interesses políticos e econômicos. Os governos locais estão diante de uma nova realidade de mercado, o Mercosul, que cada vez mais exige a adequação de novas tecnologias e a agregação de qualidade aos produtos. As empresas agroindustriais, buscam se viabilizar neste novo contexto, selecionando cada vez mais as bases de sua produção. Como os pequenos produtores se viabilizarão diante deste novo contexto? Esta e outras questões têm sido levantadas pelo governo municipal de Cordilheira.

Grande parte dos municípios no Oeste Catarinense estão diante de um processo onde existem os "incluídos", os que serão "excluídos" e os já "excluídos". Os incluídos são aqueles que detêm o poder político e econômico. Nesta categoria algumas famílias se sobressaem pois estão ligadas à empresas, ao comércio e ao setor de transportes. Em Cordilheira Alta, algumas famílias do interior, as quais possuem representantes políticos no município, desenvolvem atividades de transporte ligadas diretamente às agroindústrias. O setor de transporte atua como intermediário entre os pequenos produtores e o mercado nacional. Em Cordilheira, todas as áreas estão vinculadas, desde a pequena produção, passando pelas cerealistas (grãos), pelos abatedouros (aves e suínos), para posteriormente ser dirigido ao mercado.¹²

¹² As "Organizações Tozzo" compreendem uma cerealista, um atacado, um moinho, uma transportadora, um supermercado e um posto de gasolina. Neste sentido não existe intermediários nas atividades econômicas desenvolvidas por esta família.

Foto n. 18 - "Ceralista Tozzo"



"... aqui existe o nosso transporte, existe transporte de Tressodi & Breancini, Transporte Maggioni, Transporte Miorelli, é pequena a comunidade mas desenvolveu bastante o transporte (...) As transportadoras hoje é a mesma coisa que nem a integração, por exemplo, eu tenho os meu caminhão, é fichado direto lá com a Sadia, nós carreguemo o que a Sadia pede (...) Aqui existe dois comércio, o nosso e o do Tressoldi & Breancini, por exemplo nós trabalhamos com a integração da Sadia, suínos, levemo a ração na casa do criador, quando tem a criação gorda nós carreguemo prá Sadia, o Tressoldi & Breancini aqui tem com a Chapecó, então é uma coisa que inclusive, nós semo aqui de porta, nós se demo muito bem, porque eu nada atrapalho a parte dele, como ele nada me atrapalha a minha parte (...) que nem frios, carrega uma carga e demora quase um mês o caminhão prá fazê uma viagem prá Manaus, que nem suínos é só aqui dentro do oeste, por exemplo, nós pegamo Coronel Freitas, Cordilheira, parte de Chapecó, parte de Itaberaba, parte de Xaxim, então o que acontece, a gente carrega a ração de Chapecó e entrega prá esses suinocultor, e quando o suíno tá pronto pro abate, nós carregamo e levemo prá Frederico (...) (Vice-Prefeito - Linha Bento Gonçalves)

O que caracteriza o poder dos comerciantes e empresários não é mais a propriedade da terra, pois estes não dependem da agricultura para sobreviver. Os pequenos produtores, que são maioria dependem da propriedade privada e não exclusivamente da terra, pois as suas atividades estão diretamente ligadas à criação de suínos e aves. Um dos critérios para a inserção do pequeno produtor ao sistema integrado é que ele seja proprietário, e mais do que isso que sua propriedade apresente todas

as condições viáveis para as atividades agroindustriais. Além disso, ele necessita ter um capital para poder construir o aviário, reformar a casa, comprar um carro, instalar uma parabólica, o que define a sua posição social e econômica de "integrado".

O acesso a informação torna-se estratégico neste contexto de globalização. Com a informação (telefonia rural, eletrificação, antenas parabólicas, etc) garantida através destes meios de comunicação, o pequeno produtor rural ainda se mantém vinculado ao sistema integrado. Resta saber até quando, pois os critérios das agroindústrias daqui para frente serão mais rigorosos. Por outro lado, os pequenos produtores que se dedicam exclusivamente a produção de grãos, se inserem cada vez mais na categoria dos excluídos. O que diferencia os pequenos produtores proprietários não é somente a posse da terra, mas sim a sua inclusão ou não ao sistema integrado. O status social e econômico destas categorias têm fundamentado o pertencimento étnico dos descendentes de italianos no oeste catarinense.

A tradição é (re) inventada a partir de um discurso recorrente, no qual a identificação étnica é acionada em função de valores como o progresso, o desenvolvimento, a acumulação de capital. As famílias que ainda vivem de maneira tradicional, desenvolvendo atividades na agricultura, morando em casas antigas e de madeira, não buscam nestes aspectos sua identificação, pois eles significam "atraso" diante dos demais pequenos produtores integrados que reafirmam seu pertencimento a partir de um status econômico e político.

Foto 19 - " Casa pequeno produtor não-integrado" - Linha Dianista

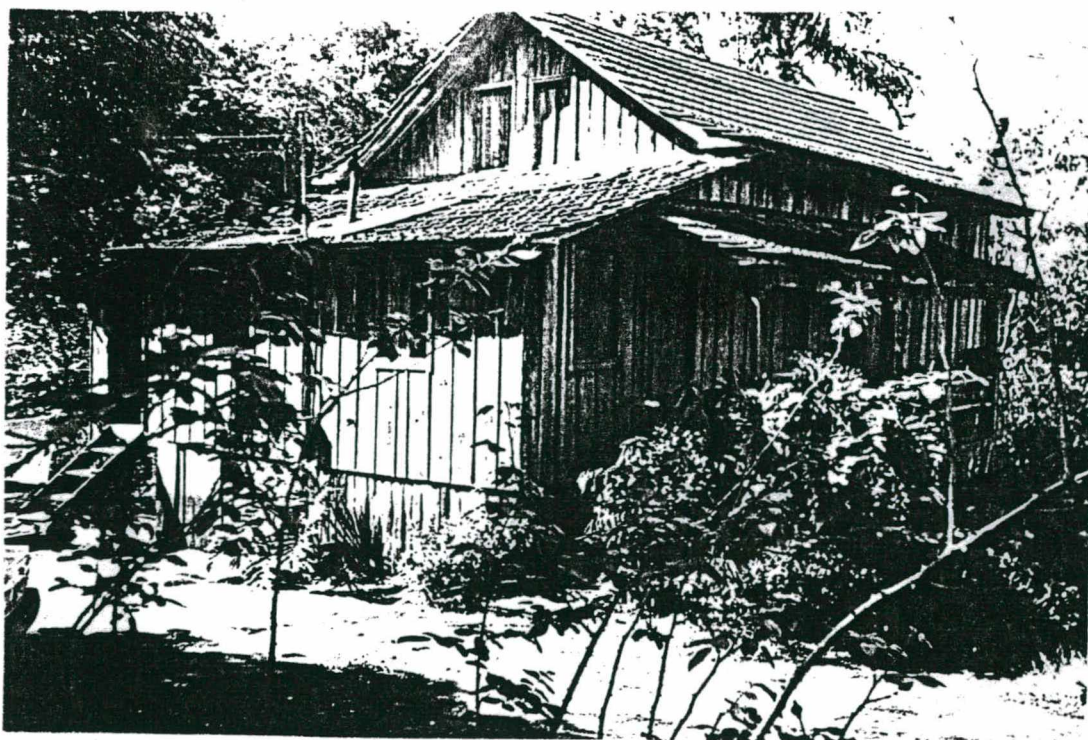


Foto 20 - " A modernidade " integra" - propriedade de um pequeno produtor vinculado a agroindústria - Linha Savaris



"Aqui em Linha Bento existe umas noventa e poucas famílias, 80% pelo menos é integrados (...) a nossa comunidade por exemplo, existem pocos agregados, a maioria são todos proprietários, o que não tá criando suínos é com aviários, se hoje não tivesse isso a nossa região aqui não teria mais como vivê (...) Aqui eu acho que é porque tem poco agregado, a maioria passô de pai prá filho, aqui não tem o negócio de mistura, a maioria como se diz é italiano (...) brasileiro, alemão, polaco, aqui não tem, parece até um castigo, se o cara chegá ali, ele não pará nem 60 dias ". (vice-prefeito - Linha Bento)

A representatividade política do vice-prefeito e de alguns vereadores têm a ver com a posição social e econômica que estes possuem nas localidades do interior, lugares onde moram e possuem seus negócios. A vida político-partidária corresponde a uma continuidade das atividades que estes desempenharam enquanto lideranças comunitárias.

"Aqui eu fiquei presidente de esporte, eu fiquei no Conselho da comunidade, eu fiquei também na diretoria da escola, e sempre algum cargo a gente tinha, se não era uma coisa era outra, aí depois quando se emancipô, eu nunca fui político, como bem dizê eu nem sou político, apenas como foi pela comunidade a gente aceitou, alguma coisa a gente fez prá comunidade, tamo aí prá prestá serviço pro município também (...) Além de tê o vice-prefeito aqui, nós temos vereador, temos 2 vereadores , mas o povo fala que nunca imaginava que talvez Linha Bento tivesse um vice-prefeito, tivesse um vereador, e hoje aconteceu taí, depois pode sê o prefeito da Linha Bento, por que claro você vai analisá a sede, Cordilheira, tudo bem, mas além de Linha Bento, existe Fernando Machado que dobra três vezes Linha Bento, nós hoje aqui em parte política temo melhor, nós aqui era três vereador mas um se mudô prá Fernando Machado, acho que dá até prá se orgulhá aqui Linha Bento "(Vice-prefeito - Linha Bento)

O quadro político-partidário em Cordilheira Alta, se divide entre algumas famílias detentoras de poder econômico e consequentemente da representatividade diante das localidades do interior. Estes espaços atualmente se dividem, entre o partido majoritário (PMDB) e os demais partidos (PFL e PPB). O partido majoritário têm se sustentado no poder local em função da representatividade do prefeito

Nilo Tozzo e das alianças que este estabelece. Porém existe uma disputa política antiga entre o PMDB e o PPB. Na sede de Cordilheira, reduto eleitoral do PMDB e do PFL, não há representatividade do PPB. Os redutos deste partido estão concentrados principalmente em Linha Bento e Linha Fernando Machado. ¹³

"...talvez você ouviu falá de Xaxim que na época que existia os veio Lunardi, que eles mandavam aí, hoje nós temo essa dificuldade Tozzo, bom prá ti vê, Atacado é deles, maderera é deles, posto é deles, loja é deles, mercado é deles, cereais é deles, eu tô vendo que não há muito interesse deles puxá alguma empresa aí, porque pode atrapalhá um poquinho o deles (...) porque eu sei que quando se falo de Cordilheira município, eu sei que hove muitas empresa, se inscreveram e queriam se instalá, então o meu pensamento eu acho que um poquinho ele tá querendo segurá porque, é como se diz, quem nasce em Chapecó é chapecoense, nasce em Xaxim é xaxiense, nasce em Cordilheira é Tozzo (...) eu me dô muito bem com eles porque inclusive são gente boa, eles como administrador escolhêmo a pessoa certa, mas acho que um poquinho eles gostá de puxá a brasa pro assado deles. " (Vice-prefeito, Linha Bento)

A Câmara de Vereadores no primeiro mandato de governo em Cordilheira Alta, foi composta em sua maioria por políticos ligados ao poder executivo. Estes interesses causaram descontentamentos por parte de lideranças que ficaram excluídas do processo. De acordo com o depoimento deste vereador suplente :

"...eles tem que dexá de ser doente politicamente, e isso é um atraso, um atraso tão grande que tá atrapalhando (...) quem tá de fora nota, o município era prá cresce e não tá crescendo onde tá sendo construindo o atacado, por causa de grandes brigas políticas, de um lado o prefeito encrenô com um pessoal de otro partido que é o dono da terra, de outro lado o prefeito não abre mão de certas coisas pois ele quer mostrar que tem poder, então isso tá prejudicando o município duramente, e outra coisa que também é prejudicial, toda obra, todo evento, tudo que ocorre passa pela prefeitura, afunila politicamente (...) Por queira ou não queira o que manda nesse país é o poder, poder Tozzo tem, que dizê eles vão sempre mandá quando não é um é outro, mas o que eu quero dizê é o seguinte, acho que eles tem até razão de mandá porque eles tem o dinheiro, só que isso não significa que o resto da população tem que acatá tudo" (vereador - PFL)

A formação do poder local em Cordilheira Alta gira em torno de "richas partidárias" e de interesses de grupos que possuem uma determinada posição social. O poder público municipal têm oficializado um discurso que nega as contradições existentes no oeste catarinense. Existem

¹³ Nas últimas eleições municipais (3 de outubro de 1996), o município de Cordilheira Alta elegeu para prefeito municipal o ex-vereador Vilson Domingos Maggioni (PMDB) dono de uma transportadora em Linha Bento Gonçalves. Para Vice-Prefeito foi eleito o pequeno empresário Henrique Giacomini (PFL), interior da sede. O vice-prefeito Waldir Graciani (PPB) eleito em coligação com Nilo Tozzo (PMDB) nas eleições anteriores, concorreu ao cargo de prefeito através de outra chapa, porém não se elegeu.

peessoas pobres, carentes, e que estão à margem do processo. Os dados oficiais geralmente não correspondem à realidade. De acordo com observações e entrevistas realizadas com famílias de diaristas, existem no município cerca de 20 famílias não-proprietárias, vivendo em situação de pobreza. O discurso criado sobre o "povo trabalhador", exclui os que estão à margem. O poder local ao mesmo tempo que constrói um discurso sobre a "comunidade privilegiada", não oferece condições de trabalho aqueles que não se "encaixam".

"... aquele morador que no começo foi de volta, não vierô mais, porque sabe, o prefeito lá não aceita, se não tem um trabalho prá trabalhá, nós queremos gente que tem alguém que se emprega (...) não adianta se mete na beira da estrada se não tem emprego, então tem que voltá no lugar de origem. (prefeito municipal)

O que caracteriza o pertencimento ao município é o "trabalho", ligado às atividades desenvolvidas pelo descendente de italiano. Os demais, os que não são de "origem", os que não investem no município, "tem o seu modo de viver" diferente e por isso sofrem todos os tipos de preconceitos. O poder público local "reconhece" a existência destes "diferentes", porém não apresenta nenhum projeto concreto em relação à estas famílias, embora a lei orgânica municipal, possua um artigo referente à política urbana e rural, "objetivando atender prioritariamente as famílias de baixa renda". ¹⁴

"... existe algumas família que antes de passá o município, tavam na beira da estrada, mesmo que são pobre, em baxo de lona, tem duas família, o resto tem as casinha de madeira na estrada, mas os cara trabalham no interior, com agricultor, afinal são pobre, mas eles tem o modo de viver, mas pobre mesmo embaixo de lona tem duas família, os outro que trabalham por aí diarista (...) se instalaram, agora eu não dexo entrá se não tem trabalho, não adiantá se instalá na beira da estrada se não tem onde trabalhá, tem até uns aí, comecô entra uma ou duas a gente levô no destino de novo, o meu negócio é levá no destino, onde que saiu, não pulá pro otro, nós tivemos até um caso de Coronel Freita, que veio na beira da estrada aí, nós pegamo e carregamo pro destino, eu não quero aqui, eu não vou mandá por exemplo, os que tão aqui pro município deles, tão ali, eles vivem lá fazendo cesto, meio assim tipo índio, tão aí faz 4, 5 ano, tão aí fazendo cesto, fazê o quê? até não sei se a gente agora vamô fazê as casa popular, vamô até colocá esses cara também. (Prefeito Municipal)

¹⁴ Diz o item 5. do art. 104, da Lei Orgânica Municipal: "O Município destinará, no seu orçamento anual, dotação específica para a implantação de um programa efetivo de casas populares, objetivando atender, prioritariamente as famílias de baixa renda"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As emancipações político-administrativas no oeste catarinense representam um novo reordenamento político-administrativo do Estado-Nação. Isto não significa que este irá perder o comando, pois ao atribuir poder jurídico e político aos municípios, o Estado-Nação está dividindo para *integrar*. As criações de novos municípios, possibilitam que novas alianças político-partidárias se formem à partir das instâncias de poder local, estabelecendo com isso novas relações políticas e econômicas em nível regional, estadual e nacional. Por outro lado, as emancipações político-administrativas no oeste catarinense, constituem projetos políticos que buscam estabelecer limites de pertencimento, não somente a um território geográfico, juridicamente reconhecido, mas estabelecem noções de pertencimento locais dentro de um contexto regional. A partir da criação de novos municípios, os indivíduos passam a se identificar à partir daquele espaço específico, e não mais a outro, o que não significa isolamento, fechamento. As práticas e discursos locais começam a ser construídas à partir de valores culturais específicos que diferenciam aquele município de outro.

Nos últimos 10 anos, o número de favelas e famílias faveladas cresceu no município de Chapecó, que hoje se diferencia cada vez mais dos demais municípios da região. Na área urbana, Chapecó contava em 1993 com um número de 17 favelas, 1.318 famílias e 6.590 pessoas, perfazendo um total de 38,94% do município. Na área rural - à qual Cordilheira tem mais contato devido a proximidade geográfica e principalmente em função das relações que se estabelecem (econômicas, de lazer, de parentesco, etc) - Chapecó possui um n. de 269 famílias e 1.211 pessoas, perfazendo um total de 6,90% sobre o município.¹

Estes dados são importantes já que identificam algumas diferenças sócio-econômicas existentes entre estes dois municípios. O número de migrantes tem aumentado em Chapecó visivelmente. Um dos motivos é o crescimento da cidade e das oportunidades de emprego.

Por outro lado, existe a questão regional, o "fazer parte regional", que não isola o município deste contexto mais amplo. O "ser local" só existe à partir das relações que se estabelecem com os outros municípios, e conseqüentemente o "ser regional" só é possível a partir destas relações múltiplas.

A invenção dos municípios no oeste catarinense está inserida neste contexto. Existe uma relação em âmbito local e micro-regional, ou seja, limites se estabelecem dentro do próprio município e com outros municípios, porém existe um contexto regional caracterizado principalmente pelas questões

¹ Anexo HA1/HA2, AMOSC, 1993.

econômicas, culturais e étnicas. Daí a idéia de uma região específica que se diferencia das demais regiões do Estado, justamente em função destas características. Os contextos regionais estabelecem diferenças econômicas, histórico-culturais e étnicas, desmistificando a falsa idéia de homogeneidade nacional.

Mesmo em nível local se estabelece diferenças sobre os "outros", que não são da mesma etnia, e que portanto são excluídos para a periferia, bem como também uma diferenciação aos "outros", que são da mesma etnia, mas que não pertencem ao mesmo município e não compartilham dos mesmos valores e status.

Depender de "outros" para sobreviver é a assinatura da incompetência e da "inferioridade", segundo os valores do descendente de italiano no oeste. O lugar onde se habita, se vive e se trabalha dá a dimensão do status social, da origem do indivíduo, ou seja, de sua identidade étnica.

Não pertencer mais a um município que possui favelas, desemprego, fome e marginalidade talvez tenha sido um dos motivos para o desejo de emancipação. O pertencer ou não a um território não diz respeito somente às questões geo-políticas. A identidade de pertencimento à Cordilheira reflete formas de classificação que correspondem às questões históricas e étnicas. Todo o processo de ocupação do Oeste Catarinense está pautado por lutas entre etnias diferenciadas.

Uma rápida leitura de um periódico catarinense (Diário Catarinense: 1993) serve para dimensionar e confirmar a presença deste processo classificatório. Segundo o depoimento de um jovem agricultor de 23 anos, a migração em busca de trabalho para as cidades grandes não parece ser interessante. Ele diz " *prefiro trabalhar na roça e manter um padrão de vida ainda decente*".

O orgulho de ser independente, de ser autônomo em relação a um outro município fica claro no discurso do Prefeito, ao dizer que se for necessário a utilização de recursos próprios para a infraestrutura das obras municipais, não serão medidos esforços.

O território de pertencimento a partir da criação do município é reinventado pelo poder municipal que busca uma visibilidade na região e no estado, através das relações de forças políticas e econômicas.

Em meio às manifestações regionais, símbolos considerados nacionais são incorporados. Em datas cívicas, como o sete de setembro, surgem manifestações de nacionalidade; de regionalismo e de identidade étnica.²

² Quando estive em Cordilheira Alta em outubro de 1994, realizando o trabalho de campo preliminar, observei na sala de espera do gabinete do prefeito, 2 murais com fotografias do dia sete de setembro do município emancipado. Jovens e crianças vestidos de "índios", de gaúchos, de pioneiros, de descendentes de italianos e suas roupas típicas. No meio disso tudo a bandeira nacional.

No sete de setembro de Cordilheira, o contexto histórico e étnico é representado simbolicamente através das diversas etnias que vivem no espaço regional. As múltiplas identidades refletem o contexto macro-social do qual este município faz parte. O símbolo nacional, representa um território mais amplo, onde vários contextos regionais estão inseridos. Somente a partir de uma visão macro é possível verificar a afirmação das identidades regionais e étnicas. O "outro", índio generalizado e romantizado em plumas coloridas está presente justamente para reafirmar a identidade do descendente de italiano dentro do contexto regional.

Na região oeste, desde a época da colonização, tem se estabelecido um processo de relacionamento interétnico. Na colonização os conflitos entre brancos e índios era manifesto, explícito. Hoje, as relações interétnicas se apresentam de outra forma. É principalmente através de representações simbólicas e discursos ideológicos que os descendentes de italianos e alemães reafirmam as suas identidades étnicas em relação as demais etnias, os índios, caboclos ou "brasileiros".

A identidade local e regional no oeste catarinense vem sendo construída desde a colonização, tendo como ponto de partida um discurso oficial que tem no mito do pioneiro a representação da diferença entre os descendentes de italiano e os "outros". A história político-administrativa desta região também têm sido "inventada" a partir de reivindicações políticas, pautadas sobre a insatisfação dos representantes políticos, que justificam ser o oeste uma região econômica e politicamente importante para ficar isolada e dependente do governo estadual.

A criação da Secretaria dos Negócios do Oeste é um dos exemplos destas reivindicações. Criada no governo Celso Ramos, em agosto de 1963 e instalada em 1 de dezembro do mesmo ano, significou para os oestinos - especialmente para as elites locais e regionais - uma conquista que possibilitou a "integração com o litoral" e mais do que isso, um órgão "com autonomia administrativa descentralizada, com características próprias e como órgão supervisor, coordenador e executor do governo estadual da região".³

A Secretaria foi criada para cessar o movimento de criação do Estado do Iguaçu que teve início nos anos 30, durante o período do Estado Novo de Getúlio Vargas. Um grupo de políticos de Chapecó resolveu reivindicar junto ao governador do estado uma medida que estabilizasse legalmente a situação de descontentamento que incitava a região. A reivindicação foi propícia neste período, pois, segundo MOMBELLI (1991, p.8), "à nível estritamente político, o movimento desapareceu ao ser considerado

³ Estas informações e citações foram retiradas de uma revista de circulação regional, chamada *Revista Celeiro Catarinense*, (1988) que traz um artigo sobre a Secretaria do Oeste. De acordo com a revista a Secretaria foi criada pela lei estadual n. 3.283: O artigo 1 da lei diz : "É criada, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, a Secretaria dos Negócios do Oeste, com ação no extremo oeste do Estado (antigo Chapecó)". O parágrafo único diz que: "A Secretaria dos Negócios do Oeste, órgão descentralizado do serviço público, dotado de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, será instalada na cidade de Chapecó, onde terá a sua sede..."

subversivo pelo golpe militar de 1964 . A idéia do Estado do Iguaçu retornou à época da constituinte em 1988, mas não teve força política nem organização popular para ser incluído entre os estados criados. A crise financeira vivida nos últimos anos na maioria dos municípios da região oeste, baseados principalmente na agricultura, a falta de verbas e ações dos governos reacendeu o movimento".⁴

A criação de municípios no Oeste Catarinense, é de certa maneira, reflexo destes processos. A Secretaria do Oeste foi desativada no Governo de Kleber Bins no início dos anos 90. Pode-se deprender deste contexto que não venha a ser mera coincidência o fato de que à partir de 88/89, os projetos emancipacionistas retomem um crescimento considerável justamente no oeste do estado.

De acordo com BOURDIEU (1989, p.116), hoje o "discurso regionalista" é um discurso performativo, que tem por objetivo "impor como legítima uma nova definição das fronteiras"... Este discurso, esta identidade está baseada em várias representações, sejam elas ideológicas ou materiais. São "propriedades econômicas ou culturais" (idem, p.117), que se tem em comum, que definem esta identidade regional.

Para o autor a "realidade" é o lugar das objetividades e subjetividades. É a luta permanente que define a realidade. Estas lutas não são armadas, são ideológicas. É o "poder das palavras" (idem, p.118) através das representações que restitui a identidade, o pertencimento.

Refletindo sobre o que BOURDIEU entende por "lutas regionais" (idem, p.124), eu penso que os projetos emancipatórios, são "micro-lutas regionais", dentro de um contexto regional mais amplo. Para o autor, as lutas regionais "são um esforço pela autonomia, entendida como o poder de definir os princípios de definição do mundo social conforme os seus próprios interesses..." e mais "poder se aproximar de todas as vantagens simbólicas associadas a posse de uma identidade legítima, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida" (idem, p.125). A criação do município trata-se de um poder "publicamente e oficialmente afirmado e reconhecido".

Outra questão levantada por BOURDIEU e que vem de encontro ao processo emancipatório, é o sentimento de estigma que predominou durante décadas - e ainda predomina - em Cordilheira Alta em relação ao "município-mãe" (mesmo com a emancipação político-administrativa, Cordilheira ainda depende em inúmeros aspectos de Chapecó). Para o autor "o estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reinvidicação pública do estigma" e ainda "o que produz a revolta regionalista são os fundamentos simbólicos, econômicos e sociais, princípio de unificação do grupo de pontos de apoio da ação de mobilização".(1989, p.125)

4 Estas reflexões foram realizadas inicialmente em um pré-projeto de MOMBELLI, *Estado do Iguaçu: A construção de uma fronteira étnica ?* (1991). Ver também da mesma autora, o projeto de dissertação de Mestrado em Antropologia Social da UFSC, *"Soi Italiani grazia a Dio" - Identidade étnica e separatismo no Oeste Catarinense*, Florianópolis, 1993.

A identidade municipal para ter uma "existência real", necessita ser constantemente e "juridicamente e politicamente garantida" para "afirmar oficialmente a diferença". (idem, p.129)

No caso de Cordilheira Alta a Comissão do Projeto Emancipatório representando um grupo político e uma etnia específica, utilizou de todas as estratégias que possuía (políticas, econômicas, ideológicas, etc) para reivindicar um espaço político-administrativo dentro de um contexto estadual e nacional.

Segundo KRAMER (1992), o sentido político está presente no que diz respeito aos princípios e práticas de contrastividade que o grupo étnico, estabelece em relação à sociedade nacional e regional. A autora propõe dois planos onde esta identidade contrastiva se apresenta: o plano organizativo (a partir da idéia de Barth) e o plano simbólico.

"Las relaciones interétnicas se juegan en campos sociales caracterizados por la manifestación de contrastes y oposiciones cuyos contenidos - de complejidad variable - delinean para el observador las luchas e negociaciones, las líneas de acción y reacción, entre las entidades étnicas en juego. Volviendo ao plano simbólico, las identidades étnicas conforman un conjunto de afirmaciones sobre las razones que justifican las separaciones, o las relaciones de jerarquía y subordinación que distinguen a los grupos, y son "jugadas" en forma simultánea o sucesiva en relación con la clase de conflicto, o el motivo que es puesto en primer plano en diversos episodios del proceso histórico de interrelación. " (idem, p. 144).

Parece-me que a formação do município e o contexto político e social atual de Cordilheira Alta, lembra o que BOURDIEU fala da "classe como representação e como vontade" (1989, p.158).

A maior parte das atividades políticas em Cordilheira são ocupadas por algumas famílias, ou seja, os agentes detentores de poder simbólico, econômico e cultural. Os trabalhos de COHEN (1974), KRAMER (1992) e ERIKSEN (1991), levam-me a pensar no contexto político pró-emancipação e também no contexto atual. A comissão pró-emancipação escolhida através do voto, foi composta somente por agentes sociais que representam a "categoria dominante" (comerciantes, empresários, agricultores mais abastados, etc) e que representam também uma etnia específica, a de descendentes de italianos. Verificando a documentação do processo emancipatório na Assembleia Legislativa, encontrei somente "sobrenomes" italianos na comissão, como Tozzo, De Césari, Dal Santo, etc .

Neste sentido, o projeto político que impulsionou a formação do município de Cordilheira, têm como base uma Etnicidade apoiada em um grupo étnico, que se aproxima do que COHEN (1969) chama de *grupos de interesse*, que se mobilizam em função de necessidades específicas.⁵ Embora, o

⁵ O termo grupo de interesse é utilizado por COHEN (1969, p. 2), no sentido de que grupo étnico é um grupo de interesse informal, vinculado ao Estado Nacional ou não. A formação destes grupos é um processo pelo qual um grupo de uma categoria étnica, envolvem representantes na busca pelo poder e privilégio dentro de uma estrutura de um *sistema político formal*, no qual alguns costumes, valores, mitos e símbolos são acionados para articular uma nova organização política. Segundo a autora, isto não é resultado de um conservadorismo, mas sim de uma

autor trate de um contexto bem particular da África contemporânea, a sua reflexão chama a atenção para o caráter essencialmente político da etnicidade nos estudos das sociedades complexas. O que interessa ressaltar no que diz respeito à Cordilheira é que uma determinada categoria social - detentora do poder econômico e político -, representativa de um grupo étnico específico, os italianos, se aproxima deste conceito (grupo de interesse), no sentido de que se mobilizam em função de interesses políticos e econômicos. Para isso, se utilizam de símbolos, mitos e estratégias culturais na interação com outros grupos de interesse (o governo estadual e federal, os comerciantes, os empresários agroindustriais, etc) , através de alianças políticas no sentido de garantir e reforçar o poder local.

ROYCE reflete sobre a forma como a identidade étnica é manifestada e negociada, através de uma contínua produção e reprodução de símbolos, estereótipos e estilos.⁶ Neste sentido o conceito de *eticidade situacional* é interessante pois o uso da identidade é alicerçado por estratégias, que objetivam uma adequação a situações particulares, como por exemplo a necessidade de mudanças. (1982, p. 202).

Nos contextos interacionistas, os símbolos são flexíveis e seu uso depende de cada situação específica. Por exemplo, o caso específico da formação do município de Cordilheira Alta têm envolvido um processo de mudança, no qual novas relações estão sendo estabelecidas entre o grupo étnico dominante - no caso representado principalmente pelos representantes políticos - com a sociedade mais ampla. O mito do pioneiro/desbravador, presente principalmente nos discursos oficiais, pode ser pensado como um sistema simbólico significativo no que diz respeito à manutenção da identidade deste grupo, diante dos "outros", isto em função de um contexto de mudanças políticas e econômicas, no qual os municípios do oeste catarinense estão inseridos.

Neste sentido, ROYCE (idem, p.32) reflete sobre o que SPICER (1971) chama de *persistência da identidade* , fundamentado em três aspectos. Eu entendo que no caso de Cordilheira, dois deles são importantes para exemplificar a situação do novo município: a partilha de valores morais e a organização política para realizar os objetivos do grupo. Os valores morais comumente enfatizados, principalmente através dos discursos, são o trabalho, a luta, a honestidade, utilizados como princípios da organização política do grupo e o contrário também é salutar, pois a organização política depende destes valores. São estes valores que reforçam e mantêm a identidade do grupo em relação aos "outros".

A manutenção da identidade de um grupo só é mantida e reforçada em contextos de interatividade, e como vimos, a interação pressupõe relação com a sociedade mais ampla. ROYCE

dinâmica sócio-cultural que se apresenta sobre novas clivagens e novos alinhamentos de poder. (tradução da autora)

⁶ ROYCE (idem, p. 28) prefere utilizar o termo estilo no lugar de tradição, pois segundo ela, a identidade étnica pressupõe uma idéia de mudança contínua, já a tradição no que se refere à grupos étnicos é no sentido do que é passado de geração para geração em sua forma original. (tradução da autora)

chama a atenção para as *lealdades primordiais* dos grupos étnicos em relação aos laços civis com as nações. Ela constata a complexidade da questão ao dizer que, dependendo da situação, o conflito entre etnia e nação pode surgir quando os grupos étnicos subordinados percebem a vantagem em reivindicar direitos baseados em alguma forma de lealdade primordial; ou de outra forma, os laços primordiais podem funcionar como suportes do esforço nacional.⁷

Todas essas relações fazem-me refletir sobre o futuro dos novos municípios no oeste catarinense que em sua maioria dependem da agricultura e mais especificamente da agroindústria (através da avicultura e suinocultura). Diante da nova reordenação político-administrativa e econômica, instaurada pelo processo de globalização econômica, faz-se necessário levantar algumas questões que dizem respeito a processos políticos e econômicos complexos e contraditórios.

Será possível conciliar mitos e ideologias fundamentados em idéias tais como progresso, desenvolvimento, produtividade, qualidade, em um contexto nacional que carece de todo o tipo de soluções políticas?

Pouco se tem feito à nível local, regional e nacional no que diz respeito às soluções para a política agrícola no país. No caso específico do oeste catarinense, o mito do pioneiro/desbravador desmorona em função de uma realidade cada vez mais presente: o êxodo rural, o desemprego, o movimento dos sem-terra, os problemas ambientais, etc.

As agroindústrias com seus projetos de fomento à "integração", decididamente alicerçados nos ideais da globalização da economia mundial, vêm construindo um sistema excludente e desintegrador, baseado em uma cultura industrial tecnológica que tende a selecionar os "mais produtivos". O pequeno produtor se vê diante de paradigmas que se chocam com a sua cultura tradicional e que o tornam cada vez mais dependente das empresas agroindustriais.

O município não é mais distrito e diante do novo contexto precisa se adaptar. Por outro lado, se vê diante de problemas que não dependem diretamente do governo local. Segundo APPADURAI (1994, p.323), a localidade (tanto no sentido de industrial local ou local de produção, como no sentido amplo de Estado Nacional) torna-se um fetiche que encobre as forças globalizantes dispersas que impulsionam efetivamente o processo de produção.

Estamos diante de uma "nova ordem mundial", a qual BRAGA (1996, p.3) chama de *o espectro da globalização* : nem colapso, nem desenvolvimento. Assim esta nova forma dinâmico-estrutural do capitalismo deixaria as seguintes questões: não terá sido já tão aprofundado o processo de mobilidade, libertação e multiplicação ilusória do valor capital, mercadoria-fetiche, que sua função como ordenador de uma economia com chances de sociabilidade - convivência democrática e civilizada, acesso ao

⁷ Este parágrafo foi suprimido de uma resenha realizada por Eugenio Pascele Lacerda (1996) sobre o livro de Anya Royce, *Ethnic Identity Strategies of Diversity*.

emprego e a renda, expansão vital e cultural - já esteja experimentando historicamente e socialmente seus limites ?

Todas estas questões fazem-me pensar sobre o futuro dos novos municípios no oeste catarinense e os encaminhamentos e soluções adotadas pelos governos locais. Os limites entre urbano e rural são imperceptíveis, principalmente no que diz respeito as atividades econômicas. No estudo de caso desenvolvido, as medidas adotadas pelo governo municipal tanto no meio urbano como no rural dizem respeito a algumas melhorias que respondem à políticas públicas no sentido mais tradicional do termo - melhorias nas estradas, telefonia rural, obras de saneamento básico, reformas nas escolas municipais, transporte, saúde etc. Porém, isto não é suficiente para resolver o problema agrícola de forma mais geral, pois as soluções dependem de uma política de preços - de recursos destinados aos pequenos produtores - dependem também de projetos políticos e econômicos que motivem o pequeno produtor a permanecer no campo.

Os políticos e especialistas locais (como agrônomos, técnicos agrícolas e extensionistas rurais) já se deram conta do processo seletivo que as empresas agroindustriais estão realizando em relação aos pequenos produtores, bem como da crise vivida pela agricultura em função de problemas ambientais. Diante desta realidade, as prefeituras municipais estudam projetos alternativos que visam mudar o paradigma tradicional no oeste - cultura anual (milho, feijão, etc) e sistema agroindustrial. Mesmo em um município como Cordilheira Alta em que a avicultura e suinocultura ainda são as principais atividades econômicas que têm mantido o município, as preocupações diante das limitações destas atividades têm suscitado novas alternativas entre os pequenos produtores juntamente com funcionários da prefeitura.

A falta de soluções por parte do governo estadual e federal, somada a dependência destas instâncias em relação a força econômica e política dos empresários agroindustriais, traz um novo desafio as instâncias político-administrativas locais.

De acordo com FOUCAULT (1985, p.281), existem muitos governos, e todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Há uma imanência das práticas de governo com relação ao Estado. Para o autor as diversas formas de governamentalidade existentes é o fenômeno que permite ao Estado sobreviver.

O poder local está inserido em um contexto onde jogos de interesse políticos e econômicos são estabelecidos entre o capital econômico e o poder político do Estado. Para RIBEIRO (1991, 102-103), interesses se entrecruzam entre os diferentes poderes, e o Estado regulamenta e legitima as proporções finais da participação do capital nacional, e o projeto como um todo, em nome de uma dada política nacional de desenvolvimento.

Neste sentido, o poder local não está descentralizado das demais instâncias. Existem diversos interesses em jogo, que permitem uma relação constante entre o local, o regional, o estadual e o

nacional. De acordo, com RAFFESTIN (1993, p.197), "aqueles que estão em condições de exercer o poder inventam, então, um território organizado" .

No oeste catarinense, os espaços de produção, no caso das atividades agroindustriais, estão territorializadas, isto porque "seu desempenho econômico é dependente da localização (dependência de lugar) e sua localização é específica, i.e. radicar-se em recursos não disponíveis em muitos outros lugares e que não podem ser rapidamente criados ou imitados ali onde não existem" (STORPER, 1994, p.37).

As relações que se estabelecem entre agroindústrias e pequenos produtores rurais dependem de projetos e interesses que os poderes públicos têm em manter estas atividades, bem como da gestão que estas empresas têm sobre estes territórios. Não se sabe até quando e como o poder público conseguirá manter a "fúria" desterritorializante da globalização econômica e que projetos e medidas serão tomadas para solucionar os problemas relacionados à agricultura no oeste catarinense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

A EVOLUÇÃO do município no Brasil. IBAM - 30 anos: Rio de Janeiro, 1982.

AMOSC. Plano Básico de Desenvolvimento Regional/1993. Chapecó: Associação dos municípios do Oeste Catarinense, 1994

ALMEIDA, Maria H. T. de. Federalismo e Políticas Sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ano 10, n. 28, jun. 1995.

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo : Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS , Milton et alli. Território - Globalização e Fragmentação. São Paulo: Ed. HUCITEC/ANPUR, 1994.

_____. **A questão do território no Brasil. São Paulo/Recife: IPESP/HUCITEC, 1995.**

ANTUNES, Ricardo. A lógica destrutiva - Crise do trabalho coloca como desafio resgatar sentido de classe. Folha de São Paulo, 14 jul. 1996. Caderno MAIS, p.3.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (org). Cultura Global - Nacionalismo, Globalização e Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas ? Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS, ano 11, n. 31, jun. 1996.

AURITZER, Leonardo. Cultura Política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia. Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS. São Paulo, ano 10, n. 28, jun. 1995.

BARTH, Frederick. Los Grupos étnicos y sus fronteras. México: Fondo de Cultura Econômica, 1976.

BANDECCHI, Brasil. **O município no Brasil e sua função política**. 5.ed. São Paulo: Pannartz, 1983.

BELLANI, Eli M. **Município de Chapecó- Legislação e evidências - 1917-1931**. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, ano 4, ago. 89.

_____. **Santos Marinho e Passos Maia: a política no velho Chapecó (1917 - 1931)**. Chapecó, 1990. .

_____. **Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1917-1950)**. Florianópolis, 1991. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas , UFSC.

BETTANINI, Tonino . **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BITTAR, Jorge; COELHO, Franklin. **Gestão Democrática, Inversão de prioridades e os caminhos da Administração Pública**. In: RIBEIRO, Luiz C.de; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (orgs). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

BOURDIEU, Pierre . **O Poder Simbólico**. Difel: Lisboa, 1989.

BRAGA, José C. de Souza. **O espectro que ronda o capitalismo**. **Folha de São Paulo**. 1 set. 1996. Caderno MAIS, p. 3.

BRASILEIRO, Ana Maria. **O município como sistema político**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

BREVES, Wenceslau de Souza. **O Chapecó que eu conheci**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, 3a fase,n. 6, 1985.

CAMARGO, Aspásia et alli. **Histórias de vida na América Latina**. **BIB**, Rio de Janeiro, n.16, 2. sem. 1983, p. 5-24.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai - Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense**. Campina Grande, 1987. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba.

- CAVALIERI, Paulo F. Plano Diretor de 1992 da cidade do Rio de Janeiro: possibilidades e limites da Reforma Urbana. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q ; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (orgs). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- COHN, Gabriel (org). *Weber - Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- COHEN, Abner. *Custom and Politics in Urban Africa: a study of Hausa migrants in Yorubá towns*. London : Routledge e Kegan Paul, 1974.
- COLLAÇO, Flávio R. *O município na Federação Brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.
- CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação : um exemplo. In: SANTOS, Milton et alli. *Território - Globalização e Fragmentação*. São Paulo/Recife: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- CORDILHEIRA ALTA. Lei Orgânica Municipal de Cordilheira Alta.- SC. Câmara Municipal Organizante. Cordilheira Alta, dez. 1994.
- CRAPANZANO, Vicent. Diálogo. *Anuário Antropológico* 88. Rio de Janeiro/Brasília : Tempo Brasileiro/Ed. da UNB, 1991.
- CROCKER, Christopher. *Las reflexiones del sí*. In: LÉVY-STRAUSS, C. (org) *La Identidad* . Barcelona: Ediciones Petrel, 1981.
- DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter "Antropological Blues" In: NUNES, Edson. (org). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DANIEL, Celso. Governo Local e Reforma Urbana num quadro de crise estrutural. In: RIBEIRO, Luiz C. de.; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- D' ANGELIS, Wilmar. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*. Chapecó : Fundeste, Ano 4, n.6, 1989.

DE BONI, Luis A. Colônia : A Posse da Terra. In: *Far la Mérica: a presença italiana no RS*. Porto Alegre: RIOCELL, 1991.

D' EÇA, Othon Gama. *Aos Espanhóis Confinantes*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Fundação Banco do Brasil/FCC, 1992.

DIÁRIO CATARINENSE. Criados 04 novos municípios Florianópolis, jun. 1995.

_____. Estado vive onda de divisões territoriais. Florianópolis, 25 jun. 1995. p.8

_____. Municipalistas tem bancada. Política. Florianópolis, 20 mar. 1995.

_____. SC terá 20 novos municípios . Florianópolis, 20 mar. 1995, p. 4.

_____. Desejo de Progresso mobiliza milhares de catarinenses. Florianópolis, 20 mar. 1995, p.7.

_____. População espera por administração rural. Florianópolis, 20 mar. 1995, p.8.

_____. Novo Mapa Político de Santa Catarina . Florianópolis, out. 1996

_____. Municípios de Santa Catarina - 260 opções de vida. Diário Especial. Florianópolis, 27 dez. 1993.

DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao Planejamento Municipal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ERIKSEN, T. H. The cultural contexts of ethnic differences. In: *MAN - The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v.26, 1991.

FORTUNA, Carlos. *Nem Cila nem caribdis*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Portugal: Universidade de Lisboa, n. 32, 1991.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANZONE, Tereza M. As "perigosas" relações entre movimento popular comunitário e Administração Pública Municipal na Ilha de SC. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFSC.

FREMÓNT, Armand . A Região -Espaço Vivido. Coimbra: Almedina, 1980.

KRAMER, Ana M. Identidad étnica e manipulación. In: HIDALGO, C. *Etnicidad e Identidad*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina S.A, 1992.

GIRON, Loraine. ; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização - A reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A. (org) *A Presença Italiana no Brasil*. Itália/Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, vol. II, 1990.

GUBER, Rosana. De la etnia a la nacion. *Cuadernos de Antropologia Social*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofia y Letras, n. 8, 1995.

HASS, Mônica. Os partidos políticos e a elite chapeçoense. Um estudo de poder local - 1945 a 1965. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). UFSC.

HOLZ, Celívio et alii. *A Família Rural - Uma experiência de televisão em Santa Catarina*. Florianópolis: ACARESC/EMATER, 1989.

HOBSBAWN, Eric. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 7. ed. Vol I e II. São Paulo: Difel, 1985.

IBGE . Informações Estatísticas do Município de Chapecó. Instituto de Geografia e Estatística - Agência Municipal de Xapecó. Cruzeiro: Gráfica Cruzeiro, 28.1. 1942.

_____ Conselho Estadual de Estatística - Agência Municipal de Chapecó. Chapecó, 31.10.55

_____ Chapecó - SC. 2. ed. comemorativa do Cinquentenário de criação do município. Chapecó, 18.08.67

_____ Sinopse Preliminar do Censo Demográfico- 1991. Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-91, 1991.

IZARD, Michel. A proposito de la identidad étnica. In: LÉVY-STRAUSS (org) *La Identidad*. Barcelona : Ed. Petrel, 1981.

LÉVY-STRAUSS, Claude. *La Identidad*. Barcelona: Ediciones Petrel, 1981.

MARQUES, Ana Claudia D. R. *Dominios de Lampião - nomadismo e reciprocidade*. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFSC.

MARTINS, Ives Granda. *Comentários à Constituição do Brasil*. 3. vol, TOMO I. Arts. 18 a 23. São Paulo: Ed. Saraiva, 1992.

MELLO, Diogo L. de. *Desenvolvimento Histórico do Governo Local no Brasil*. In: JAMESON, Samuel H. *Administração Municipal - Série Textos Selecionados de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, Fundação Getúlio Vargas, 1965.

_____. *O governo municipal no Brasil desde 1946*. In: JAMESON, Samuel H. *Administração Municipal - Série Textos Selecionados de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, Fundação Getúlio Vargas, 1965.

_____. *Problemática da Administração Pública em face da urbanização da América Latina*. In: JAMESON, Samuel H. *Administração Municipal - Série Textos Selecionados de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, Fundação Getúlio Vargas, 1965.

MINUSSI, Fabrício. Pirabeiraba luta pela separação. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25. jun. 1995. p.10.

MORATELLI, Neusa. Mirim Doce utiliza sistema inglês. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 9 jun. 1995, p. 53.

MODESTO, Hélio. *Planejamento governamental e urbanização*. In: JAMESON , Samuel H. *Administração Municipal - Série Textos Selecionados de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, Fundação Getúlio Vargas, 1965.

MOCELLIN, Maria Clara. **Narrando as origens : Um Estudo sobre a memória mítica entre descendentes de imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFRGS.

MOMBELLI, Raquel. **Estado do Iguaçu: A construção de uma fronteira étnica?** Florianópolis, 1991. (Pré-projeto de dissertação de mestrado)

OLIVEIRA, Roberto C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEN, Ruben G. **A Parte e o Todo - A diversidade cultural no Brasil- Nação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

PALÁCIO DE SANTA CATARINA/GABINETE MILITAR. **Relação dos municípios com data de aniversário.** Florianópolis, 1993.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos.** Florianópolis: UFSC/FCC, 1990.

Estado e Exclusão em Santa Catarina no século XIX. **Cadernos de Pesquisa.** Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política /UFSC, n. 2, 1994.

PELUSO, Victor. **A evolução da cidade de Chapecó : de povoado a centro regional.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de SC. Florianópolis, 3. fase, n. 4, 1982-1983.

PEREIRA, José A.B. ; PINHEIRO, Otilie. **Plano Diretor de Santo André.** In: RIBEIRO, Luiz C. de. ; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo Catarinense - Das suas raízes aos nossos dias - 1834 - 1984 -** Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa, 1984.

Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Edição do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

POLI, Jaci. Caboclo : Pioneirismo e Marginalização. Cadernos do CEOM, Chapecó, ano 5, n. 7, abril. 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Chapecó - Capital do Oeste Catarinense - Pólo Polarizador de Pólos. Administração Ledônio Migliorini e Locatelli. Chapecó, nov. 1984.

_____. Suplemento da Administração Municipal Sander/Cecchin 1989/92. Chapecó, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA. Relatório das Atividades da Administração Municipal. Exercício 1993. Cordilheira Alta, SC, 1993.

_____. Relatório das Atividades da Administração Municipal. Exercício 1994. Cordilheira Alta, SC, 1994.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. RIBEIRO, Luiz C. de. ; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PRIM, Lorena. Agricultura de grupo e projeto camponês : avanços e limites na construção da cidadania - o movimento de cooperação agrícola no oeste catarinense. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) UFSC.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social.) Museu Nacional/UFRJ

_____. As representações no oeste catarinense a partir dos brasileiros. Cadernos do CEOM. Chapecó, ano 5, n.7, abr. 1991.

RIBEIRO, Gustavo L. Empresas Transnacionais - Um grande projeto por dentro. São Paulo: Marco Zero/ANPOCS, 1991.

RIBEIRO, Luiz C. de. ; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

REVISTA CELEIRO CATARINENSE. n. 12, Chapecó, set. 1974.

_____ Secretaria do Oeste . Chapecó, 1988.

REVISTA CHAPECÓ 77 - Suplemento da Revista Rainha, n. 652, ano 54, agosto. 1977

RIBEIRO, Luiz C. de. Reforma Urbana na cidade da crise : balancó teórico e desafios. In: RIBEIRO, Luiz C. de. ; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

ROLNIK, Sueli. **Cartografia Sentimental da América. Produção de desejo na Era da Cultura Industrial.** São Paulo, 1987. Tese Doutorado. PUC.

ROYCE, Anya P. **Ethnic Identity - strategies of diversity.** Bloomington: Indiana University Press, 1982.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade Camponesa e Identidade Étnica - Um Estudo de Caso.** Anuário Antropológico 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____ Identidade Étnica, assimilação e cidadania : a imigração alemã e o Estado Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, ANPOCS, ano 9, n. 26, out. 1994.

SANTOS, Silvio C dos. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em SC.** Florianópolis: UFSC. 1970.

_____ **Nova História de Santa Catarina.** 2.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1977.

_____. _____. 3.ed. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

____ et alii. **Território - Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SEMANÁRIO ESPORTIVO. Grande Festa na Comemoração do III Aniversário de Cordilheira Alta. Chapecó, ano 2, n.37, abr. 1995.

SILVA, José F. **Burocracia e Administração Pública Brasileira**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Administração) USP.

SILVA, Edson L. L. J. da. **Uma atitude tipicamente brasileira na Administração Pública**. Florianópolis, 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) UFSC.

SILVA, Harryson L. da. **A gestão do território pelo grupo SADIA no município de Concórdia - SC**. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC.

SILVA, Armando. **Los Imaginários urbanos**. (xerox) 1992.

STORPER, Michael. **Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado : o desafio dos países em desenvolvimento**. In: **RIBEIRO, Luiz C. de. ; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos.** **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para Apresentação de Trabalhos**. 5. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1995 (Parte 6- Referências Bibliográficas e Parte 7 - Citações e Notas de Rodapé)

VEJA. Mapa em mutação- Cidades. São Paulo, 16. ag. 1995, p. 68-73

VESENTINI, José W. **Rediscutindo a nova ordem mundial**. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. v. 5, n. 6, dez. 1994.

VILLELA, Jorge Luiz M. **A organização espacial do Cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922- 1928/ 1928-1938) ou como produzir território em movimento**. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFSC.

TREVISAN, Claudia. Plebiscitos espalham cidades "nanicas". Folha de São Paulo, 14. ago. 1995. p. 1-8.

WERLANG, Alceu A. A colonização às margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense. Atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1954). Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em História) UFSC.

ZONABEND, Françoise. Por qué nominar. In: LÉVY-STRAUSS, Claude. (org) La Identidad. Barcelona : Petrel, 1981.

ANEXOS

ANEXO 1 - Propaganda da venda de lotes coloniais em novas colônias

Impresa Colonizzatrice NARDI, RIZZO, SIMON & COMP.

Proprietaria della Colonia Rio Branco
Municipio di Cruzeiro -- Stato di S. Caterina

Vendonsi 1900 colonie di 250.000 mq. ciascuna, sita nella valle del Rio Uruguay, confinanti con la terre già colonizzate dell'Impresa Luce, Rosa.

Foreste vergini, terre eccellenti e senza intrusi

La Colonia Rio Branco è unita da due strade alle stazioni di Burro e Paiol Grande.

E' già pure stata costruita in detta Colonia una bella strada che attraversa tutta la zona passando per le Sedi di Nora Milano e Annita Garibaldi, fino al Rio Jacuhy di fronte a Xaxerê, con 52 Km. di lunghezza.

Fra breve l'Impresa unirà queste due sedi con altra strada alle stazioni del Rio do Peixe e Rio Uruguay, unendo così il Commercio col Municipio di Chapecó.

PAGAMENTI: In tre rate, essendo la prima all'atto del contratto, altra a sei mesi e l'ultima a dodici mesi dalla data del contratto, senza interessi.

Per lotti di 50 a 100 colonie, prezzi speciali

All'atto dell'integrale pagamento i compratori riceveranno le loro scritture.

Per pagamento a vista sconto del 9 o/o sulla seconda e ultima rata.

L'Impresa possiede il titolo definitivo delle terre suddette, passato dal Governatore dello Stato. — Prezzi correnti attualmente:

Lotti di 250.000 mq. sulla strada generale Rs. 3:000\$000
Gli altri 2:600\$000

Scrivello dell'Impresa in Guaporé a carico del Sig. ALBERTO MORASUTTI, Serente.

Per migliori informazioni, gli interessati possono dirigersi ai Signori:

A. Rizzo Irmãos e Cia. e Fidelis Simon in Porto Alegre	
A. Rizzo Irmãos e Cia.	Caxias
Dr. Gino Battocchio	Bento Gonçalves
Alberto Morasutti	Guaporé
Henrique Nardi	Guaporé
João Romaniñi e Abel Ferrari, Itapuca	Soledade
Oswaldo Ribeiro	Guaporé
Afonso Dotti	Anônimo Prado
Felisberto Toschi	Prata

Propaganda da venda de lotes coloniais em novas colônias

Fonte: ALMANACCO ILLUSTRATO DEL GIORNALE D'ITALIA (1929)

ANEXO 2 - Empresários apoiam emancipação de Cordilheira Alta

12041136+

492304PECOB BR

492304PECOB BR

CHAPECO, 04.12. 90 TLX NR 11845

DE PLINIO ARLINDO DE NES
S/A INDUSTRIA E COMERCIO CHAPECO
PARA ILMO SR. NEGILDO FERNANDES
MD. PRESIDENTE DA COMISSAO DE JUSTICA

A S.A. INDUSTRIA E COMERCIO CHAPECO - MUNICIPIO DE CHAPECO-SC,
VEM JUNTO A PRESIDENCIA DA COMISSAO DE EMANCIPACAO MANIFESTAR
SUA POSICAO FAVORAVEL AA EMANCIPACAO DO DISTRITO DE CORDILHEIRA
ALTA, UMA VEZ QUE ACREDITAMOS NO SEU POTENCIAL DESENVOLVIMENTIS-
TA, BEM COMO, NA PLENA COMPETENCIA ADMINISTRATIVA DE SEUS HABI-
TANTES.
ACREDITAMOS QUE A COMUNIDADE DE CORDILHEIRA ALTA, AO DIRIGIR /
SEUS PROPRIOS DESTINOS TRANSFORMAR-SE-A NUM PROSPERO MUNICIPIO.
TRAZENDO PROGRESSO E MELHORIAS SUBSTANCIAIS A TODA A REGIAO.
NOSSOS VOTOS DE PLENO EXITO A ESTA COMISSAO.

ATENCIOSAMENTE

PLINIO ARLINDO DE NES
PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

492304PECOB BR

SADIA CONCÓRDIA S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Chapécó-SC., 29 de novembro de 1990

DG.061

20⁰⁰
B

Ilmo. Sr.
Nilo Tozzo
DD. Presidente da Comissão de Emancipação
do Distrito de Cordilheira Alta
Cordilheira Alta

Prezado Senhor:

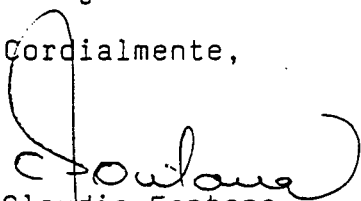
A Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio - Unidade de Chapécó. vem manifestar sua posição favorável à Emancipação do Distrito de Cordilheira Alta, pois somos conhecedores do seu potencial e da capacidade administrativa de seus habitantes.

Temos certeza de que a Comunidade de Cordilheira Alta, administram do seus próprios destinos, tornar-se-á um Município forte e próspero.

No desejo da Emancipação está implícito o ideal de liberdade.

Desejamos sucesso à esta Comissão.

Cordialmente,


Claudio Fontana,
Diretor.

Associação Municipal e Promotora de Chapecó

FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1947 — CGC 83.312.215/0001-75

Declarada de Utilidade Pública — Lei Municipal 114/80 de 01/12/80

Lei Estadual 5874 de 07/05/80

Av. Getúlio Vargas, 2893 — (Ed. Engemede - 2.º Andar)

C. Postal 230 — Fone 22-4100 e 22-4235 — Telex 497015

89.800 — CHAPECÓ — Santa Catarina

105
89

D.0458/90

Chapecó(SC), 28 de novembro de 1990.

ILMO. SR.

VEREADOR NILO TOZZO

PRESIDENTE COMISSÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO DO

DISTRITO DE CORDILHEIRA ALTA

CHAPECÓ - SC

Prezado Senhor:

Ao cumprimentá-lo pelo trabalho ora desenvolvido, pró- emancipação do distrito de Cordilheira Alta, nos solidarizamos ao pleito, por entender que é legítimo e salutar. Dos 50 municípios da região Oeste, todos emanciparam-se de Chapecó. Hoje todos são município prósperos e Chapecó também.

Acreditando que a história se repetirá, desejamos felicidades nessa luta.

Atenciosamente.


NELSON GALINA

Presidente

106

Chapécó(SC), 28 de Novembro de 1990

Ilmo. Sr.

Nilo Tozzo

D.D. Presidente da Comissão Emancipacionista de
Cordilheira Alta

Senhor Presidente:

Através do presente comunicamos a Vossa Senhoria, que temos conhecimento dos trabalhos em favor da Emancipação do Distrito de Cordilheira Alta, cuja comissão emancipacionista é presidida por Vossa Senhoria.

Comunicamos por fim, que a Emancipação de Cordilheira Alta, encontra posicionamento favorável desta empresa.

Sendo o que tínhamos para o momento, subcrevemo-nos com protestos de elvada estima e consideração.

Saudações Cooperativistas,



AURY LUIZ BODANESE
PRESIDENTE

ANEXO 3 - Emancipação demorou e foi difícil

CORDILHEIRA ALTA

Emancipação demorou e foi difícil

Franca expansão



Famílias do Rio Grande, como os Tasso, conseguiram a colonização da comunidade a partir da década de 20

A oposição de algumas lideranças políticas da região atrasou processo para formação do novo município. Agropecuária sustenta a produção

Cordilheira Alta, município recém-declarado da Chapadão, é denominada até contestada por alguns pioneiros como o prefeito Nilo Tasso (PMDB). Com um argumento simples: se é Cordilheira, se pode ser alta, diz Tasso. Recorda que já se pensou em fazer uma mudança para tirar o Alto do nome, mas como é assunto de menor importância foi ficando e o nome continua.

De qualquer maneira, não importa de que lado se viaje pela BR-332, seja na direção de Chapadão, ou no sentido contrário, para Xaxim, Cordilheira vai estar no alto. A emancipação do distrito custou algumas doras de cabeça ao ex-vereador e atual prefeito Nilo Tasso. Adversário político do ex-prefeito Milton Sander (PTB), não foi fácil convencer.

Primeiro foram fornecidos dados supostamente in-

corretos para comento de emancipação e contestados por Chapadão, incluindo limites geográficos. Depois foram divergências parciais políticas, mas que na última hora acabaram sendo superadas mediante acordo em que tanto uma como a outra parte acabaram cedendo em algumas questões.

A comunidade foi povoada a partir da década de 30 por grúchos liderados pela família Tasso. Até hoje, brinca-se dizendo que a cidade pertence à família. Primeiro Tasso, pai do prefeito Nilo, foi um dos primeiros a chegar do Rio Grande do Sul. Com eles chegaram os Dal Santa, Da Césaro, Faria, Ramalho, entre outros. Cordilheira é o típico município baseado na agropecuária. Mas tem um comércio emergente e um transporte também. O comércio é diversificado, com a maior parte vendendo na cidade produtos vindos de outras.

Primeira administração faz melhorias

Ainda em fase de estruturação do pequeno município, com pouco menos de 3 mil habitantes, o prefeito Nilo Tasso diz que neste primeiro ano de mandato ainda não deu para se queixar. Ele compara com a situação da comunidade, antes da emancipação. "Não tinhamos nada", reclama, quase como uma crítica à administração Sander/Cochia.

Depois que assumiu, Tasso passou a fazer e que basicamente fizeram todos os prefeitos dos novos municípios - reformou equipamentos valiosos recebidos das prefeituras dos municípios de onde se emanciparam, construiu uma ampliação no prédio da velha intendência distrital, comprou equipamentos com uma Toyota e uma Kombi. Também está construindo

escolas e agora vai finalizar a avenida Firmino Tasso, trecho de 1,3 quilômetro, com lâmpadas de mercurio.

VÁRIOS PROJETOS - Outros objetivos são construir um ginásio de esportes e resolver o problema grave de abastecimento de água, com a perfuração de poços artesianos, e a implantação de um loteamento popular. Para isso, Tasso reconhece que vai incentivar o acesso de toda a infraestrutura. A economia está baseada na agropecuária em 90%. São cerca de 130 aviários mais 130 chiqueiros de porcos.

Embora a migração seja forte na região, principalmente de pequenos municípios, em Cordilheira Alta jovens como Rogério Dal Santa, de 23 anos, dizem que

preferem trabalhar na região e manter um padrão de vida ainda decente.

Próximo de Chapadão, e conhecendo a cidade, ele se assusta quando lê notícias e verifica o número de pessoas que chegam em busca de um emprego, mas não conseguem e vão morar na periferia, passando fome. "Aqui pelo menos dá para plantar para o sustento próprio."

ATIVIDADE RURAL - Tanto no estacado, como no varejo, é na avicultura e na suinocultura que está o forte da economia em Cordilheira. Um levantamento foi divulgado recentemente mostrando que existem 139 aviários e 165 agricultores integrados às agroindústrias da região.

Na agricultura são deses-

voividos o cultivo do milho, soja, feijão, trigo e outros produtos de subsistência. Outra atividade do município é a industrialização da madeira para fins comerciais. O município ainda não possui legislação própria, como Lei Orgânica ou código de Posturas, mas a todos que desejem instalar-se em sua área, em qualquer atividade econômica, a administração tem oferecido todas as condições e infraestrutura, tanto na cidade como no interior.

Entre as obras ainda estão em execução a cobertura de asfalto das avenidas Firmino Silva Tasso e trevos de acesso, construção do prédio escolar, sala de professores, biblioteca, além de melhorias para as futuras instalações da firma Lodo-



<input type="checkbox"/> Nome	Cordilheira Alta
<input type="checkbox"/> Região	Sul
<input type="checkbox"/> Área	74,7 km²
<input type="checkbox"/> Colonização	Italiana
<input type="checkbox"/> Data de fundação	30 de março de 1902
<input type="checkbox"/> População	2.807
<input type="checkbox"/> Número de eleitores	2.148
<input type="checkbox"/> Número de escolas	8
<input type="checkbox"/> Número de indústrias	7
<input type="checkbox"/> Número de casas de comércio	22
<input type="checkbox"/> Data festiva	30 de março, dia da emancipação do município



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDILHEIRA ALTA

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA 93/96 ADMINISTRAR PARA DESENVOLVER

Que a passagem da data comemorativa ao nascimento do Menino Jesus, faça renascer em nós, o verdadeiro sentido da vida, para alcançarmos nossas

aspirações e realizações.

**FELIZ NATAL
E PRÓSPERO 94**